

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

IV CENTENÁRIO DA INSTALAÇÃO DEFINITIVA DA UNIVERSIDADE EM COIMBRA

1537-1937

HOMENAGEM
DO
INSTITUTO DE COIMBRA



VOLUME 92.º

SEGUNDA E ÚLTIMA PARTE

GRÁFICA DE COIMBRA

1942

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A. — *Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G. — *Vogais*, Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B. — António Baião, D. do A. N. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Fézàs Vital, da U. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C. — *Secretário geral*, A. G. da Rocha Madahil, do A. U. C. — J. Pinto Loureiro, D. da B. M. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bento)
COIMBRA

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Universidade de Coimbra (Paços das Escolas e Casa dos Mellos),</i> por José Ramos Bandeira	457
<i>O Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, Lente de Medicina, amea-</i> <i>çado de prisão pela Câmara no Castelo de Coimbra, por A. da</i> <i>Rocha Brito</i>	701
<i>Sessão Solene do Instituto de Coimbra realizada na Sala dos</i> <i>Capelos, em 9 de Dezembro de 1937, com a assistência de Sua</i> <i>Ex.ª o Reitor da Universidade, comemorativa da instalação</i> <i>definitiva da Universidade de Coimbra, em 1537.....</i>	727

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1)°
(PAÇOS DAS ESCOLAS E CASA DOS MELLO)

Quando em Agosto de 1939 ouvimos a palavra autorizada e judiciosa do Prof. Doutor Vergilio Correia, na visita à Universidade, integrada nos Cursos de Férias, mal pensávamos que as notas colhidas in mente seriam coligidas para uma monografia.

A leitura de um trabalho do Dr. Manuel da Silva Gaió (2) despertou-nos, no ano seguinte, a idéia de condensar alguns elementos para a história e descrição dos edifícios da Universidade que formam a sua parte central (3).

Desprovidos de quaisquer pretensões, a denotar conhecimentos de Arte e Arqueologia, ampliámos os apontamentos primitivos.

Mas, igualmente seria pretensioso da nossa parte procurar espargir luz sobre história do Estudo Geral Português ou, antes, da Universidade Coimbrã.

Quem conhecer os copiosos escritos do douto Professor António de Vasconcelos, um luminar das letras portu-

(1) Trabalho baseado numa conferência proferida em Agosto de 1940 nos *Cursos de Férias* da Universidade de Coimbra, intitulada: *Uma digressão pelos Paços das Escolas e Casa dos Mellos.*

(2) *Os Serões*, 2.ª série, Vol. 1, pág. 437.

guesas, verificará quanto labor se despendeu em perscrutar velhos documentos para perfeito conhecimento da Universidade. E, com prazer o dizemos, tão importantes e inúmeros trabalhos do insigne mestre estão a ser condensados em poucos volumes sob a rubrica: Escritos vários ⁽¹⁾, facilitando uma tarefa que, de outra forma, se tornaria morosa.

É certo que, anteriormente, diversos autores contribuíram com os seus subsídios para a história da Universidade Portuguesa, como Soriano ⁽²⁾, Silvestre Ribeiro ⁽³⁾, Teófilo Braga ⁽⁴⁾ e outros ⁽⁵⁾, mas ao Doutor António de Vascon-

(1) O primeiro trabalho deste género, do autor, apareceu em *Anuário da Universidade*, 1901-02, pág. 3.

(2) Simão José da Luz Soriano, *Recordações da minha vida*, (1860).

(3) José Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos científicos literarios e artisticos de Portugal* (1871 a 1893: 18 volumes).

(4) Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, 1895.

(5) Dr. Mattheus de Sousa Coutinho, *Breves noticias da Universidade de Coimbra*, in *Jornal de Coimbra*, n.º 71 a 77.

— *Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra*.

— J. M. de Abreu, *Memorias historicas da Universidade de Coimbra*, in *O Instituto*, n.º 1, págs. 283, 308, 372 e 386; n.º 2, págs. 14, 27, 56, 73, 89, 173, 194 e 223.

— Manuel da Silva Gaio, *Universidade de Coimbra*, in *Os Serões*, 2.ª série, n.º 1 a 6, de 1905.

— Visconde de Villa Maior, *Exposição sucinta da organização actual da Universidade de Coimbra, precedida de uma breve noticia historica deste estabelecimento*, Impr. da Univ., 1877.

— Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, *Instituições de cultura*, in *História de Portugal*, edição monumental, da direcção do Prof. Doutor Damião Peres, Vol. II, pág. 559.

— *Notice historique de l'Université de Coimbra*.

Muitos outros autores teremos oportunidade de citar no decorrer do nosso trabalho.

— Existem também diversos guias dos monumentos históricos

celos ⁽¹⁾, muito ilustre Presidente da Academia de História, coube a primazia da descoberta do documento que fixa definitivamente a data da instituição da Universidade Portuguesa.

Não queremos deixar de arquivar, também, os nomes

de Coimbra, inserindo referências à Universidade, podendo destacar-se:

Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, *Guia do viajante em Coimbra e arredores*.

Prof. António Cardoso Borges de Figueiredo, *Coimbra Antiga e Moderna*.

Prof. Aristides de Amorim Girão, Vergílio Correia e Sousa Soares, *Coimbra e arredores*

Prof. Eugénio de Castro, *Guia de Coimbra*.

Prof. J. Marques dos Santos, *Guia do viajante em Coimbra e arredores*.

Tomás da Fonseca, *Coimbra*.

Sociedade de Propaganda de Portugal, *Coimbra e arredores*, podendo citar-se tantos outros, de António Augusto Gonçalves, M. Costa Ramalho, etc. Mas, ao Prof. Vergílio Correia afigura-se-lhe mais atraente («Diário de Coimbra» de 24 de Junho de 1940) o de organização do Prof. Sousa Soares.

Sobre o de Simões de Castro escreveu o Prof. A. de Vasconcelos (*Esbôço biográfico e notas bibliográficas*, pág. 17):

«Guia histórico do Viajante em Coimbra no qual Simões de Castro revela o seu talento e paciência de estrénuo investigador, a sua honestidade e seriedade inconcussas, um espírito crítico meticoloso e recto sempre desejoso de acertar, embora ainda pouco exercitado».

E, tal guia foi bem acolhido por D. Pedro. Na sua visita à Universidade, quando viu Simões de Castro o rei *acenou-lhe com a mão a chamá-lo* (págs. 22 e 23).

(1) *O Diploma da Fundação da Primitiva Universidade Portuguesa* (1 de Março de 1290), «*Noticias Farmacêuticas*», 1937-38, pág. 13.

de dois novos que igualmente têm marcado um lugar de destaque em estudos desta natureza: os Professores da Faculdade de Letras Doutores Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida, este último guindado recentemente ao alto e espinhoso cargo de Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (e hoje ilustre sub-secretário de Estado do Ministério da Educação Nacional). Finalmente, apparece-nos o Prof. Doutor Vergílio Correia, com estudos diversos, e muito especialmente sobre obras antigas da Universidade de Coimbra, insertos em revistas e livros, e no Diário de Coimbra.

E, se tais problemas podem considerar-se esgotados, a que título nos embrenhamos nêles? Simplesmente com o intuito de vos roubar uns momentos a assuntos profissionais e, em rápido bosquejo histórico (1) apresentar-vos algumas divagações sobre os edificios do corpo central da Universidade Dionisiana, no grupo dos quais se pode considerar, hoje, o edificio da Escola de Farmácia. Não fugiremos à verdade dizendo que nos limitámos a cerzir vários escritos, sintetizando, em

(1) Esta conferência foi acompanhada de projecções luminosas: fotografias a côres, revelando bem a sensibilidade artística do Prof. Alberto da Rocha Brito; e dia-positivos de fotografias do Doutor Albertino de Barros, distinto Assistente da Faculdade de Medicina.

Seria injustiça não render aqui as nossas sinceras homenagens ao ilustre catedrático que tão gentilmente contribuiu para valorizar a nossa palestra e ao companheiro das horas de ócio por tão inextinguíveis gentilezas.

Posteriormente deram-nos valiosa colaboração o Prof. Doutor Maximino Correia, o Dr. António Maia, e outras pessoas a quem testemunhamos o nosso profundo reconhecimento.

algumas dezenas, as milhares de páginas dos nossos melhores historiadores. E, se nem sempre aparece a citação bibliográfica a rematar as páginas, isso não traduz a existência de matéria original, mas, simplesmente, que se tornou enfadonho, ao autor, precisar tôdas as referências colhidas na vasta *Bibliografia incluída*.

E agora, que lançamos a lume estas linhas, acrescentaremos que nos move um único intento: apresentar uma « *memória descritiva e ilustrada* » documentando as instalações do antigo recinto universitário.

* * *

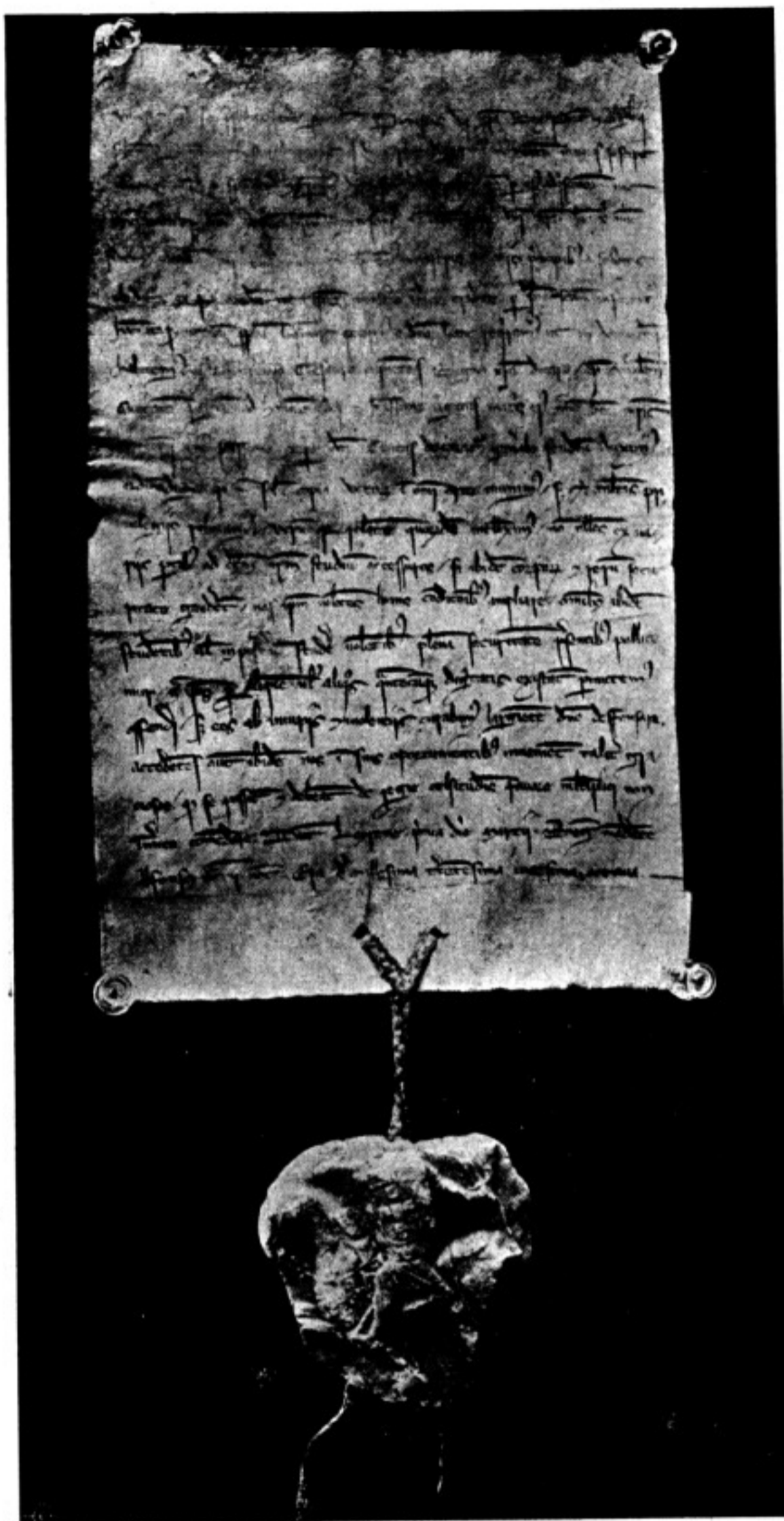
Coimbra está repleta de motivos históricos. A cada passo, em cada rua, está um convento, igreja ou antigo colégio a recordar os tempos sempre faustosos, nas artes e nas letras, da Cidade do Mondego.

Precisamente num ponto elevado, 99 metros ⁽¹⁾ acima do nível do mar, numa situação privilegiada, sobranceira às margens verdejantes do melancólico e poético Mondego, com seus formosos choupos e salgueirais, fica a *Universidade*. É certo que não a compõem edifícios construídos de propósito mas sim adaptações dos *Paços Reais de Coimbra* e de diferentes colégios, mas, mesmo assim, conseguiu-se o espaço necessário para uma actividade científica bem gloriosa.

A Escola Episcopal do Reino foi o primeiro colégio ou seminário ⁽²⁾ instituído em Coimbra, no séc. xi. Ai

⁽¹⁾ Prof. Doutor Aristides Amorim Girão, *O Instituto*, n.º 87, pág. 252.

⁽²⁾ Manuel Eduardo da Motta Veiga, *Memoria historico-litteraria*



Diploma dionisiano de fundação da Universidade Portuguesa

(Extr. de A. Vasconcelos, *Notícias Farmacêuticas*)

estudou Medicina e Filosofia o Santo Frei Gil (nascido em 1185), leccionado em Santa Cruz pelo cónego D. Mendo Dias que estudara em Paris (1). A organização posterior, o Estudo Geral do Reino ou Universidade Portuguesa foi fundada por D. Deniz, em Lisboa, a 1 de Março de 1290, mas só a 9 de Agosto o Papa Nicolau IV assinou a bula de confirmação: *De statu regni Portugalise* (2) (criando o estudo sobre Direito canónico, Direito civil, Medicina, Gramática e Dialética (3) — as duas últimas constituíam as Artes). Devemos assinalar que em Santa Cruz ensinava Medicina o religioso D. João, diversas ciências D. Raimundo e D. Pedro Pires era versado em Gramática, Lógica, Medicina e Teologia. Certamente por reunir estes valores, D. Lourenço Pires, em 1288, ofereceu-se para custear as despesas de uma Universidade com as rendas do mos-

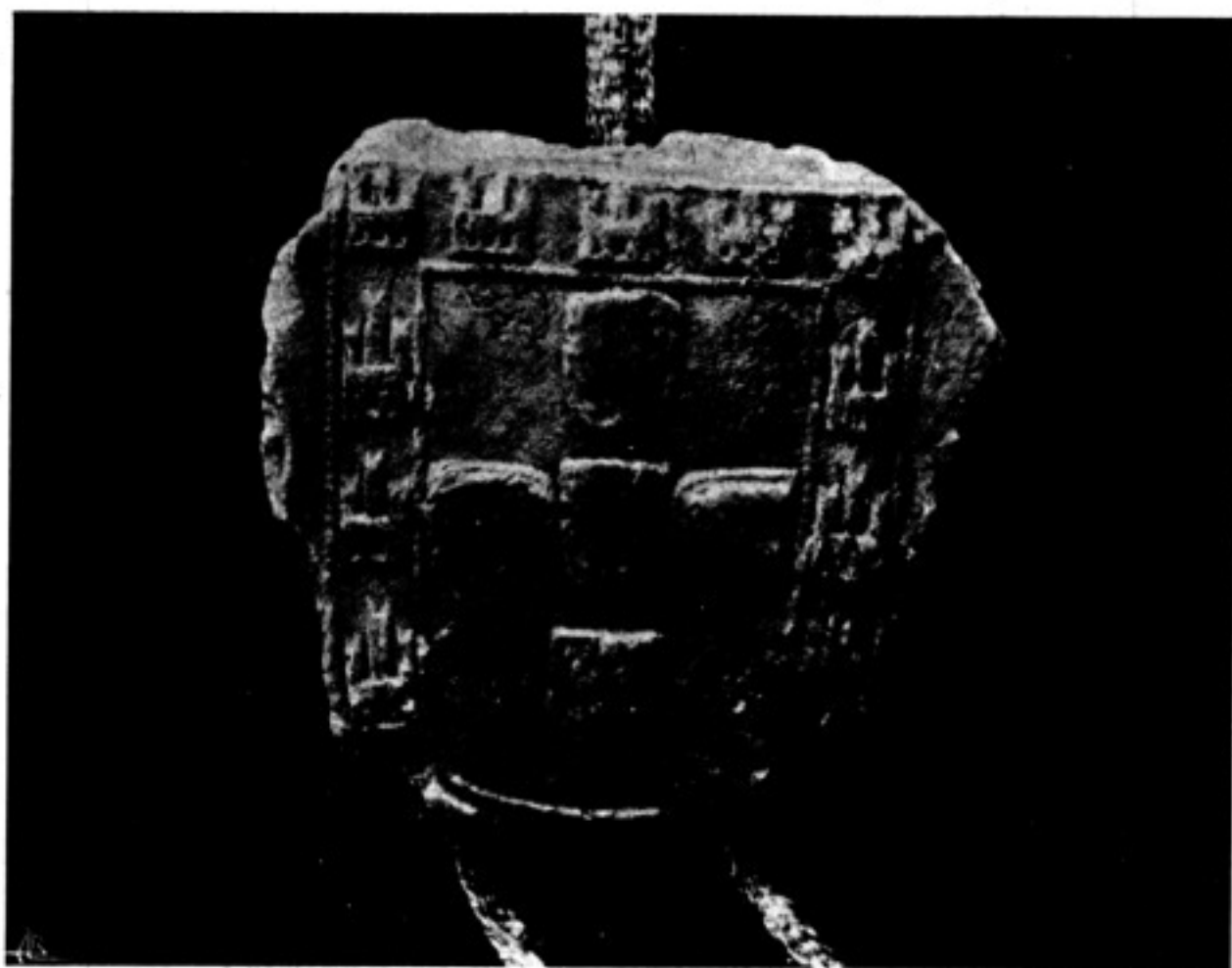
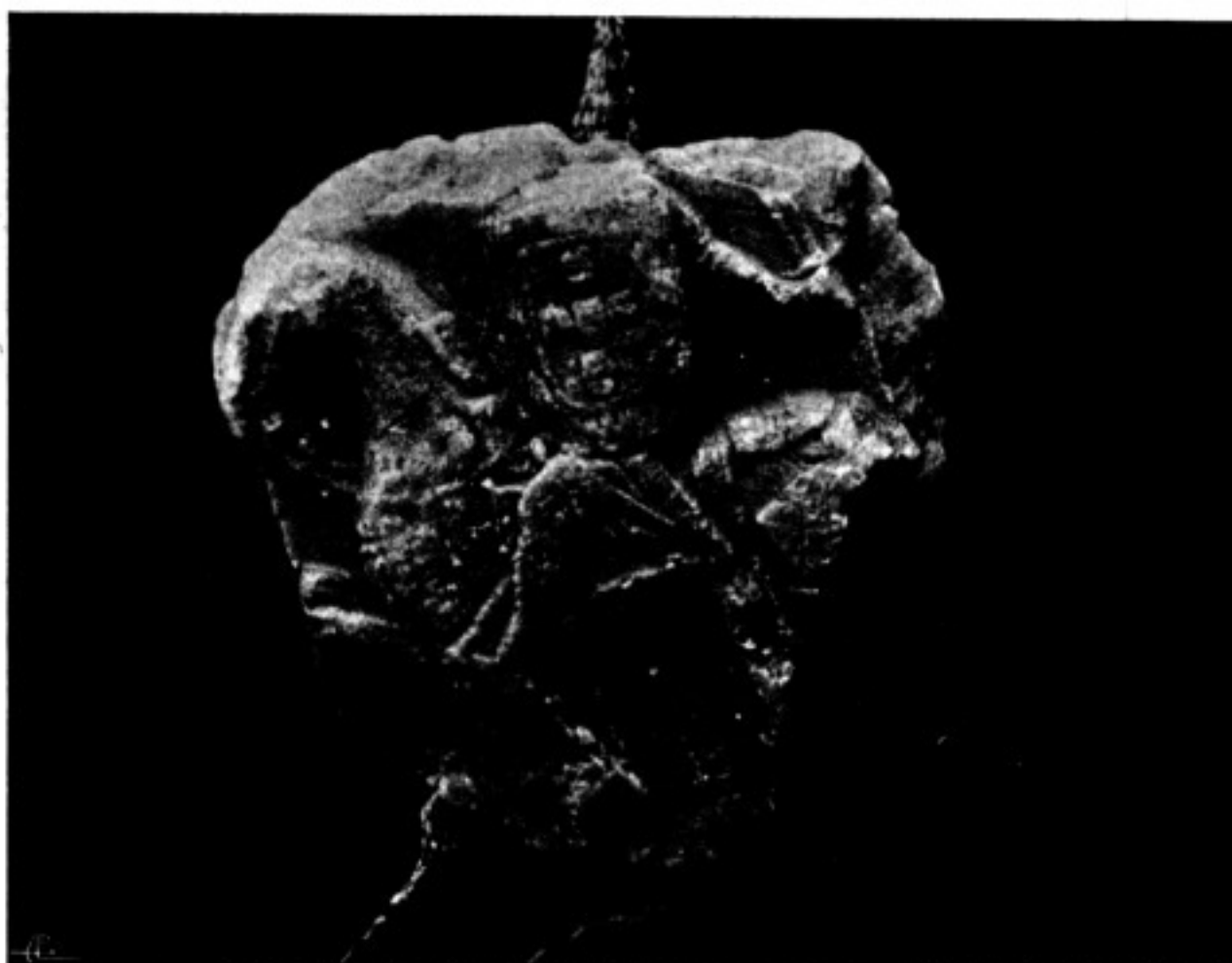
da Faculdade de Teologia em comemoração do Centenario da Reforma e restauração da mesma Universidade effectuada pelos sabios Estatutos de 1772.

(1) Silvestre Ribeiro, obr. cit., pág. 11 e 16; e Francisco Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas de Universidade de Coimbra*, 2.ª edição, organizada pelo Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, Primeira Parte, págs. 539 a 543.

(2) *Livro Verde*, fl. 2, in « Livro Verde da Universidade de Coimbra (cartulário do século xv) », leitura, revisão e prefácio de A. G. da Rocha Madahil, 1940, pág. 3.

Pode ler-se a tradução desta bula, bem como a representação pedindo a criação da Universidade, em: *Monarchia Lusitana*, 5.ª parte, fol. 132 e 133; Francisco Leitão Ferreira, *Noticias Chronologicas*, 2.ª edição organizada pelo Prof. Joaquim de Carvalho, n.º 24 e seg., pág. 11; Soriano, obr. cit., pág. 149; José Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos, etc.*, vol. 1., pág. 415; *Livro Verde*, fl. 4 verso (A. Madahil, pág. 8).

(3) Francisco Leitão Ferreira, *Noticias Chronologicas*, organizadas pelo Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, vol. 1, pág. 87.



*As duas faces do sêlo pendente do diploma da fundação
da Universidade Portuguesa*

(Extr. de A. Vasconcelos, *Notícias Farmaceuticas*)

teiro (1). As Universidades, como é sabido, organizaram-se, umas espontaneamente sem diploma de fundação (2) (como Salerno, Oxford, Padua, Reggio, etc.), outras foram criadas por diplomas pontíficos (Curia Romana, Pisa, Tolosa, Montpellier, Cambridge, Valhadolid, etc.), ou por diplomas dos imperantes civis (Siena, Nápoles, Palência, Salamanca, Lérida, etc.), e outras finalmente por diplomas emanados dos dois poderes, civil e eclesiástico, (Lisboa-Coimbra, Perpignan, Florença, Pavia, Praga, Viena, etc.).

Não é pois fácil estabelecer a data da sua criação, e além disso muitas tiveram vida efémera, transferindo-se para outras localidades.

Com Stephen d'Irsay (3) podemos dizer que as primeiras Universidades foram: Paris, Bologna, Montpellier, Oxford, Orleans e Coimbra.

O Prof. Fernando de Almeida Ribeiro, num Relatório inserto na Revista da Universidade (4), indica a seguinte ordem cronológica:

- 1 — Universidade de Bolonha, instituída em 1100 (para outros já existia no séc. v).
- 2 — Universidade de Paris, 1150.
- 3 — Universidade de Montpellier, 1181 (para alguns, fundada em 1189).

(1) Silvestre Ribeiro, obr. cit., pág. 11.

(2) *Cassificação de Denifle*, in *O Instituto*, vol. 71.º, pág. 338: *As Universidades Medievais*, pelo Dr. J. M. Queiroz.

(3) *Histoire des Universités* (1933) Vol. 1, págs. 5-6.

(4) *Relatório de uma viagem de estudo*, em Itália, Áustria, Tcheco-Slováquia, Alemanha e França, *Revista da Universidade*, n.º 9 de 1925, pág. 405.

- 4 — Universidade de Oxford, fins do séc. XII.
- 5 — Universidade de Vicencia, 1204 (encerrada em 1210).
- 6 — Universidade de Salamanca, fundada nos primeiros anos do séc. XIII (anteriormente, em 1179, era já escola eclesiástica).
- 7 — Universidade de Pádua, 1222.
- 8 — Universidade de Tolosa, 1230 (para outros 1223).
- 9 — Universidade de Coimbra (Lisboa), 1290.
- 10 — Universidade de Grenoble, 1339.
- 11 — Universidade de Pavia, 1361 (desde o séc. X escola de Direito).

Segundo a tradução do Dr. José Maria Rodrigues de um trabalho alemão, a « Universidade de Lisboa — Coimbra » foi o terceiro estudo geral da península (não contando Sevilha) (1).

É, pois, no séc. XIII que o ensino superior tem uma organização especial autónoma, tomando uma posição definitiva de *Studium generale*.

A 26 de Fevereiro de 1308, por bula (2) do Papa Clemente V, — *Profectibus publicis* — foi autorizada a transferência da Universidade para Coimbra. E assim « funda e planta irradicavelmente el-rei D. Diniz o estudo geral na cidade de Coimbra » (3).

(1) Die Universitäten des Mittelalters bis 1400. Von P. Heinrich Denifle, aus dem Predigerorden, Unterarchivas des hl. Stuhles. Erster Band. Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400. Berlin, 1885 — Tradução anotada pelo Dr. José Maria Rodrigues, pág. 7.

(2) *Livro Verde*, Fl. 5, v.º (A. Madahil, pág. 10).

(3) Leitão Ferreira, *Noticias Chronologicas*, obr. cit., Primeira parte, pág. 87, n.º 227.

Mas, D. Afonso IV, não se preocupando com a colocação *irradicabiliter* em Coimbra, de D. Deniz, transferiu-a para Lisboa, em 1338. Em 1354 ei-la de novo em Coimbra, por determinação do mesmo rei, D. Afonso IV, para se reinstalar em 1377 ⁽¹⁾ na cidade Ulissiponense com D. Fernando.

Em 1537, a Universidade, o Colégio Real, ou, antes, as Escolas Gerais fixam-se definitivamente em Coimbra ⁽²⁾.

Devemos salientar que D. João III reflectiu demoradamente nesta transferência, porquanto, em 1536 ⁽³⁾, mandara construir no interior do convento de Santa Cruz, dois colégios, mas com portas independentes para o exterior ⁽⁴⁾, destinados à leitura de todas as ciências: de Santo Agostinho e de S. João Baptista. Contudo, já em 1528 havia estudos públicos no mosteiro de Santa Cruz ⁽⁵⁾. A frequência foi tal que ⁽⁶⁾ outros dois colégios se edificaram aí para internamento dos escolares: o da invocação de S. Miguel (para canonistas e teólogos) vestindo de roxo, destinado a Fidalgos, e o de Todos os Santos (para teólogos e filósofos), vestindo de pardo, para os pobres. Porém, o de S. Miguel, dadas as suas dimensões, levou muito a

⁽¹⁾ *Livro Verde*, Fl. 34, v.º (A. Madahil, pág. 77).

⁽²⁾ Auto de transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, *in* Revista da Universidade, 1913, n.º 2, pág. 624.

⁽³⁾ Teofilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, vol. 1, pág. 343.

⁽⁴⁾ Prof. António de Vasconcelos, *Escritos Vários*, pág. 161; e Carneiro de Figueiroa, *Memorias da Universidade de Coimbra*, pág. 49.

⁽⁵⁾ Teofilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, vol. 1, pág. 343.

⁽⁶⁾ *Idem*, pág. 344.

construir, instalando-se os alunos no mosteiro, na casa do Galeão (1).

Como escreve o Prof. António de Vasconcelos:

« Parecia que o Rei queria instituir em Coimbra, no mosteiro de Santa Cruz, uma nova Universidade repassada do espírito da renascença, e independente da antiga Universidade, ora sita em Lisboa. »

No entanto, resolve:

« Mudar para Coimbra a velha Escola Geral, reformada sobre bases novas, ampliada e desenvolvida, com orientação moderna inspirada pela renascença, Universidade que rivalizasse em tudo com as mais afamadas do estrangeiro. »

Que valor tinha esta Universidade que andava de Herodes para Pilatos? Di-lo o insigne mestre Doutor António de Vasconcelos (2):

« pouca importância teria nesta época um estabelecimento de ensino, que tão facilmente e com tanta frequência se transferia de uma cidade para outra ».

Também o Prof. Doutor António Serra de Mirabeau (3), na sua oração de Sapiência de 16 de Outubro de 1886, disse: « condições favoráveis aos estudos universitários

(1) Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, vol. 1, pág. 344.

(2) *Escritos Vários*, vol. 1, pág. 113.

(3) *Anuário da Universidade de Coimbra*, de 1886-87.

acham-se na risonha Coimbra reunidas em tão subido grau, que neste ponto leva ela a palma a todas as cidades de Portugal ».

Porque se fixou definitivamente em Coimbra? Presupõe o referido Professor A. de Vasconcelos (1):

« A Universidade não dera em Lisboa os resultados que D. Deniz esperava. Cidade de muito movimento, com um tráfico comercial já então notável, frequentada de numerosos negociantes e vesitantes, estrangeiros e nacionais, atraídos à capital portuguesa por interesses vários, não era positivamente, o meio pacato e tranquilo, adequado à meditação e estudo, requerido para uma intensa vida literária e científica. A rapaziada distraía-se muito e estudava pouco, por isso o aproveitamento não poderia ser grande ».

Já Silvestre Ribeiro escrevera, também, sobre os possíveis motivos de preferência pela cidade de Coimbra (2):

« por ser o ponto mais central do Reino, e consideravelmente apropriado para os estudos, pelo remanso de um tal sítio, pela abundância dos mantimentos, pela amenidade do clima, e pela encantadora formosura dos seus campos banhados pelo Mondego ».

E o ambiente era tão adequado que Clenardo anteviu na Universidade de Coimbra a escola mais célebre da Península (3). Coimbra teve professorado de nomeada, e

(1) *Escritos Vários*, vol. 1, pág. 79.

(2) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 21.

(3) Prof. Doutor Damião Peres, *A Universidade de Coimbra na história da cultura nacional*, pág. 1.

diversos portugueses ensinaram em Salamanca e na Europa (1).

Os Estudos Gerais de D. Deniz funcionaram primeiro em casa de aluguer, e, depois em edificio mandado construir, pouco mais ou menos, onde hoje é a Faculdade de Letras (2).

« O local de Coimbra onde primitivamente estiveram as escolas foi o da rua de Santa Sofia, local em que depois se erigiram os collegios de S. Miguel, e Todos os Santos, substituidos pelo real collegio das artes e depois deste pela Inquisição, junto ao mosteiro de Santa Cruz, onde então se leccionava a sagrada theologia, bem como nos primitivos conventos de S. Domingos e S. Francisco, posteriormente subterrados pelas areias do Mondego, por que as aulas das outras sciencias, artes, e latinidade estavam todas em casas de aluguer. Todas estas aulas juntaram-se depois n'umas unicas casas, que estavam perto dos paços reaes das Alcaçovas, no bairro alto, onde depois se edificou o collegio de S. Paulo (3), que já n'aquelle tempo tinha as mesmas insignias. No anno seguinte ao desta mudança o mesmo Rei D. Diniz deu á universidade os seus primeiros estatutos, datados de 15 de Fevereiro de 1309 » (4).

Parece que em 1533 a Câmara de Coimbra requereu

(1) Teófilo Braga, obr. cit., vol. 1, págs. 367 e 388.

(2) Prof. Doutor António de Vasconcelos, *Escritos Vários*, vol. 1, pág. 90.

(3) Sobre a vida deste Colégio, ler D. Joseph Barbosa, « Memórias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus collegiaes e porcionistas », Num. xxv in *Collecção dos Documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, 1727, ordenada pelo Marques de Alegrete, Manuel Telles da Sylva.

(4) Soriano, obr. cit., pág. 152.

a D. João III para Universidade se deslocar para Coimbra, como se depreende de uma resposta do Rei (1).

Há quem pretenda que a Universidade já funcionava em Coimbra no ano de 1536 (2).

Quando em 1537, D. João III fixou definitivamente a Universidade em Coimbra, os Estudos Velhos ou Universidade Dionisiana estavam em ruínas.

Certamente por isso escreve Figueiroa: que « *D. João teve* tenção de que a Universidade se fundasse totalmente em Santa Cruz, depois mudou de parecer. » (3)

Então, o Reitor D. Garcia de Almeida ofereceu a sua ampla casa *sita á porta de Belcouce, junto ao Arco da Estrela* (4), para o ensino de Ciências (Direito civil, Direito canónico, Matemática, Retórica e Música) — pois as Artes e Humanidades (Teologia, Línguas Latina e Grega, Artes e Medicina), ministravam-se nos colégios do Mosteiro de Santa Cruz (5).

As primeiras lições tiveram lugar em 2 de Maio de 1537 e as primeiras matrículas começaram em 12 do mesmo mês (6).

Mas, como surgissem diversas questões, o Rei deter-

(1) Alfredo Pimenta, *D. João III*, pág. 239.

(2) Idem, pág. 240; e Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 46.

(3) Francisco Carneiro de Figueiroa, *Memorias da Universidade de Coimbra*, págs. 49-50.

(4) Idem, pág. 50; e Prof. António de Vasconcelos, obr. cit., pág. 118; e Teófilo Braga, obr. cit., vol. 1, pág. 455.

(5) Prof. António de Vasconcelos, obr. cit., pág. 118; e Prof. Mário Brandão, Documentos, obr. cit., vol. 1, pág. 27.

(6) Carneiro de Figueiroa, obr. cit., pág. 51.

minou por carta de 23 de Setembro de 1537 ⁽¹⁾ a mudança das cadeiras e bancos existentes em casa de D. Garcia para o Paço Real de Alçáçova ⁽²⁾, e em Outubro já aí funcionavam as aulas, até então lidas em casa do Reitor D. Garcia.

« Por não haver nos Paços de El-Rey a comodidade necessária para se lerem todas as Sciencias e Artes, principalmente achando-se ainda ocupada por algumas pessoas parte delles, liaõ alguns Mestres de Gramatica e Filosofia nos collegios de São Jeronimo, do Carmo e da Graça, e tão bem Theologia... » ⁽³⁾

D. João III determinou, em 12 de Agosto de 1543, que os actos de Teologia se fizessem em Santa Cruz ⁽⁴⁾, embora os estatutos prescrevessem o contrário.

Em 22 de Outubro de 1544 manda-se transferir a Teologia, Medicina, Artes e Latinidade ⁽⁵⁾ *para sossego e guarda da religião* do mosteiro de Santa Cruz mas reconhece-se que o Paço é insuficiente ⁽⁶⁾.

⁽¹⁾ Carneiro de Figueiroa, obr. cit., pág. 52; e Prof. Mário Brandão, Documento D. João III, vol. 1, pág. 43.

⁽²⁾ Porque encontramos, por vezes, a denominação de Paços de Alçáçovas? Escreve Simões de Castro (Guia, pág. 180):

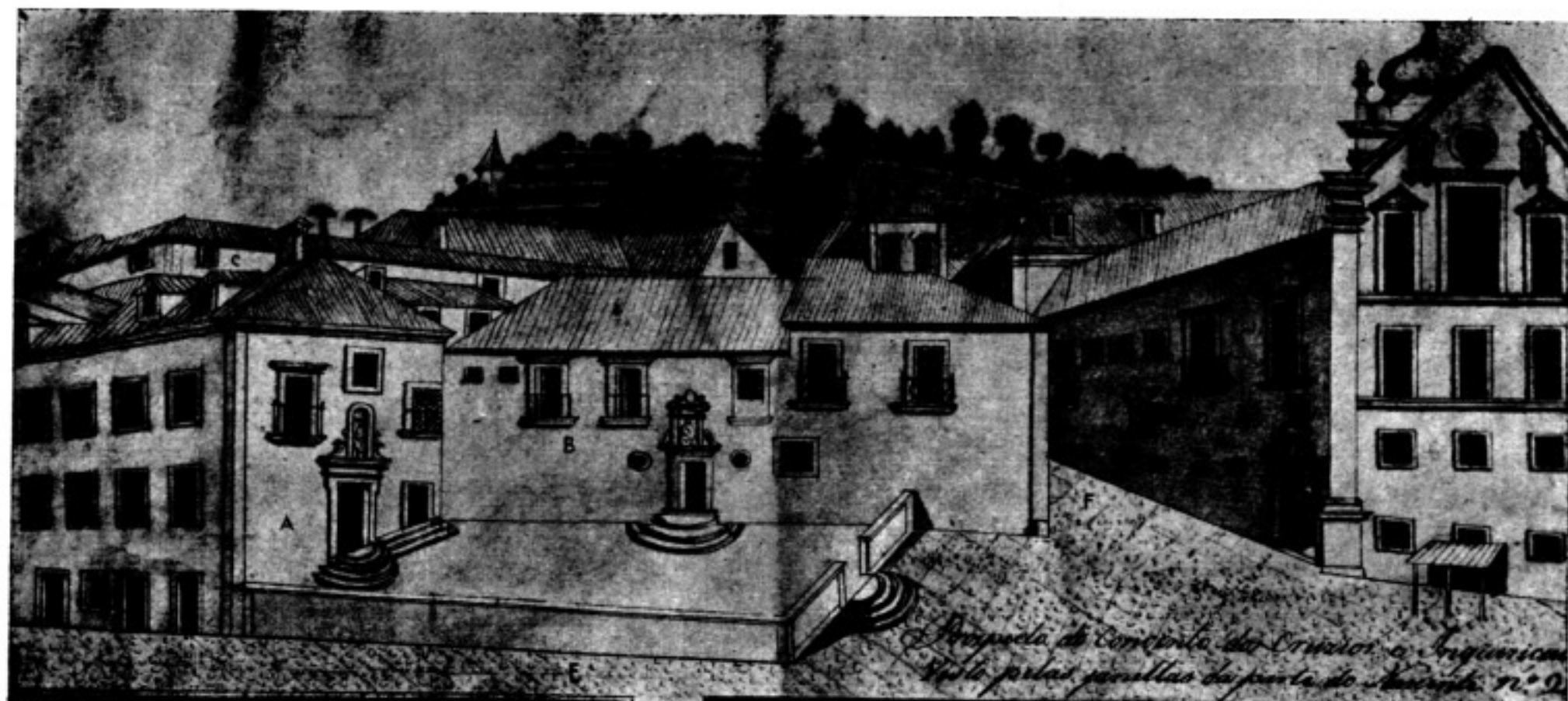
« Pela sua posição e pelo proprio nome de Alçáçovas é de crer que já em tempos mais remotos ali houvesse sido habitação dos reis arabes. Estes paços foram restaurados por D. Manuel ».

⁽³⁾ Carneiro de Figueiroa, obr. cit., pág. 68.

⁽⁴⁾ Refere-se a este Colégio o Prof. Vergílio Correia, no *Diário de Coimbra* de 27 de Abril de 1936.

⁽⁵⁾ Prof. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. II, págs. 210-213 e 214-215; e Prof. A. da Rocha Brito, *O primeiro dia de aula, etc.* pág. 9-10.

⁽⁶⁾ Teófilo Braga, obr. cit., vol. 1, pág. 487.



*Proposta de Concerto da Cruzada e Inquirições
 Nesta planta se vella da porta do Anverso n.º 2*

*Colégios de S. Miguel, de Todos os Santos
 e antigo das Artes*

- A — Colégio de S. Miguel.
- B — > de Todos os Santos.
- C — > antigo das Artes.
- D — Mosteiro de Santa Cruz.
- E — Rua de Santa Sofia
- F — > antiga de Montarroio.

(Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)



O colégio de S. Pedro só se instalou junto da Universidade em 1572, e como primitivamente o edifício não era murado, em Janeiro de 1545 determinou-se a construção de *uma parede pera se tapar e cerrar o Terreiro dos paços* (1).

Não eram as instalações muito espaçosas e por isso se pensou no alargamento da Universidade. Em 1548 as Letras humanas e a Filosofia desertaram dos gerais da cidade alta para se acolherem nos gerais da Escola real (2), isto é, passou para o Colégio Real das Artes o estudo da Matemática, Retórica, Línguas clássicas e humanidades. Convém esclarecer que estas escolas menores da Universidade se acomodaram primeiro nos Colégios de S. Miguel e de Todos os Santos (3), na Rua de Santa Sofia, construindo-se depois a NE. dos Colégios Crúzios, o edifício próprio do Colégio Real das Artes (4). A 17 de Janeiro de 1549 determinava-se a incorporação do Colégio de S. Pedro na Universidade (5). Em 1568 iniciou-se a construção do novo edifício para o mesmo colégio das Artes, na Alta, situado onde hoje é o corpo principal dos Hospitais da Universidade (6).

D. João III (7) cedeu as ruínas dos *Estudos-velhos* para o Colégio Real de S. Paulo Apostólico, destinado

(1) Prof. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. II, pág. 223.

(2) Prof. Mário Brandão — *O Colégio Real das Artes*.

(3) Refere-se a este colégio o Prof. Vergílio Correia, no *Diário de Coimbra* de 11 de Maio de 1936.

(4) Prof. António de Vasconcelos, *Escritos Vários*, pág. 207-208.

(5) Prof. Mário Brandão, *Documentos*, obr. cit., vol. IV, pág. 5.

(6) Prof. A. Vasconcelos, obr. cit., pág. 209.

(7) Idem, pág. 225.



Parte da colunata claustral do paço da Escola dionisiana em Coimbra

(Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)

aos clérigos pobres que desejassem frequentar a Universidade. As obras iniciaram-se em 1550, em prosseguimento da resolução tomada um ano antes. Registe-se que em 1533 o Rei consentira na cedência das primorosas colunas góticas e capitéis do Claustro do Colégio Real Dionisiano à abadessa de Celas (1), e lá se encontram na arcaria dos lados meridional e ocidental da quadra do Claustro, segundo o Professor A. de Vasconcelos.

O referido Colégio de S. Paulo Apostólico inaugurou-se solenemente em 2 de Maio de 1563, ficando reservado a seculares (2) que pretendessem doutorar-se, licenciarse, e concorrer não só ao magistério universitário como a outras posições de destaque.

Em 9 de Março de 1583, Filipe II nomeou um visitador e Reformador (3), com o encargo, também, de mandar *fazer Escollas* para a Universidade, tendo-se efectuado a medição da área e avaliado as casas localizadas no circuito correspondente ao bairro de S. Pedro — local sempre escolhido para esse fim.

Calculou-se o valor dessa obra em 100 mil cruzados e como a Universidade não tinha dinheiro e tal plano causava transtorno ao alojamento dos estudantes, propôs-se ao Rei a entrega dos Paços. Filipe II preferiu ordenar o despejo da Universidade, em 30 de Setembro de 1583, afim-de os ocupar, e ser destinado, ulteriormente, aos seus *subçessores* (4).

(1) Prof. António de Vasconcelos, obr. cit., pág. 100; e A. Gonçalves, *Estatuária lapidar*, pág. 54.

(2) Idem, págs. 92 e 226.

(3) Carneiro de Figueirôa, obr. cit., págs. 117-118.

(4) Prof. Lopes de Almeida — *A Universidade de Coimbra*, pág. 122.

O Rei reconsiderou e, se bem que não entregou os Paços gratuitamente, como os reis portugueses, acabou por vendê-los: 30.000 cruzados. São curiosas as duas cláusulas (1) dessa carta de venda:

« 1.^a Que em nenhum tempo se poderia allegar lezaõ, nem ainda enormissima contra esta venda, porque no cazo em que os Paços valessem mais da mayoria e excesso, fazia pura e irrevogavel doação á Universidade.

« 2.^a Que os ditos Paços em poder da Universidade ficariaõ conservando as prerogativas, preeminencias e immunidades de Paços Reaes, e por virtude da dita Carta de venda tomou a Universidade posse dos Paços e de todas as suas pertenças. »

Ao falar-se da Universidade de Coimbra não devem esquecer-se os nomes de D. Deniz, Rei de grande cultura e amante das letras, e de D. João III (êste monarca, tendo abandonado Lisboa por grassar uma epidemia de tabardilho (2), e instalando-se em Coímbra, contribuiu imenso para o progresso da Universidade). E D. João V, que nos legou a rica Biblioteca, a Tôrre e o Órgão da Capela? E o Marquês de Pombal, grande reformador do ensino universitário?

Os estudantes devem gostar de saber que no tempo de D. Deniz estavam sob a sua « guarda real e defeñdimento ».

(1) Carneiro de Figueirôa, obr. cit., pág. 122.

— *Apontamentos para o contrato de venda dos Paços de Coimbra*, podem ler-se no *Anuário* 1873-74, págs. 216 e 227.

(2) Prof. A. da Rocha Brito, *O primeiro dia de aula, etc.* pág. 20.

Não podiam ser obrigados pelo alcaide de Coimbra a comparecer perante os tribunais seculares (1). Só por delito de homicídio, ferimento, furto, roubo, rapto de mulher, ou fabricação de moeda falsa podiam ser prêsos. Em 1310, escolheram-se *dous* (2) *homens bons da Cidade de Coimbra* « para vigiar pela honra e comodo dos estudantes », e, assim, foram nomeados Martin Annes e João Deniz. Porém, em 1312 permitia-se ao alcaide a prisão depois do sino tanger (3). A 18 de Julho já havia juizes privativos (4). Seguidamente diversas medidas, sôbre disciplina académica, são dadas à Universidade (5).

Mas, voltemos a nossa atenção para o Paço das Escolas.

(1) *Livro Verde*, A. Madahil, pág. 27; Prof. António de Vasconcelos, *Origem e evolução do foro académico privativo da antiga Universidade Portuguesa*, pág. 10. (Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. III, 1917, pág. 386-388).

(2) Leitão Ferreira, obr. cit., Primeira Parte, pág. 92.

(3) Leitão Ferreira, obr. cit., pág. 95.

(4) Idem, pág. 97; *Livro Verde* Fl. 12 v.º (C) (leitura de A. Madahil, pág. 57).

— Em diversos reinados se mantiveram estas prerrogativas dos estudantes, (*Livro Verde*, leit. de A. Madahil, pág. 44 e 143).

— *Anuário da Universidade*, 1839, pág. 341.

(5) O regulamento da Polícia Académica, de 25 de Novembro de 1839, pode ver-se em *Anuário da Universidade*, 1896-97, pág. 341; e o de 20 de Setembro de 1844 a pág. 341.

PORTA FÉRREA

Em pleno coração da alta, *formando a parte mais vistosa de Coimbra* (1) fica o *majestoso edifício* da Universidade ou *alcaçar das sciencias* com a sua típica *Porta Férrea*, ádito principal do Pátio da Universidade, como lhe chamou o Prof. António de Vasconcelos (2). À direita desta porta fica-nos a Rua do Norte que conduz à Escola de Farmácia, e à esquerda a de Camilo Castelo Branco ou de Entre-Colégios, assim chamada porque antigamente separava o Colégio de S. Pedro do de S. Paulo Apostólico. Foi no local deste último que, como se disse, funcionou o *Palácio Dionisiano da Universidade Primitiva*, expressão feliz do Prof. António de Vasconcelos.

O Colégio de S. Paulo Apostólico foi bastante danificado pelo terremoto (3) de 1755. Em 1838 iniciaram-se obras na parte central do edifício para adaptação a sede da Nova Academia Dramática — que veio a realizar o seu primeiro espectáculo em 24 de Junho de 1839 (4). Um incêndio destruiu esta casa, totalmente demolida em 1888 (5) para reconstrução do Novo Teatro Académico; mas, as

(1) *Breve noticia do Paço e edificio das escholas da Universidade de Coimbra*, in *Anuário* de 1867-68, pág. 3.

(2) *Real Capela, Anuário*, 1907-08, pág. ccvi.

(3) *Idem*, pág. 228.

(4) *Idem*, pág. 229.

(5) *Idem* pág. 230.

obras paralisaram em 1889, continuando de longe em longe e acabando por ficar abandonadas.

Convirá recordar que já em 28 de Setembro de 1546 se determinava a representação de comédias na Universidade (1), e a 30 do mesmo mês e ano encarregava-se Inácio de Moraes de ler uma cadeira de poesia (2).

O Teatro Académico perdura ainda. Hoje está sob a direcção do Prof. Paulo Quintela (3), da Faculdade de Letras,

(1) Prof. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. III, págs. 47 e 69.

(2) *Idem*, pág. 54.

(3) Este ilustre Professor dirige o Teatro Académico desde 1938. A sua dedicação é tal que, conjuntamente com sua Ex.^{ma} Espôsa, acompanha os estudantes em tôdas as récitas culturais e de Gala. Algumas se realizaram, já, em Lisboa (no Teatro Nacional e da Exposição do Mundo Português), e no Pôrto.

Tão simpática iniciativa funciona sem dotações próprias. Mantem-se à custa de ingentes sacrificios dos figurantes, e de subsídios ocasionais, quer pelo Ministério da Educação Nacional, quer pela Reitoria da Universidade.

Pena é que tal organismo não possa ter vida mais auspiciosa, não só pelos grandes beneficios prestados à mocidade académica, desviando-os de certos vícios, mas também pela interessante obra de expansão cultural e educativa que era de tôda a justiça acalentar e engrandecer. No vasto programa figuram *récitas populares*, a representar pelo País fora, prosseguindo-se na obra tão meritória já iniciada em Coimbra; *récitas escolares*, nos diferentes Liceus da Metrópole, etc.

O saudável Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor António Luís de Moraes Sarmiento, inquiriu junto dos Directores das Faculdades sobre a importância das organizações para-escolares, e os pareceres emitidos foram bem concludentes, salientando-se o alcance do Teatro Académico, Orfeão, Tuna, etc. Os Relatórios do ano lectivo de 1939-40, publicados pelos Professores Doutores João Pereira Dias e José Cipriano Rodrigues Deniz focam, com superior critério, este interessante problema.



Fachada exterior do Paço das Escolas vendo-se, à direita, o monumento a Luis de Camões.

(Cl. A. Rasteiro)

ensaiando na antiga Sala do Exame Privado. Diversos saraus teem sido declamados na Biblioteca da Universidade, Teatro Avenida, etc., coroados do maior êxito.

Em 1912 ⁽¹⁾ o edificio foi cedido à Faculdade de Letras, transferindo-se a Associação Académica para o andar térreo do Colégio Real de S. Paulo Eremita ⁽²⁾, actual séde da referida Associação dos Estudantes. Só em 1916 o novo edificio universitário albergou todos os serviços escolares da Faculdade.

Mesmo em frente dêste grandioso edificio, no meio de um largo, ergue-se um pequeno mas simbólico monumento ⁽³⁾, homenagem da espirituosa academia de 1881 ⁽⁴⁾ a um antigo aluno da Universidade de Coimbra, orgulho da raça lusitana, *poeta de fé* ⁽⁵⁾. Queremos referir-nos a *Luís de Camões*, o incomparável poeta, destemido e valoroso soldado e grande patriota. Ninguém melhor do que o poeta soldado ⁽⁶⁾ soube incarnar a alma nacional, descrevendo tão fulgurantemente a epopeia marítima do Povo Português.

⁽¹⁾ Prof. A. de Vasconcelos, *Escritos Vários*, pág. 231.

⁽²⁾ Idem, pág. 231.

⁽³⁾ *O Instituto*, ano 28.º, pág. 441 e 515.

⁽⁴⁾ Tricentenário de Camões, programa de festas, in Prof. A. Vasconcelos: *Manoel Luis Coelho da Silva*, pág. 22.

— Rosalino Cândido de Sampaio e Brito, *O tricentenário de Camões em Portugal*, Coimbra, 1881.

— O Orfeon apresentou-se em público a 7 de Dezembro de 1880; havia sido organizado por João Arroio em 29 de Outubro de 1880 (*In illo tempore*, pág. 80 e Octaviano Sá, obr. cit. pág. 14). Em Maio de 1881 exhibiu-se no Pateo da Universidade, colaborando nas festas a Camões.

⁽⁵⁾ Prof. Mendes dos Remédios, *Camões. Poeta de Fé*, Coimbra, 1924.

⁽⁶⁾ Mário Gonçalves Viana, *Luiz de Camões*.

A sua obra-prima — *Os Lusíadas* — ficará como o símbolo do génio épico da Pátria Portuguesa, como a *Iliada* de Homero traduz a da Grécia, e a *Eneida* de Vergílio a de Roma. Embora tardiamente, justiça lhe foi prestada: o prin-



*Antigo Colégio de S. Pedro
vendo-se à direita a entrada para os Paços Reais de Coimbra
(Extr. de Sylva Leal, Discurso apologético, etc.)*

cipe dos poetas de Portugal repousa no Mosteiro dos Jerónimos (desde 1880) — panteão dos descobrimentos do caminho marítimo para a Índia; como sabeis aí repousam também as cinzas de outros portugueses que bem mereceram da Pátria: Vasco da Gama, Alexandre Herculano, Garrett, Guerra Junqueiro, etc.

* * *

A entrada, nos Paços Reais de Coimbra, era bem diferente do que hoje vemos. E, certamente por não se coadunar com o edificio (1):

« No Conselho de 13 de Janeiro de 1595 se assentou que por estar indecente a porta primeira do Terreiro da Universidade se mandasse fazer hum portal novo e humas portas novas, como convem a tal lugar. »

Sôbre a porta de entrada do terreiro dos paços, no tempo de D. João III, deve ter havido um relógio, como prescreve a carta de 19 de Dezembro de 1539 (2).

A obra de engrandecimento dos edificios da Universidade não é de hoje nem de ontem. Já em 20 de Maio de 1557 D. João III (3) determinava *que não se aforassem nem se dessem os chãos em torno aos paços reais de Coimbra e que neles se não construíssem edificios*. Essa visão da cidade universitária, durante muito tempo em pensamento parece que vai entrar em intensa actividade. Uma comissão executiva está em exercicio sob a presidência do Vice-Reitor Prof. Doutor Maximino Correia.

Analizando a *Porta Férrea* notamos as suas colunas de ordem corintia. Êste portal tem duas faces iguais (4), desde o século xvii, época em que foi construído, substituindo uma

(1) Figueiroa, obr. cit. p. 227.

(2) Prof. Mário Brandão, *Documentos*, etc., vol. 1, pág. 230.

(3) Idem, vol. iv, pág. 326.

(4) Prof. Doutor Vergílio Correia, *A Porta Férrea*, in *Biblos*, vol. viii, 1932, pag. 501; António Augusto Gonçalves, escreveu também sôbre êste pórtico em o *Anuário da Universidade*, 1901-02, pág. (6).

antiga porta do Paço medieval, entre cubêlos, sita no mesmo lugar. « *Os cubelos fortificados que a flanqueavam* » foram demolidos (1).

Então, a parede, em que assentava o portal, era baixa, pois determinava-se no contrato assinado em 1633 que devia *subir a igualar com o telhado da capela do Colégio de S. Pedro* (2).

O desenho e traça para as obras dos arcos e portas da Universidade devem-se ao architecto António Tavares (3), e a construção ao mestre empreiteiro Isidro Manuel (4), em 1634 (data inscrita no pòrtico, bem como na



Porta Férrea

(Cl. J. Ramos Bandeira)

(1) Prof. Vergílio Correia, *Diário de Coimbra* de 6 de Dezembro de 1937.

(2) Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas da Universidade*, pág. 26.

(3) Pagou-se em 24 de Dezembro de 1633, a importância de 8.000\$00. (Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas da Universidade*, págs. 31 e 32).

(4) O contrato é de Julho de 1633, a primeira entrega de férias é de 1 de Dezembro de 1633.

grade do portão se lê a de 1640), no Reitorado do D. Álvaro da Costa (1).



*Estátua da face exterior da Porta-Férrea
(Medicina)*

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

meira, colar ao pescoço, *livros* na mão esquerda; e, na

Neste portal duplo com colunas «estriadas, assentes em bases de vistoso lavor» (2) vêem-se, em seus nichos, figuras simbólicas do escultor Manuel de Sousa (3); essas estátuas com *insignias e devisas* alusivas às 4 Faculdades maiores da época são:

Medicina e Leis no portal com frente para a chamada Rua Larga (antigamente Rua Infante D. Augusto e hoje Rua Cândido dos Reis) com as suas insignias, respectivamente, na pri-

(1) Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas da Universidade*, 1934, pág. 21.

(2) Simões de Castro, *Guia do viajante*, etc. pág. 280.

(3) Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas da Universidade*, pág. 23.

segunda, *espada* na mão direita, *balança* e livros na mão esquerda (esta estátua está em péssimo estado).

Teologia e Cânones na fachada interior, voltada para o Terreiro da Universidade, respectivamente *Cruz e Biblia* (Sagrada Escritura — Evangelhos) na mão esquerda; e, na segunda estátua, *teara e chaves* na mão esquerda.

Nos nichos do entablamento encontram-se, também, estátuas, com coroas, de dois reis portugueses, de um lado a de D. Dinis, fundador dos Estudos Gerais, e do outro, a de D. João III, reformador da Universidade (1).



*Estátua da face exterior da Porta-Férrea
(Leis)*

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

Por amável aquiescência do ilustre arquitecto e distinto Prof. Raul Lino, inserimos uma interessante identificação

(1) Prof. Vergílio Correia, *Obras*, etc., pág. 26. Pelo contrato aí citado se dissipa a ideia de uma das figuras representar Filipe III (*Os Serões*, 2.ª série, vol. 1, pág. 43).

da *Porta Férrea*: «Custa a crêr que êste duplo portal houvesse sido construído em 1634 — cêrca de oito decênios após a obra



*Estátua da face interior da Porta-Férrea
(Teologia)*

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

classicista do Torralva em Tomar (Claustro Principal) e quando na própria cidade de Coimbra já se haviam construído as admiráveis e originais igrejas do Carmo, da Graça, de S. Bento, S. Ana, S. Domingos, etc., e, ainda antes, a Misericórdia com seu finíssimo claustro. A *Porta Férrea*, obra pitoresca num estilo atrasado, em nada se ressentida da Arte sublimada dos Álvares e dos architectos que soem ser conside-

rios após a obra classicista do Torralva em Tomar (Claustro Principal) e quando na própria cidade de Coimbra já se haviam construído as admiráveis e originais igrejas do Carmo, da Graça, de S. Bento, S. Ana, S. Domingos, etc., e, ainda antes, a Misericórdia com seu finíssimo claustro. A *Porta Férrea*, obra pitoresca num estilo atrasado, em nada se ressentida da Arte sublimada dos Álvares e dos architectos que soem ser conside-

posso julgar pelas fotografias, me parece destituído de finura.

« É uma obra que não abona da cultura artística da época em que foi feita.

« Vão rectangular ladeado por pares de colunas sôbre altos plintos individuais. Entre as colunas, de cada lado do portal, nicho com estátua. O têrço inferior das colunas é ornamentado; a restante parte dos fustes é canelada; capitéis corintios; o friso do entablamento é guarnecido de ramos de folhagem; a cada coluna corresponde, como terminação superior, um obelisco piramidal.

« Sôbre esta parte inferior do portal, levanta-se um espaldar com edícula ao centro, ladeado por volutas grosseiramente dobradas. No meio do espaldar — nicho com estátua, e, de cada lado, uma



*Estátua da face interior da Porta-Férrea
(Cânones)*

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

fresta alta. Sôbre as pilastras do espaldar, assenta o entablamento terminal com frontão curvo interrompido por peanha com estátua. »

A Porta-Férrea está coroada nas duas fachadas por emblemas da Sapiência. Cada uma dessas sabedorias é representada por uma figura feminina, com coronel na cabeça, vestida de túnicas, tendo como atributos: aos pés, o *mochô* ⁽¹⁾ (ave vigilante durante o silêncio da noite, avisando, com o seu pio plangente, de qualquer facto anormal — é pois o símbolo de estudo, das vigílias, da meditação) e a *joeira* ou crivo (utensilio que separa o trigo do joio; símbolo da crítica seleccionada, isto é, que separa o verdadeiro do falso); na mão esquerda encontra-se o *cetru* da soberania, rematado por *esfera armilar* (instrumento de estudo, simbólico das chamadas ciências nobres — muito da simpatia de D. Manuel, o Rei Venturoso); e na dextra um *livro* aberto. Ainda aos pés se encontram livros representando as ciências humanas.

Um estudo de-veras pormenorizado sôbre *A insígnia da Universidade de Coimbra* foi publicado por A. G. da Rocha Madahil, do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, em *O Instituto*, no número comemorativo do iv Centenário do Estabelecimento Definitivo da Universidade em Coimbra.

A Porta-Férrea, segundo o Prof. Vergílio Correia, é uma composição interessantíssima de architectura civil, de tradição renascentista, e a passagem abobadada — *o arco de abobada lavrada e brincada* —, em pedra de Ançã, que fica

⁽¹⁾ A. da Rocha Madahil, *A insígnia da Universidade de Coimbra. Esboço histórico*, in *O Instituto*, vol. 92.º, 1.ª parte, pág. 415.

entre esta porta dupla, bem pode considerar-se um *verdadeiro arco de triunfo* (1).

Os socos, ombreiras, vêrgas e o *emlagemento*, construíram-se em pedra dura de Outil.

Na mesma data se fizeram as escadas, também em pedra de Outil, para serventia das casas (2) do Reitor (junto ao actual Instituto Jurídico), análogas às dos Gerais, ficando ambas com o mesmo número de degraus e corrimão análogo. Construiu-se ainda um tabuleiro lageado, igual ao da porta da cadeia de então, e no alto da escada edificou-se um « alperche com seo pateo lageado e arco de frontaria do mesmo tamanho que he o que está no alto da escada que vay para os geraes em correspondencia sua na mesma maneira cõ duas portas para a varanda e entrada da casa do sñor Reitor e janella para o terreiro (2) » sendo esta a primeira obra para « fiquarem as casas do Sñor Reitor com serventia quando se derrubarem os arcos do portal e escada que serve ».

Igualmente se fizeram os arcos e portas necessárias por debaixo da escada das casas reitorais para os seus lacaios, etc.

Uma outra porta se deslocou, construindo-se a respectiva escadaria. Corresponde às instalações do Instituto Jurídico do lado Norte.

À Porta-Férrea, está ligada a velha praxe académica da *pastada* e do *canelão*... Ainda não há muito tempo o *novato* que, saindo das aulas dos Gerais e de S. Pedro, passasse o arco de triunfo, sem a misericordiosa protecção

(1) Prof. Vergílio Correia, *Coimbra e arredores*, pág. 83.

(2) Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas*, etc. pág. 26.

do *Doutor de fitas*, sofria os tratos deliciosos... impostos pelo *Palito Métrico*...

Outrora, as investidas contra os *novatos* chegaram a tal ponto que D. João V dera instruções ao Reitor Carneiro de Figueiroa para as proibir ⁽¹⁾.

Por cima desta abóbada (lavrada, assente sobre pilstras de pedra de Ançã), ficavam as antigas instalações infantais ⁽²⁾, mais tarde aposentos dos Reitores e hoje devolutas, servindo no entanto, ainda, para receber certos hóspedes de honra da Universidade.

Transposta a porta dupla encontra-se o chamado Pátio da Universidade ou, antes, na denominação antiga, o *Terreiro* ⁽³⁾. Êste recinto, quási quadrado, até há bem

⁽¹⁾ Teófilo Braga, *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Lettras), Nova Serie — Tomo VII, Parte 1, 1895, pág. xxiii.

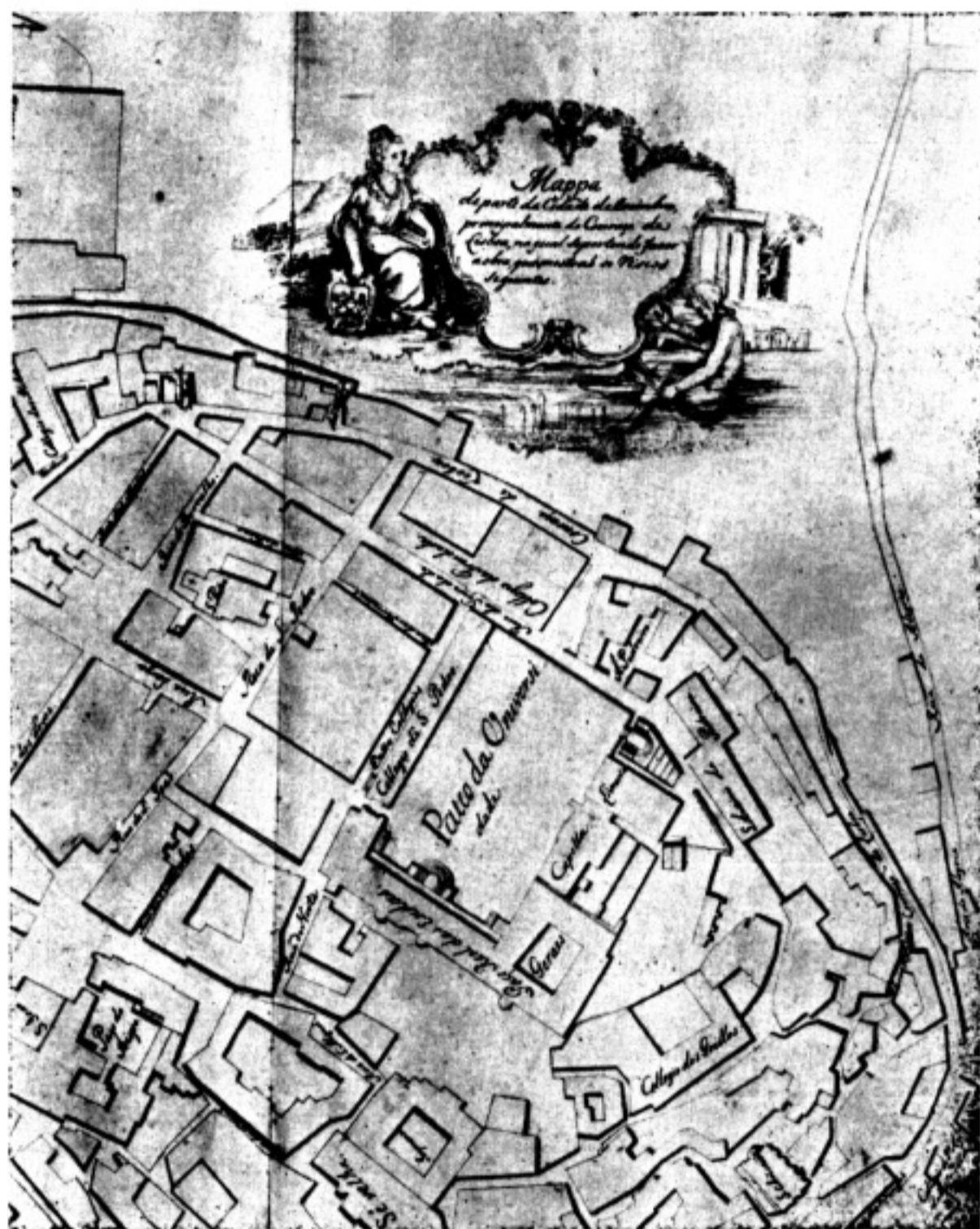
⁽²⁾ Prof. Vergílio Correia, *Coimbra e arredores*, pág. 80.

⁽³⁾ Segundo nos informa A. da Rocha Madahil, por narrativa do Prof. António de Vasconcelos, antigamente, aí crescia abundante relva sendo permitido ao guarda-mór trazer a pastar: um burro e um carneiro. O Doutor Vasconcelos não tinha esquecido ainda as diabruras dos alunos da Escola Primária, do Edifício de S. Boaventura, no grupo dos quais se incluía. As crianças, immobilizadas horas seguidas a tentar as primeiras letras, quando se encontravam em liberdade, acorriam ao Terreiro da Universidade, e, como a Alta carecia de certas comodidades... é lógico de avaliar o resultado...

A versão até pode ser inspirada na forma como em 1367 os documentos oficiais chamavam ao Terreiro: *curral dos paaços*... (Prof. A. de Vasconcelos, *Origem e evolução do foro*, etc., pág. 19.)

O recinto foi, durante muito tempo, centro de folguedo, jogando-se a choca e atirando-se com béstas, espingardas, e pedradas... Os prejuizos eram tais, nos telhados, vidros, etc., que foi preciso decretar medidas proibitivas.

pouco tempo ajardinado, foi recentemente beneficiado, pelo Reitor, Prof. Doutor António Luiz de Moraes Sar-



Pormenor de uma planta existente no Museu Machado de Castro

(Repr. de A. Hipólito)

mento, com lajeado, circundando as edificações, — lajeado característico das construções antigas. A parte central parece que vai ficar sem arvoredo nem canteiros

ajardinados, justificando assim a expressão de outrora: *Terreiro*.

O Prof. Vergílio Correia adquiriu para a secção de *Coimbra antiga* do Museu de Machado de Castro uma litografia do séc. XIX, em que mostra o vasto pátio do edifício escolar



Terreiro da Universidade

(Extr. do « Anuário da Universidade » de 1867-68)

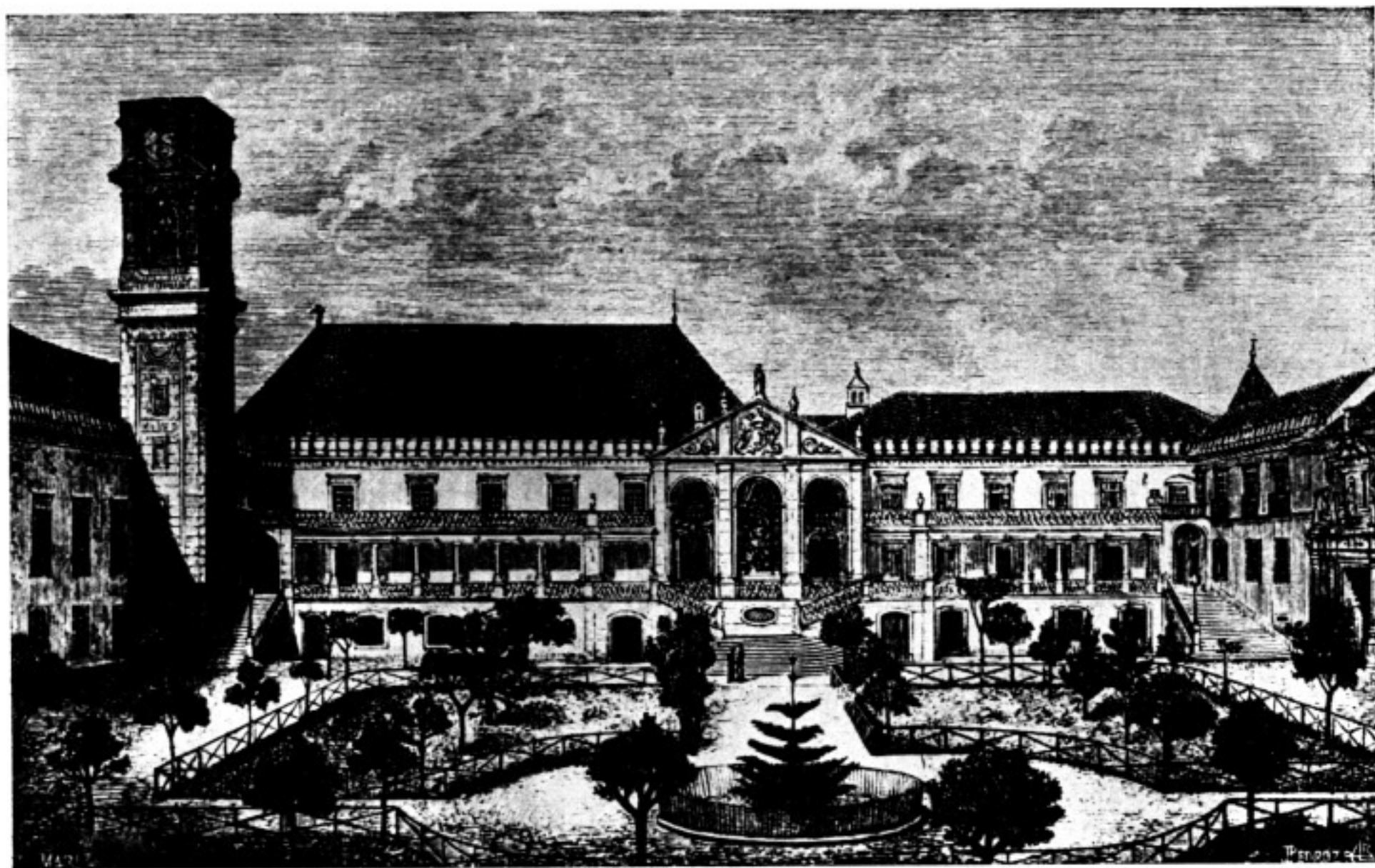
(Repr. de A. de Sousa)

plantado regularmente de árvores infantis, algumas das quais protegidas por caixas de madeira. Estava no seu período inicial o actual jardim — escreve (1).

Tanto no Guia, de Simões de Castro, como no *Anuário da Universidade* encontram-se gravuras dessa época.

E, continua o aludido Professor, vê-se « o jardim em crescimento com a araucária central anã resguardada por uma grade de ferro, e os quatro grandes canteiros laterais,

(1) *Diário de Coimbra*, de 26 de Julho de 1937.



Terreiro da Universidade

(Extr. do « Anuário da Universidade » de 1876-77)

(Repr. de José dos Santos)

defendidos por uma vedação simples de régua atravessadas ». Referindo-se à época em que crescia o buxo em redor dos canteiros, dizia que contava menos de um século a adaptação. *Antes fôra Terreiro*. E aí « se realizavam as mais importantes reuniões, honoríficas, civicas ou religiosas ». Aí « se formavam ou desfaziam préstitos solenes que interessavam tanto à Universidade como à cidade ».

O *Terreiro pação* foi uma « praça de serviço e aparato, guerreiro ou senhoril ».

A propósito do Reitor A. Jerónimo de Meneses (1570-1578) escreve Figueiroa (1):

« No tempo deste Reitor se fez a obra do terreno da Universidade com grades e paredes, e tão bem uma cisterna que depois devia ser demolida, por quanto de presente a não há ».

Daqui, dêste Terreiro, costumava sair, pelo 27 de Maio, o tipico cortejo dos Estudantes Universitários, por ocasião das conhecidas festas da *Queima das Fitas*. Infelizmente, a modernização do préstito substituiu as velhas *tipóias*, cobertas de flores da côr das Faculdades, por automóveis, magnificamente ornamentados, por vezes de tal forma que não conseguem transpor o Pórtico. Porém, a *tradição não se perde* (2).

Êste Pátio de tão gratas recordações foi teatro de uma dolorosa parada (3) — um exercício de tropas quando da invasão napoleónica. O Vice-Reitor protestou em 23 de Outubro de 1811 e o Marechal Wellington respondeu

(1) Obr. cit., pág. 113.

(2) Dr. Octaviano Sá, *Nos Dominios de Minerva*, pag. 78.

(3) Prof. Mário Brandão, *Um documento acêrca dos prejuizos causados à Universidade pela terceira invasão francesa*, pág. 55.

ao que chamava *queichas frivolas* em 1 de Novembro de 1811 — era o unico lugar proprio...

No dia 1 de Outubro de 1810 pelas 11 horas o official Nóbrega instalou-se nos *apostos do Paço das Escolas* (1),



Telhados e Torre da Universidade

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

e, depois, pelas 12. horas chegou o general Pamplona. De tarde, ficaram de guarda à Universidade 8 gendarmes (1).

No dia seguinte apoderaram-se dos cofres, etc., e iniciaram-se as *requisições legais* (2) a que nos referiremos.

(1) Prof. Mário Brandão, *Um documento acêrca*, etc., pág. xvi.

(2) Idem, pág. xvii.

As primeiras notas impressionantes do Paço das Escolas são transmitidas pelos curiosos telhados, bastante ingremes, ao sabor das construções dos velhos tempos medievais (1).



Fachada principal da Universidade com seus telhados típicos

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

Os telhados foram levantados e beneficiados para os Centenários de 1937, escrevendo em 1936, o Prof. Vergílio Correia, que se ia proceder à *reparação geral dos telhados e tectos de caracter artístico* (2).

Como ainda se pode ver, não faltam as ameias. Quando das obras de Marcos Pires se levantou o auto de 1522,

(1) António Augusto Gonçalves, *Edifícios da Universidade*, in *Anuário da Universidade* de 1901-02, pág. (3).

(2) *Diário de Coimbra*, de 22 de Junho de 1936.

por morte d'este artista, encontravam-se 109 guarnecidas e 202 por guarnecer (1).

Presentemente, na fachada com frente para o Pátio encontram-se 48 ameias na ala da Capela (4 entre a Torre e o canto), 54 na face principal (32 à esquerda do Frontão Triplíce e 22 à direita) e 19 no lado da Porta-Férrea. Na frontaria exterior, 148 no lado Norte e 61 a Oeste.



Fachada principal da Universidade com seus telhados típicos

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

Precisando a localização dos diversos edificios universitários, diremos que a Leste ou Nascente fica parte do Paço e o antigo Colégio de S. Pedro; a Sul, o Observatório Astronómico; a Oeste ou Poente, as Escadas de Minerva, Biblioteca, Capela, Secretaria e Gerais; e a Norte, a Via Latina, Sala dos Capelos e Paço.

(1) Prof. António de Vasconcelos, *Real Capela*, in *Anuário da Universidade*, de 1907-08, pág. CLXVII; e Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas*, pág. 82.

Era bem diferente o aspecto do Terreiro. Transformações sucessivas, nos edificios do núcleo central da Universidade, difíceis de precisar pormenorizadamente, conduziram à configuração actual.

As casas do Paço da Universidade estavam divididas e sem comunicações interiores. Foi o Reitor D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho quem propôs ao Marquês de Pombal as indispensáveis obras.

Assim, na Relação Geral do Estado da Universidade, págs. 152 a 156 ⁽¹⁾, lê-se:

« Não se podia hir ás Aulas senão publicamente; não havia serventia para a Capella, senão pelo Pateo; e da mesma sorte para a caza da Meza da Fazenda, que ficava em lugar subterraneo. A mesma caza Reytoral estava muito mal disposta, e sem as accomodaçoens necessarias. O Prospecto para a Cidade estava torpissimo; e não havia entrada para as officinas baixas deste vasto Edificio, que facilitasse a serventia, e uzo dellas. Havia uma Varanda aberta, pela qual se hia da Casa Reytoral para a dos Exames Privados, na qual estavam as janellas, que servem de Tribunas para a Salla Grande dos Actos expostas a chuva, e aos ventos.

⁽¹⁾ O original encontra-se no Arquivo da Universidade (*Relação geral do estado da Universidade de Coimbra desde o principio da nova reformação até o mez de setembro de 1777, para ser prezente á Rainha Nossa Senhora pelo seu Ministro e Secretario de Estado da Repartição dos Negocios do Reyno, o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Visconde de Villa Nova de Cerveira, dada pelo Bispo de Zenopole, Coadjutor e futuro Succesor do Bispado de Coimbra, e actual Reformador e Reitor da mesma Universidade*). A citação pode ver-se, ainda, em Prof. António de Vasconcelos, *Real Capela da Universidade*, in *Anuário*, 1907-08, pág. ccii.

« Todos estes defeitos se emendaram. Mandeí formar na Varanda aberta a Galeria, que se ve na Planta Num... a qual deu formozura ao Edificio e facilitou o uzo das Tribunas, e a serventia para as mais partes do Edificio. Mandeí levantar o tecto das Varandas dos Geraes; e se formaram Corredores, que circulam todas as aulas, e dão Tribunas para ellas, das quaes pode o Reitor ver e observar o que se passa nas ditas Aulas. Faciliteí por meio de Escadas, e outras aberturas a communição interior para todas as partes do Edificio. Emendeí os defeitos da Caza Reytoral, e a puz em estado de servir dignamente aos usos Academicos; e de dar boa accomodação aos Prelados, que nella rezidem. Separei os Paços dos torpes e insignificantes Edificios Velhos, que com elles pegavam. Mandeí formar huma Muralha, que aliviando a Imprensa do Monte de Terra, que a sepultava, sustenta o pezo da terra; forma hum terreno agradavel sobre a Cidade, e por ella se dá communição dos Paços á Imprensa. Mandeí formar Novas Aulas, e dividir outras para as Lições das seis Faculdades e preparei-as de cadeiras, mezas, bancos e tudo o mais necessario para o seu uzo decente... ; »

No entanto, o Reitor Francisco de Lemos achava indispensável, nessa data, emendar outros grandes defeitos.

As dotações orçamentais coetâneas e a falta da sanção superior inibiram o Reformador de deixar à posteridade a obra tal como a concebera, mas, certamente, muitos dos seus projectos entraram, hoje, no campo das realidades.

S. PEDRO

A Nascente encontra-se o edificio do antigo *Colégio de S. Pedro*, instalado em 1572, por doação de D. Sebastião. No entanto, a organização do Colégio Pontifício e Real de S. Pedro (1) é da época de D. João III, pois foi iniciada a construção na Rua da Sofia, em 1543, aceitando os primeiros estudantes em 1545. Porém, o rei cedeu terrenos do mosteiro de Santa Cruz para alargamento do edificio e por isso as obras só se completaram em 1552.

Fundou-o Rui Lopes de Carvalho, canonista, que mais tarde foi Bispo de Miranda, com o nome de D. Rodrigo de Carvalho. A inauguração solene teve lugar a 29 de Junho de 1548 e os Estatutos são de 1551.

Começou por albergar 12 clérigos pobres cursando Teologia ou Cânones.

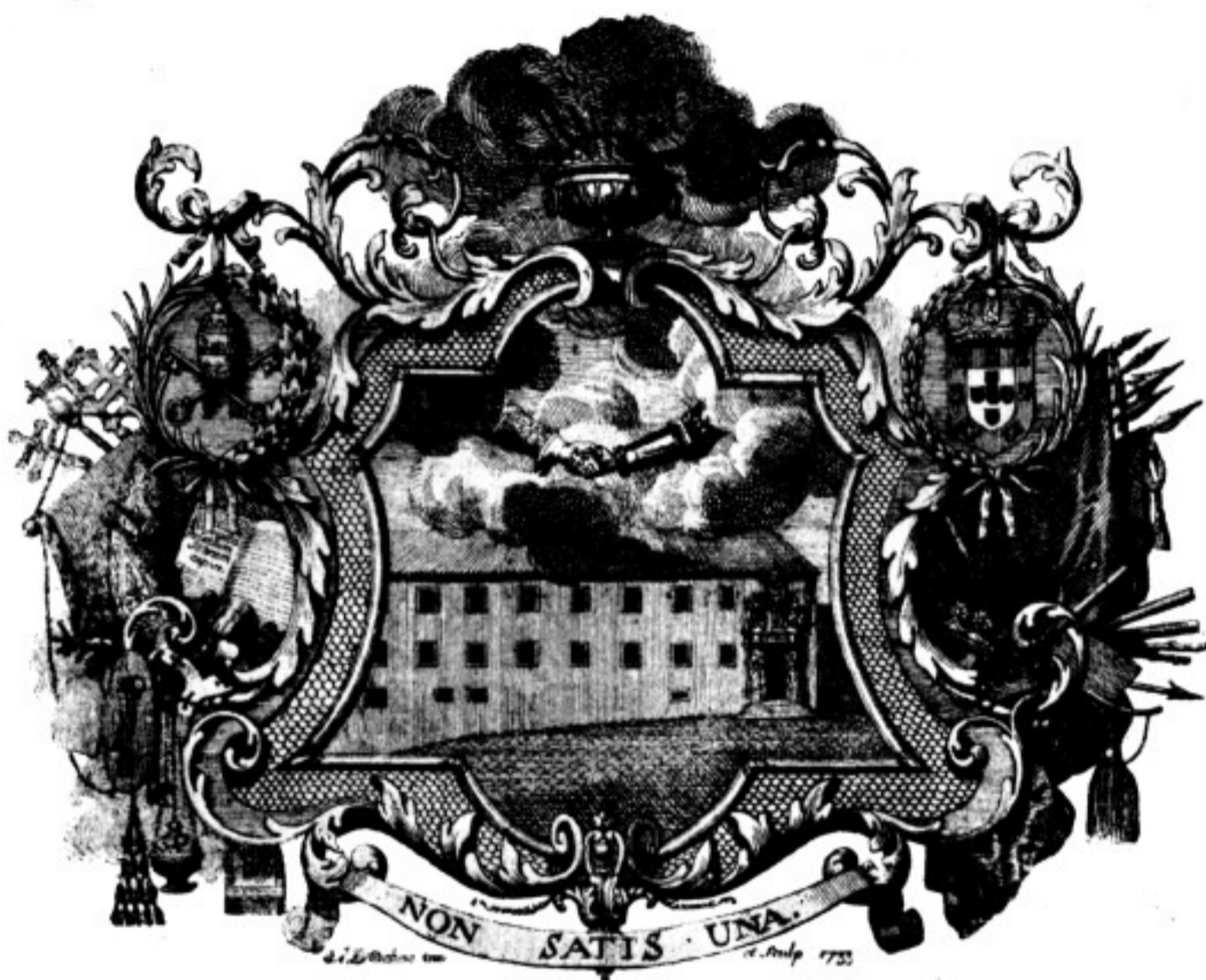
Em 1549 (17 de Janeiro) foi incorporado na Universidade, mas só teve instalações junto dos Paços Reais em 1572, dando então guarida a candidatos ao magistério superior das quatro Faculdades: Teologia, Cânones, Leis e Medicina; e com o Marquês de Pombal, também a estudantes de Matemática e Filosofia.

Grande foi a rivalidade dos estudantes d'este colégio

(1) Prof. António de Vasconcelos, *Escritos Vários*, pág. 198 e seg.
— Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, vol. 1, págs. 572 e 573.

com o de S. Paulo, pretendendo ambos considerar-se o colégio mais nobre da Universidade.

Vestiam uma *beca* ⁽¹⁾, primitivamente de côr azul, depois roxa, e, por fim, dada a falta de estabilidade desta côr, passou a ser rósea.



*Fachada do antigo Colégio Real de S. Pedro,
com o Pórtico para a Rua de Entre Colégios*

(Gravura de Debré — 1733 — Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)

Quando em 1633 se lavrou o contrato para construção de um *arco e porta* principal das escadas maiores, nos

(1) Sylva Leal — *Discurso apologetico, critico, juridico, e historico, em que se demonstra a verdade das doutrinas, factos, e Documentos, etc. a respeito do... Collegio de S. Pedro*, cap. vii, § viii, págs. 525 e segs.; e Prof. A. de Vasconcelos, *Escritos Vários*, pág. 202.



Trajos dos colegiais dos Colégios de S. Pedro e S. Paulo

À nossa esquerda: colegial de S. Pedro; ao centro: lente de Leis; à direita: colegial de S. Paulo.

(Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)

Paços da Universidade e escada para as casas do Reitor foi preciso tocar na capela do Colégio de São Pedro (1). Ficava junto à Porta-Férrea, confinando com os aposentos do prelado. Mais tarde, demoliu-se a capela para se estabelecer comunicação entre os dois edifícios.

Com a Reforma Pombalina o portal foi modificado. Em 8 de Julho de 1775 intima-se o Colégio de S. Pedro (2) a retirar a inscrição *fastosa* e armas da porta principal. Ordena-se que a inscrição se substitua por outra mais modesta, e as insignias passem a ser as armas reais.

O Colégio extinguiu-se em 16 de Julho de 1834 sendo entregue, em 27 de Outubro de 1836, à Universidade que, em 10 de Novembro de 1845 (por decreto), instalou aí o Conselho Superior de Instrução Pública e repartições anexas. Em 1846 e 1847 esteve ocupado militarmente (3).

O decreto de 21 de Novembro de 1848 considerou esse edifício (onde havia diversos inquilinos que anualmente faziam os seus contratos de arrendamento, pois o aluguer das casas ia à praça), *perpétuamente*, pertença da Universidade. Aos inquilinos estava vedado o acesso à Biblioteca de S. Pedro.

Por decreto de 30 de Maio de 1855 (4) precisou-se, novamente, que o antigo colégio, contíguo aos Paços, faria parte integrante da Universidade, e passaria a acomodar a Comitiva das Pessoas Reais quando pousassem ou residissem em Coimbra; teriam a livraria à sua disposição, bem

(1) Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas*, pág. 27.

(2) Prof. Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. 1, pág. 196.

(3) Florencio Foyo, obr. cit., pág. 97.

(4) José Maria Abreu, *Legislação Académica*, pág. 10.

como os Prelados, na ausência daqueles, competindo-lhes a sua conservação, e administração do edificio.

Vemos, pois, que o antigo Colégio de S. Pedro não estava incluído na designação de Paços da Universidade.

Como é óbvio, fizeram-se, então, obras de *acomodação e adaptação* estabelecendo-se, por meio de uma porta, comunicação *do tópo do corredor do andar nobre do Colégio com o corredor dos aposentos reitorais* (1). Removeu-se o portal de entrada para o Terreiro.

E, assim, foi arrastada a Capela do Colégio que se encontrava precisamente no tópo Norte, originando uma *sala de jantar, ficando contígua a casa de copa e a cosinha*.

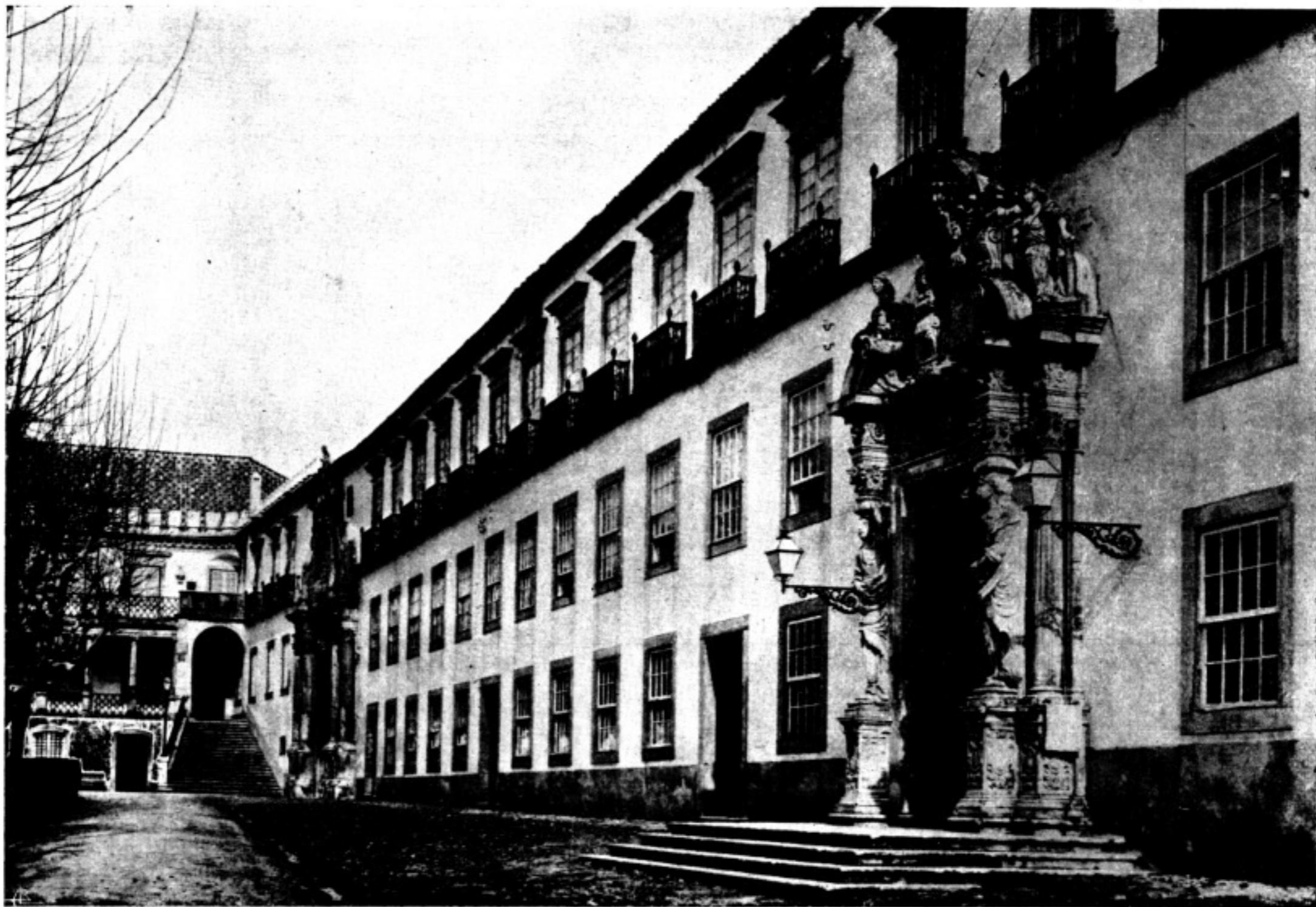
Diversas paredes, dos quartos onde habitavam os colegiais, foram demolidas, construindo-se várias salas. As janelas sôbre o Terreiro foram modificadas *abrindo-se outras de novo*. Colocaram-se-lhes depois grades de ferro fundido.

No lado Sul, por portaria de 11 de Outubro de 1859, determinou-se que, junto do Observatório Astronómico, no 1.º andar, se instalassem os serviços dos calculadores e encarregados das observações nocturnas do Observatório, atribuindo-se o lado norte à Secretaria da Universidade e oficinas (2). Todavia, a 13 de Agosto de 1860, resolveu-se que em lugar da Secretaria se alojasse uma biblioteca suplementar da Universidade, com os livros do Colégio de S. Paulo (3). O espaço reservado aos calculadores

(1) Prof. António de Vasconcelos, *Escritos Vários*, pág. 205. (A matéria sôbre o Colégio de S. Pedro é fundamentalmente inspirada nesta obra).

(2) José Maria Abreu, *Legislação Académica*, pág. 121.

(3) Prof. Doutor António de Vasconcelos, obr. cit., pág. 206; José Maria Abreu, obr. cit., pág. 154.



Edifícios do lado Oriental do Pátio da Universidade, vendo-se o Portal de S. Pedro

(Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)

(lado Sul) foi posteriormente cedido para residência do Director do Observatório.

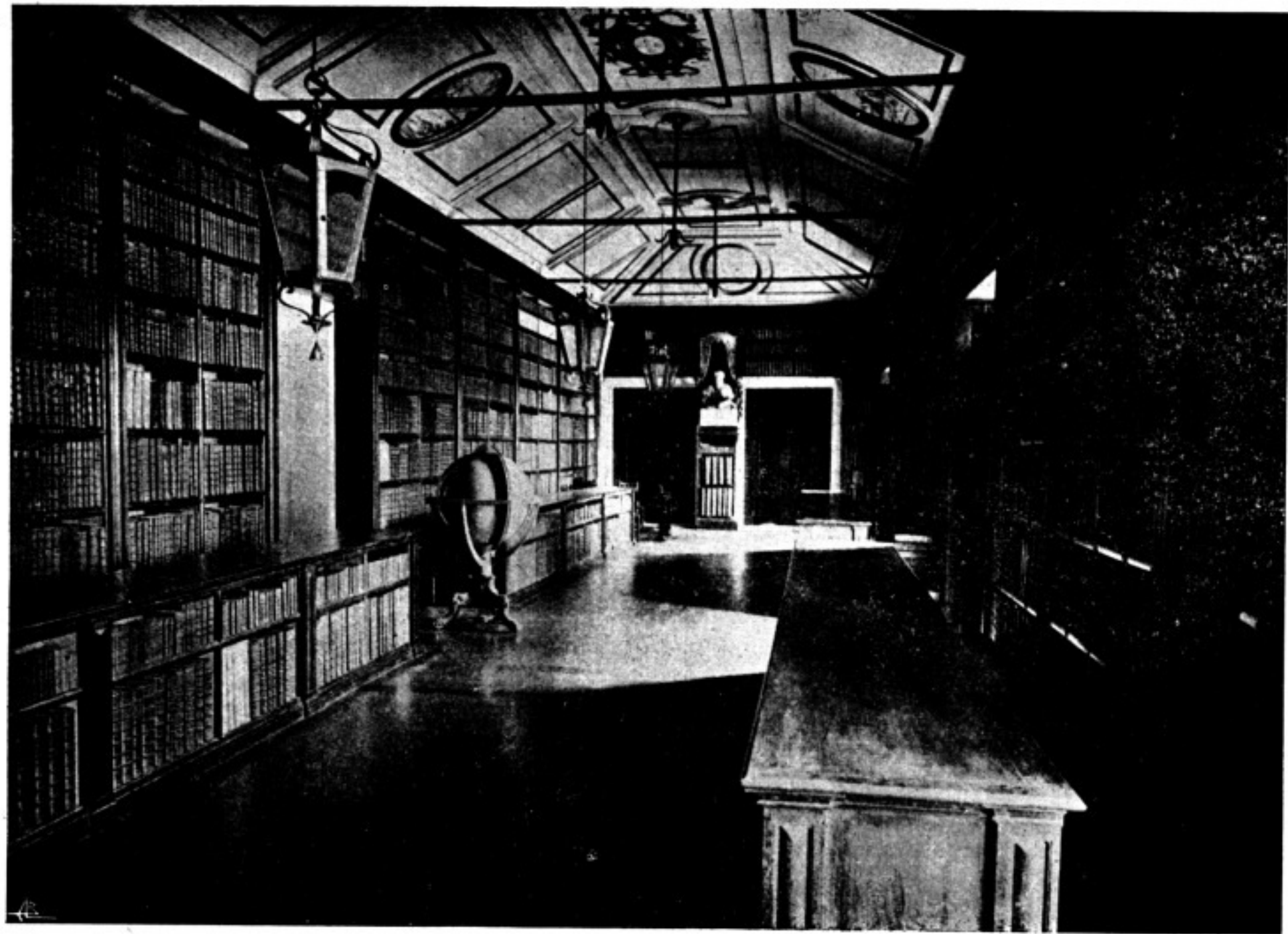
A Biblioteca de S. Pedro era bem rica (1). O seu recheio (aproximadamente 8.000 volumes, representados por obras clássicas e de diversas ciências das Faculdades da Universidade, cultura geral, etc., manuscritos e *espécies bibliográficas preciosas*), passou, em 1917, por determinação do Senado (sessão de 5 de Fevereiro), para o novo edifício da Faculdade de Letras, onde, segundo o Prof. Doutor António de Vasconcelos, se preparou *com cuidadoso carinho uma sala, com o mesmo material, o mesmo mobiliário, a mesma disposição, o mesmo aspecto da antiga Biblioteca* (2). Na Faculdade de Letras, estão as madeiras dessa Sala, as estantes, mesas e magnífica Livraria (volumes até ao século XVIII). Os livros de ciências jurídicas foram para a Faculdade de Direito. No lugar de honra da nova Sala, inaugurada na Faculdade de Letras no ano lectivo de 1918-19, encontra-se um busto lapideo do titular do Colégio: S. Pedro — já existia em 1548 quando a 29 de Junho se inaugurou a construção da rua da Sofia. Transitou para o edifício da alta em 1572. Pode ver-se a inscrição comemorativa, datada de 1548, bem como uma outra, de 1918, esculpida no pedestal adaptado nessa época.

No edifício de S. Pedro, no andar nobre, esteve instalada a Faculdade de Letras (3). Depois, a antiga Escola Normal Superior. Hoje, no lado Norte, no r/c, está uma

(1) Prof. A. de Vasconcelos, *Escritos Vários*, pág. 200.

(2) *Idem*, pág. 201.

(3) Instituída pela Reforma de 1911. Já em 1774 D. Francisco de Lemos pugnara, baldadamente, pela criação da Faculdade de Letras em substituição da de Artes (Teófilo Braga, obr. cit. vol. III, pág. 542).



Antiga Biblioteca do Colégio de S. Pedro

(Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)

Sala com serviços da Filantrópica Académica (1) para venda de valores selados, serviços de procuradoria Universitária, etc. — criação do Reitor António Luis de Moraes Sarmiento — e o Laboratório de Criptogamia e Fermentações de Farmácia,

(1) Instituição criada por iniciativa do estudante Feliciano Augusto de Brito Correia. Em 23 de Dezembro de 1849, reuniram-se vinte estudantes na Academia Dramática, sita no antigo Colégio de S. Paulo, onde actualmente é a Faculdade de Letras, para ouvir Brito Correia. Cinco dos presentes ficaram com o encargo de elaborar as bases de um projecto de Estatutos. Logo em 13 de Janeiro de 1859 foram aprovados. Elegeu-se presidente um Professor catedrático da Faculdade de Direito: Coelho da Rocha.

A 18 de Março de 1850 funcionava, já, a benemérita Sociedade que se regeu, primitivamente, por Estatutos de 1851 (aprovados por decreto de 26 de Maio de 1852), 1862 (aprovados por carta-régia de 25 de Fevereiro de 1863) e 1899 (alvará de 7 de Novembro). Extinta no ano de 1911 (22 de Março) foi mais tarde restabelecida, em 1918 (11 de Junho).

Porém, só muito posteriormente se deu vida à Filantrópica.

Considerada a imperiosa necessidade de restaurar a benemérita instituição, em 1926 o Reitor Prof. Fernando de Almeida Ribeiro — com a cooperação dos Professores Teixeira Bastos, José Alberto dos Reis e Joaquim Mendes dos Remédios — removiu tôdas as dificuldades. Entretanto o venerável Prof. Júlio Henriques, seu antigo presidente da direcção durante 16 anos (de Abril de 1894 a Julho de 1910), recebia em sua casa o presidente da Academia, António de Matos Beja, estudante de Medicina e assistente da Faculdade de Ciências.

Congraçados os esforços das diferentes organizações académicas, a breve trecho a Filantrópica entrava em plena actividade. Teve a nova gerência em 1926-27, ficando na Presidência da Direcção o Prof. Almeida Ribeiro e na da Assembleia Geral o Prof. José Alberto dos Reis.

Novos Estatutos, da autoria do Prof. Almeida Ribeiro com o concurso do Prof. José Alberto dos Reis, foram aprovados em ses-

instalações privadas desde 1937-38 mas pertencentes à Escola de Farmácia desde 1912 (1). No primeiro andar é a sede dos serviços da direcção da Faculdade de Ciências e da Biblioteca da respectiva Faculdade, ministrando-se, também, parte do ensino da secção de Matemáticas; para o r/c, e correspondentes lojas, estendeu-se a Biblioteca da Universidade mas, em cêrca de metade das dependências desta ala Sul, ainda se encontram instalações do Observatório. Aí viveram, recentemente, alguns dos seus empregados (2).

O 2.º andar é ocupado por diversas dependências particulares da Reitoria, e pela Biblioteca da Faculdade de Medicina — onde estiveram os livros da antiga Biblioteca do Colégio de S. Paulo.

são de 7 de Abril de 1927 e sancionados pelo Govêrno Civil de Coimbra em 11 de Junho do mesmo ano.

Os Corpos Gerentes da Associação Académica deliberaram ceder uma sala e oferecer todo o mobiliário para instalação dos respectivos serviços.

Para a Direcção de 1928-29 entrou um bisneto do fundador, José Luís Canavial de Brito Correia Gomes.

Pode consultar-se a bibliografia seguinte:

— Prof. Henrique Teixeira Bastos, *Iniciativas Académicas*, in *O Instituto*, vol. 70.º, 1923 n.º 1, pág.

— Prof. Fernando de Almeida Ribeiro, *A vida da Sociedade Filantrópica Académica no biénio de 1926-27 a 1927-28* (Relatório, de 1929).

— Dr. Octaviano de Sá, obr. cit., pág. 103.

— *Estatutos da Sociedade Filantrópica Académica estabelecida em Coimbra no ano de 1850* (Coimbra 1850); etc.

(1) José Ramos Bandeira, *A instituição da « Criptogamia e Fermentações » na Universidade de Coimbra e actividade científica no respectivo laboratório*.

(2) Alfredo Pessoa, maquinista-conservador dos instrumentos do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra. Teve resi-

O Portal de S. Pedro (1) é um belo exemplar arquitectónico, ornado de cariátides, apresentando actualmente os restos do brasão nacional colocado, como dissemos, na segunda metade do séc. XVIII: somente a coroa. Primitivamente havia um escudo (2) heráldico oval (escudo pontifício bipartido) rematado pela sua tiara pontifícia, ultrapassando o beirado. Em dimensões muito reduzidas viam-se, as armas dos Papas Pio V e Paulo III: na « primeira metade as três faixas da família italiana *Ghislària*, à qual pertenceu o Papa S. Pio V (1566-1572); e na segunda as seis flores de lis usadas pelo Papa Paulo III (1534-1549) da família *Farnése* (3) ».

Sobre o portal do antigo Colégio de S. Pedro, escreveu o Prof. Raul Lino: « Portal seiscentista de sabor flamengo.

dência em parte do edifício destinado às oficinas do Observatório (à esquerda do portal) desde 1927 até 1936. Nesta data deixou o cargo, optando pelo lugar que actualmente desempenha na Escola Industrial e Comercial de Brotero.

Adelino Pessoa, ajudante de observador do Observatório Astronómico, viveu, conjuntamente com o maquinista, seu pai, de 1926 à 1930. A partir de 1930 passou a residir no rés-do-chão do mesmo edifício mas a Sul do portal, em casas que constituíram o vestíbulo da residência do director do Observatório. Abandonou esta habitação graciosa em Fevereiro de 1938, cumprindo, assim, uma ordem de serviço dimanada da Reitoria, que requisitou estas casas para instalação urgente de certos serviços.

Manuel Fernando Pessoa, maquinista-conservador dos instrumentos, habitou as casas anexas à oficina (lado norte do portal), desde 1937 até Fevereiro de 1938 (saindo por determinação da mesma ordem de serviço).

(1) A. Gonçalves, *Estatuária lapidar*, pág. 240.

(2) Sylva Leal, *Discurso apolegético... do Sacro... Colégio de S. Pedro*, págs. 322.

(3) *Escritos Vários*, obr. cit., pág. 199.

Vão rectangular, sôbre o alto, enquadrado por uma architectura em que se salientam, de um e outro lado da porta, cariátides em pleno vulto, assentes sôbre plintos altos e suportando, por intermédio de grosseiros capitéis corintios, e entablamento ressaltado. No plano do emolduramento do vão, portanto retraídas da parte em que avultam as cariátides, figuram, a cadailharga, uma coluna coríntia canelada assente sôbre plinto idêntico aos das cariátides. O entablamento, que corresponde a estas colunas, termina por um comêço de frontão em quarto de círculo que acaba no alto num enrolamento. Sôbre estes começos de frontão descansam figuras, de escala um tanto inferior à das cariátides (que representam — a Caridade, de um lado, e — a Fortaleza, do outro?). Entre os começos de frontão eleva-se uma edícula vazia, ladeada por misulas apilastradas e encimada por grande cartela enconchada, carregada com o escudo real. Uma grande coroa em pleno vulto arremata este portal que, não obstante carecer de finura, por sua composição movimentada e claro-escuro não deixa de ter interêsse pictórico.

«O estilo das figuras, o do ornato e a própria composição, — são característicos do Barroco incipiente, mas já declarado».



Escudo pontificio, bipartido, rematado por uma teara, do antigo Portal do Colégio de S. Pedro

(Extr. de A. de Vasconcelos, *Escritos Vários*)

No teto da sala de leitura da antiga Biblioteca de S. Pedro (actualmente sala de leitura da Faculdade de Medicina) encontra-se um brasão, ao centro, ladeado de quatro motivos decorativos em forma elítica.



Portal do Colégio de S. Pedro
(Cl. Dr. Albertino de Barros)

Vejamos o brasão do teto do Colégio de S. Pedro:

Escudo ovalado de Portugal-moderno, sobreposto numa targa tipo chippendale e acompanhado por um ramo de carvalho e uma palma. O conjunto rematado pela coroa real.

Há a notar a troca dos castelos por tórres, — e em que os escudetes são de tipo francês (1).

* * *

Em que data se instalaram os Reitores nas casas de S. Pedro e quando abandonaram as

(1) Testemunhamos ao Dr. Armando de Matos, director dos « Museus Municipais e Biblioteca Pública de Gaia », o nosso reconhecimento pelo concurso tão gentilmente prestado na parte de heráldica do nosso trabalho.

dependências do Paço? O Palácio Reitoral serve ainda de alojamento a pessoas qualificadas?

É sabido que em 1527 ⁽¹⁾ D. João III esteve em Coimbra instalado nos seus Paços e que, segundo a opinião do Prof. Mário Brandão ⁽²⁾, perfilhada, aliás, pelo Prof. Vergílio Correia ⁽³⁾, foi essa visita que deu lugar à transferência da Universidade para Coimbra; mas, em 1550 ⁽⁴⁾ alojou-se, já,

⁽¹⁾ Padre Francisco Alvares, *Verdadeira informação das terras do Preste João*, 2.^a edição, pág. 184 e segs.; Braamcamp Freire, *Vida e Obra de Gil Vicente*, pág. 167 (segundo este autor, o Rei « já estava » em Coimbra a 10 Julho de 1527); e Prof. Mário Brandão, in *Cartas de Frei Brás de Braga para os Piores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Nesta última obra alude-se a que D. João III veio acompanhado da Rainha e Infantes e que pouco se sabe da sua visita, referindo-se, no entanto, a pág. 14:

« D. João III instalou-se em Coimbra na Alcáçova real, a vetusta residência dos nossos primeiros monarcas, que sofrera no reinado de D. Manuel profunda remodelação, e que passados dez anos sobre a visita a que nos referimos foi entregue à Universidade, para não mais sair da sua posse até nossos dias. Foi pelo menos nesses paços que D. João III recebeu então solenemente a embaixada abexim que lhe enviara o Preste João, e cuja pitoresca descrição devemos à pena do Padre Francisco Alvares ».

Em 1527, em Coimbra, nasceu a Infanta D. Maria, tendo-se, até, representado 3 autos de Gil Vicente — A comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra, a Farsa dos Almocreves e a Tragicomédia pastoril da Serra da Estrêla.

⁽²⁾ *Frei Brás de Braga*, obr. cit., pág. 14.

⁽³⁾ *Coimbra Joanina* in *A Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra*, pág. 48.

⁽⁴⁾ Joaquim Martins Teixeira de Garvalho, *A Anatomia em Coimbra no séc. XVI*, in *Revista da Universidade*, n.º 3 (1914), pág. 238.

— J. M. A., *Do modo como foram recebidos pela Universidade de Coimbra os Reis D. João III e D. Sebastião* quando a ela vieram nos anos de 1550 e 1570, in *O Instituto*, n.º 10, págs. 33 e 57.

no Paço episcopal (ao Arco do Bispo, hoje Museu de Machado de Castro) de 6 a 12 de Novembro e neste



*Brasão do tecto da Sala de Leitura
da antiga Biblioteca do Colégio de S. Pedro*

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

último dia passou para Santa Cruz (1).

Pelo auto levantado em 1522, após a morte de Marcos Pires (por este não ter completado a obra de que fôra encarregado e recebera determinada importância) deduz-se que estavam localizados em corpos distintos os aposentos dos infantes e dos Reis. Assim, alude-se aos « aposentamentos dos infantes que estavam sobre a varanda a par da porta da entrada do tereyro » (2). Pela citação de Sousa Viterbo se

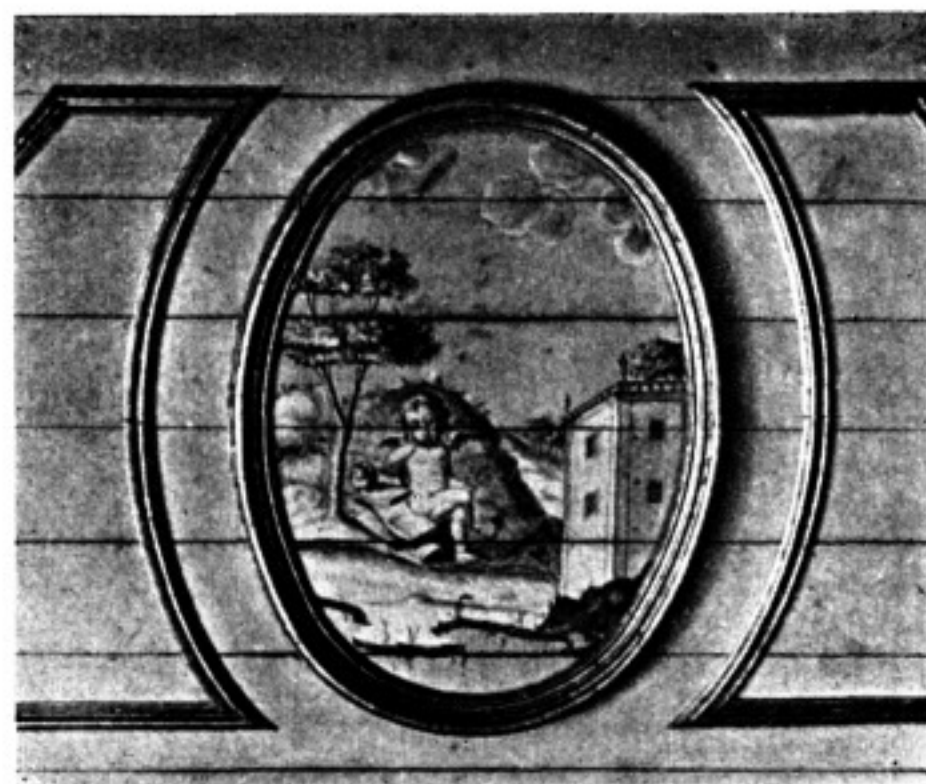
infere que eram 10 câmaras estando a varanda assente

(1) *Boletim da Biblioteca da Universidade*, vol. 1, pág. 78.

(2) Sousa Viterbo, *Diccionario dos engenheiros*, etc., t. 2, págs. 318-323; e Prof. António de Vasconcelos, *Real Capela da Universidade*, in *Anuário da Universidade*, 1907-08, págs. CLXIV.

sôbre 5 arcos. Nestes aposentos, na data do auto, estavam feitas 28 janelas.

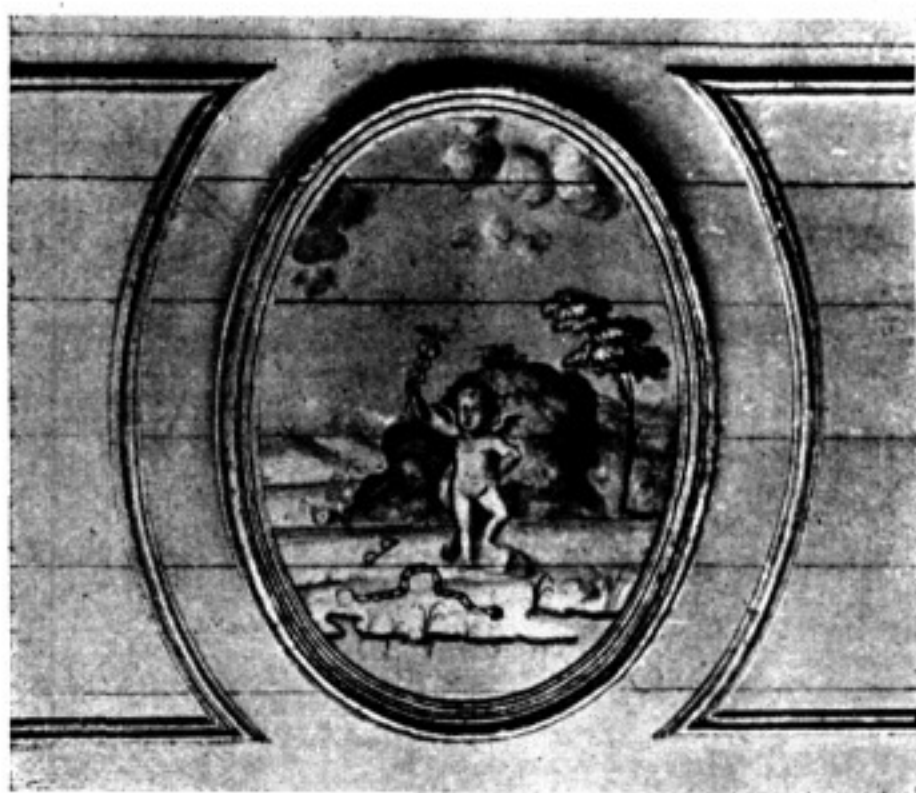
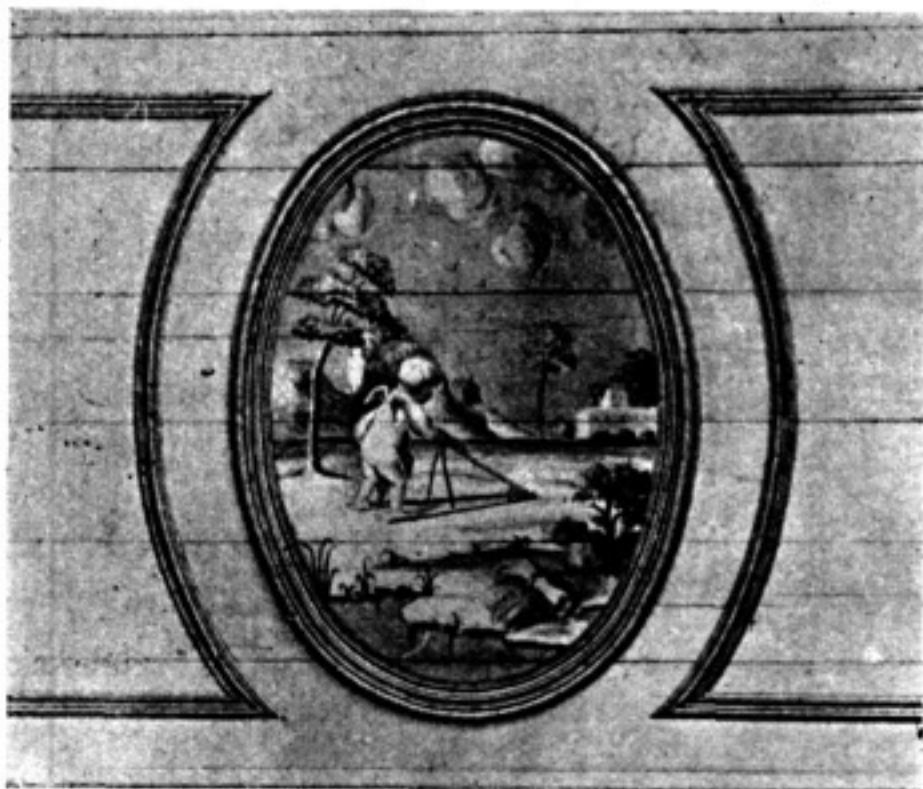
Os aposentos da Rainha e do Rei encontravam-se entre



*Medalhões do teto da Sala de Leitura
da antiga Biblioteca do Colégio de S. Pedro*

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

a Capela e a Sala da Universidade, *na área ocupada agora pelos Gerais* (1). Três escadas davam acesso à *varanda da*



*Medalhões do teto da Sala de Leitura
da antiga Biblioteca do Colégio de S. Pedro*

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

(1) Prof. Vergílio Correia, *Coimbra e arredores*, pág. 81.

senhora Rainha e duas à do Rei. No mesmo auto fala-se em que a varanda da Rainha era telhada.

Não é de admitir que, com a instalação da Universidade nos Paços reais (1) de Coimbra, se alojasse também o Reitor, pois D. Garcia de Almeida possuía uma bela casa onde funcionou, até, o Estudo Geral durante o ano lectivo findo em 1537. Em 25 de Agosto de 1538 (2) publica-se uma carta-régia afim de se fazer a rua de Santa Sofia e casas para lentes e estudantes nas propriedades de S. Lázaro.

A 7 de Dezembro de 1538 (3) o Rei escreve ao Bispo Reitor Dom Augustinho Ribeiro sobre a nomeação do D. Martim de Azpilcueta Navarro para lente da cadeira de prima de cânones, pedindo para ser *bem apousemtado & é boô lugar em quãto se concertam huãs casas* que lhe manda dar. Carneiro de Figueiroa (4) refere que aquele professor esteve em casa do Bispo até ser acomodado nos Paços.

Em 1544 vários são os habitantes dos Paços Reais de Coimbra, pois pela carta particular do Rei, de 22 de Outubro, para o Padre Reitor, Fr. Diogo de Murta, manda *despejar* os Paços (5) *de todas as pessoas que nelles assistião exceptuando a D. Antonio da Sylva, filho do conde de Portalegre, e a João Gomes da Sylva, filho do Regedor, e ao Dr. Navarro*; além disso, *taõ bem nos mesmos Paços*

(1) Prof. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. 1, pág. 42.

(2) Idem, pág. 108.

(3) Idem, pág. 126.

(4) *Memorias da Universidade de Coimbra*, pág. 56.

(5) *Documentos de D. João III*, vol. II, pág. 216; e Carneiro de Figueiroa, obr. cit., pág. 67.

ficou em hum aposento baixo o Mestre Pedro de Figueiredo, Lente de Artes, e porque o Reitor lhe não consentia tivesse comsigo sua Mãe, ElRey por Carta de 30 de Junho de 1545, lhe mandou que lhe permitisse ter sua Mãe em sua Companhia por ser pobre e velha (1).

Em 1549 o Padre Reitor já se tinha passado para o Paço do Rei, como indica o alvará de 29 de Agôsto (2).

O Doutor Navarro conservou-se no Paço sendo-lhe mantidos os aposentos mesmo quando se ausentou (3) de Coimbra, por ano e meio. O Rei mandou conservar as suas *casas da morada* por alvará de 6 de Agosto de 1554 (4).

D. Sebastião visitou a Universidade em 13 de Outubro de 1570 (5).

Do contrato com Isidro Manoel deduz-se que em 1633 as casas do Reitor chegavam à porta de entrada dos Paços, pois não havia comunicação com o Colégio de S. Pedro.

D. Pedro II chegou a Coimbra no dia 8 de Agôsto de 1704, de passagem *para a fronteira da Beira* (6), acomo-

(1) *Documentos de D. João III*, vol. II, pág. 259; e Figueiroa, obr. cit., pág. 67.

(2) Idem, vol. IV, pág. 376.

(3) Idem, vol. IV, pág. 176.

(4) Idem, pág. 222.

(5) *O Instituto*, vol. I, 1853, pág. 39; vol. XL, 1893, pág. 253; Simões de Castro, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei Dom Sebastião em Coimbra* no ano de 1570 e do modo como foi recebido pela Universidade, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. VI, 277; e *Anuário da Universidade 1879-80*, pág. 220.

(6) Carneiro de Figueiroa, obr. cit., pág. 156-157; e *Chronista da Ordem de São Francisco*, tomo 5.º, livro 5.º, cap. 21.

A obra intitula-se: *Historia Serafica chronologica da ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Tomo V. Refere os seus pro-

dando-se nas casas do Reitor, no Paço da Universidade (1).

Em 27 ou 28 do mesmo mês teve também aposentadoria o então arquiduque de Austria (2) que depois veio a ser Imperador sob o nome de Carlos VI. Estava em causa a sucessão do Reino de Castela.

Pela Provisão de 18 de Dezembro de 1711, o Rei D. João V autoriza obras nas casas do Reitor, para se fazer um quarto de novo e se melhorarem as acomodações da família do Reitor D. Gaspar de Moscozo e Sylva (3).

D. Fernando, príncipe espôso de Sua Majestade a Rainha D. Maria II, visitou a Universidade em 1836 (4) e D. Maria II (5) em 23 de Abril de 1852.

Em 1855, como dissemos, demoliram-se os quartos dos colegiais de S. Pedro para se prepararem dependências, destinadas a Pessoas Reais, em comunicação com as casas reitorais. Os reitores foram autorizados a utilizar-se da livraria, na ausência da Família Real, e certamente, o mesmo deveria suceder com as novas instalações.

Recordaremos ainda a recepção aos Monarcas seguin-

gressos em tempo de cento & quarenta & seis annos, do de 1569 . até o de 1715 . aos quaes ajuntou as memorias dos tres seguintes . Seu autor *Fr. Fernando da Soledade*, chronista, etc.

(1) *O Instituto*, vol. 1, 1852, pág. 48.

(2) Carneiro de Figueiroa, obr. cit., pág. 157; e António Cruz, *Noticia da vindã e estada do arquiduque de Austria em Coimbra*, 1704, in *O Instituto*, vol. LXXXIX, de 1936, pág. 31.

(3) Figueiroa, obr. cit., pág. 159.

(4) Idem, vol. 1, pág. 103; e vol. X, 1861, pág. 116.

(5) *O Instituto*, vol. II, 1854, pág. 122; e vol. X, 1861, pág. 117.

tes: D. Pedro V em 27 de Novembro de 1860 ⁽¹⁾, na prelazia do Dr. Basílio Alberto de Sousa Pinto; D. Luís ⁽²⁾, em dezembro de 1863 (a primeira vez, pois realizou outras visitas), na prelatura de Dr. Vicente Ferrer Neto Paiva; D. Carlos, em Julho de 1892, sendo Reitor o Prof. Dr. António dos Santos Viegas ⁽³⁾; D. Maunel II, em 20 de Novembro de 1908, no reitorado do Conselheiro Alexandre Ferreira Paes do Amaral.

Durante o Regime Republicano: Sidónio Pais, em 17 de Janeiro de 1918, com Arnaldo Mendes Norton de Matos na Reitoria, e em 28 de Novembro do mesmo ano com o Prof. Joaquim Mendes dos Remédios; António José de Almeida, em 29 de Novembro de 1919, presidindo aos destinos da Universidade o Prof. Filomeno da Câmara; e General Carmona, em 5 de Julho de 1934 (abstraindo de outra visita, anterior, investido das funções de Chefe do Governo, em Outubro de 1926), no reitorado do Prof. João Duarte de Oliveira.

O último Reitor residindo na Universidade, com a família e com caracter permanente, foi António Luís Gomes. Findou o seu reitorado em 1924 (28 de Janeiro). Habitaram ainda o Paço, os Reitores Engenheiro Cunha Leal e o Prof. Henrique Vilhena. Desde então, os Prelados, possuindo casa própria na cidade, deixaram de se instalar na Universidade que passou a receber, simplesmente, altas personalidades, como o Senhor Presidente da República (em 1934, por ocasião das Festas da Rainha Santa) e Ministros, o Senhor Cardial Patriarca (3 de Julho de 1936), etc.

(1) *O Instituto*, vol. ix, 1861, pág. 260; vol. xxxix, 1892, pág. 931; vol. xl, 1893, pág. 255 (Alocução do Prelado António dos Santos Viegas, no ano de 1892).

(2) *Idem*, vol. xl, pág. 255.

(3) *Idem*, vol xl, pág. 240.

OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO

A Sul do Terreiro encontra-se o Observatório (1). Abandonemos por momentos a descrição do actual edifício. Duas palavras sôbre a sua história.

Os Estatutos de 1772 (2) justificam a importância do estudo da Astronomia e da Matemática, na Geografia e Navegação; salientam o valor dos observatórios no *conhecimento do Globo terrestre*; e mandam *estabelecer* um Observatório não só para as lições de *Astronomia prática* (3) mas ainda para os professores fixarem as *longitudes geographicas* e rectificarem os *elementos fundamentaes da mesma Astronomia*.

(1) Ao Observatório, além da Memória de Castro Freire, dedicaram-se diversos artigos:

Panorama, 1842, 2.ª série, págs. 2 e 10; *Archivo Pittóresco*, 2.ª série, 1865, vol. 8.º, pág. 305; *O Conimbricense*, 1875, N.º 402-406; 1894, N.º 4838; Simões de Castro, *Guia do Viajante em Coimbra*, pág. 203; *Anuário da Universidade*, de 1868-69, pág. 142; 1874-75, pág. 157; Algumas informações sôbre o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, desde 1872, *O Instituto*, vol. XI, pág. 125; *Ilustração Portuguesa*, N.º 99, de 25 de Novembro de 1907, pág. 692; *O Primeiro de Janeiro*, 1938, de 18 de Fevereiro e de 6 de Março, etc.

(2) Livro 3.º, Parte II, título VII, capítulo 1, pág. 213; e António Maria Seabra d'Albuquerque, *Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra*, nos anos de 1874 e 1875.

(3) Visconde de Vila Maior, obr. cit., pág. 290.

O referido Estatuto ordenava ao Reitor a escôlha do terreno (1) para o Observatório, devendo ficar em lugar próprio na vizinhança da Universidade.

Assim se ampliaram os estudos que, embora datando de tempos imemoriais (2), nunca tinham tomado o incremento da Reforma Pombalina.

(1) D. Francisco de Lemos, *Relação geral do estado da Universidade de Coimbra*, etc., pág. 141.

(2) Prof. Francisco da Costa Freire, *A Matemática nas 2 primeiras dinastias*, in *O Instituto*, Vol. xxxi, pág. 405.

— O Infante de Sagres, quando a Universidade estava em Lisboa, por carta de 12 de Outubro de 1431, doara à Universidade casas para vários estudos, incluindo aritmética, geometria e astrologia. Regeu a cadeira de Astronomia, em Lisboa, até 1535, e ficou célebre, Tomás Tôrres. Grande cosmógrafo e matemático da Universidade de Lisboa, foi também Pedro Nunes, depois professor de matemática em Coimbra até 1562 (Villa Maior, obr. cit., pág. 48). Pedro Nunes fêz escola deixando *bons discipulos* (idem, pág. 49).

Os reis tiveram os seus astrónomos e matemáticos particulares, e, até, astrólogos. Perante um matemático da Côrte de D. João II, teve Cristóvão Colombo de expor os seus planos, depois aproveitados pela vizinha Espanha.

— Os jesuitas cultivaram a astronomia, sobretudo desde D. João III a D. João V. Um interessante tratado da especialidade deve-se ao padre Carvalho da Costa, em 1683.

— O padre Eusébio Veiga publicou em 1757-58 o *Planetario Lusitano e Ephemerides Nauticas e Astronomicas*, e tanta nomeada alcançou com o seu trabalho que foi convidado para o observatório de Roma, onde, até 1794, publicou *Ephemerides e Planetários* — um dos melhores trabalhos da época (Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 290).

— Outras celebridades poderemos citar ainda: Ignácio Vieira, e Barros e Vasconcelos — que nos legou uma memória (1753) sôbre *passagem de mercúrio pelo disco do sol*. Tal trabalho motivou um convite para ingressar na Academia de Berlim.

Na década de anos (de 1761 a 1772), precedendo a Reforma

A Astronomia estava compreendida na nova Faculdade de Matemática (1). A sua inclusão está justificada no

Pombalina, a astronomia foi ensinada por Miguel António Ciera, no Colégio dos Nobres (Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 290) tendo sido, então, transferido para Coimbra, regendo cadeira no novo observatório.

— Dos professores de nomeada, já no reinado de D. João III, deve destacar-se Pedro Nunes — personalidade que tem merecido diversos estudos:

Brito Rebelo, *Pedro Nunes, cosmógrafo*, in *Revista da Universidade de Coimbra*, 1915, N.º 4, pág. 18; F. Gomes Teixeira, *Panegiricos e Conferências* (Elogio Histórico de Pedro Nunes); Professor Luciano Pereira da Silva, *Os dois doutores Pedro Nunes*, in *Revista da Universidade*, 1913, N.º 2, págs. 246 e 532; Prof. Diogo Pacheco de Amorim, *Dr. Pedro Nunes*, in *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, 1934, pág. 168; etc. Nestes trabalhos cita-se, até, profusa bibliografia.

A astronomia fez mesmo a sua época nos livros de literatura e poesia: Gil Vicente, alude à astronomia no *Auto da Feira*; nos *Lusiadas* igualmente Camões trata desta ciência, merecendo interpretações de: Prof. Luciano Pereira da Silva, *A Astronomia dos Lusiadas*, in *Revista da Universidade*, 1913, N.º 2, pág. 127; 1914, N.º 3, págs. 112 e 478; e 1915, N.º 4, pág. 50; D. Pedro de Noro y Culson, *A Astronomia dos Lusiadas* in *Revista da Universidade*, 1916, N.º 5, pág. 558; Prof.ª Drs. Joaquim de Carvalho, Pedro José da Cunha, etc., *Pedro Nunes-Obras*.

Primitivamente, na Universidade, o ensino careceu de feição prática. No entanto, extra-Universidade, ficou célebre, entre nós, o « singelo observatório » junto da Academia Náutica de Sagres, tendo leccionado, aí, Jácome de Malhorca: Victor Ribeiro, *Como se tem estudado A Astronomia em Portugal*, in *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, 2.º semestre, vol. IV, de 25 de Novembro de 1907, pág. 692.

(1) António José Teixeira, *O Ensino da Faculdade de Matemática*, in *O Instituto*, Vol. XL, pág. 19; L. da Costa e Almeida, *A Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra*, desde 1872 a 1892, in *O Instituto*, Vol. XL, pág. 118.

relatório de D. Francisco de Lemos (1). Como é de calcular, a Faculdade de início não teve grande frequência, escrevendo-se em 1777 (2):

« No primeiro anno se matricularam oito Estudantes, como ordinarios, dos quaes hum morreu e dois desertaram ficando só cinco continuando os estudos, os quaes se acham já formados na Faculdade de Matemática. No segundo matricularam-se dois, dos quaes hum faltou. No terceiro quatro, e n'este anno que he o quinto, nem hum; de sorte que os estudantes que ha com destino de seguir a profissão Matematica são só cinco, que se matricularam no 1.º anno ».

Convinha, segundo D. Francisco de Lemos, instituir diversos lugares para os graduados em Matemática (3).

O primitivo Observatório foi concebido com certa grandiosidade, conforme rezam os Estatutos (4):

« Desassombrado por todos os lados, de sorte que d'elle se domine livremente o Horizonte, e se possam observar todos os phenomenos que succederem no Hemisfério superior.

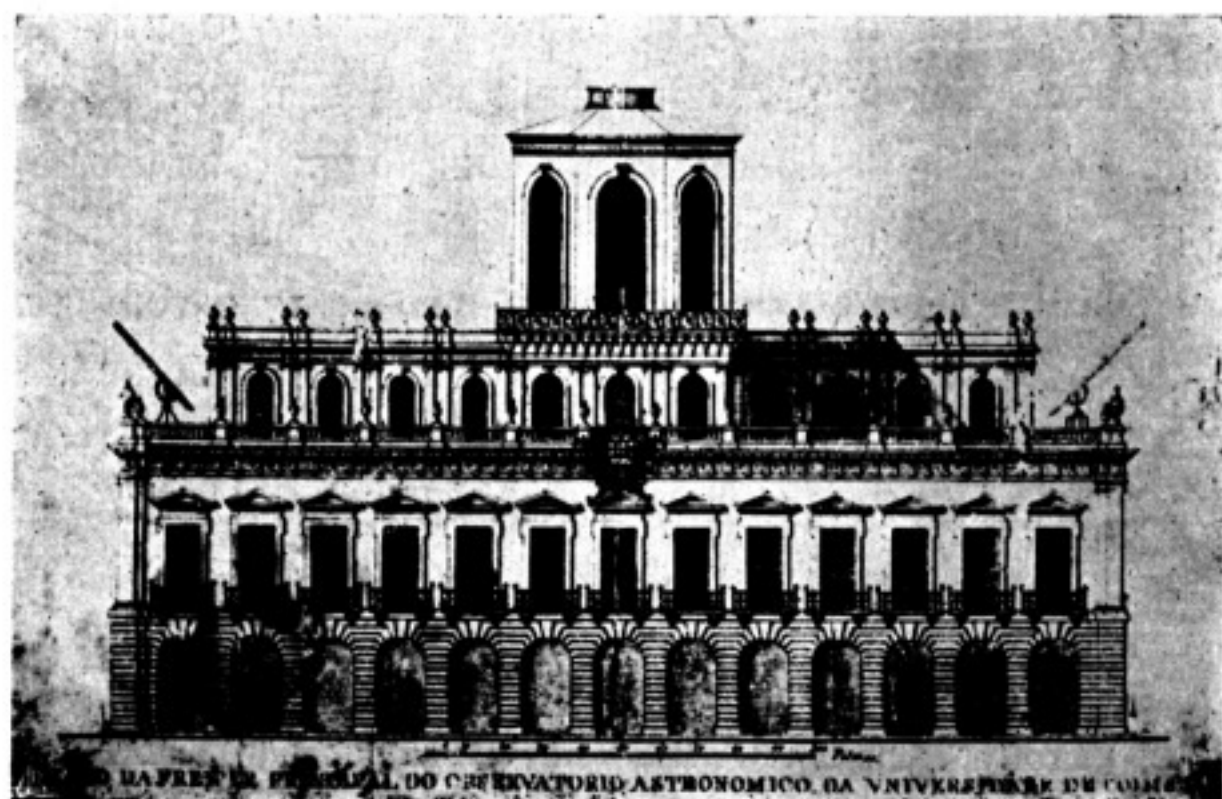
« Além d'isso será amplo e commodo, para nelle poderem diversos Astronomos observar ao mesmo tempo o mesmo phenomeno: Tendo-se grande attenção em dispor as janellas com tal artificio, que se possam fazer as observações nocturnas em quaesquer distancias do Zenith, sem os observadores serem incommodados pelo sereno ».

(1) Obr. cit., págs. 87 e 267.

(2) D. Francisco de Lemos, obr. cit., pág. 93; e Teófilo Braga, *Introdução ao Estado Geral da Universidade*, etc., in *História e memoria da Academia Real das Sciências*, vol. VII, pág. xv.

(3) Obr. cit., pág. 97.

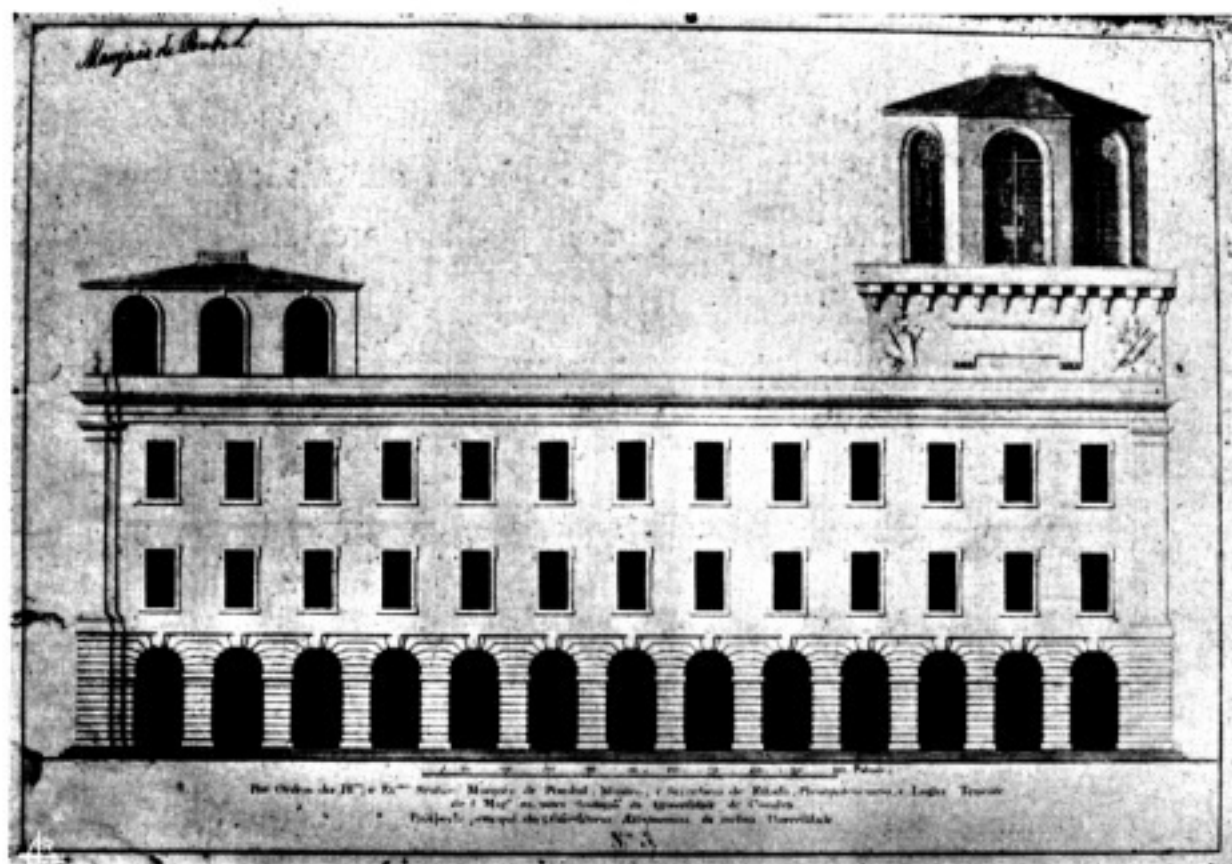
(4) *Estatutos de 1772*, vol. III, pág. 214.



*Projecto do primitivo Observatório do Castelo
(Alçado da frente principal)*

(Colecção de plantas da Biblioteca da Universidade)

(Repr. de José dos Santos)



Novo projecto do Observatório Astronómico do Castelo (N.º 3)

(Projecto existente no Museu Machado de Castro)

(Repr. de A. Hipólito)

Uma obra deste género (deveria ser o primeiro edifício da Europa), exigiria muitos anos, e por isso os Estatutos (artigo 5.^o) aludiam a um lugar cómodo para instalação interina (1).

A carta régia (2) de 11 de Outubro de 1772 vem completar a citada disposição dos Estatutos, facultando ao Marquês de Pombal plenos poderes para aproveitar as ruínas do Castelo de Coimbra (3) e terrenos circunvizinhos para

(1) *Estatutos de 1772*, vol. III, pág. 214.

(2) Prof. M. Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, Vol. I, pág. 22.

(3) No seu relatório sobre o Estado Geral da Universidade escrevia D. Francisco Gomes, pág. 142:

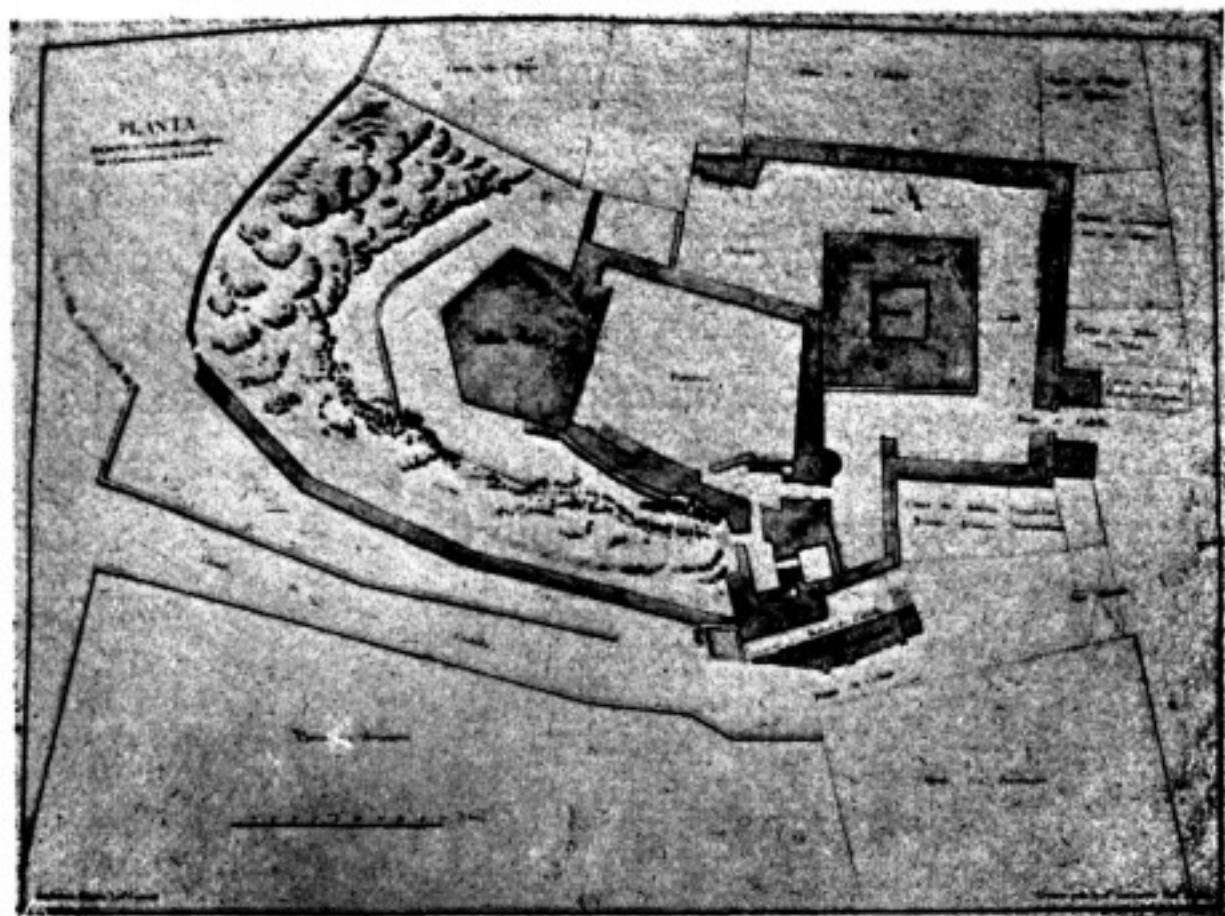
« Em conformidade deste Estatuto, escolheu o Marquez Visitador o lugar do Castello da cidade de Coimbra, e applicou este terreno para nelle construir-se o Observatorio pela Provisão...

« Antes de se dar principio á construcção d'esta obra, fez fazer repetidos exames pelos professores da Faculdade, os quaes assentaram, que precisamente o observatorio devia ser alto; porque estava cercado de muitos edificios, que impediam ver-se d'elle todo o Horizonte como era preciso.

« No mesmo sitio havia as torres altas; e as primeiras ideas foram que ellas servissem pois o mesmo observatorio; porem examinando se a serventia que podiam ter, e achando se que era impossivel ficar bom o Observatorio havendo de existir as torres no estado em que estava, depois de muitas delibereçoens sobre a materia assentou-se, que huma dellas, que era a mais velha, que não era outra cousa mais que um montão de pedras, devia ser demolida para se poder endireitar o terreno, e formar-se huma planta regular.

« Assim se fez, ficando em pé a outra torre, a qual fica no meio do edificio.

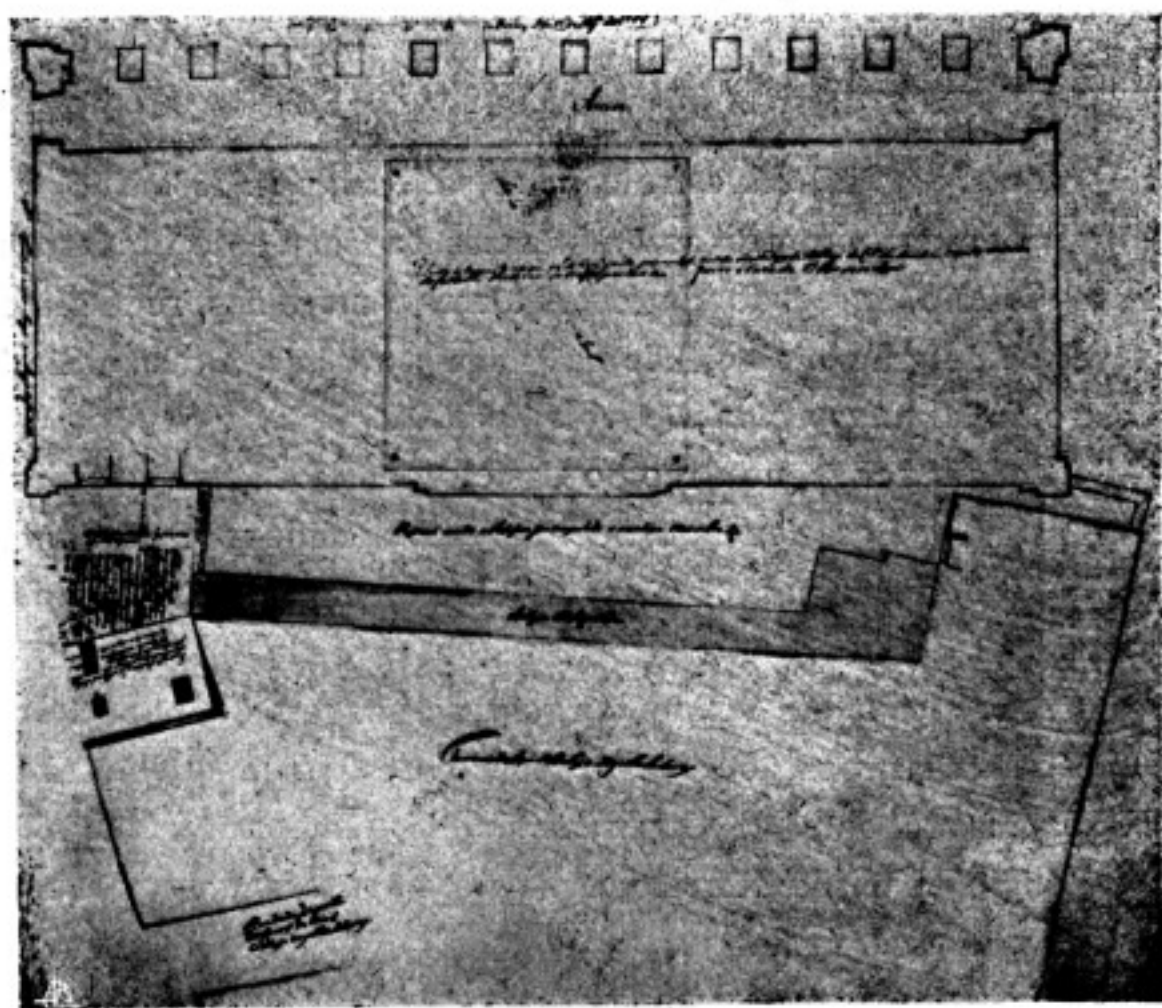
« Fizeram-se as plantas, que constam dos n.º 16, 17, 18, 19, as quaes foram aprovadas pelo Marquez Visitador e pello seu risco se deu principio à obra. »



*« Planta do Castelo e Casas a elle contiguas
em a Universidade de Coimbra »*

(Colecção de plantas da Biblioteca da Universidade)

(Repr. de José dos Santos)



*« Planta do terreno q̄ ocupa o edificio q̄ está incompleto
no sitio dos Antigos Castellos da Cid.^{de} de Coimbra
cen ✕ o masiso do Castello moderno sobre q̄ se pertendia
— fazer a Caza do Obeservatorio »*

(Colecção de plantas da Biblioteca da Universidade)

(Rep. de José dos Santos)

instalar o Observatório, oficinas, instrumentos ópticos, bem como a residência do Professor de Astronomia e adjuntos.

E logo a 15 de Outubro de 1772, o Marquês de Pombal avisava o Reitor Francisco de Lemos (1), de que se alojaria o Observatório e outros aposentos no Castelo (2) e terrenos compreendidos, incluindo as Portas do Castelo (3), devendo remover-se a *devota imagem* (4), para qualquer igreja.

Em 2 de Novembro de 1772, D. Francisco de Lemos escreve (5) ao Marquês informando que partiram para a Côrte os lentes Miguel Ciera e Domingos Vandelli, sendo conveniente que, no regresso, trouxessem instrumentos para os estudos do Observatório.

O Marquês atende a petição e providencia, conforme escreve Castro Freire (6):

(1) Idem, pág. 26, Silvestre Ribeiro, vol. xiv, pág. 288.

(2) « Coroava outrora as eminencias da Cidade de Coimbra um alteroso Castelo, agregado de fortes tórres e muralhas, reduto indispensável de defesa para a cidade na antiga estratégia militar », Simões de Castro, in *Arquivo Coimbrão*, vol. 1, pág. 48.

(3) Podem ver-se, no Arco do Castelo, azulejos alusivos a Martim de Freitas. A famosa lenda da fidelidade do alcaide-mor de Coimbra encontra-se descrita por Simões de Castro, em *Arquivo Coimbrão*, vol. 1, pág. 48.

(4) A propósito diremos que a sagrada imagem de N. S. J. Cristo Crucificado, da invocação do Senhor do Castelo, e que estava na Ermida antes da obra do Observatório, foi vendida à Universidade por António Francisco Ribeiro, em Novembro de 1778 (3.º *Livro de Receitas e Despesas*, 1778-1779, pág. 38).

(5) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 443.

(6) Francisco de Castro Freire, *Memoria Historica da Faculdade de Mathematica nos cem annos decorridos desde a Reforma da Universidade em 1772*, etc., pág. 39.

« Abolidos no Real Collegio dos Nobres, pela carta de lei de 10 de Novembro de 1772, todos os estudos mathematicos, e sendo transferidos para a Universidade de Coimbra, officiou o Marquez de Pombal á Real Meza Censoria no primeiro de Dezembro de 1772 que ordenasse ao Reitor do mesmo Collegio a entrega de tudo quanto respeitava aos referidos estudos. Os srs. Miguel Antonio Ciera e João Antonio Dallalut foram encarregados de fazer encaixotar com todo o resguardo e conduzir para Coimbra as machinas e instrumentos de astronomia e physica experimental, que se encontrassem nos gabinetes e mais casas do Collegio » (1).

A 3 de Fevereiro do ano seguinte chegaram os instrumentos ao pôrto da Figueira da Foz (2) e no livro de Receita e Despesa (3), aparece o lançamento correspondente a êsse transporte (9 de Março de 1773).

Mas, simultâneamente, com a transferênciã dos instrumentos determina-se a entrega a David, dos que precisarem de concêrto, afim de seguirem para a Inglaterra (4).

No risco do Observatório Pombalino começou a trabalhar o architecto tenente-coronel Guilherme Elsdén. Em 30 de Novembro de 1772 a planta ainda não estava concluída, pois ordenava-se que as divisões interiores (5) fôsem conferidas pelo architecto e pelo Dr. Miguel António Ciera.

(1) Francisco Castro Freire, obr. cit., pág. 39.

(2) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 470.

(3) A-1773-1775, pág. 8.

(4) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 470.

(5) Idem, pág. 464.

Em 12 de Fevereiro de 1773 o Marquês (1) dava explicações ao Reitor D. Francisco de Lemos sôbre o motivo do não envio da planta. Em 23 do mesmo mês precisava-se que o architecto sofria de um ataque de gota (2).

Só em Abril se iniciaram as obras (3) do Observatório, nas ruínas do antigo Castelo, estando *já desembaraçado das muitas paredes velhas* em 24 de junho de 1773 (4).

Teófilo Braga (5) ao analisar a citada referência de D. Francisco de Lemos, sôbre a demolição do Castelo para levantamento do Observatório, frisa que « inconscientemente » acentua « o vandalismo da demolição do velho Castelo de Coimbra » (6).

Mas, dada a grandiosidade do Observatório, embora se vá « cuidando do novo edificio com grande calor; e « vá subindo a parede principal do Prospecto com muito gosto e satisfação de todos » (7), ainda em 3 de Setembro de 1773 o Tenente-coronel Elsdén « se acha pondo em limpo as plantas do Observatório... » (7)

(1) Teófilo Braga, Vol. III, pág. 469.

(2) Idem, pág. 476.

(3) Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 39.

(4) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 493.

(5) Idem, pág. 492.

(6) Tomaz Ribeiro, *Arquivo Coimbrão*, vol. I, pág. 48, transmite-nos igualmente as suas lamentações, mas em verso:

Aqui... do Antigo Castelo
 Nem as ruínas se encontram...
 E tem um nome na Historia!
 — De um passado grande e nobre,
 Um nome terreno e pobre
 Eis o que resta da gloria.

(7) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 505.

O Marquês continuava a esperar pela planta em 5 de Outubro de 1773 ⁽¹⁾.

No entanto, se tal parede ia subindo, havia ainda alicerces em construção, segundo se depreende da carta de D. Francisco de Lemos, de 2 de Dezembro de 1773 ⁽²⁾.

Em 7 de Janeiro de 1774 o Reitor escreve ao Marquês, informando como decorrem as obras, e este último responde em 30 de Junho, congratulando-se com o « grande adiantamento dos Edifícios destinados aos estudos de... e Observatorio astronomico » ⁽³⁾.

As obras pararam em Setembro de 1775 ⁽⁴⁾, falecendo, assim, a idéia do imponente observatório e, certamente, com pleno regosismo dos portugueses amantes da conservação das reliquias históricas do passado ⁽⁵⁾.

Porque não prosseguiram as obras? Pela morosidade com que decorreram e por má localização?

Escreve Vilhena Barbosa ⁽⁶⁾:

« Tal era a espessura das muralhas do velho Castelo de Coimbra, e tal a solidez do novo edificio que devia substitui-lo, cujas paredes são todas de bem lavrada can-

(1) Prof. M. Lopes de Almeida, *Documentos*, etc., vol. 1, pág. 103.

(2) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 542.

(3) Idem, pág. 560.

(4) Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 39.

(5) Últimamente, pretendeu-se completar o edificio, mas o Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, não deu a sua aquiescência. Gizou-se, até, um túnel por debaixo da Ladeira de Martim de Freitas (Dr. Octaviano Sá, *O Primeiro de Janeiro*, de 18 de Fevereiro de 1938).

(6) *Archivo Pittoresco*, 2.ª série, 1864, vol. VIII, pág. 305.

taria que se consumiram alguns annos nos trabalhos de demolição e da nova construção.

« Reconheceu-se por fim, se bem que tarde, que o local fôra mal escolhido, não por ser pouco elevado, pois que é um dos pontos mais altos da cidade, mas sim porque, sendo por alli uma das entradas de Coimbra, ficaria o observatório sobranceiro a ruas muito frequentadas de carros, o que constitui um grande inconveniente para estabelecimentos deste genero, por quanto as observações serão prejudicadas com o tremor do edificio.

« Entrando em discussão a escolha do lugar, mais apropriado para a projectada fundação, deu-se preferencia ao Pateo da Universidade... »

O factor quantitativo ⁽¹⁾ devia certamente ter influido na paralização das obras ⁽²⁾, porquanto, no Museu Machado de Castro, se encontra uma planta do Observatório, com o *nr.* 3, de menor imponência que a primitiva. E, analisando a construção ainda existente ⁽³⁾ não restam dúvidas de

(1) Foram grandes as despesas em dispor o Terreno e fazer ali-cerces profundos e com a compra de moradas de casas contíguas ao mesmo Terreno (D. Francisco de Lemos, obr. cit., pág. 143).

(2) As obras do edificio do Castelo do Observatório Astronómico importaram até 21 de Junho de 1777 em 18:963\$775 (D. Francisco de Lemos, obr. cit., pág. 214).

(3) Em parte do edificio estão diversos serviços dos Hospitais da Universidade: depósito de víveres, uma enfermaria de tinosos, uma leprosa, aposentos de criados, etc.

A 4 de Junho de 1940, por ocasião das festas comemorativas dos centenários, descerrou-se, nas muralhas do vetusto Castelo, a inscrição seguinte: « A história deste Castelo foi recordada com gratidão pelos portugueses de 1940 » (*Diário de Coimbra*, n.º 3315 de 5 de Junho de 1940).

que ambas as plantas teem de representar a mesma obra e frontaria. As arcadas, em número de treze, só existem na frente do edificio, pois na parte lateral encontram-se duas portas e três janelas; no lado sul, embora parte da parede esteja demolida, patenteando restos da muralha do antigo castelo, observam-se ainda duas portas e seis janelas. O andar térreo é precisamente igual em ambas as plantas.

No seu relatório de 1777 escreve D. Francisco de Lemos, sobre o observatório:

« Acha-se feito até o primeiro plano, tendo sido preciso gastar tempo, e fazer despesas grandes em dispor o terreno; em fazer alicerces profundos, e em comprar algumas moradas de cazas contiguas ao mesmo Terreno.

« Para uzo interino das liçoens, e observaçoens Astronomicas fiz construir hum pequeno observatorio no Terreiro dos Paços até aqui (1777) para o dito fim. » (1)

Mais adiante, no mesmo livro manuscrito, lê-se:

« Para se não suspender o Exercicio das Lições e observaçoens Astronómicas enquanto não se acabar o Grande Edificio para ellas destinado construiu-se no Territorio dos Paços da Universidade huma Caza terrea para servir de Observatorio interino cuja despesa importou em 242\$170 ». (2)

« Este estabelecimento necessita ser provido de muitos Instrumentos, alguns dos quais são importantes. Sua Magestade foi servido mandar remeter para o uzo das liçoens Astronómicas muitos delles, que tinha nesta corte;

(1) D. Francisco de Lemos, obr. cit., pág. 143.

(2) Idem, pág. 214.

e para os mais, que eram necessários, estava assentado, que o mesmo Professor de Astronomia, que he o Doutor Miguel Antonio Ciera, fosse a Londres fazellos trabalhar. Alem disso necessita de Regimento particular, em que se dem as Providencias convenientes para a sua guarda, manutenção, limpeza, e Serviço ».

Sem embargo, em face da morosidade da construção do imponente Observatório do Castelo, D. Francisco de Lemos e a Faculdade de Matemática pensaram num Observatório interino. Nos livros de receita e despesa da época Pombalina encontram-se diversas verbas consignadas a esse *Observatório interino*. A primeira ⁽¹⁾ é de 18 de Outubro de 1775, mas nos meses e anos seguintes outras parcelas aparecem ⁽²⁾.

Dadas as pequenas verbas consumidas, este observatório interino devia estar pobremente instalado. Sito no Terreiro dos Paços, mas onde?

Embora mal alojado a sua actividade foi apreciável, pois desde 3 de Maio de 1776, teve um maquinista ao seu serviço: Francisco José Miranda ⁽³⁾.

Por morte de Elsdén, Manuel Alves Macamboa ⁽⁴⁾

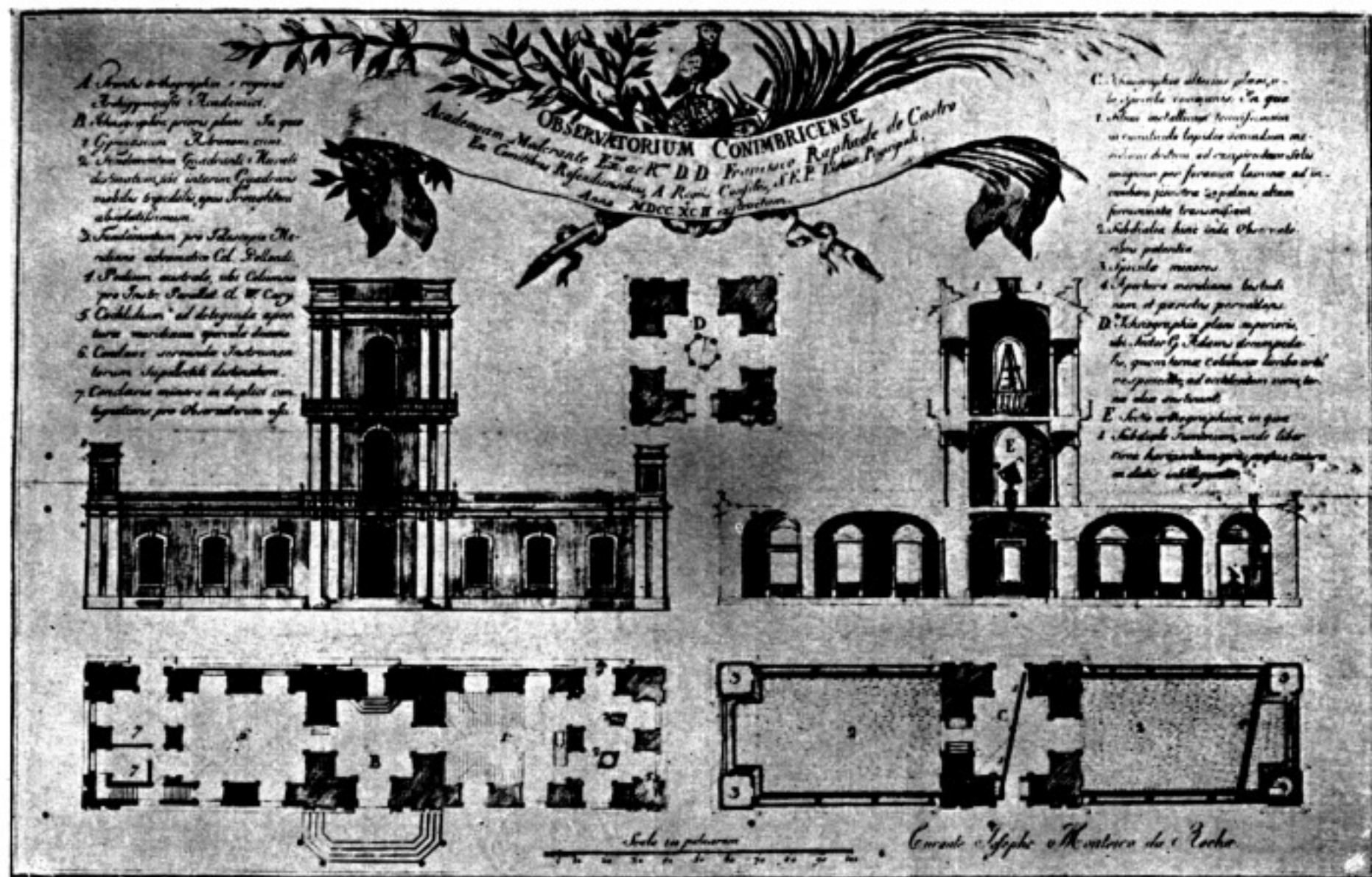
(1) Livro de Receita e Despesa A, 1773-1775, pág. 146.

(2) Idem, págs. 166, 167, 168, 174, 177, 179, 180; livro 2 (de 1776 a 1777), págs. 5, 11, 13, 16, 20, 25, 30, 55, 63, 115, 121, 134, 143, 145, 149, 150; livro 3 (de 1778-1779) págs. 9, 16, 22, 24, 27, 37, etc.

— Em 23 de Janeiro de 1778 (Prof. Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. 1, pág. 266), autoriza-se a Junta da Fazenda e despender certa verba para se aprontar o estabelecimento de ensino prático da Faculdade de Matemática, etc.

(3) Livro de Receita e Despesa, n.º 4, 1780-81, pág. 16.

(4) O mestre de alvi-carpintaria já era conhecido da Univer-



Planta do Observatório Astronómico (Pátio da Universidade)

(Projecto existente no Observatório)

(Repr. de José dos Santos)

assumiu o lugar de mestre architecto das obras universitárias, passando a dirigir também as do observatório (1), sob a orientação de Monteiro da Rocha, Professor de Matemática e Vice-Reitor.

Na planta lê-se: *Observatorium Conimbricense Academicam Moderante Ex.^{mo} ac R.^{mo} D. D. Francisco Raphaele de Castro Ex Comitibus Resendiensibus, A Regiis Consiliis, S. E. P. Lisbon principali, Anno M. DCC. XCII exstructum* (2).

É notório que « particular (3) cuidado mereceu a D. Maria I a Universidade de Coimbra. A reforma pombalina, que, sob certos aspectos, é digna de incondicionais louvores, havia provocado, como era natural, uma grande perturbação nos estudos. Procurou a Rainha não só obstar a esse inconveniente, mas promulgar novas medidas que fomentassem o desenvolvimento daquela gloriosa instituição.

« Sucedem-se os diplomas legislativos concernentes à Universidade que denotam uma grande preocupação de a proteger e fazer prosperar ».

sidade, porquanto, em 13 de Outubro, um despacho mandava entregar-lhe determinada verba pelo « trabalho de tirar as armaçoens da Capella da Universidade nos dous annos que tiverão principio pelo S. Miguel de 1773 e findarão neste S. Miguel de 1775 » (Livro de Receita e despesa (a) 1773 a 1775, pág. 173).

(1) Sousa Viterbo, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, pág. 447.

(2) Podendo traduzir-se:

« Planta do Observatório de Coimbra feita em Lisboa a 1 de Setembro de 1792, sendo Reitor o Ex.^{mo} Senhor Francisco Rafael de Castro, descendente dos Condes de Resende, do Conselho régio ».

(3) Caetano Beirão, *D. Maria I*, pág. 238.

Empenhou-se a piedosa rainha em dotar Coimbra com um Observatório Astronómico. Condenado o antigo local do Castelo onde o Marquês consumiu avultadas quantias, mas persistindo a necessidade de congregar os bons ofícios no sentido de instalar o referido estabelecimento de ensino, em momento de infelicidade, escolheu-se o Pátio da Universidade, parece, por estar *livre de abalos ocasionados pelo rodar dos carros nas calçadas* (1). Construiu-se um edifício albergando os instrumentos então existentes, mas em breve faltava o espaço para novas aquisições. E, de então até ao presente, as dificuldades têm-se sucedido, chegando a instalar-se fora do edifício principal a secção de astrofísica.

Má visão, que por vezes nos domina. Pensamos no presente, esquecendo as exigências do dia de amanhã, desprezando as vicissitudes das prementes descobertas. A previdência aconselha que, sobretudo em estabelecimentos universitários, se gizem construções com espaço para as necessidades de séculos, e não somente para uns decénios. Nem sempre os *técnicos* são ouvidos, e previamente enviados ao estrangeiro em missão de estudo.

Anote-se que se pensou em instalar o Observatório Astronómico num sítio acima do convento de Santa Tereza, denominado Cumiada (2), e o Observatório Meteorológico no antigo edifício do Castelo. Desistiu-se deste local por estar *engatada de ferro* a imponente construção (3).

(1) *O Panorama*, 1842, vol. 1, série 2.ª, pág. 3.

(2) Dr. Jacintho Antonio de Souza, *Relatorio d'uma visita aos estabelecimentos scientificos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greenwich e Kew*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1862, pág. 63.

(3) *Idem*, pág. 63.

Adoptou-se, então, o citado terreno da Cumiada para o actual Instituto Geofísico (1).

De sorte que, no reinado de D. Maria I, se edificou o *Real Observatório Astronómico de Coimbra*, em substituição do primitivo, por ordem do Ministro José de Seabra da Silva ao reitor D. Francisco Rafael de Castro (2).

Localizou-se mesmo no coração da Universidade no Terreiro do Paço das Escolas (3).

(1) Jacintho António de Sousa, obr. cit., pág. 64.

(2) Seabra de Albuquerque, *Bibliografia da Imprensa*, etc., 1874-75, pág. 76.

(3) Escreve Castro Freire, obr. cit., pág. 39:

« No terreiro da Universidade se levantou depois, de 1782 até 1789, outro observatório interino, até que por fim se começou a construir, em dezembro de 1790, e se concluiu de todo, em 1799, o actual observatório, mais singelo, mas de elegante construção ». Teófilo Braga, na sua *História da Universidade*, (vol. III, pág. 739) igualmente menciona as datas de 1790 e 1799.

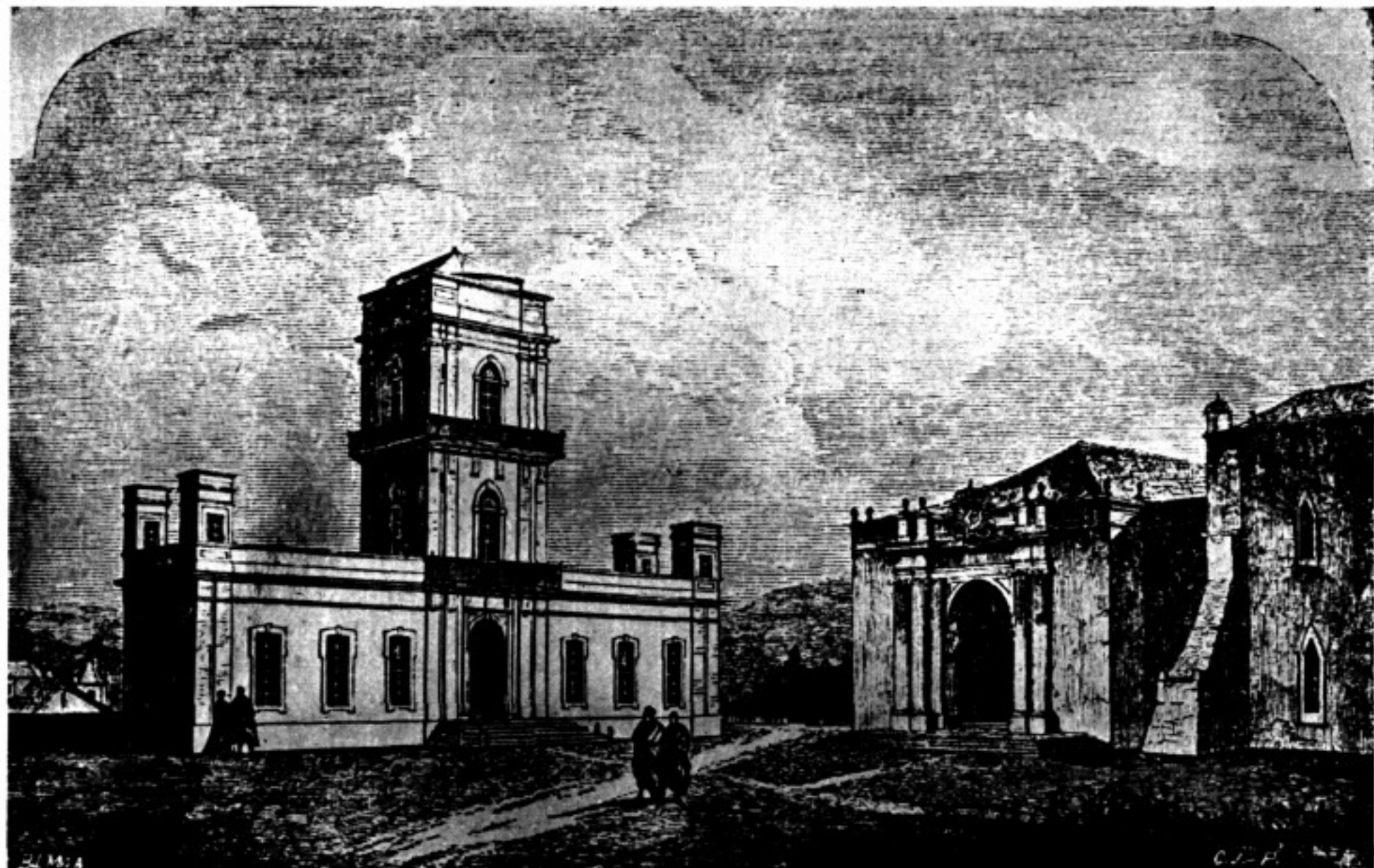
Não se alude ao observatório interino construído no Terreiro dos Paços das Escolas, citado no relatório de D. Francisco de Lemos. Lapso, certamente, tanto mais que Castro Freire desconheceu este relatório, que só se divulgou em 1893 (Teófilo Braga, obr. cit., vol. IV, pág. 578) embora houvesse referências à sua existência.

Nos livros de despesa de 1782 encontramos uma pequena verba de 2\$180 em 14 de Abril, destinada ao observatório grande, outra de 3\$910 e \$90 com a rubrica *para o Observatório Astronómico*, e finalmente uma de 6\$670 para o observatório interino.

Portanto, se as obras começaram em 1782 não se pagaram...

Nos Livros de Receita e Despesa encontram-se diversas verbas consignadas ao observatório interino, mas nenhuma indicação faz prever uma obra diferente da iniciada e referida por Francisco de Lemos em 1775.

Tanto no livro 6.º (pág. 93) referente a 15 de Fevereiro de 1786, como no 7.º livro de Receita e Despesa (pág. 25) relativa à semana que acabou em 7 de Junho de 1788 estão inscritas verbas para



Observatório Astronômico e Biblioteca da Universidade

(Extr. de *Archivo Pittorresco*, 1865)

(Repr. de José dos Santos)

É provável que a inauguração oficial se fizesse em 1799, com a publicação do Regulamento, mas a sua construção parece, pela carta de 15 de Abril (1), terminada em 1795,

desentulho da obra do Observatório Astronómico. Na última refere-se até à obra Grande. Outras verbas aparecem no mesmo mês e subsequentes.

Aludindo à semana de 4 de Dezembro de 1790 (pág. 230), o mencionado livro regista uma verba «de obras no novo observatório», e outras importâncias estão debitadas na obra nova do observatório nos Paços, etc.

Por um lançamento a pág. 36 do livro 8.º (1791) vê-se que Manoel Alves Mascarenhas recebeu honorários pela direcção e riscos do novo observatório, sito nos Paços da Universidade.

Francisco José Miranda, Mestre Maquinista, assistiu, desde o início, às obras do novo observatório, percebendo honorários (Idem, Livro de 1792, pág. 43).

(1) Dom Francisco Rafael de Castro, do Meu Conselho, Principal da Santa Madre Igreja de Lisboa, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra. Eu a Rainha vos envio muito saudar, Tendo consideração ao distinto merecimento, Letras, e Serviços do Doutor José Monteiro da Rocha, Decano da Faculdade de Mathematica, e Lente de Astronomia nessa Universidade; e Querendo efficazmente promover o progresso, e adiantamento dos Estudos das Sciencias Mathematicas nelle estabes cidos: Hey por bem nomeado Director Perpetuo da referida Faculdade, e do Observatorio Astronomico, que há pouco Fui servida erigir, e fundar nessa mesma Universidade, sendo confiada a inspecção, e direcção desta Obra ao seu conhecido zelo, actividade, e intelligência. E Mando, que para o bom Regimento, e Governo de hum tam importante Estabelecimento, o mesmo Director ordene, sem perda de tempo, e vos proponha para haverem de subir a Minha Real Prezença com o vosso Parecer, todas as Providencias, que julgar necessarias para o referido fim, as quaes podereis logo mandar interinamente observar em todo, ou em parte, se assim vos parecer necessário, ou conveniente, em quanto Eu não houver por bem determinar o que for mais do Meu Real Serviço a este respeito. O que me pare-

embora posteriormente se encontrem consignadas diversas verbas para obras no novo observatório astronómico.

O empreiteiro das portas e janelas do novo Observatório Astronómico foi António Baptista, para o que recebeu diversas importâncias (1).

No ano de 1794 registaram-se, nos livros respectivos, diversas verbas para pinturas no novo Observatório Astronómico (2).

Não queremos olvidar que Castro Freire (3) salienta a diligente cooperação do Prof. José Joaquim de Faria no

ceo participavos, para que assim o fiquéis entendendo, e façaes executar, mandando que depois de Publicada Esta na Congregação da Faculdade respectiva, se registre nos Livros da mesma Congregação, e nos mais dessa Universidade a que tocar.

Escrepta no Palácio de Queluz em quatro de Abril de mil sete centos noventa e cinco.

Principe

Cumpra-se e registre-se Lisboa 15 de Abril de 1795.

Livro 6

.....

Estante 10

Tabela 4

N.º 6

(1) *Livro de Receita e Despeza* de 1791, n.º 8, págs. 15, 16, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, etc.

— No mesmo ano se despendeu uma verba importante para madeiras, ferro e gradaria destinada ao observatório (Idem, pág. 49).

— José Francisco Sereno trabalhou na obra de canteiro (Idem, pág. 114).

(2) *Livro de Receita e Despeza*, (1794), n.º 9, pág. 14, 15, 17, 19, etc.

(3) Obr. cit., pág. 48.

— Morreu em 1828.

levantamento do actual Observatório Astronómico, e na aquisição, em Londres e Paris, de vários instrumentos.

No decorrer do ano lectivo de 1853-54 surge a noticia de que *a parte construída do antigo Observatório do Castelo* foi lembrada para instalação da cadeia da cidade, e a Faculdade de Matemática procura envidar todos os esforços afim de obstar a essa idéia, advogando a transferência, para ai, do Observatório (1).

Dirigiu-se ainda outra petição ao Prelado: uma nova sala de aula (2); e solicitou-se a cedência da Casa da Livraria do Colégio de S. Pedro, para instalação do ensino de desenho.

Seguidamente, no ano escolar de 1854-55, a Faculdade de Matemática pede o 1.º andar, e lojas correspondentes, do Colégio de S. Pedro para casa de habitação do porteiro, quarto de descanso e de estudo dos observadores, e para mais uma aula. Parece que obteve uma aula privativa, no Museu, para o ensino do 3.º ano (3).

Em 17 de Dezembro de 1910 cederam-se 3 salas do 1.º andar da Reitoria à Faculdade de Matemática (4).

No relatório de 14 de Agôsto de 1856, a Faculdade de Matemática informa que está montado o Circular meridiano mas não tem espaço para o Equatorial (5).

Decorridos 58 anos, após a conclusão do Observatório Astronómico, o Conselho da Faculdade de Matemática (6), de 27 de Abril de 1857, responde a uma consulta de S. M.

(1) *O Instituto*, vol. III, 1855, pág. 177.

(2) *Idem*, 1855, pág. 176.

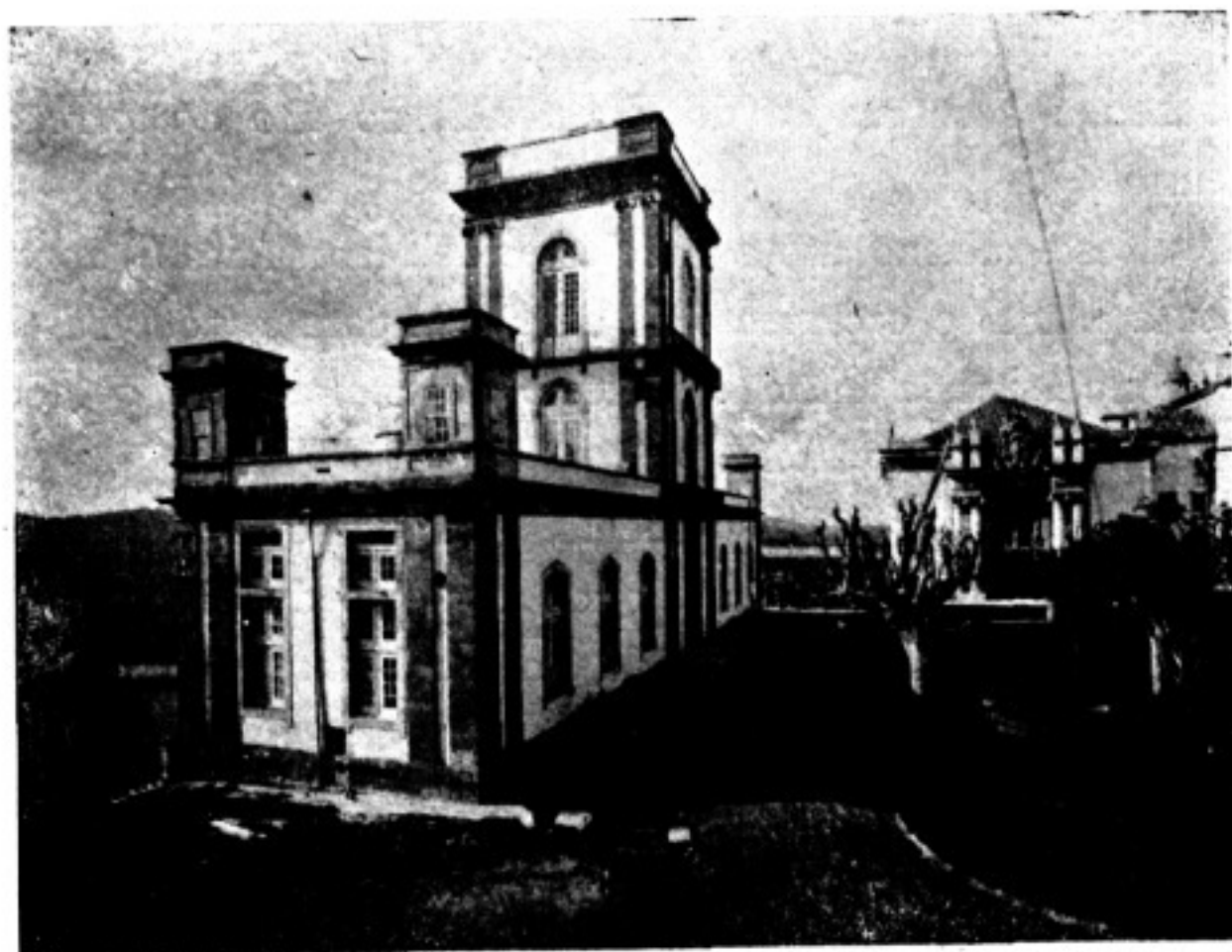
(3) *Idem*, vol. IV, 1856, pág. 165.

(4) *Anuário da Universidade*, de 1910-11, pág. 345.

(5) *O Instituto*, vol. VI, pág. 126.

(6) *Idem*, pág. 37.

patenteando o acanhamento das instalações do Observatório e a sua incompatibilidade com o telhado da Sala dos Capêlos, o qual, encobrindo o céu do lado setentrional, não permite utilizar a marca meridiana do Norte. Foca-se, além disso, a perturbação das observações, tanto pela carência de sossêgo como das oscilações devidas ao movimento do pátio e rua.



Observatório Astronómico (Pátio da Universidade)

(Cl. Rasteiro)

A Faculdade apresenta diversas sugestões e insiste pela habitação do porteiro. Acalenta-se novamente a idéia do edifício do Observatório do Castelo, pois aí haveria horizonte mais desafrentado, possibilidade de colocar marcas nas direcções Norte-Sul e Este-Oeste, etc.

Caso se efectuasse a mudança, o Conselho da Faculdade de Matemática desejava instalar nas dependências

devolutas a sua Biblioteca e Aulas — e mesmo o Observatório Meteorológico (de acôrdo com a Faculdade de Filosofia) (1).

Em 30 de Junho de 1857 prosseguia-se na faina de significar a necessidade de melhorar as condições de trabalho do Observatório (2), chegando a ventilar-se, a 4 de Dezembro, o seu encerramento, desde que não se modificassem essas condições.

Contudo, foi no ano lectivo de 1857-58 que se procedeu à instalação do Equatorial, no alto do torreão central (3).

Neste mesmo ano a Faculdade de Matemática (4) aprovou a planta e orçamento de uma casa para astrónomos e porteiro, situada entre o Colégio de S. Pedro e o lado oriental do Observatório.

As providências não chegam, lamentando-se o Conselho escolar de 1 de Agôsto de 1859 do desinterêsse (5) por um estabelecimento onde tanto trabalho se despende. Novamente se insiste pelas *casas para descanso* dos astrónomos e uso permanente do porteiro. Porém, depois de tantos esforços a portaria de 11 de Outubro de 1859 vem dar alento à Faculdade de Matemática, determinando:

« Que metade do 1.º andar do Collegio de S. Pedro, contiguo ao Observatorio Astronomico, será apropriada ao serviço dos calculadores, e mais empregados d'este estabelecimento, durante as observações nocturnas, evitando-se

(1) *O Instituto*, vol. VII, 1859, pág. 207.

(2) *Idem*.

(3) *Idem*, pág. 208.

(4) *Idem*.

(5) *Idem*, vol. VIII, 1860, pág. 161.

assim a despesa da construção de uma casa, que teria de levantar-se de novo para esse fim » (1).

Ulteriormente, as salas destinadas aos calculadores cederam-se para residência do Director do Observatório (2).

A 19 de Agosto de 1859 (3) estabeleceu-se doutrina sobre o porteiro do Observatório.

Este estabelecimento de ensino foi forçado a estender-se até à Cumiada, instalando aí uma secção de astrofísica (independente do Instituto Geofísico). O porteiro obteve casa, e ainda hoje se conserva essa tradição, perdendo-se a das instalações do Director do Observatório, no edificio da Universidade — em S. Pedro —, com o Dr. Souto Rodrigues.

O chefe das oficinas viveu durante algum tempo em dependências anexas às mesmas, no andar térreo de S. Pedro. Em 1938 foi desalojado.

O Observatório Astronómico da Universidade através de tôdas as vicissitudes gozou sempre de grande prestígio, desde Monteiro da Rocha (4) até nossos dias.

(1) José Maria Abreu, *Legislação Académica*, pág. 121.

(2) Prof. A. de Vasconcelos, *Escritos Vários*, vol. 1, pág. 206.

(3) *Legislação*, obr. cit., pág. 116.

(4) No decorrer da sua vida universitária esboçou-se uma certa animosidade com o lente de geometria, José Anastácio da Cunha, provido nesse lugar, em 5 de Outubro de 1773, sem concurso, e devido aos seus excepcionais méritos. Ver Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, págs. 500, 507, 513 e 606.

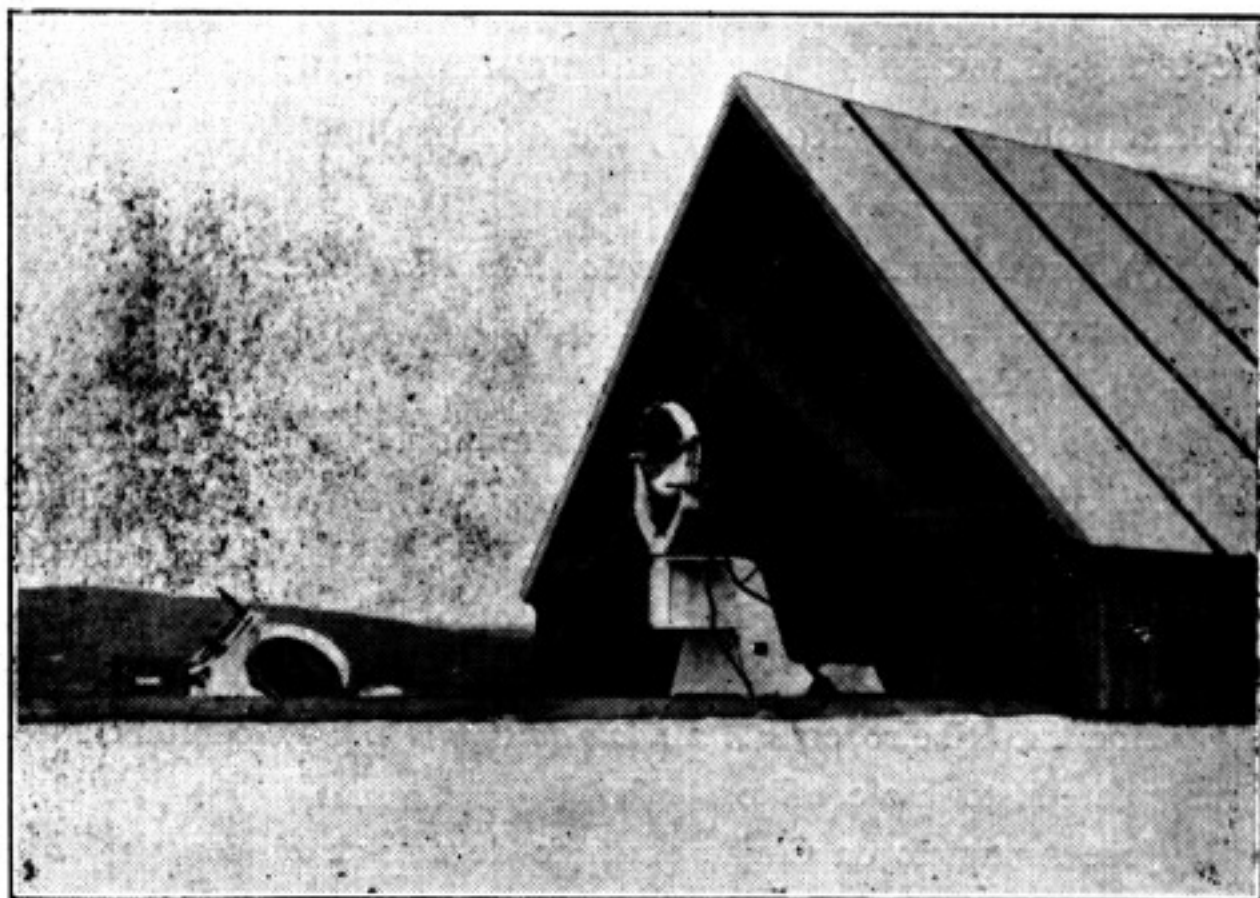
Aquilino Ribeiro, em « *Anastácio da Cunha, o lente penitenciado* » igualmente historia o conflito.

José Anastácio da Cunha era filho de um « hábil cenógrafo » e « brilhante pintor-decorador » : Lourenço da Cunha. (Luís Xavier da Costa, *As Belas-Artes plásticas em Portugal durante o século XVIII*, pág. 80).



Instalações de Astrofísica (Cumiada)
Dependências do espectroeliógrafo (à esquerda) e do celostato (à direita)

(Cl. Rasteiro)



Instalações de Astrofísica (Cumiada)
(Celostato)

(Cl. Rasteiro)

Tanto o seu Corpo Docente como os astrónomos ajudantes, esforçaram-se sempre pelo engrandecimento de tão útil estabelecimento de ensino. Pena foi que apesar do nosso passado, de navegadores de nomeada, tão tardiamente tivéssemos um observatório astronómico na Universidade de Coimbra. Igualmente foi de certa valia a colaboração do pessoal menor — deveras especializado a ponto de se reformarem e repararem diversos instrumentos.

O Prof. Castro Freire (1) escreveu:

«... ao Observatorio Astronomico está vinculada uma familia notavel de artistas, a dos srs. Mirandas (2), cujos membros, desde a fundação do estabelecimento até hoje, occuparam successivamente o lugar de *guarda*, e que, por muitos serviços, probidade e dedicação, têm constantemente merecido a estima e confiança de todos os directores. A elles são devidos todos os aparelhos, modificações e concertos que frequentemente se têm feito para uso e aperfeiçoamento dos instrumentos, sem nunca ter sido necessario recorrer a artistas estranhos. »

(1) Francisco de Castro Freire, obr. cit., pág. 103.

(2) Por despacho do Conselho dos decanos de 16 de Julho 1780 foi nomeado Francisco José de Miranda guarda do Observatório Astronómico (José Maria Abreu e Santos Viegas, *Legislação Académica*, pág. 43).

José Joaquim Miranda, filho do guarda, segundo se depreende de uma carta de Monteiro da Rocha, era dotado de grande habilidade para a mecânica, pois construiu « peças delicadíssimas, e um hygrometro » com « uma perfeição extraordinária ». *O Instituto*, vol. xxxvii, 1890, pág. 272.

Parece-nos que a actividade da Faculdade de Matemática gravitou muito em redor do seu observatório. Foi a séde de páginas das mais brilhantes da Faculdade.

É curioso que D. Francisco de Lemos ⁽¹⁾, no Relatório dirigido a D. Maria I, para fazer vingar a reforma do ensino de matemática, acentuava a necessidade de protecção ao Curso:

« O Estabelecimento, que se fez em Coimbra he completo; e proprio para formar Mathematicos consumados; por que nelle se ensinão os principios fundamentaes de todas as disciplinas, que formão o corpo das Sciencias Mathematicas. Por isso é muito conveniente que Sua Magestade o conserve, e o anime para se não arruinar, como já vai sucedendo; porque há tres anos que faltão **estudantes** que queirão seguir estes Estudos, e fazer d'elles profissão. »

Sugeriu a criação de partidos para os licenciados em Matemática. Tal sugestão foi aceita em 9 de Junho de 1801 ⁽²⁾, ordenando-se que matemáticos (cosmógrafos), levantassem cartas topográficas, decidissem sôbre dúvidas em limites, servidões, etc.

Como testemunho do prestígio do Observatório devemos citar as *Ephemerides*. Publicadas em 1802 ⁽³⁾, por

(1) *Estado Geral da Universidade*, etc., obr. cit., pág. 267.

(2) José Maria Abreu, *Legislação Académica*, pág. 415.

(3) Castro Freire, obr. cit. pág. 95.

Algumas referências históricas às Efemérides, ao Observatório Astronómico de Coimbra, a Luciano Pereira da Silva, etc., encon-

iniciativa de Monteiro da Rocha, foram bem acolhidas pelo mundo científico — tal a série de elementos úteis que inseria. A portaria de 17 de Janeiro de 1861 (1) determina as características desta publicação tão valiosa. Foi interrompida (2) em 1828 (em 1827 publicou-se a *Ephemeride* para 1828) recomeçando em 1840 (imprimiu-se o número para 1841) como consequência das guerras civis. Neste último tomo friza-se, mesmo, a sua « interrupção » durante quinze anos.

Referindo-se às Efemérides Astronómicas, o Eng.º José António Madeira (3) escreve:

« A sua concepção foi tão originalmente prática e as suas esplanções tão precisas e claras, sob o ponto de vista matemático, que rapidamente adquiriram grande fama, sendo largamente usadas na navegação. E desta forma as *Efemérides* conquistaram para o Real Observatório Astronómico de Coimbra, a justa consideração e nomeada que tem perdurado até nossos dias. »

tram-se em « Pedro José da Cunha, a Astronomia, a náutica e as sciências afins ».

Sobre os nomes dos lentes colaboradores das Efemérides, ver *O Instituto*, vol. xviii, 1873, pág. 278.

Por portaria de 3 de Outubro de 1843 ordenava-se a remessa anual de 150 exemplares das *Ephemerides* para os ministérios dos estrangeiros e marinha. (Abreu e Santos Viegas, *Legislação Académica*, pág. 249).

(1) Silvestre Ribeiro, vol. xvi, pág. 30; e Castro Freire, obr. cit., pág. 98.

(2) Castro Freire, obr. cit., pág. 97; e *Ephemerides* de 1840.

(3) *Relatório apresentado á Junta de Educação Nacional*, Coimbra, 1933, pág. 48.

Numerosas memórias, da autoria do Corpo Docente e outro pessoal (1), dêste Instituto, revelam a grande devoção pelo ensino e aperfeiçoamento da Astronomia em Portugal.

Alguns professores foram ao estrangeiro, encarregados de representar a Universidade e de ver e experimentar diversos instrumentos.

Já em 16 de Novembro de 1801 se cometeu o encargo de uma visita de estudo, ao lente algarvio Manuel Pedro de Melo (2). Porém, não se colheram grandes frutos, pois lavravam, com efervescência, as guerras napoleónicas.

A viagem da comissão nomeada em 1860 foi mais produtiva, originando, até, a publicação de um relatório, impresso, de Rodrigo de Sousa Pinto (3).

A Comissão visitou Madrid, Paris, Bruxelas e Greenwich, e estava incumbida da aquisição e transporte de instrumentos.

O apetrechamento do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra mereceu uma atenção especial.

Abstraindo dos instrumentos oriundos do extinto (1772) Real Colégio dos Nobres, de que infelizmente não há inventário, outras aquisições se fizeram, sucessivamente, para o eficiente ensino da Astronomia. De sorte que, em 1 de Junho de 1779, o Professor Dr. Miguel Ciera recebeu certa importância, pela compra de duas pêndulas (4).

(1) Dr. José Freire de Sousa Pinto, *Algumas observações sobre o Observatório Astronómico, etc., desde 1872*, pág. 13 e seg., etc.

(2) Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 81.

(3) Idem, pág. 82 a 85.

(4) 3.º *Livro de Receita e Despesa*, 1878-1879, pág. 104.

— Em 3 de Agosto de 1816 encontra-se um pagamento de pedras para uma pêndula (3.º *livro de registo das fôlhas correntes das obras*, pág. 40).

Para melhoria do ensino, o mesmo professor adquiriu livros com o fito de serem vendidos, aos alunos, pela Imprensa da Universidade. Em 15 de Julho de 1775 (1) comprou doze exemplares das obras seguintes: *La Lande-Abregé d'Astronomie*; *Stalley-Tables Astronomiques*; e cinco de L. de la Caille — *Leçons Astronomiques* (2).

Em 3 de Junho de 1780 o Dr. Manoel Joaquim Coelho da Costa Vasconcelos e Maia recebeu determinada verba por conta de duas esferas e dois globos que vieram de Inglaterra para o Observatório (3).

Em 1781 pagaram-se diversos utensilios fornecidos por Thomas Bradley (4); a 7 de Janeiro de 1783, quatro óculos acromáticos (5); e, em 23 de Abril de 1783, material óptico (6).

(1) *Livro da Receita e Despesa*, A, 1773-1775, pág. 157.

(2) Abade Ludovico de La Caille, *Leçons élémentaires d'Astronomie*.

(3) 4.º *Livro de Receita e Despesa*, 1780-81, pág. 32.

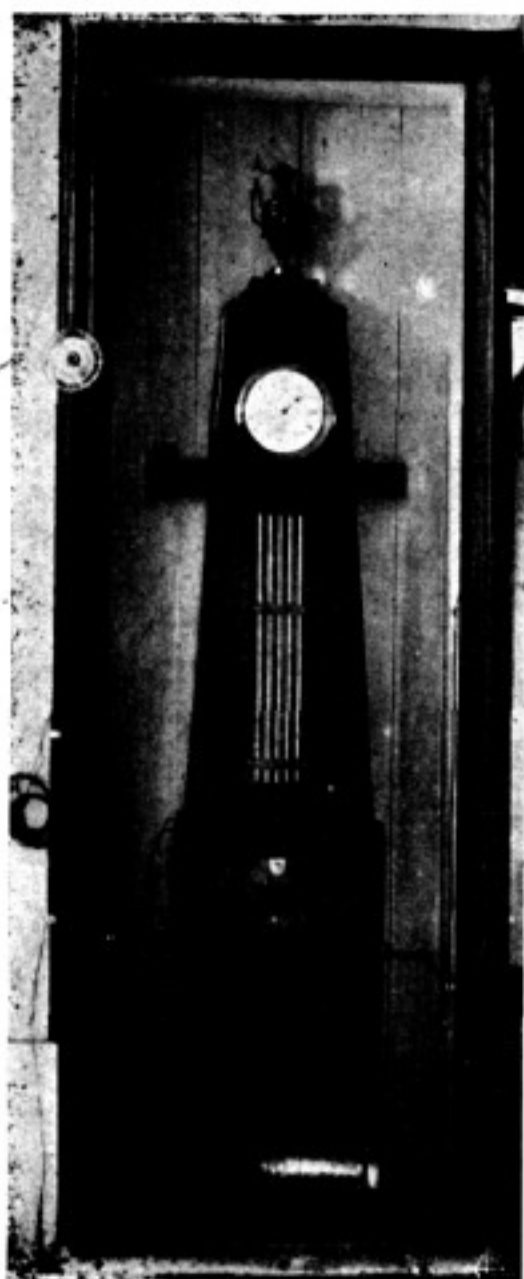
(4) *Idem*, pág. 102.

(5) « 200\$000 Que a requerimento do Dr. Joze Monteiro da Rocha lente das Sciencias Phyzico Mathematicas recebe o Dr. João Antonio Dallabella lente de Phyzica Experimental para mandar vir de Londres para o Observatorio Astronomico da Un.^{de} quatro oculos Acromaticos dos quaes trez custaõ ordinariamente a razão de trinta mil reis cada hum, e outro que custa cento e dez mil reis o qual he da ultima invenção de Dolland de que faz menção Mr. de la Lande no numero 2307 de sua Astronomia! » (*Livro de Receita e Despesa*, n.º 5, 1782-83 e 1784, pág. 100).

Em 7 de Abril de 1782 acabaram-se de pagar os óculos acromáticos adquiridos em Londres (*Livro de Receita e Despesa*, n.º 5, 1782 a 1784, pág. 111).

(6) « Que paguem ao Dr. Joze Monteiro da Rocha pelo custo de trinta e tres mil seiscentos reis de hum telescopio Gregoriano e de quatorze mil quatro centos reis de hum Microscopio composto ambos instrumentos para o Observatorio Astronomico desta Un.^{de} ». (*Idem*, pág. 180).

Diverso material se obteve, gradualmente, pois nos livros de Receita e Despesa há alusões ao pagamento de instrumentos enviados de Londres por Jacinto de



Pêndula de Berthoud

(Cl. A. Hipólito)

Magalhães ⁽¹⁾, e respectiva condução de Lisboa ⁽²⁾; cartas hidrográficas ⁽³⁾; compasso de proporção de 9 polegadas, etc. Também se refere a consêrtos ⁽⁴⁾, aquisição de vários «trastes de ferro e miúdezas» ⁽⁵⁾. Destinada ao transporte do quadrante astronómico encontra-se uma verba especial ⁽⁶⁾.

Para Francisco José Maria de Brito, residente em Amsterdão, com a interferência de «Pedro Roiz Ferr.^a e F.^{os}», Lisboa, enviou Francisco José de Miranda, em 4 de Setembro de 1804, a importância de 244\$900, mas o respectivo Livro de Receita e Despesa não refere a natureza do pagamento. O fornecimento é de Gildmeister e C.^a.

Na mesma data se paga-

(1) *Livro de Receita e Despesa*, n.º 6, (1785), pág. 12 e 31.

(2) *Idem*, 1785, pág. 39; e livro 10, (1799) pág. 62; etc.

(3) *Idem*, 1786, pág. 110.

(4) *Idem*, pág. 212, etc.

(5) *Idem*, livro 7.º (1789), pág. 119.

(6) *Idem*, 1790, pág. 222.

ram três óculos, um relógio de segundos, seis microscópios para o sector quadrante, etc., (1).

Os óculos de Lenoir e a pêndula de Berthoud, devem ter chegado de Paris em 1804, pois em Dezembro deste ano, encontra-se um pagamento a Francisco José Miranda, correspondente às deslocações feitas a Lisboa e Figueira (2).

Pela carta de lei de 23 de Abril de 1850 (3) o governo de D. Maria II autoriza a Faculdade de Matemática (4) a

(1) *Livro de Receita e Despesa* de 1804, pág. 111.

No 3.º livro de registo das folhas correntes das obras (pág. 41 verso) encontra-se, a 2 de Agosto de 1817, o pagamento de uma caixa para o relógio de experiências.

(2) *Livro de Receita e Despesa*, pág. 115.

(3) Silvestre Ribeiro, obr. cit., vol. ix, pág. 265.

(4) « Dona Maria por Graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que as Côrtes Geraes Decretaram, e Nós Queremos a Lei seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO.—É o Governo authorisado para despender:

Primeiro — A quantia necessaria para a compra de alguns instrumentos indispensaveis ao serviço do Observatorio Astronomico da Universidade de Coimbra, a saber:

Um intstrumento de passagens de grande força e dimensões.

Um circular mural.

Um telescópio de força.

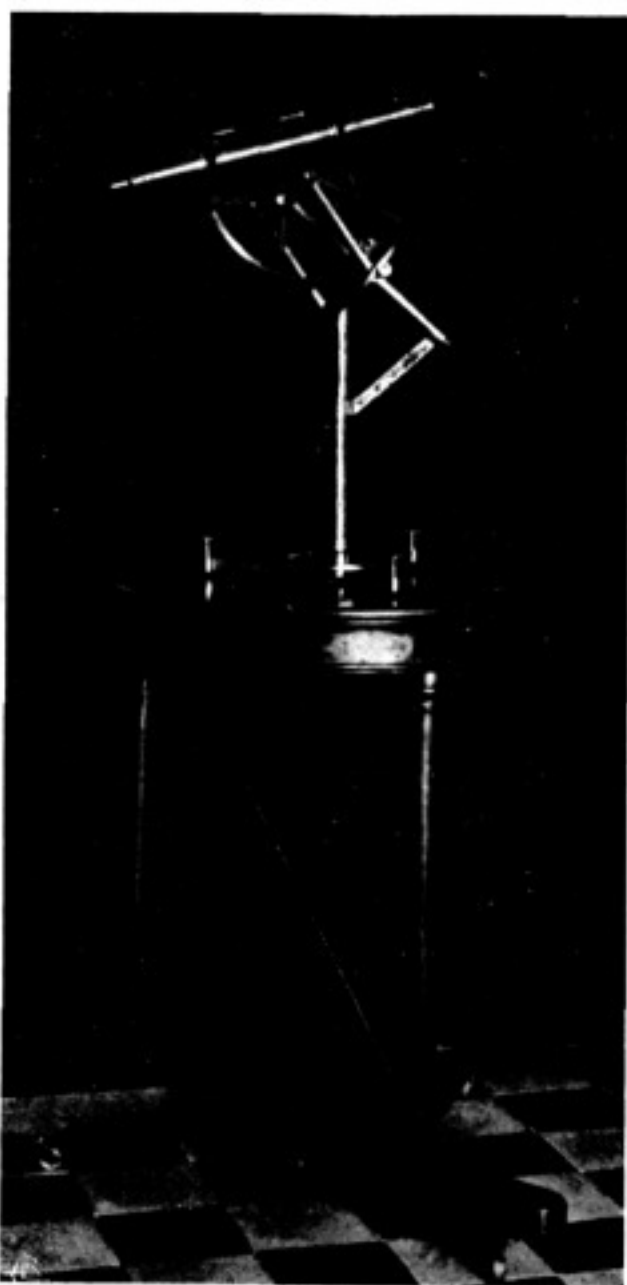
Um oculo munido do competente micrometro ».

.....
« Dada no Paço das Necessidades aos vinte e tres de Abril de mil oitocentos e cincoenta.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade, Tendo Sanccionado o Decreto das Côrtes Geraes de vinte de Abril de mil oitocentos e cincoenta, que authorisa a despeza com a compra de instrumentos para o serviço do Observatorio Astronomico da Universidade, e com a aquisição de modêlos, em gêsso, das estatuas e bustos dos antigos, para o serviço da Academia das Bellas Artes de Lisboa, Manda cumprir, etc., e guardar o mesmo Decreto pela forma acima declarada ».

comprar diversos instrumentos mas parece que em 1852 ainda não tinham sido adquiridos.

Em 24 de Abril de 1854 chegaram, por mar, os « conhecimentos » da utensilagem destinada ao Observatório. Pouco tempo depois, os instrumentos estavam em Lisboa, sendo embarcados para a Figueira da Foz (1).



Equatorial portátil « W. Cary », instalado sobre uma mesa de pau santo com embutidos

(Cl. A. Hipólito)

Uma vez chegados a Coimbra montaram-se provisoriamente afim de se verificar o estado das peças.

Em 1870 encomendou-se diverso material na Alemanha.

Em 1871 (2) receberam-se vários utensilios, sendo dos mais curiosos o *photoheliografo* e os dois *espectroscopios* (um francês e outro alemão).

De 1872 a 1890 (3) este estabelecimento de ensino enriqueceu-se com outro material, bem como nos anos subseqüentes.

(1) *O Instituto*, vol. III, 1855, pág. 177.

(2) Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 90.

(3) Prof. Sousa Pinto, obr. cit., pág. 17.

Alguns dos instrumentos têm valor histórico; atestam bem a visão do Marquês de Pombal que, a par da lei reformando o ensino, soube ir ao encontro das necessidades de novos métodos educativos, instituindo dotações apreciáveis para aquisição de material didáctico e de investigação. Êsses instrumentos, uma vez reparados, e em instalações consentâneas, formariam, certamente, um curioso documentário da Reforma Pombalina, assim como o material de Física originou a organização de um interessante Museu.

A lista dos apetrechos é bem extensa. Se muitos instrumentos são peças históricas de grande curiosidade ⁽¹⁾, outros marcam, até, pelo seu valor intrínseco ⁽¹⁾.

(1) *Astrolábio* antigo, de bronze, com argola de suspensão (avaliado no inventário do Observatório em 15 contos); *pêndula* antiga, construção dirigida por J. H. de Magalhães, em Londres (5 contos); *quadrante equinocial universal*, construção de Meurand, 1780 (7 contos); *relógio solar universal*, construção de Haas, Lisboa, 1809 (3 contos); *circulo meridiano* Troughton & Simms, de 1851, com micrómetro ocular (20 contos); *instrumento universal alt-azimutal* Repsold, 1869, (60 contos); *circulo meridiano* Repsold & Sohne, 1877, Hamburg (550 contos); dois *colimadores do circulo meridiano*, Repsold e Sohne, Hamburg (40 contos, cada).

Espectro-heliógrafo de prismas e rêde (500 contos); e *diversos outros instrumentos*: luneta mural, de passagem; espectro-helioscópio; equatorial portátil W. Cary, London; luneta de montagem paralática, construção de Watkins; focómetro Secretan, Paris; heliostato Foucault, construção Duboscq; círculo de reflexão Borda, construção de Harris; zigómetro de metal; cronógrafo impressor; esferas armilares, etc.; *espectógrafo estelar* « Grubb » 1923 (250 contos); *Equatorial* Troughton & Simms (100 contos e 30 contos de acessórios); *foto-heliógrafo* com amplificador Repsold & Sohne (80 contos); *calostato* Prin-Jobin (80 contos); *pêndula de compensação* Louis Berthoud (50 con-

Castro Freire (1), Sousa Pinto (2), e Visconde de Vila Maior (3), citam algumas dessas peças, bem como os Anuários de 1867-68, de 1874-75, etc.

Do tempo do Director perpétuo Monteiro da Rocha, indica-nos Castro Freire (4) o material seguinte:

Instrumentos antigos diversos (dos quais podemos certamente destacar o *Astrolábio náutico*, de latão, tendo meio metro de diâmetro, um centímetro de espessura e dez quilos de peso) (5), Quartos de círculo de Adams (dois), Pêndulas de Magalhães, Carnshaw e de Berthoud, Quadrante de Troughton, Óculo de passagens de Dollond, Óculo de Watkins, Circular repetidor de Lenoir, etc.

Ulteriormente, novas aquisições se fizeram, sendo as mais importantes, no tempo de:

Prof. Dr. Joaquim Maria d'Andrade (6) —

Zigómetro, construído por José Joaquim de Miranda.

tos); *quadrante móvel* (40 contos); *pêndula electrica* de pressão constante, Leroy (30 contos); *telescópio* de espelho de vidro prateado, montagem paralática de ferro, construção Secretan (15 contos); *cronógrafo Abraham*, construção Beaudouin (15 contos); *idem de Wetzer* (13 contos); *luneta terrestre* com tripé, construção Troughton (15 contos); *círculo repetidor* « Lenoir » (12 contos); *luneta terrestre*, construção de Secretan (8 contos); *pêndula de compensação*, construção Tho. Earnhan Inv. et Fecit, London (8 contos); *teodolito* Troughton (5 contos), etc.

(1) Obr. cit., págs. 99 e 101.

(2) Obr. cit., págs. 15 a 17.

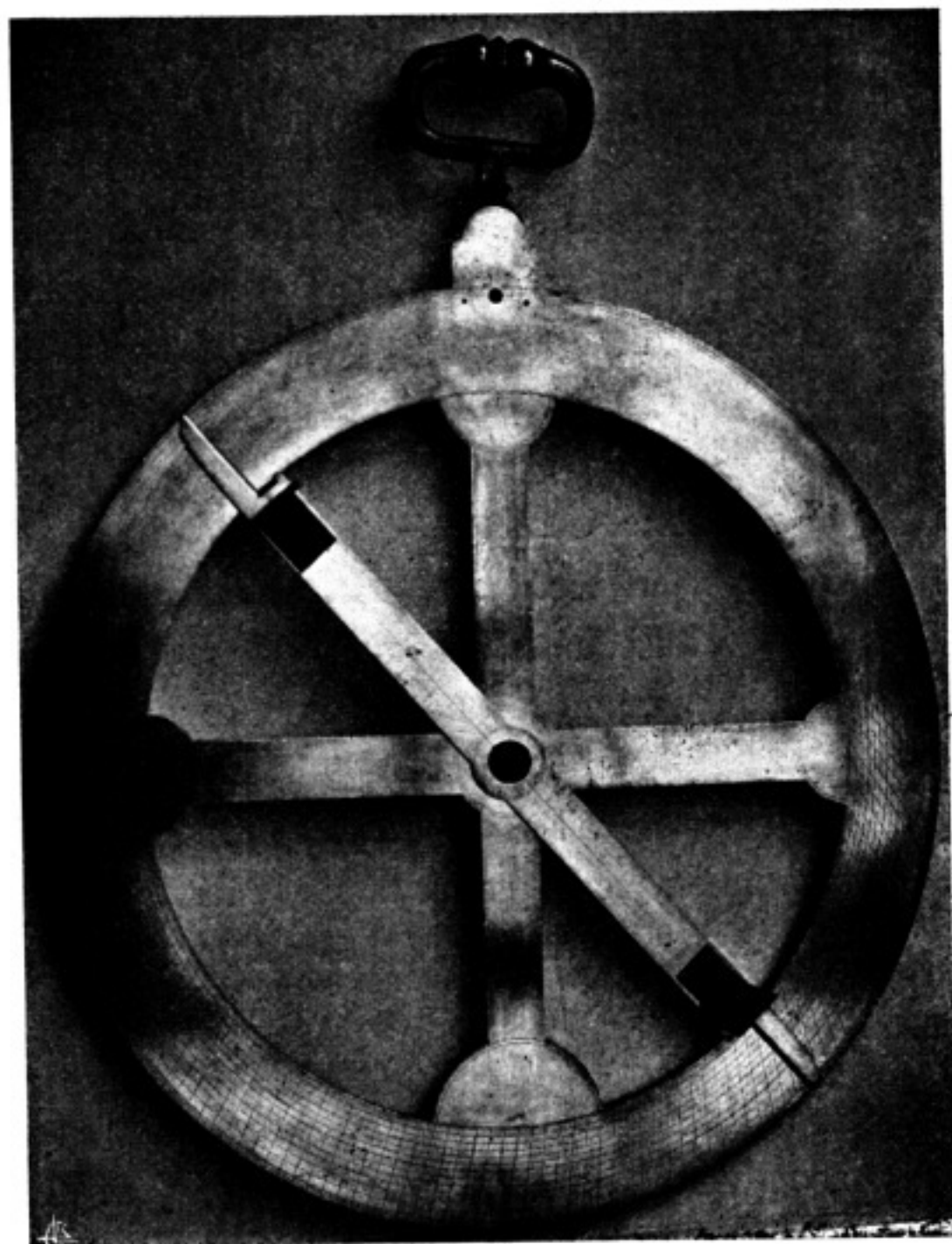
(3) Obr. cit., pág. 291.

(4) Obr. cit., pág. 99.

(5) Luciano Pereira da Silva, *Astronomia dos Lusíadas*, Imprensa da Universidade, 1915, págs. 126 e 127.

(6) Castro Freire, obr. cit., pág. 100.

Prof. Dr. Tomás d'Aquino de Carvalho (1) —
Barómetro, Termómetros (quatro), Equatorial de
Troughton, Circular meridiano Troughton (com



Astrolábio náutico

(Cl. Rasteiro)

aparelho de inversão, construído no próprio Observatório).

(1) Castro Freire, obr cit., pág. 101.

Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto (1) —

Cronómetros, Instrumento de passagens transportável de Repsold, Óculo de Troughton, Espectroscópio de Offman, Foto-heliógrafo, Analisador da luz Steinhel, Helióstato de Silberman, etc.

Na vigência dos directores mais recentes, podemos citar:

Prof. Dr. Francisco Miranda da Costa Lôbo —

Espectro-heliógrafo com celostato de Prin-Jobin, Rêde de difracção (Prof. Wood), Espectro-registador das velocidades radiais, Espectrógrafo estelar.

Prof. Dr. Manuel dos Reis —

Espectro-helioscópio de Hale, Barómetro de mercúrio « Casella », Micrómetro de declinação com registo manual das pontarias e de ascensão recta com movimento automático do fio móvel, Cronógrafo Wetzer, Posto receptor de ondas curtas e compridas com amplificador, várias peças para completar a instalação do espectrógrafo de primas e rêde, etc.

Alguns destes instrumentos encontram-se reproduzidos e citados em dois trabalhos do Eng.º José António Madeira (2).

(1) Castro Freire, obr. cit., pág. 101.

(2) Relatório apresentado à Junta de Educação Nacional, 1933, (Missão de estudo nos Observatórios de Greenwich e Paris, em 1932 e 1933); e Relatório apresentado ao Instituto para a Alta Cultura, (Missão de estudo nos Observatórios Astronómicos de Greenwich, Uccle e Paris, em 1937).

Dos instrumentos destacaremos a *pêndula de Magalhães*, (1) actualmente em reparação (existe o mesmo modelo

(1) Este nome recorda-nos uma figura portuguesa de grande nomeada, no século XVIII: João Jacinto de Magalhães, — nascido em Aveiro, a 4 de Novembro de 1722 (Maximiano de Lemos, *Os Amigos de Ribeiro Sanches*, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. IX, 1914, pág. 112), professor na Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Depois, obteve um breve de secularização, e expatriou-se entre 1756 a 1758. Em 1760 residia em Paris, sendo colaborador de diversos jornais científicos, convivendo, aí, com Ribeiro Sanches.

O motivo do seu expatriamento « á semelhança do seu avoengo Fernão de Magalhães », era, como dizia, « à cause de quelques désagrémens qu'il essaya de la part des rivaux de son mérite ».

Grande era a sua vocação para física, astronomia, meteorologia, mecânica (Idem, pág. 114), levando-o a diversas viagens por Londres (1764), Paris (1770), Bruxelas (1774), até que, entre 1775 e 1780, publicou uma memória merecendo o melhor acolhimento da Real Sociedade de Londres.

Em determinada data, o Governo Português, resolveu mandar fabricar, em Inglaterra, instrumentos astronómicos, náuticos, geodésicos e outros, encarregando o seu Embaixador em Londres de tratar dessas aquisições. Cometeu-se esse encargo a J. H. Magellans, que entrega em 8 de Junho de 1778 (Idem, pág. 117) o primeiro instrumento: um óculo aeronáutico pequeno, para observar os eclipses solares e 5 agulhas magnéticas de algibeira.

Em 1779, Portugal adquire instrumentos matemáticos (Idem, pág. 116), etc.

O português João Jacinto Magalhães relacionou-se com os melhores cientistas do seu tempo, publicou diversas memórias (uma sobre o sextante) e apresentou, mesmo, uma *Teoria sobre o calor dos corpos* (Idem, pág. 118; e Ricardo Jorge, *Amigos de Ribeiro Sanches*, in *Medicina Contemporânea*, 1910), etc.

O Prof. Gonçalves Rodrigues, da Faculdade de Letras de Coimbra, quando bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, em Lon-

no Laboratório de Física), e o astrolábio de bronze, que é uma peça curiosa, e figurou na Exposição metódica do livro português em Berlim, em 1939 (1). Encontra-se reproduzido por A. Fontoura da Costa (2), e Luciano Pereira da Silva (3).

Os mapas e cartas (4) constituem, também, verdadeiras preciosidades.

dres, teve oportunidade de compulsar a vasta correspondência de Magalhães, mantida com inúmeros sábios e outras individualidades da época.

João Jacinto Magalhães inventou uma pêndula destinada ao duque Aremberg, de Bruxelas, que, num acidente de caça, cegara. Descreve-a Sousa Viterbo (*Arte e indústrias metálicas em Portugal — Relojoaria, sinos e sineiros*, pág. 5):

« O seu principal artifício consistia nuns florões de metal ao lado da caixa, quatro de cada lado, tendo cada um dos florões umas letras perceptíveis ao tacto, que indicavam aquilo que se desejava saber. Assim quem puxasse pela letra R ouviria logo repetir a hora, o quarto e o minuto. A letra J indicava por pancadas sucessivas o dia da semana, sendo uma só correspondente ao domingo, duas à segunda feira e assim por diante. A letra Q marcava os dias do mês e a letra L os dias da lua. Outras curiosidades engenhosas continha a pêndula, como se poderá vêr na indicada descrição, inserta no vol. 17 do referido *Journal de Physique*, pág. 283 » — publicada, também, no próprio trabalho de Sousa Viterbo, a págs. 5 e seg.

Diversa bibliografia existe sobre este português expatriado, devendo destacar-se, de entre a mais recente: A. Sousa Pinto, *A vida e obra de João Jacinto de Magalhães*.

(1) *Portugal in Vergangenheit und Gegenwart* (Ausstellung der portugiesischen Bibliotheken unter dem Protektorat der portugiesischen Regierung), April 1939 in der Staatsbibliothek zu Berlin.

(2) In *A marinharia dos descobrimentos*.

(3) Obr. cit., pág. 127.

(4) Podemos salientar:

— Mapa geographico do Brasil feito por ordem do Marquês do

A Biblioteca é, pode dizer-se, rica em livros antigos e raros, sobretudo de Astronomia.

Citaremos algumas das obras insertas na *Astronomia dos Lusíadas* ⁽¹⁾ como pertencendo ao Observatório (existe a maioria no referido estabelecimento de ensino, encontrando-se outras, hoje, na Biblioteca da Faculdade de Ciências):

Libros del saber de astronomia del Rey D. Alfonso X de Castilla, copilados, anotados y comentados por Don Manuel Rico y Sinobas, 1863 ⁽²⁾.

Manuscrito com a tradução francesa ⁽³⁾ de dois tratados de Purbáchio (Teórica do Sol e Teórica da Lua): « *Traité que le Docteur Pierre Nunes fit sur certaines douttes*

Lavradio, Vice-rei do Estado, desenhado pelo Capitão Eng.º Alexandre José Montanha, 1773, novamente copiado com acrescentamentos do que faltava pelo tenente João Baptista do Espirito Santo, 1780.

— Carta geográfica da América Portuguesa ou Terreno Americano, 1775.

— Carta geográfica de uma grande parte da América meridional,, em que se mostram as linhas divisórias ou « Raya » dos confins entre os Estados de Portugal e Hespanha marcada na forma determinada no tratado preliminar de 1777.

— Mapa ou carta geográfica dos Reinos de Portugal e Algarve por T. Jefferys, geógrafo de sua Magestade Britânica, 1790.

— Mapa dedicado a Sua Alteza o Real Principe do Brasil D. João Nosso Senhor, pelo Capitão de Fragata, Astrónomo e geógrafo de Sua Magestade, António Pires da Silva Pontes Leme e desenhado por José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonseca, em 1797.

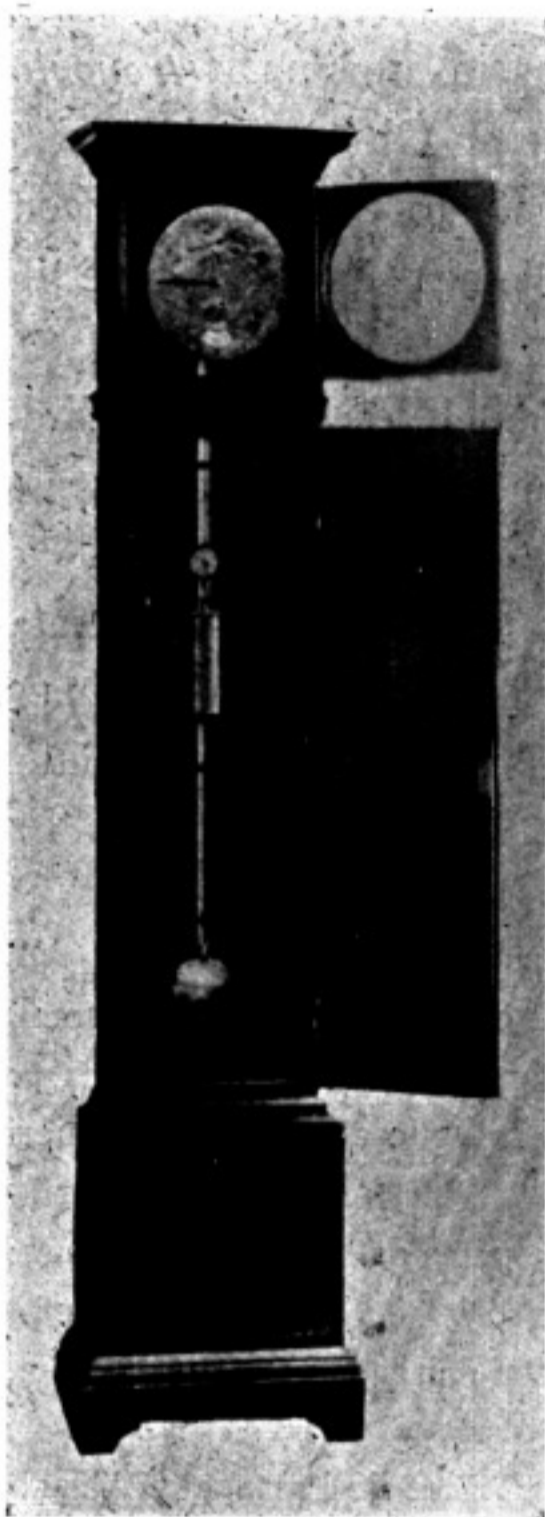
— Carta corografica do Reino do Algarve, 1842, etc., publicada por J. V. da Silva Lopes.

(1) Prof. Luciano Pereira da Silva, obr. cit.

(2) Idem, págs. 10 e 30.

(3) Idem, pág. 16.

de la navigation. », e « *Traité que le Docteur Pierre Nunes*



*Pêndula de Magalhães (existente
nò Laboratório de Física)*

(Cl. A. Hipólito)

cosmographe du Roy notre Sire a fait pour la deffence de la carte de naviguer avec le regiment de la haulteur ».

Pero Nunez (1) — « *Tratado da Sphera* » (Manuscrito).

André de Avelar (2) — « *Repertorio dos tempos o mais copioso que até agora saio a luz, conforme à noua reformação do sancto Papa Gregorio XIII* » (edições de 1585 e 1590 — sobretudo a última é rarissima).

Sacrobosco (3) — « *Esfera* » (Trad. italiana: *Annotationi sopra la lettione della Spera del Sacrobosco, authore M. Mauro Fiorentino, Florença 1550*).

Christophori Clauii Bambergensis, S. J., « *In Sphaeram Joannis de Sacro Bosco Commentarius, nunc tertio ab ipso Auctore recognitus, Venetiis, 1591* » (4).

Ptolomeu, « *Almagesto* » (5)

(1) Prof. Luciano Pereira da Silva, obr. cit., pág. 17.

(2) Idem, pág. 24.

(3) Idem, pág. 42.

(4) Idem, pág. 46.

(5) Idem, pág. 157.

— (Tradução do grego para latim de Trapezúncio, revista por Gaurico, publicada em Veneza, em 1528).

«Sphaerae Tractatus»⁽¹⁾, Ioannis de Sacro Bvsto (contendo



*Carta geográfica de projecção esférica da Nova Lusitânia
ou América Portuguesa e Estado do Brasil*

(Elaborada por Armando Pires de Sousa Pereira Lima)

(Repr. de A. Hipólito)

(1) Em: « *Pedro Nunes, Obras* » (Vol. 1, publicado pela Academia das Ciências de Lisboa com a colaboração dos: Profs. Drs. Joaquim de Carvalho, Pedro José da Cunha e Manuel António Peres Júnior), republica-se, deste livro, o capítulo seguinte:

« *Tratado da Sphera* com a Theorica do Sol e da Lua. E ho primeiro liuro da Geographia de Claudio Ptolomeu Alexádrino. Tirados nouamente de Latim em lingoagem pello Doutor Pero Nunez Cosmographo del Rey dõ João ho terceyro deste nome nosso Senhor. E acrecetados de muitas annotações e figuras per que mays facilmente se podem entender.

Item dous tratados q̄ o mesmo Doutor fez sobre a Carta de



Mapa geográfico do Brasil

(Elaborado pelo Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha,
e Tenente João Baptista do Espírito Santo)

(Repr. de A. Hipólito)

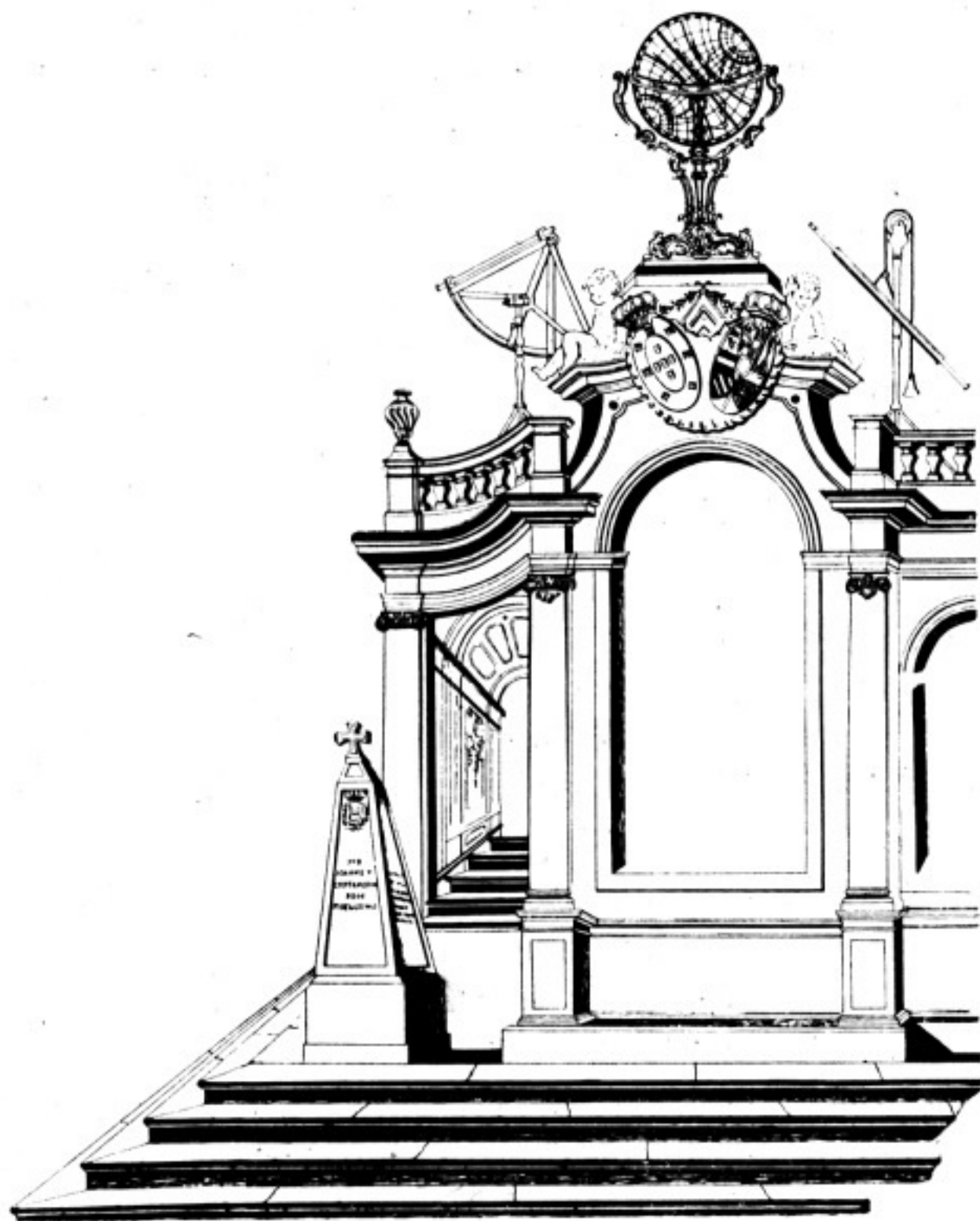


Carta corográfica do Reino do Algarve

(Elaborada por J. B. da Silva Lopes)

(Repr. de A. Hipólito)

também obras de outros autores, como Gerardi Cremo-
nensis, Georgii Purbachii, etc.), 1531.



*Pormenor do « Mapa de uma parte da Costa do Brasil »,
encimado pela inscrição: IVSTITIA ET PAX OSCVLATAE SVNT.*

(Desenho do Dr. Amilcar Patrício)

marear. Em os quaes se deccrão todas as principaes duuidas da
nauegação. Cõ as tauoas do mouimento do sol: e sua declinação.
E o Regimêto da altura assi ao meyo dia: como nos outros tempos ».

Aludiremos ainda a uma obra do primeiro director:

« Mémoires sur l'Astronomie pratique de Mr. J. M. da Rocha, Commandeur de l'Ordre du Christ, etc., etc., traduites du portugais », Paris 1808, e a duas outras de Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto:

Elementos de Astronomia, Impr. da Universidade, 1873, (2 tomos).

Calculo das Ephemerides Astronomicas de Coimbra.

Possui, também, algumas obras periódicas⁽¹⁾, raras.

Manuel Pedro de Melo, lente de Matemática, natural de Tavira, ofereceu ao Observatório diversos livros (32 volumes em 4.º), alguns raros, cartas, etc. Destacaremos: Cartas de Arons Smith (cinco), incluindo um mapa-mundi segundo a projecção de Mercator; Scotia (segundo as observações astronómicas de John Aislie by W. Fadens); Irlanda, por Beaufort; Carta de Portugal, de Lopes, por Jeferis; Ephemerides Joannis Stadii a 1554 ad 1576 (Coloniae Agripinae, 1560); L'Art de naviguer, de Pierre de Medine, Lion 1571; Joannis Hevelii: Mercurius in sole visus anno 1661, cui annexa est: Venus in sole visa anno 1639, (Gedani, 1662); etc.

O Observatório Astronómico durante algum tempo encontrou-se magnificamente ornado de tapeçarias, etc. Concentrou uma grande parte da actividade da Facul-

(1) *Connaissance des Temps*, Paris (obra começada por Picard em 1679).

— *The Nautical Almanac* (começado em Londres 1767).

— *Effemeride Astronomiche* (começado em Milão, em 1755 por Angelo Cesaris).

— *Berliner Astronomisches Jahrbuch*, desde 1830, etc.

(1) *Jornal de Coimbra*, n.º 55, pág. 60; Castro Freire, obr. cit., pág. 186.

dade de Matemática, formando-se até, aí, o préstito nos dias de doutoramento.

O primitivo regulamento foi dado por Carta-Régia de 4 de Dezembro de 1799 ⁽¹⁾, determinando-se que o Director fôsse um lente jubilado. Na ausência dêste, substitui-lo-ia o primeiro astrónomo. Neste mesmo diploma se prescreve o cálculo de uma Efeméride Astronómica, a instituição de um diário para cada uma das pêndulas, a distinção entre ensino prático e observações, etc.

O seu primeiro *director* foi o Dr. José Monteiro da Rocha ⁽²⁾, autor de engenhosas régua de madeira para

(1) *Livro de Provisões*, n.º 9, fl. 184.

(2) Nomeado Director perpétuo do Observatório em 15 de Abril de 1795 (*Livro de Actas da Faculdade de Matemática*, pág. 34 v.º; e Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 32).

— Faleceu em S. José de Riba-Mar, próximo a Lisboa, a 11 de Dezembro de 1819 (Castro Freire, obr. cit., pág. 32 e 33).

— O Prof. Costa Lobo, no seu trabalho sobre Sousa Pinto, cita o Prof. Manuel José Pereira da Silva como Director efectivo do Observatório, a partir de 1823 (*Revista da Faculdade de Ciências*, vol. iv, pág. 211). É provável que entre a data da morte de Monteiro da Rocha (1819) e a direcção efectiva de Caria e Moura (1837) houvesse outro director.

— O padre Monteiro da Rocha (F. Gomes Teixeira, *Panegiricos e Conferências: Elogio histórico do Dr. José Monteiro da Rocha*, pág. 85; e *Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra*, vol. iv, 1934, pág. 192) foi um dos mais diligentes colaboradores do Marquês de Pombal, atribuindo-se-lhe a organização das Faculdades de Matemática e Filosofia Natural. O Dr. Miguel António Ciera colaborou, também, no *Estatuto da Faculdade de Matemática*, (Teófilo Braga, obr. cit., vol. iii, pág. 391). Recebeu a imposição das insígnias doutorais, em 9 de Outubro de 1772, precisamente no dia em que na Universidade de Coimbra se solenizou a entrega dos novos Estatutos.

O « insigne organizador da Faculdade de Matemática » (*Panegi-*

trabalhos geodésicos (1). Os restantes *directores efectivos* foram, até ao presente:

Prof. António Honorato de Caria e Moura (2), Prof. Tomás

ricos, etc., pág. 105) apresentou em 1782 à Academia das Ciências de Lisboa um bom « método prático para a determinação das órbitas parabólicas dos cometas » (Idem, pág. 109), — em data anterior ao método análogo de Olbers (1797). Newton havia resolvido, já, o problema, por dois métodos geométricos, mas os resultados eram insuficientemente aproximados.

Ocupou-se também de um trabalho que foi elogiado por Delambre: « predição dos eclipses do Sol e da Lua ». O método era mais simples que o de Séjour (Idem, pág. 114).

— Os números do *Instituto* de 1889 e de 1890, vol. 36.º e 37.º, inserem diversas cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Em muitas encontram-se referências à vida Universitária, Faculdade de Matemática e Observatório.

Dados valiosos sobre a biografia de José Monteiro da Rocha, encontram-se nos trabalhos já citados, do Prof. Gomes Teixeira, e em Castro Freire, *O Instituto*, n.º 6 e 37, *O Conimbricense*, n.º 2 588 de 14 de Maio de 1872, etc.

(1) Sousa Viterbo, *Inventores Portugueses*, pág. 65.

— Encontra-se a descrição e funcionamento das régua em F. Folque — *Memorias sobre os trabalhos geodesicos executados em Portugal por ordem de Sua Magestade* (Lisboa 1841), pág. 173.

Estão depositadas no *Instituto Geográfico e Cadastral* (Praça da Estrela — Lisboa).

(2) Nomeado por Decreto de 12 de Janeiro de 1837 (Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 53 e 97; nas fôlhas de vencimento de 1839 encontra-se referência a 21 de Janeiro, certamente data da abonação e posse. Nos impedimentos de Caria e Moura, presidiam às « Conferências do Astronómico » Tomás d'Aquino de Carvalho e Lemos (1839), Agostinho de Morais Pinto de Almeida (2 de Julho de 1840), Abílio Afonso da Silva Monteiro (1841).

— Faleceu em Coimbra, a 16 de Novembro de 1843. (Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 185).

d'Aquino de Carvalho e Lemos (1), Conselheiro Prof. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto (2), Prof. João José d'Antas Souto Rodrigues (3), Prof. Francisco Miranda da Costa Lôbo (4), e Prof. Manuel dos Reis (5).

Como *directores interinos* teve:

Prof. Manuel Joaquim Coelho da Costa Vasconcelos e Maia (6), Prof. António José d'Araújo Santa Bár-

(1) Nomeado após a jubilação, que teve lugar em 1860 (Prof. Castro Freire, obr. cit., pág. 56). Certamente em 1861 (Castro Freire, obr. cit., pág. 97).

— Faleceu próximo de Coimbra, em 22 de Fevereiro de 1862, (Idem, pág. 56).

(2) Nomeado em 12 de Julho de 1866 (Fôlhas de vencimentos da Contabilidade).

— Faleceu em 14 de Setembro de 1893 (data que figura no abôno de fôlhas; e *O Conimbricense* n.º 4.801 de 16 de Setembro).

(3) Nomeado em 19 de Julho de 1900, tomou posse em 30 de Julho do mesmo ano. Em exercício até 30 de Setembro de 1922. (Fôlhas de vencimentos da Contabilidade). Então, foi nomeado director das Efemérides: Decreto de 21 de Outubro de 1922 (*Diário do Governo*, II série n.º 283 de 9 de Dezembro de 1922).

(4) Nomeado nos termos da Lei n.º 1.377, *Diário do Governo* n.º 199, de 23 de Setembro de 1922; tomou posse em 1 de Outubro de 1922, exercendo o cargo até 18 de Fevereiro de 1934, data em que atingiu o limite de idade (Fôlhas de vencimentos da Contabilidade).

(5) Nomeado em 13 de Março de 1934, tomou posse em 24 do mesmo mês.

(6) O Prof. Castro Freire (obr. cit., pág. 96 e 97) alude a essa direcção interina, sem fixar data. Certamente nos impedimentos de Monteiro da Rocha. Como é sabido, o Director perpétuo, em 23 de Maio de 1801, « foi chamado à côrte para mestre de Sua Alteza o Príncipe D. Pedro e mais infantes, cargo que desempenhou até à

bara (1), Prof. Joaquim Maria de Andrade (2), Prof. Tomás d'Aquino de Carvalho e Lemos (3), Prof. Abílio Afonso da

saída da família real para o Brazil » (Castro Freire, obr. cit., pág. 32). Depois, ficou a residir próximo de Lisboa.

— Faleceu em Coimbra a 30 de Abril de 1817 (Castro Freire, obr. cit., pág. 48).

(1) Jubilado em 23 de Abril de 1823 (Cartas Régias, Alvarás, Decretos e Avisos, Livro n.º 5, pág. 98 e 102).

São deveras restritas as referências à sua Direcção no Observatório.

No Livro de Cartas Régias, etc., pág. 132, encontra-se a citação « actual encarregado da Direcção do Observatório Astronómico da mesma Universidade » — em 1 de Fevereiro de 1825.

Em 1 de Julho de 1801 foram nomeados lentes de Astronomia Teórica o Doutor Manoel Joaquim Coelho da Costa Maia; de Astronomia Prática o Doutor António José de Araújo Santa Bárbara; e de Hidráulica, o Doutor Manuel Pedro de Melo (*Livro de Provisões*, n.º 9, fl. 265).

— Em 30 de Outubro de 1801 nomearam-se dois ajudantes do Observatório: Cunha e Souza, e Pinto de Almeida (*Livro de Provisões*, n.º 9, fl. 304).

— Em 5 de Março de 1805 estabeleceu-se que o lente de Astronomia Teórica teria também um lugar de astrónomo no Observatório. Com o lente de Astronomia prática ficariam assim dois astrónomos, atribuindo-se o nome de primeiro ao mais antigo dos professores, e o de segundo ao outro (*Livro de Provisões*, n.º 10, fl. 235).

(2) Depois de 1822, como parece depreender-se de uma citação de Castro Freire (obr. cit., pág. 97). Na mesma obra a páginas 52 igualmente se refere a esta direcção interina.

No livro de Actas da Faculdade de Matemática (pág. 96 v.º) cita-se este professor como vice-Director do Observatório em 1824. Também nas « Conferências do Observatório Astronómico » aparecem idênticas referências, em Junho de 1827.

Emigrou em 1829 para Inglaterra (Castro Freire, obr. cit., pág. 53), falecendo em Londres, a 26 de Março de 1830.

(3) Exerceu o cargo de Director interino do Observatório de 1844

Silva Monteiro⁽¹⁾, Conselheiro Prof. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto⁽²⁾, Prof. José Joaquim Pereira Falcão⁽³⁾ Prof. Luís Costa e Almeida⁽⁴⁾, Prof. Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto⁽⁵⁾.

a 1861 (Castro Freire, obr. cit., pág. 97) data em que passou a efectivo. No entanto, numa « Conferência do Observatório », de 3 de Julho de 1842 (ou 1843), refere-se a uma Portaria do Reitor investindo-o nas funções de director interino.

(1) Citado numa « Conferência do Observatório », de 4 de Setembro de 1842 ou de 1843.

(2) Castro Freire (obr. cit., pág. 97) frisa que este professor tomou a direcção interina nos impedimentos de Tomás d'Aquino de Carvalho, aludindo o Prof. Costa Lobo a essa direcção, durante algum tempo, em 1857 (*Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. IV, pág. 211).

Naturalmente, exerceu o cargo, interinamente, com certa continuidade, desde a morte de Tomás d'Aquino de Carvalho, ocorrida em 1862 até à nomeação efectiva, em 1866.

— O nome de Sousa Pinto aparece na presidência de diversas « Conferencias » de 1844, 1847, 1852 a 1861; bem como Jácome Luís de Sarmiento, em 26 de Julho de 1860.

(3) Nomeado director interino, pela Reitoria, em 28 de Julho de 1890; aparecendo também citado nos Anuários da Universidade, de 1891-92-93, e nas « Conferências sobre Ephemerides », de 31 de Julho de 1881, de 28 de Maio de 1892 (em nota) e de 18 de Janeiro de 1893.

(4) Nomeado por despacho de 27 de Junho de 1893, tomou posse em 25 de Julho do mesmo ano (há referências à direcção interina na « Conferência » de 29 de Julho de 1893), exercendo até 30 de Setembro de 1897.

— Em 1893 diversas « Conferências » são presididas por Rocha Peixoto (15 de Janeiro, etc.).

No mesmo ano também Francisco Miranda da Costa Lobo ocupou idênticas funções.

(5) Nomeado nos termos da Carta Régia de 4 de Dezembro de 1779. Tomou posse em 1 de Outubro de 1897, exercendo o cargo até 29 de Janeiro de 1900. Numa das « Conferências » deste ano encontra-se, também, Costa Lobo na presidência (25 de Janeiro).

O primeiro professor de Astronomia, após a reforma de 1772, foi o Dr. António Miguel Ciera (1), Perfeito dos Estudos no Colégio dos Nobres, de Lisboa.

Pelo regulamento de 1799 o pessoal especializado



*Réguas de Monteiro da Rocha
(Montadas sôbre dois tripês)*

(Cl. Eng.º Amilcar de Melo)

compunha-se de dois astrónomos e 4 ajudantes, além do director; em 1865 (2) foi acrescido de mais um astrónomo, e em 1899 de um ajudante. Porém, por compressão de despesas, suprimiram-se progressivamente os lugares, à medida que ocorriam as vagas. Por determinação do antigo Ministro da Instrução, Engenheiro Duarte

Pacheco, encontra-se o pessoal técnico, reduzido, a 1 observador-chefe e 1 ajudante de observador, além de um maquinista-conservador dos instrumentos! Receamos que um quadro tão diminuto atinja as gloriosas tradições do Observatório — orgulho da antiga Faculdade de Matemática.

(1) D. Francisco de Lemos, Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, etc., in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciências de Lisboa*, vol. VII, parte 1, pág. 47.

(2) Eng.º José António Madeira, *Relatório*, etc. (1933), pág. 58.

Rege-se ainda pelo primitivo Regulamento (1).

As instalações são um tanto acanhadas, não permitindo a organização de um Museu, nem o alojamento dos observadores durante o serviço nocturno, como concebera o Marquês de Pombal.

Além da secção de *astronomia de posição*, instalada no edifício central, uma outra há na Cumiada (ocupando 150^m²; e 395^m² de Jardim) — é a *astrofísica* (independente do Observatório Meteorológico, hoje Instituto geofísico, que antigamente estava adstricto à Faculdade de Filosofia, enquanto que os serviços do Observatório Astronómico dependiam da Faculdade de Matemática).



Réguas de Monteiro da Rocha
(Tripe e mesa de altura variável, notando-se um cilindro de latão onde corre a régua)

(Cl. Eng.º Amilcar de Melo)

O edifício principal, de alvenaria, com uma área coberta de 45^m², encontra-se localizado ao Sul do Pátio da Universidade, com frente para o Norte, confinando a Sul com a rua Dr. José Falcão.

(1) Pode ler-se em: Abreu e Santos Viegas, *Legislação Académica*, pág. 84.

Pelas fotografias insertas em *Universo Pittoresco* (1), *Archivo Pittoresco* (2) e *Panorama* (3) vê-se que, no séc. XIX, persistiam cinco degraus, nas escadas de acesso ao Observatório, divisando-se, mesmo, nalgumas das estampas, uma platibanda a limitar o terraço. Na gravura de um número da *Ilustração Portuguesa* (4), do século decorrente, os



Réguas de Monteiro da Rocha
(Extremidade com peça de latão, fixa)

(Cl. Eng.º Amílcar de Melo)

degraus são, apenas, quatro (incluindo o da soleira). Em 1941, como consequência das obras em curso, no Reitorado do Prof. Dr. António Luís de Moraes Sarmiento, reduziram-se as dimensões do patamar, ajustando-o

às obras de lajeamento que hoje circundam o Terreiro. Os degraus são ainda em número de quatro.

No limiar da porta encontra-se uma chapa de bronze com as iniciais: *N. P. — Obs.º de C.ª*, marcando um dos pontos do *nivelamento de precisão* do País, para referência de diversos trabalhos do *Instituto Geográfico e Cadastral*.

Na fachada, à direita, um pilar adaptado à parede, indica provavelmente o local onde outrora se colocava uma lanterna, certamente de azeite, para iluminar o retículo do *colimador norte*.

(1) Ano de 1839-40, pág. 225.

(2) Obr. cit., pág. 305.

(3) Obr. cit., pág. 2.

(4) Obr. cit., pág. 694.

As coordenadas do Observatório são:

Longitude — $8^{\circ} 25' 46'',5$ W. Gr.

Latitude — $40^{\circ} 12' 24'',5$.

Altitude — $98^m,6$ (soleira da porta principal).

Tem configuração rectangular, apresentando-se constituído por três corpos contíguos (1) em que o central é três vezes mais alto do que os laterais.

Os corpos laterais ocupam um só pavimento, coberto de terraços, e o central, de secção quadrada, tem dois andares rematados igualmente por um terraço. Na Rua Dr. José Falcão divisa-se um edifício de cinco andares. Em cada um destes terraços existe uma cúpula, resguardando instrumentos de observação. Vêem-se, ainda, quatro torreões nos ângulos do primeiro andar.

Possue treze divisões, excluindo as cúpulas, não só para ensino da cadeira de Astronomia mas ainda para trabalhos de investigação científica.

Entrando no edifício, pelo Pátio da Universidade, depara-se-nos um pequeno átrio, tendo em frente uma escadaria de acesso aos andares superiores, e, lateralmente, duas portas conduzindo às Salas de Newton (à esquerda) e de Pedro Nunes (à direita) (2). Ladeando a entrada para a escadaria, a cerca de um terço da parte superior da parede, encontram-se duas lápides de homenagem a antigos

(1) *Anuário da Universidade*, de 1867-68, pág. 103.

(2) No Observatório havia uma sala conhecida por aula de Hidráulica (3.º livro de registo de fôlhas de obras, pág. 222, lançamento de 15 de Novembro de 1817), onde se colocou um estrado e uma *simalha de madeira* para bambinelas douradas e uma *moldura de espaldar* (Idem, pág. 223, em 20 de Dezembro de 1817) e lisonja (Idem, pág. 224, em 4 de Julho de 1818).

directores: Monteiro da Rocha (1734-1819) e Rodrigo de Sousa Pinto (1808-1893). Foi uma iniciativa dos últimos tempos da direcção do Prof. Dr. Costa Lôbo. Forneceu as lápides João Machado Júnior, escultor, residente em Coimbra.

Na *Sala de Newton* (1) encontram-se diversos instrumentos, alguns do início do observatório, guardados em magníficas estantes (2) de pau santo com embutidos. Estas estantes têm servido de modelo a diversos estabelecimentos de ensino superior, tanto de Coimbra como de outras cidades universitárias. Uma magnífica mesa, também de pau santo, com embutidos, está avaliada em mais de trinta contos. Bem pode considerar-se, esta Sala, o Museu deste estabelecimento.

Existe um busto de Newton, em gesso, sôbre pilar de pedra, oferecido pela Legação Inglesa. Pode ler-se a

(1) Na verga da porta, collocaram-se as respectivas letras em bronze, solenemente, em 26 de de Novembro de 1931 (*Revista da Faculdade de Ciências*, vol. II, pág. 2).

Nesta sala se realizaram os doutoramentos de Aureliano Lopes de Mira Fernandes (em 2 de Março de 1911), hoje professor da Universidade de Lisboa, e de Diogo Pacheco de Amorim, professor da Universidade de Coimbra (em 4 de Abril de 1914). As provas de doutoramentos de José Júlio Martins Nogueira Soares (22 de Outubro de 1914), e dos actuais professores da Faculdade de Ciências: José Custódio Morais (em 26 de Novembro de 1914), João Pereira Dias (em 6 de Fevereiro de 1918) e José Vicente Martins Gonçalves (23 de Julho de 1921) prestaram-se na Sala Gomes Teixeira (Gerais).

(2) São do comêço do séc. XIX; a obra de serralheiro (7 corpos) foi executada em 1800 por Pedro José Leal (*Livro de Receita e Despesa*, 1800, pág. 122); e a de carpinteiro por José Nunes (*Idem*, pág. 131, 179). As ferragens pagaram-se em 1801, (*Idem*, 1801, pág. 167).

inscrição: «Philosophi Anglici imaginem D.D. legatus Anglicus MCMXXXIII Pignus Amicitiae» (1).

Anexo a esta sala está o gabinete do Director. No andar inferior fica uma parte da valiosa Biblioteca, pois estende-se, ainda, até ao andar térreo do edifício de S. Pedro. A Biblioteca, serve simultaneamente de gabinete ao observador-chefe, guardando preciosas cartas. Há, além disso, uma cave, onde está a pêndula eléctrica, de pressão constante, Leroy. Existe um portão de entrada pela Rua Dr. José Falcão.

A *Sala Pedro Nunes* (2) é o gabinete de trabalho, para medições e cálculos, tendo várias cartas celestes dispostas nas paredes. Comunica com a sala de observações Meridianas, onde se encontram diversos instrumentos, e a histórica pêndula de Berthoud.



Busto de Newton

(Cl. A. Hipólito)

(1) Tradução livre: O embaixador inglês oferece o busto do filósofo inglês, em 1933, como penhor de amizade.

(2) A inscrição do dintel da respectiva porta foi colocada poste-

Foi *requisitada*, conjuntamente com outros instrumentos, pelos franceses, quando da invasão de 1810 (1).

As perdas do Observatório e de tãda a Universidade estão condensadas no anuário de 1876-1877 (2).

riormente à sessão solene de descerramento das letras da sala anterior, sem qualquer cerimónia especial. As letras foram moldadas na Seralharia e Fundação de José Domingos Batista.

(1) A pêndula de Berthoud ainda se conseguiu reaver, encontrando-se montada na sala de observações meridianas, com uma peça partida guardada num pequeno pacote de papel.

— No livro 2 de *Registo das folhas correntes das obras*, pág. 23, encontra-se a 14 de Abril de 1810, inscrita verba para uma caixa de pinho, destinada a *um instrumento matemático para as estradas militares*. Como se infere, o Observatório prestava valioso concurso a *manobras militares*.

— A 12 de Setembro de 1807 (pág. 21) compraram-se vidros para uma pêndula, etc.

(2) Pág. 210; e Prof. Mário Brandão, *Um documento acêrca dos prejuizos causados à Universidade pela terceira invasão francesa, 1938*, pág. 35.

A lista do Observatório é a seguinte:

Um circular de um pé de diametro, pouco mais ou menos, da construção de Le Noir. Paris.

Um dicto de seis pollegadas de diametro, pouco mais ou menos, da construcção do mesmo.

Um dicto de Borba, construido por Nairne, e dirigido por J. J. Magalhães — Londres.

Um theodolito de um pé de diametro, pouco mais ou menos, construcção de Jones — Londres.

A agulha de uma plancheta, construcção de Haas — Lisboa.

Telescopio pequeno de Galileu de cinco pollegadas, pouco mais ou menos, construcção de Dollond — Londres.

Um telescopio acromatico de dois pés e 9 pollegadas de foco, pouco mais ou menos, construcção de Nairne — Londres.

Três telescopios acromaticos de dois e meio de foco, que ampli-

No 1.º andar, fica a Sala de Topografia e Geodesia, e nas cúpulas dos terraços o Equatorial e o Alt-azimutal.

ficam com diversas oculares de cinquenta a oitenta vezes, tendo de abertura duas pollegadas e nove linhas, construção de Dollond — Londres.

Telescopio Gregoriano de 14 pollegadas de foco, pouco mais ou menos, construção de Adams — Londres.

Um oculo de ver de noute de dois pés de foco, pouco mais ou menos.

Todos estes instrumentos foram para o serviço do general em chefe do exercito francez, por ordem de general em chefe Massena; e delles passou recibo ao guarda do Observatório o capitão de engenheiros, Beaufort Hautpoul.

Um pantografo, construção de Jones — Londres.

Um compasso e regua metálica, construção de Jones — Londres.

Um estojo geometrico, construção de Jones — Londres.

Dois estojos geometricos, construção de Nairne — Londres.

Estes instrumentos foram levados para uso de Ruhous, engenheiro geographo do exercito francez, dos quaes passou recibo ao guarda do Observatório.

Um thermometro e barometro, construção de Jones — Londres.

Outro thermometro, construção de Jones — Londres.

Uma excelente pendula astronomica, construção de Berthoud — Paris.

Todos estes instrumentos foram levados para o general Regnier (exceptuando a pendula astronomica por cair das mãos de um francez e ficar inutilizada), pelo capitão ajudante Nues, que passou recibo.

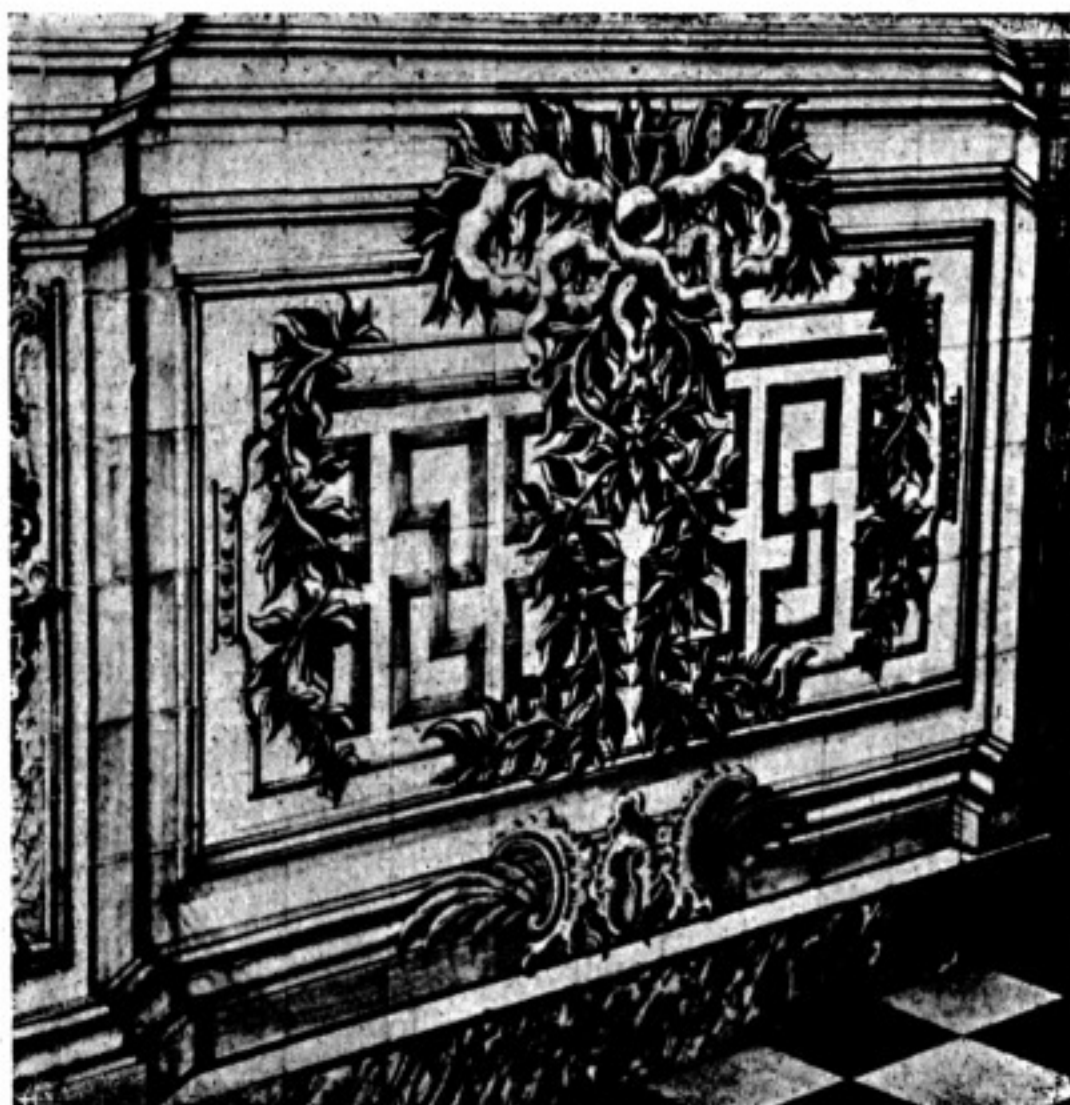
Um metro de latão, o qual foi levado pelo capitão engenheiro Beaufort Hautpoul, que passou recibo.

Graphometro e uma aliada, construção de Le Noir, que foi levado pello official de artilharia Hernoegues, empregado junto á pessoa do general Regnier, e de que passou recibo.

Dois micrometros pertencentes a um telescopio paralatico de três pés e meio de foco, e que amplifica com diversos oculares de cinquenta a cem vezes, tendo de abertura duas pollegadas e oito linhas, construção de Dollond.

Para o 2.º andar deslocou-se o Foto-heliógrafo, o Telescópio Secretan, etc., e para o 3.º, o Espectógrafo estelar.

Junto da Biblioteca da Universidade e Escadas de Minerva ficava a casa do Porteiro (hoje com a denominação



Silhares de azulejos

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

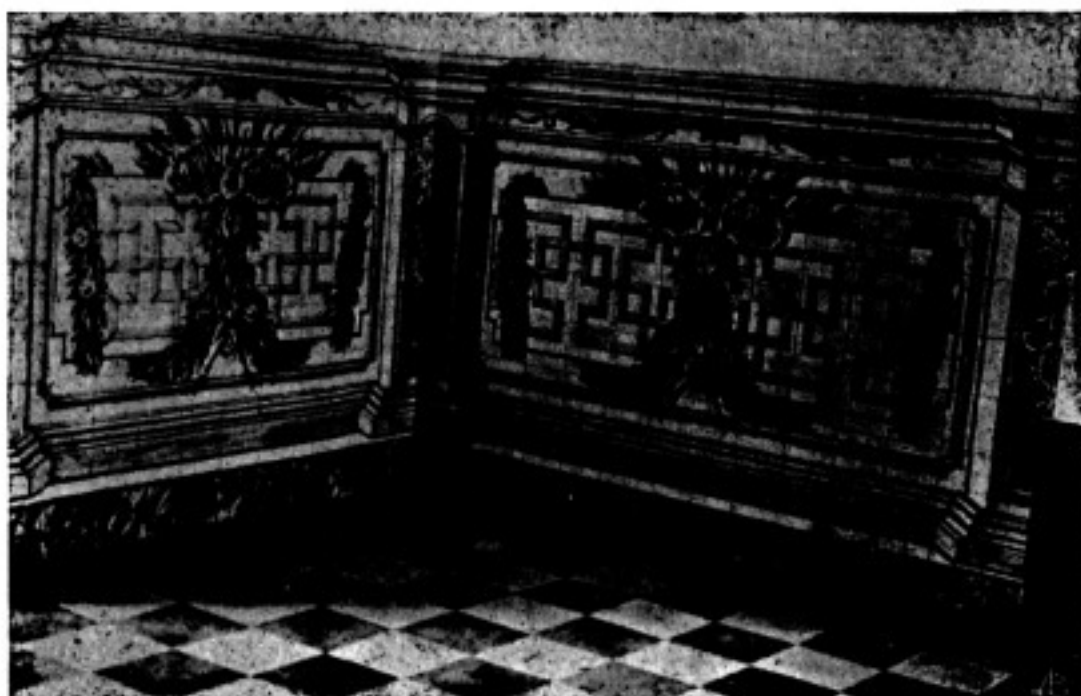
de continuo), e a quatro quilómetros ao Sul do Observatório Astronómico o terreno da « Marca da Raposeira » (1),

(1) Nos livros de obras aparecem verbas consignadas a despesas, certamente do Observatório: em 1804 para o observatório e Pegão da Abrunheira (livro II, pág. 45), e em 1808, para o novo meridiano do monte de S.º Amaro.

de 4000^m2, onde está uma marca para determinação do erro de azimute do circulo meridiano do observatório.

Em quasi tôdas as salas se vêem silhares azulejados com motivos curiosos.

No plano da *Cidade Universitária* pensa-se em eliminar o Observatório do Terreiro, não só no intuito de destinar-lhe instalações mais consentâneas com a sua missão mas, também, para beneficiar o panorama a descortinar da Reitoria.



Silhares de azulejos

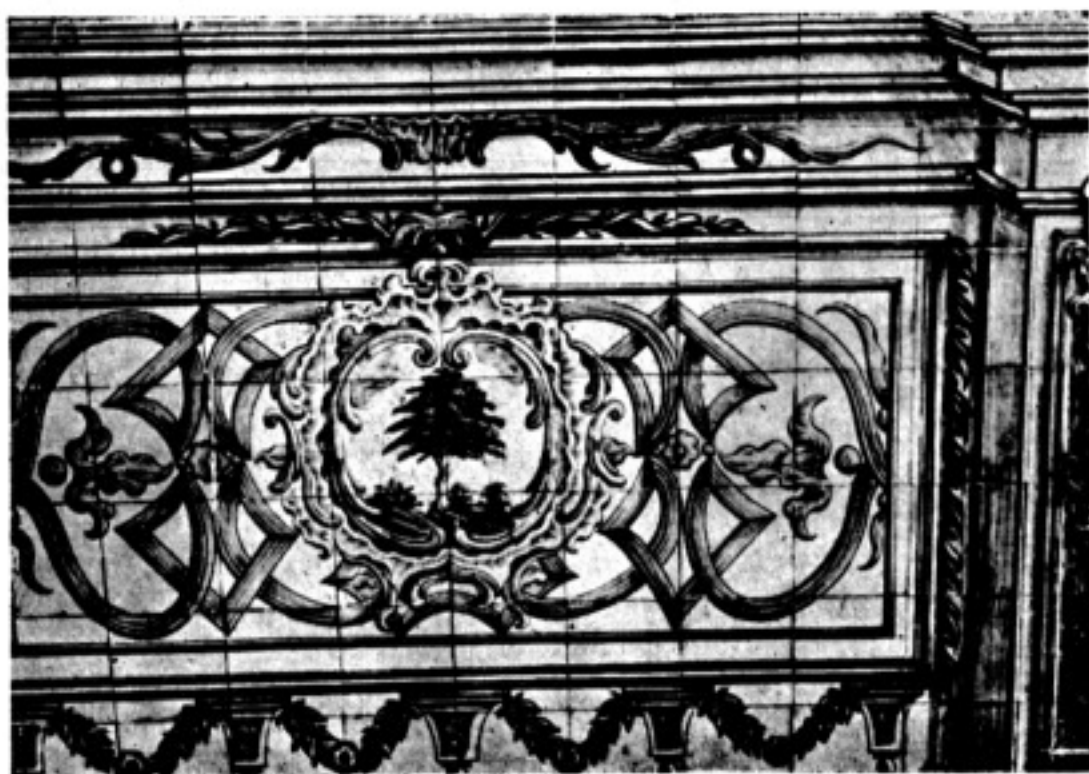
(Cl. Dr. Albertino de Barros)

O Senhor Presidente do Conselho, e Professor desta Universidade, Doutor Oliveira Salazar, no prefácio do 2.º volume dos seus memoráveis discursos (1), saídos a lume precisamente quando se celebrava o IV Centenário do Estabelecimento Definitivo da Universidade em Coimbra, escreveu:

« Deitar a baixo aquela excrescência do Observatório

(1) *Discursos*, vol. II, pág. xx.

Astronómico para deixar intacto aos olhos encantados o panorama maravilhoso do Mondego, das Lágrimas, da Quinta das Canas, do Seminário, das encostas de tristes oliveiras, com a serra no horizonte longinquo — é obra sem dúvida cara, mas realizável e útil e que só por si dará a Coimbra um lugar excepcional entre tôdas as Universidades do mundo ».



Silhares de azulejos

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

No Terreiro, junto ao Observatório, a norte da sala do círculo meridiano, encontra-se um pilar de cantaria albergando uma lente de mira, regulada para um foco luminoso a colocar numa caixa com tampa de ferro embida na parede de alvenaria da escadaria principal da Via-Latina, servindo para observações (1) meridianas.

(1) O espírito académico tenta convencer os novatos de que se guarda aí não só o *ólho de Camões*, mas também o *meridiano de Coimbra*...

Mais adiante, ao centro do Pátio, ergueu-se um busto, inaugurado em Dezembro de 1937, de homenagem ao benemérito Alexandre de Sá Pinto — português que enriqueceu na Argentina e legou parte da sua fortuna à Universidade de Coimbra. Com o rendimento dos respectivos capitais, instituiu a Universidade o denominado «Fundo Sá Pinto», procurando desenvolver a investigação cienti-



Sapiência da « Porta de Minerva »

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

fica. Está regulado pelo Decreto n.º 18.709 de 28 de Julho de 1930, publicado no *Diário do Governo* de 31 do mesmo mês. Esse busto foi transferido, em 1940, para o Pátio da Clastra dos Gerais.

Entre o Observatório e a Biblioteca ficam as *Escadas de Minerva*. As portas do terreiro da Universidade foram mandadas construir pela carta-régiá de 17 de Janeiro de 1612, depois das obras da capela. Assim, o «pórtico

das escadas » (1) fêz-se em 1622 e o « remate com a estatua symbolica » colocou-se em 1724. Desta forma se estabeleceu uma graciosa ligação entre o Terreiro e a Rua da Trindade. O nome, atribuído às escadas, não é correcto porquanto o portal cimeiro está coroado de uma estátua representando a Sabedoria com as suas insignias, e não a deusa Minerva (2). Tem até a legenda seguinte: *Sapientia ædificavit*. Ainda a Ocidente encontram-se a Biblioteca e a Capela da Universidade.

Subjacente, aos terrenos do lado Oeste, entre o Observatório e a grade de ferro, existem vestígios da antiga cisterna, entulhada no reitorado de Manuel de Arriaga, deixando, assim, de constituir reservatório das águas do pátio.

O Prelado António Luís de Moraes Sarmiento mandou desaterrar a cisterna, para o que se abriu uma via de acesso, presentemente entaipada.

* * *

A construção das dependências destinadas à *astrofísica* iniciou-se em 1923 (3).

(1) Prof. A. de Vasconcelos, *Real Capella da Universidade — Alguns apontamentos e notas para a sua história*, in *Anuário da Universidade* de 1907-08, pág. CLXXXIII.

(2) A. da Rocha Madahil, *A insignia da Universidade de Coimbra* in *O Instituto*, vol 92, 1937, pág. 417.

(3) Dr. Gumerzindo da Costa Lôbo, *A criação dos estudos de astrofísica em Portugal com a instalação da secção de Astrofísica, no Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra* — Comunicação apresentada ao Congresso de história da actividade científica portuguesa.

BIBLIOTECA

No extremo da ala Ocidental (Oeste ou Poente) do Terreiro encontra-se um monumento de sólida estrutura: a Biblioteca. É obra pertencente ao primeiro quartel do século XVIII. Foi mandada construir em 10 de Abril de 1712 (1), ou, mais provavelmente, em 1716 (2). Carneiro Figueirôa (3), referindo-se ao 2.º Reitor Nuno da Silva Teles diz: « e porque... não tinha a Universidade caza competente para huma boa livraria, conseguiu de Sua Mages-

(1) A. Madahil, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, pág. 151; e José Maria Pereira, in Florencio Feye, pág. 8, « *Memorias histórica e descriptiva, acerca da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e mais estabelecimentos anexos; contendo vários esclarecimentos officiais e reflexões bibliográficas* ».

— Queremos recordar que « o produto líquido de todos os exemplares deste opusculo foi offerecido pelo auctor à Sociedade Philantropico-Academica ».

Florencio Feye acha pouco plausível a fixação da data de 10 de Abril de 1712 (informação do arquivista do Cartório da extinta Junta da Fazenda da Universidade), pois até 1716 não appareceu qualquer referênciã.

Deve admitir-se, diz, que tal construção se iniciou em 1716, no Reitorado de Silva Teles (pág. 16).

(2) Florencio Mago Barreto Feye no seu livro, a pág. 8, cita a Provisão de 31 de Outubro de 1716 como sendo a que autorizou a construção de uma casa para a *Livraria*, no Pátio da Universidade.

(3) Obr. cit., pág. 161.

tade licença por Provizaõ de 31 de Outubro de 1716 para se fazer de novo, e lhe deo principio com toda a grandeza deixando-a já bastantemente adiantada ».

A obra de alvenaria começou em 17 de Julho de 1717 (1), embora a escritura fôsse lavrada, posteriormente, em 14 de Agosto de 1717, tomando a empreitada João Carvalho Ferreira, morador em Celas (2).

Concluiu-se « com tôda a perfeição a caza da Livraria que hé uma das mais magnificas obras que tem este Reyno » (3), em 1728, reinando D. João V, no reitorado de Francisco Carneiro Figueirôa — construção imponente, reflexo das riquezas procedentes do Novo-Mundo.

As obras decorreram, também, no Reitorado de Pedro Sanches Farinha de Baena, sucessor de Silva Teles.

O edificio, pròpriamente, terminou-se em 1725 (4), e as obras de decoração em 1728 (5).

Em 1743 entregaram-se as chaves da Biblioteca ao sindico da Universidade, Bacharel António de Sousa Azevedo (6), ficando a seu cargo a vigilância das reparações, limpeza, catalogação, etc.; mas não ficou, logo, patente ao público.

O Marquês de Pombal, por provisão de 17 de Outubro de 1772 pensou na sua transfiguração, reedificando-a

(1) Simões de Castro no seu Guia (pág. 197) cita que a primeira pedra foi lançada em 17 de Julho de 1717, assistindo ao acto o Reitor Silva Teles e muitos lentes.

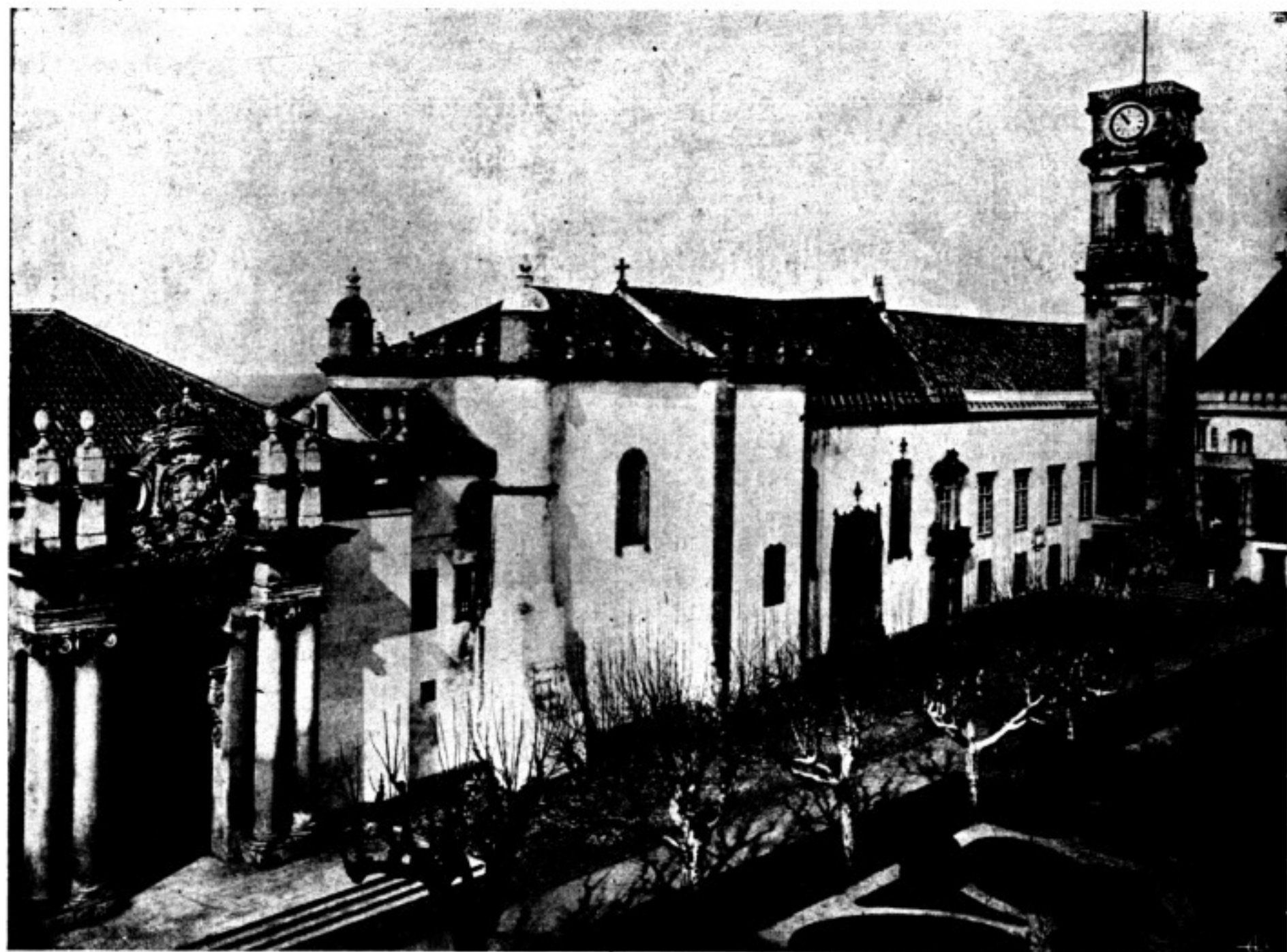
(2) Cónego Prudêncio Garcia, *Artistas de Coimbra*, pág. 352.

(3) Carneiro de Figueiroa, *obr. cit.*, pág. 164.

(4) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. iv, pág. 151.

(5) Visconde de Villa Maior, *obr. cit.*, pág. 475.

(6) *Idem*, *obr. cit.*, pág. 476.



Vista dos edificios do lado ocidental do Pátio da Universidade

(Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)

à custa da Capela; porém não se operou tal obra, apesar de se planear e executar a planta.

O Reitor Francisco de Lemos, no seu trabalho (1), referindo-se à Provisão de 17 de Outubro de 1772, que manda edificar outra *capela* e *livraria* por ser imprópria a situação de ambas, diz:

« Vendo o Marquez Vizitador, que a Livraria da Universidade tinha o defeito de não ter húa Caza de Entrada, para nella estarem os Officiaes; que amesma Caza de Livraria era pequena para o grande numero de Livros, que deve ter a Universidade; e parecendo-lhe que omeio de remediar o dito defeito, e de ocorrer a outros inconvenientes, era mudar-se a Capella, efazer-se outro Corpo de Livraria; depois de averiguar o Terreno fez formar a Planta, que vem junta ao Livro das Provizoens, emandou, que se procedesse a estas obras.

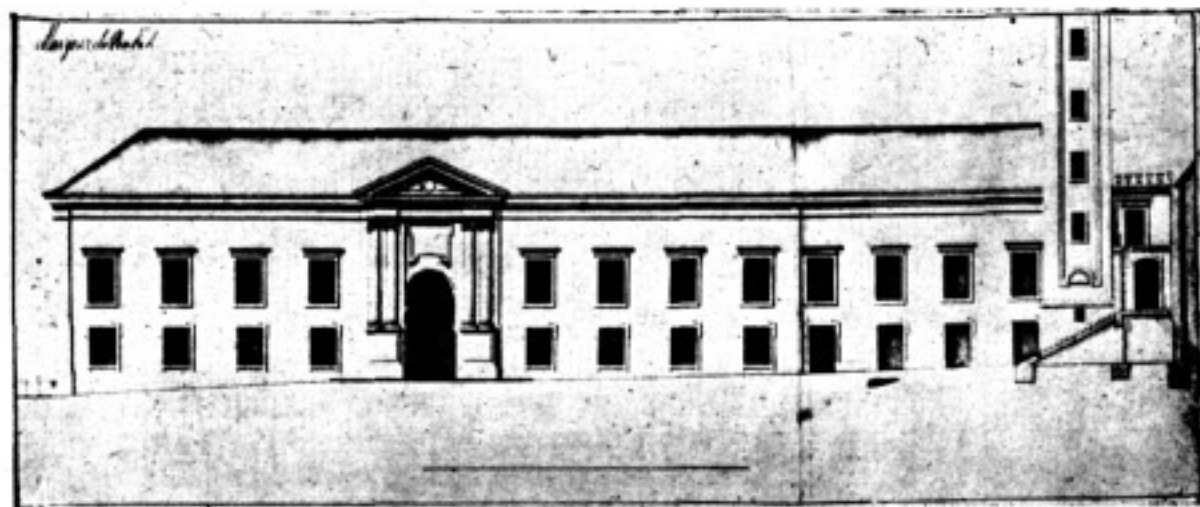
« Sendo porem as ditas Obras de grandes despezas; ehavendo necessidade maior dos outros Estabelecimentos; suspendi até oprezente as ditas obras. E averiguando interinamente o melhor meio de remediar-se o defeito da caza da Livraria, e de ampliar-se este Edificio sem se bulir na Capella; achei que o meio mais conveniente era o que consta da Planta Num. ... o qual meio fiz ver ao Marquez Vizitador, e não tive resposta a este respeito ».

Renunciou-se, assim, a uma emprêsa que, certamente, seria muito criticável.

Em 3 de Setembro de 1773 (2) o Reitor D. Francisco de Lemos representava ao Marquês de Pombal sôbre « a necessidade que há de mudar-se a Cadeia do lugar onde

(1) *Estado geral*, etc. pág. 152.

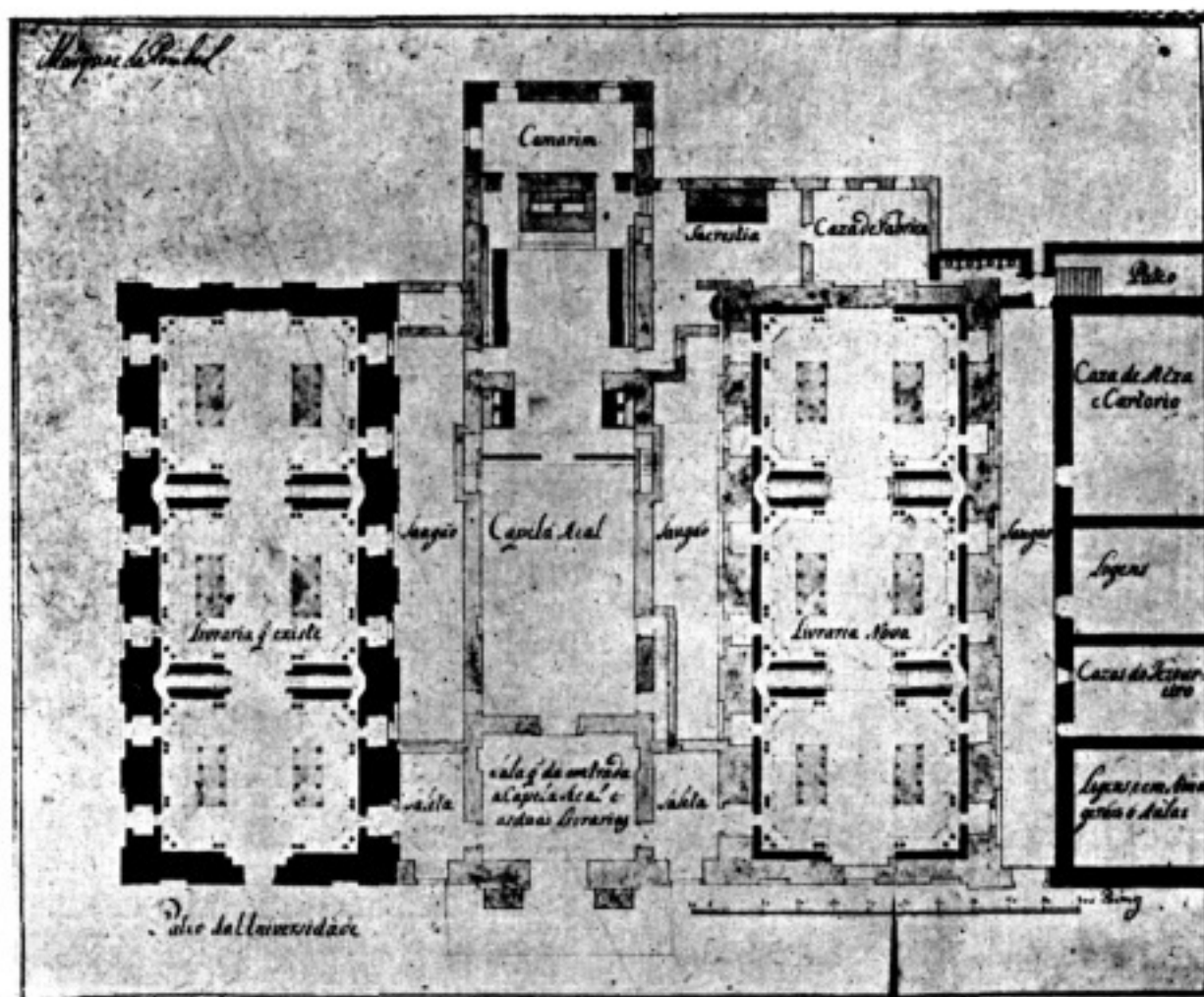
(2) Teófilo Braga, vol. III, pág. 507.



Projecto para a fachada comum da Biblioteca e Capela

(Colecção de plantas da época pombalina, existente na Biblioteca)

(Repr. de José dos Santos)



Planta da Biblioteca e Capela

(Colecção de plantas da época pombalina, existente na Biblioteca)

(Repr. de José dos Santos)

está para as casas que ficam *por baixo da actual Livraria*; as quaes só podem servir para este fim, e para elle confere a tradição, que aqui há, foram feitas; por ser indecente semelhante casa tanto á face dos concursos e funcções academicas, por ser necessaria para se guardarem e se recolherem as alfaias e moveis da sala e aulas, e fazer



*Porta de acesso ao segredo
da Prisão Académica*

(Cl. José dos Santos)

muito máo arrançamento e serventia, que se faz da outra parte do Paço das Escolas, e a communicação d'elle com a Imprensa ».

O Marquês aquiesceu, ditando no seu Officio de 5 de Outubro de 1773 ⁽¹⁾: « Pelo que respeita a se remover a Cadeya para as Cazas inferiores á Livraria, tanto se ajusta á boa razão que já esta mudança deveria estar feita; por não haver coisa mais ridicula do que apresentar-se no vestibulo do bello Sallaõ da Universidade huma indigna e taõ sordida enxovia. Feita pois esta mudança,

poderá V. S.^a applicar a antiga prizaõ para aquelle uzo que lhe parecer mais decente e proprio. »

As casas dos cárceres e prisão académica não estavam sob dependência da Biblioteca constituindo organismo á parte.

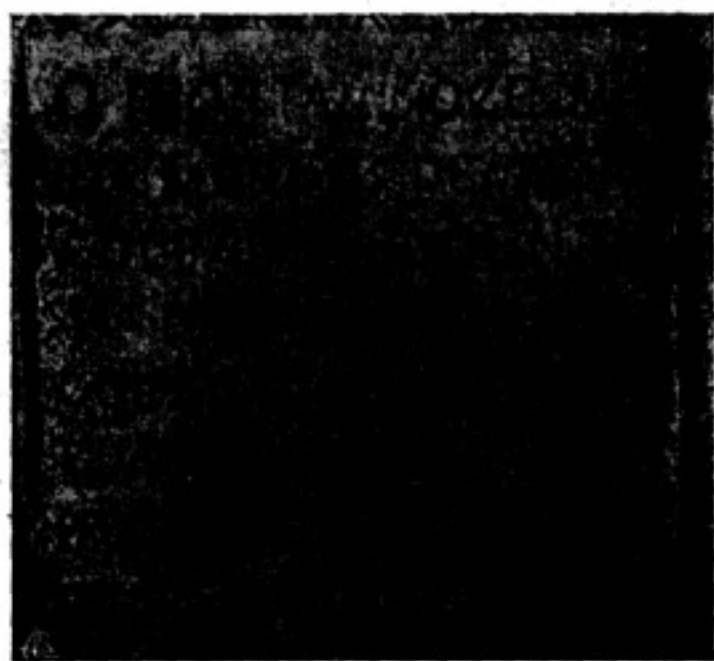
(1) Prof. Lopes de Almeida, *Documentos*, etc., pág. 103.

A entrada para a prisão fazia-se por uma porta existente no quintal da Capela (1).

Na cadeia havia uma capela (2) ou, antes, um oratório, certamente num dos dois nichos existentes ainda hoje, na parede.

Resta também um alçapão (3) ou segrêdo, sem réstea de luz... e quasi sem possibilidade de renovação de ar.

A assimilação, pela Biblioteca, das casas da prisão teve lugar depois de cessar « a jurisdição privativa do Conservador da Universidade sôbre os Professores e estudantes e mais pessoas da Universidade e seus fami-



*Inscrição da porta de madeira
de uma janela da Cadeia Académica*

(Cl. José dos Santos — Paiva)

(1) No quintal da Capela existia ainda em 1810 « huma porta tapada de pedra e cal que antigamente dava comunicação para a cadeia » — Prof. Mário Brandão, *Um documento, à cerca dos prejuizos causados à Universidade pela terceira invasão franceza*, pág. 7.

E no andar térreo lá estão vestígios da escadaria de acesso.

(2) Em 1 de Junho de 1816 pintava-se um caixilho da capela (3.º livro de registo de fôlhas correntes de obras, pág. 96).

(3) 1.º Livro de registo das fôlhas correntes de obras, pág. 108 verso (referente a concertos de 14 de Maio de 1808).

Guarda-se num cofre a chave que fechou a cadeia quando da prisão dos estudantes que mataram os lentes, em 1828. Êste assassinato, trouxe apaixonada a opinião pública da época, e mesmo ulterior (*O Conimbricense*, n.º 2253, 2512, 3287, 3301, 3491).

liares (Decreto n.º 24 de 16 de maio de 1832, artigo 38.º e 272.º) » (1).

A Cadeia transferiu-se depois, por determinação oficial de 12 de Julho de 1855 (2), para S. Boaventura — edificio onde hoje está instalado o Instituto de Antropologia, da Faculdade de Ciências.

Embora a *Fôlha Académica* da Provisão de 22 de Outubro de 1772 (3) fixasse os ordenados do Bibliotecário, e respectivos subalternos e serventes, a magnífica Biblioteca da Universidade, sòmente no reinado de D. Maria I, (em 9 de Outubro de 1777 (4) se franqueou ao público, apesar de não estar « totalmente acabado o seu arranjo interior » (5). Em 17 de Junho de 1778 se nomearam os oficiais da Biblioteca e em Julho e Dezembro de 1779, respectivamente o porteiro e contínuo (6).

Obras de menor monta arrastaram-se durante bastante tempo: diversas de alvenaria e cantaria; construção de grades de ferro, portas, janelas e estantes; e pinturas se efectuaram no tempo que decorre de meados de 1815 a 18 de Julho de 1818. Procurou-se concluir o que faltava.

Fêz-se a « comunicação das galerias da Biblioteca para o quintal do thesoureiro da capella real, e para os Paços da Universidade, por meio d'um próximo terraço estreito, mas comprido e proprio para passeio, formado de enxelhares de cantaria, e guarnecido de grades de ferro

(1) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 486.

(2) Abreu, *Legislação Académica*, pág. 14.

(3) Prof. Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. 1, etc., pág. 35.

(4) Idem, pág. 260.

(5) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 482.

(6) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 600.

dos lados » (1) e reformaram-se os gabinetes, etc. Foi nesta época que « na espessura dos pés direitos dos dous arcos, de cada lado » se collocaram « portas embutidas » (2).

Feitas as obras nas casas da prisão académica recolheram-se aí, de 1835 a 1836, diversas livrarias (3): do Colégio dos Militares, de S. Paulo, S. José dos Marianos, S. Bento e Santa Cruz.

Ulteriormente, muitas outras verbas foram consignadas à Biblioteca e anexos.

Assim, as fôlhas de pagamento revelam-nos diversas importâncias consumidas na pintura do guarda-vento do salão da Biblioteca (outubro de 1871), na comunicação do salão principal com o depósito inferior (1873-74), etc. (4).

(1) Florencio Feyo, obr., cit., pág. 75. (Paralelo á Biblioteca no sentido do comprimento, e cujo acesso é facultado pelos compartimentos 22 e 23).

(2) Idem, pág. 75.

(3) Idem, pág. 75.

(4) *Folhas de despesa* (Gaveta n.º 98). Devem corresponder ao officio:

« Ill.º Ex.º Snr. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de VEx.ª; que não havendo outra passagem da casa principal da Biblioteca para a do deposito subjacente alem de uma escadaria de pedra descoberta, póde todavia sem dispendio melhorar-se esta communicação com grande vantagem não só para o serviço da mesma Biblioteca, mas para a arrumação de mais alguns livros, a que não é menos necessario.

Para este effeito pode modificar-se a direcção da escada, e cobrir-se, fazendo pela parte de cima um gabinete com a luz necessaria.

Com esta obra vai tirar-se alguma pouca luz a caza destinada para habitação do porteiro, mas é facil remediar este inconveniente construindo ali uma claravoia.

Igualmente levo ao conhecimento de VEx.ª que, a referida casa

Nessas fôlhas encontra-se lançada uma rubrica, em 19 de Maio de 1873, referente ao professor de desenho José Miguel de Abreu (1), que recebeu a quantia de trinta mil réis « pelo trabalho que executou para o levantamento de plantas, alçado e cortes, para uma sala que deve annexar-se á Biblioteca da Universidade e cuja quantia deve ser paga pelo producto da venda de livros dos extintos conventos de Coimbra ».

As suas instalações foram ampliadas em 1912, construindo-se um *novo depósito* (sala n.º 5) onde antigamente esteve o matadouro (2) da Universidade; depósito modernizado à custa de um subsídio de 50 contos concedido em 1920 (3). A primeira obra deve-se ao Reitor Mendes dos Remédios, encontrando-se, então, vestígios dos anti-

está carecendo urgentemente de algumas obras, sendo a de mais necessidade e de insignificante despeza, tejolar um corredor e uma casa terrea, e cair interiormente a casa toda.

Rogo, pois, a VEx.ª, se digne ordenar que se proceda á feitura destas obras, sahindo os meios do producto da venda dos livros das extintas corporações relegiosas, se VEx.ª o julgar conveniente.

Deus Guarde a VEx.ª

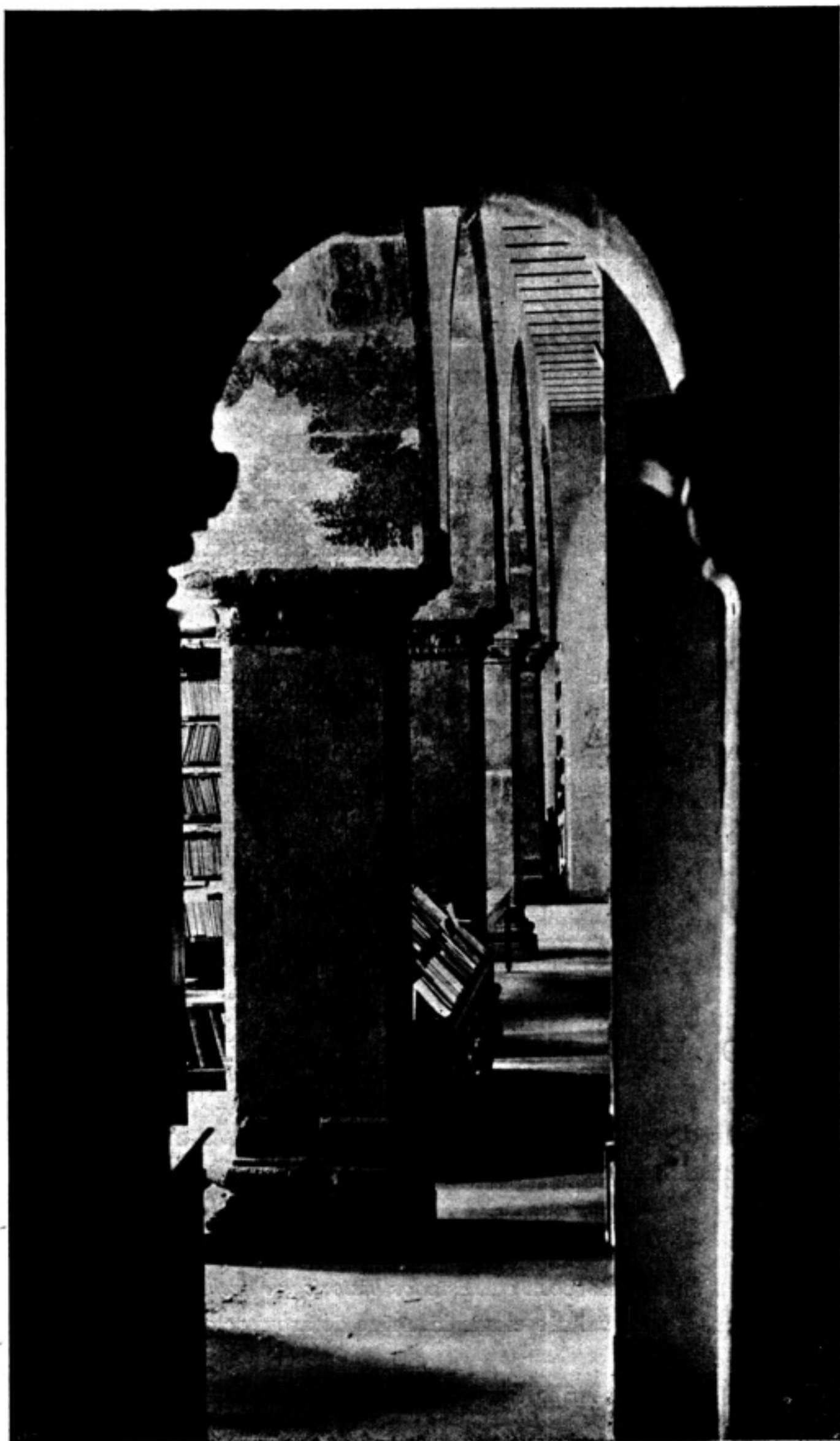
Coimbra, 27 de Maio de 1873

Ill.ºº Ex.ºº Snr. Visconde de Vila Maior — Reitor da Universidade
O Bibliotecario — *Bernardo de Serpa Pimentel* ».

(1) Idem, *Ordem de pagamento n.º 117*.

(2) No 1.º livro de registo de folhas correntes de obras, encontra-se referência ao *Matadouro novo*, pág. 110 verso (concerto em 30 de Junho de 1810) e *velho*, Idem, (concerto em 7 de Julho). Havia também a distinção entre *assougue de peixe* e de *carne*. Alude-se igualmente a um carro, Idem, pág. 108 e 109 (concertos de 3 e 9 de Setembro de 1808) para transporte de carne.

(3) *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. vi, pág. 178.



Arcada manoelina do paço de Alcáçova

(Extr. de A. Vasconcelos, *Escritos Vários*)

gos Paços Reais. Numa alocução, o citado Reitor referia-se ⁽¹⁾ a:

« uma arcada renascença formada de 8 arcos completos, dos quais apenas 3 se encontravam, e só em parte, descobertos. Ligando por um lado ao cunhal da Biblioteca, por outro ao da Universidade, essa arcaria é tudo que temos do, por ventura, primitivo paço real, há séculos desaparecido. »

Informa A. G. da Rocha Madail que tal ampliação corresponde à actual *sala 5* do depósito de livros da Universidade. E foi precisamente sobre esta sala que Alves dos Santos ⁽²⁾, ao assumir a direcção da Biblioteca, em 1916, mandou edificar a nova Sala de Leitura, onde se encontra uma grande estante de castanho construída em data recente: 1926.

Até à vigência do citado director esta sala constituirá depósito de livros.

Ainda, em 1916, se removeu o « guarda-vento » da entrada principal da Biblioteca ⁽²⁾.

* * *

O plano do edificio é atribuído por Xavier da Costa a Ludovice ⁽³⁾. Escreve este investigador ⁽⁴⁾ sobre construções de D. João V: « Foram em Coimbra a monumental

(1) *Revista da Universidade*, n.º 1, 1912, pág. 595.

(2) *Boletim da Biblioteca*, obr. cit., vol. VI, pág. 178.

(3) Vilhena Barbosa em *Estudos históricos e archeológicos*, vol. II, pág. 1, insere um valioso elogio histórico do architecto João Frederico Ludovici.

(4) *As Belas-Artes Plásticas em Portugal durante o século XVIII*, pág. 26.

e formosa Biblioteca (1716-1725) e a Tôrre da Universidade (1728-1733), cujos projectos não será injustificado atribuírem-se também a Ludovice », que trabalhou em Mafra; todavia o Prof. Vergilio Correia (1) não perfilha essa opinião, escrevendo: « a Biblioteca não pode pertencer ao mestre de Mafra, cujo italianismo elegante e sêco não se coadunava com a planturosa realização de inspiração barrôca que é a Casa da Livraria, tanto interna como exteriormente uma criação bem portuguesa ».

Sôbre a fachada da Biblioteca vejamos o que Florêncio Mago Barreto Feio insere no seu livro (2):

« O elegante portico de cantaria, sem pedestal, que se vê voltado ao oriente no peristyllo da bibliotheca, é da ordem jonica; compõe-se de quatro columnas cylindricas, massiças e sem estrias collocadas, duas de cada lado, em cima de plinthos, que no envasamento assentam sôbre um patim rectangular, (3) proporcionado á grandeza d'esta obra; o qual por meio d'uma escada descoberta e tambem rectangular, que desce ao terreiro, ou pateo geral, fica superior a este plano seis degraus, que tantos são os da escada, e é formado d'enxilhaes de cantaria, dispostos regularmente por fiadas horisontaes.

(1) *Coimbra e arredores*, pág. 85.

(2) Florencio Feio, obr. cit., pág. 17.

(3) Os degraus do patim da entrada da Biblioteca foram pagos em 15 de Fevereiro de 1817 (3.º livro de registo de folhas correntes de obras, pág. 88), bem como se fêz um contracto com Bento Elias para empreitada do patim da Biblioteca (Idem, pág. 192 — 31 de Maio de 1817, e 199 verso — 4 e 11 de Abril de 1818) com degraus em pedra de Outil. Em 1941, quando se assentou o lajeamento existente no Pátio, cortou-se o patim de entrada da Biblioteca, deixando-o de menores dimensões.

« No capitel das columnas, gracioso por suas volutas, pousa a architrave; sobre esta o friso, ligeiramente curvo, mas liso; segue depois a cornija inferiormente denticular, formando estas trez partes o *entablamento*. A archivolta do portal é decorada com ornatos tambem de cantaria em relevo e de assaz lavor.

« O edificio da bibliotheca, contiguo á Capella real da Universidade, e voltando ao sul a sua maior face lateral, é um quadrilongo rectangular, e remata com acroterios, que acompanham toda a prolongação da cimalha, e sobre os quaes estão distribuidas, duas a duas, pequenas pyramides: estas correspondem a prumo, na frente, sobre pedestaes mais altos, sacados um pouco fóra do alinhamento dos acroterios, aos eixos das columnas do portico; e nos outros trez lados do edificio, aos ornatos que sobresaem nas extremidades e nos intervallos das janelas rasgadas; as quaes inteiramente faltam na frente, que, sendo o menor lado do rectangulo, para ellas não tem espaço.

« O centro do frontispicio apresenta levantadas, sobre a cornija do entablamento do portico, as armas reaes em ponto grande, e trabalhadas com esmerado primor ».

O grandioso *portico*, segundo Simões de Castro (1), « faz-nos lembrar as construcções da Grecia ou Roma durante a epocha em que a sua architectura ficou assignalada pela elegancia das suas fórmãs e pela correcção do seu estylo ».

(1) *Guia histórico do Viajante em Coimbra e arredores*, 2.^a edição, pág. 197.

— Simões de Castro escreveu, tambem, sobre a Bibliotheca da Universidade, in *Portugal Pitoresco*, vol. 1, pág. 81-85.

Também António Augusto Gonçalves (1), nos deixou palavras bem expressivas:



*Portal da Biblioteca da Universidade e um cubêlo da Capela
do antigo Paço de Alcáçova*

(Cl. J. Ramos Bandeira)

«... esta fachada é, no seu género, pelo cunho de nobreza e distincção que a reveste, pela intrepidez da deco-

(1) *Edifícios da Universidade*, in *Anuário da Universidade*, de 1901 e 1902, pág. (8).

ração cortada a fundo, um pedaço de bella e magnifica architectura. »

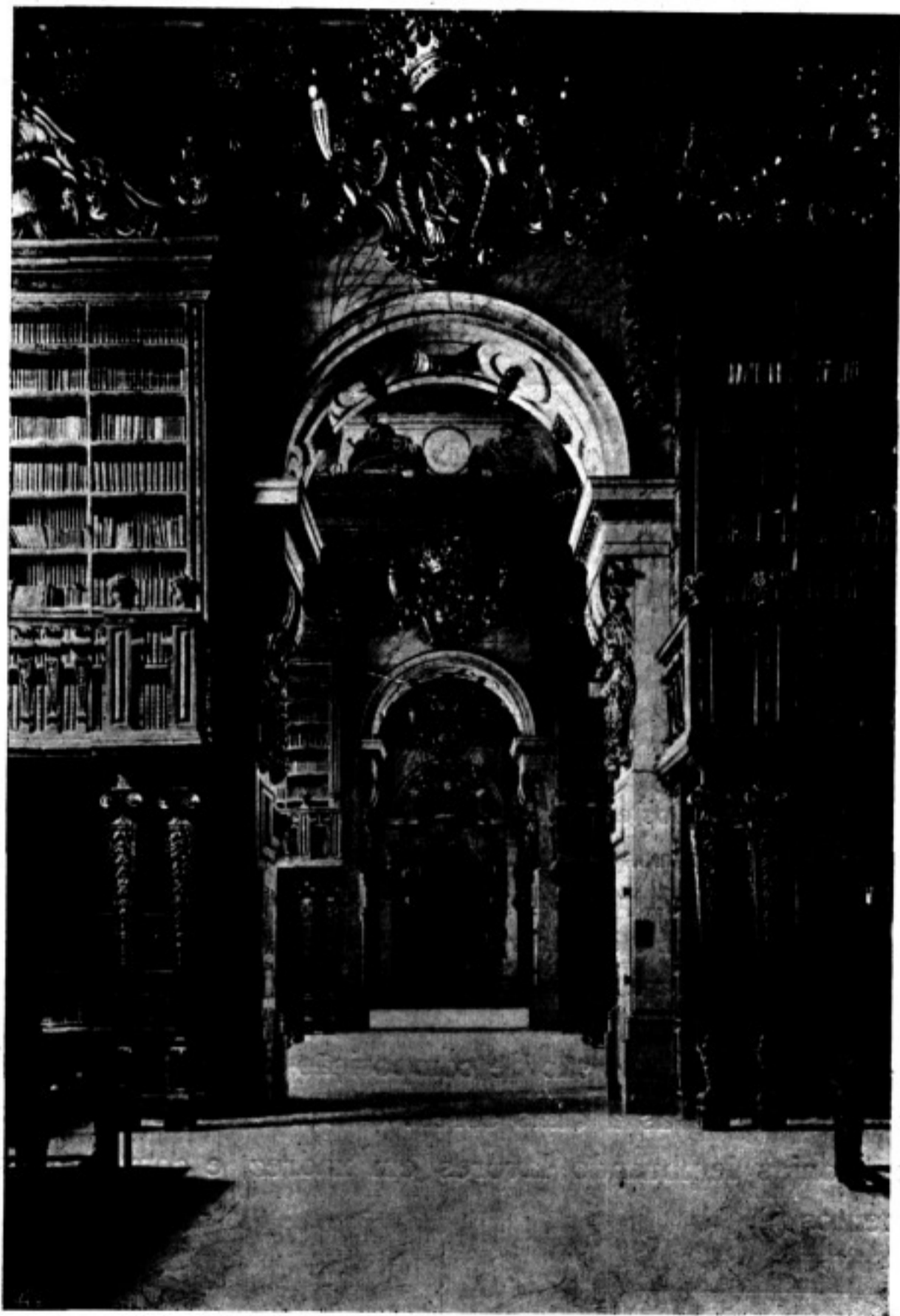
Para o nosso trabalho elaborou o Prof. Raul Lino o estudo seguinte sôbre o *Portal da Biblioteca*. — « Êste belo portal construído à roda de 1720 não constitui exemplo do que na História da Arte em Portugal se costuma classificar como estilo de D. João V; aparenta certo classicismo, imposto talvez pelo carácter universitário do estabelecimento, que o aproxima mais da Architectura da Áustria e do Sul da Alemanha na sua fase mais sóbria (Fischer von Erlach, etc.).

« O portal tem magestade. O vão abre-se em arco de volta perfeita apoiado sôbre misulas na aduela e com avultados florões no intradorso, e é ladeado por colunas jónicas copuladas, separadas da parede e assentes sôbre soco único e baixo. Os capitéis são tratados com liberdade, todos com suas volutas em diagonal. O entablamento, ressaltado sôbre cada par de colunas, com friso abaúlado, é bastante académico; sôbre êste, a cada coluna corresponde alto pedestal independente que termina por urna ovalada, formando como que sentinelas do enorme medalhão, engrinaldado e rico de enconchados, que ostenta as armas de Portugal, sobrepujado pela grande coroa do rei ».

Tanto no friso do entablamento do portal como por debaixo da arquivolta, sôbre a porta de entrada, encontramos dísticos em latim, respectivamente:

HANC AVGVSTA DEDIT LIBRIS COLLIMBRIA SEDEM,
VT CAPVT EXORNET BIBLIOTHECA SVVM.

LVSIIADAE, HANC VOBIS SAPIENTIA CONDIDIT ARCEM:
DVCTORES LIBRI; MILES ET ARMA LABOR.



Interior da Biblioteca

(Cl. A. de Sousa)

Borges de Figueiredo (1), professor do liceu e grande latinista, traduziu estas legendas da seguinte forma:

Tal séde aos livros deu Collimbria augusta,
Que a fronte lhe coroa a biblioteca.

Da sapiência, ó lusos, eis o alcaçar;
Onde por capitães os livros tendes;
Por armas e soldados a fadiga.

No interior, um outro dístico, gravado em metal, reza assim (1):

PANDVNTVR CVNCTIS EXCVLTA PALATIA LIBRIS :
HVC ADES ; AVTHORES (2) CONSVLE, DOCTVS ERIS.
HAEC TIBI PRO STVDIIS ET LEX ET NORMA TENENDA EST :
MENS LEGAT, OBSERVET SEDVLA ; PENNA NOTET.

traduzido (3):

A todos este paço se franqueia,
De livros adornado: aqui entrando,
Os escriptores lêde, e sereis douto.
E para o estudo vosso a norma é esta:
— Lêa e medite a mente; aponte a penna. —

Os pavimentos são de composição diferente — combinações de pedras a duas côres: cinzento-escuro e branco, e lisonjas lembrando labores em xadrez, e com floreteamentos (4).

(1) António Cardoso Borges de Figueiredo, *Coimbra antiga e moderna*, pág. 176.

(2) Autores e não auctores como se tem referido.

(3) Borges de Figueiredo, obr. cit., pág. 177.

(4) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 22.

São de Simões de Castro ⁽¹⁾ as seguintes palavras:
« Para que em tudo fosse aprimorada a architectura da



Um dos gabinetes individuais

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

bibliotheca, até no pavimento se empregou esmerado artifício. As pedras brancas e pardas que o forram estão dispostas com muito gosto, formando um mosaico de diversos

(1) Obr. cit., pág. 200.

feitos e de risco differente em cada sala; de modo que apresentam uma perspectiva graciosa e variada ».

A sumptuosa Biblioteca edificada por D. João V, é constituída por três salas comunicando entre si por dois arcos plenos que, desde o intradorso até às origens do arco (nos saiméis), abaixo das impostas (1), são adornados de talha primorosa extasiando-nos pela sua decoração; na parte inferior apresentam-se de branco imitando mármore. É iluminada por várias janelas: seis rasgadas na fachada Norte e outras seis no lado Sul.

Os livros dispunham-se, outrora, nas salas, segundo as ciências. Assim, na primeira sala (a da entrada) estavam volumes de História e Literatura; na segunda Direito positivo e Ciências Naturais; e na terceira Teologia e Direito canónico. Hoje, não se respeita essa classificação pela absoluta falta de espaço.

Circundam estas salas, no andar térreo, entre as estantes, um compartimento grande, — os « Cimélios » —, e doze pequenos, numerados com letra romana, e correspondendo aos antigos gabinetes individuais, de leitura. São providos de estantes e tabelas; destinavam-se a professores e altas personagens — leitores mais qualificados (2). A sala dos Cimélios foi, também, gabinete do bibliotecário-director; sofreu importantes beneficiações em 1928. O acesso faz-se pelos compartimentos VIII e IX — sobretudo por este último.

O compartimento VII dá passagem para a nova Sala de Leitura, e o XI para as escadas conduzindo às lojas onde se encontra a maior parte dos livros da Biblioteca e

(1) Florencio Foyo, obr. cit., pág. 23.

(2) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 482.

se catalogam os livros recebidos diariamente. Foi nestas lojas (1), que, desde a Reforma Pombalina até à primeira metade do século XIX (decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, artigos 38.º e 272.º), esteve a prisão da Universidade, 1834 (2).

No compartimento XII (3), destinado a arrumações, encontram-se, por vezes, diversas publicações da Biblioteca, para distribuição imediata.

São ainda gabinetes destinados a professores os números I, II, III, IV, V e VI, com janelas donde se divisa lindo panorama sobre o Mondego.

As janelas das galerias eram também consideradas gabinetes — numerados de treze a vinte e quatro. Admitia-se pois a existência de vinte e quatro compartimentos; os últimos, porém, não se podiam considerar muito cómodos — em seis deles vemos, antes, simples vãos de janelas, sem estantes.

Caria e Moura conseguiu a « edificação e arranjo » de dois gabinetes, « a um dos lados do sumptuoso edifício », reunindo num deles as obras reservadas e as duas mil e quinhentas medalhas, vindas, a maior parte, em 1789, do Museu da Universidade (4); no outro ficou instalado o gabinete (A) do Bibliotecário.

(1) Bernardo de Serpa Pimentel — *Livro manuscrito de registo de correspondência da Universidade* (de 1873 a 1887), pág. 61, verso (existente na Biblioteca da Universidade); e Villa Maior, obr. cit., pág. 486.

(2) Florencio Foyo, obr. cit., pág. 30.

(3) Neste gabinete também se guardaram preciosidades (Florencio Foyo, obr. cit., pág. 30), bem como no gabinete A ou do bibliotecário.

(4) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 482; e Florencio Foyo, obr. cit., págs. 74 e 118.

O actual gabinete dos « Reservados » tem dois andares. Ai se guarda, parte das raridades da Biblioteca; o remanescente: nos Cimélios e num Cofre.

O acesso tem lugar pelo gabinete 23, onde se encontra uma porta de comunicação para o pavimento do primeiro andar; uma outra veda a escada em espiral, conduzindo ao segundo andar dos *reservados*.

A varanda do compartimento em que instalava, antigamente, o Bibliotecário (gabinete A), comunica não só com um terraço, exterior, estreito, mas também com os *atticos* da Biblioteca — por meio de uma *escada em caracol*, descoberta. Dois degraus, existentes ainda, demonstram que este terraço comunicava com o quintal da Capela.

As salas são guarnecidas por duas fiadas de estantes (dois andares) separadas por varandas (a cerca de 1/3 de altura) com balaústres, pintadas de verde e rósea, e com figurinhas douradas lembrando as pinturas chinesas. A varanda apresenta « sobre os remates da balaustrada vinte e quatro vasozinhos com flôres douradas, correspondendo a prumo às colunas inferiores » (1).

No pavimento há, em cada sala, 14 estantes com 212 tabelas (repartimentos ou escaninhos) revestidas de arame (2), e nas galerias (3) 10 estantes com 208 tabelas. As pinturas e dourados das estantes, varandas e colunas, são do artista conimbricense Manoel da Silva (por contrato de

(1) Florencio Feyo, obr. cit. pág. 23.

(2) As rêdes de arame para as estantes dos gabinetes foram adquiridas em 1 e 8 de Junho de 1816 (3.º livro de registo de folhas correntes de obras, pág. 71 e verso), 6 de Julho (pág. 73 e verso), 13 de Julho (pág. 74 e verso), e 10 de Agosto (pág. 76), etc.

(3) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 26.

28 de Agosto de 1723) (1) tendo custado, cada uma das casas, três mil cruzados e oitenta mil réis (1.280\$000).

(1) Cónego Prudêncio Garcia, *Artistas de Coimbra*, pág. 288, 290 e 291.

« Dourar-se ão todos os rremates e tarjas das estantes e piramidas de ouro bornido tudo o que ofender a uista e com os foscos aonde for neseçario e no feixo de cada Remate se fará o letreiro com o titollo de cada estante.

« Serão dourados da mesma sorte todos os boseis e colarinhos e mejas canas *que* tem as mesmas estantes e tudo o mais será de charão farto de ouro e este será de folha com seus covasos (?) de ouro de pó aonde for neseçario.

« Serão as caxas das estantes feitas de porporina da cor *que* diser bem com a cor do xarão para o *que* se farão as amostras neseçarias.

« Dourar-se-ão as tarjas dos arcõis com os fastõis e quartellas de ouro bornido com os foscos neseçarios como tambem meias canas boseis das empostas dos mesmos arcos e tudo o mais de charam na forma *que* fica dito.

« Será toda a talha dos Balaustres da Baranda e quartois que servem de capiteis dourado tudo de ouro bornido com seus foscos aondé for neseçario.

« Serão cordõis e meis canas do corrimão e emuasamento da mesma Baranda dourado de ouro Bornido e tudo o mais de charam na mesma forma declarada asima.

« Debaixo da mesma Baranda se fará tambem de charão de ouro *que* encha todo o forro da baranda. Dourar se á toda a talha das estigas (?) e pilhares como tambem os quartõis que lhes servem de capiteis de ouro bornido e tudo o mais feito de charam na mesma forma *que* ja temos dito.

« Dourar-se-há o caixilho com a mais fabrica que se fizer dentro do arco e a frontaria (?) das cazas, pintar se hão todos os caixilhos das uidrasas de uerde e os chumbos dourados.

« Pintarseão todas as portas interiores fingidas de argellim emuernizadas, ensina dos doze pillares de cada uaranda se hão de por huus uazos de talha que tambem ham de ser dourados na mesma forma *que* a mais obra de ouro bornido. »

As estantes do andar superior apoiam-se nas do andar térreo e em colunatas de madeira (24 colunas em cada sala, *aparelhadas duas a duas*, e « pintadas no gosto chinês »; e « no interior das faces, recamadas de ouro sobre florões de relêvo ») (1), permitindo o acesso às varandas ou galerias por *escadas encobertas* nos arcos que estabelecem a comunicação das três salas. Nas estantes das galerias estão também *embebidas escadas* (que « facilmente se fazem correr sobre um varão de ferro, e, apoiando-se em dois seguros descansos ») (2) facultando o acesso aos livros dos compartimentos superiores.

As cimalthas e tetos, impregnados de colorido de certo gosto artístico, devem-se aos mestres lisboetas António Simões Ribeiro (pintor) e Vicente Nunes (dourador), — adjudicação feita em 22 de Junho de 1723 (3) por seiscentos mil reis (600\$000 reis) cada casa. Êste trabalho realizou-se de Agosto de 1723 a Março de 1724, inclusivé.

(1) Florencio Foyo, obr. cit., pág. 23.

(2) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 481.

(3) Cónego Prudêncio Garcia, obr. cit., pág. 296-297:

« Pintar o teto de cada hua das cazas de sua planta diferente na forma que apresentaram pellos riscos os quaes se aprouaram e deue ser a dita pintura de prespetiua e feita com o major primor da arte *que seja a contento* (?) da *universidade* e se declarou aos sobreditos assim na corte antes de partirem como na *universidade* e no tempo que com os sobreditos se ajustou a obra de sorte que ha de ser a dita pintura de prespetiua singullar e o melhor que no reino se pode fazer.

« A simalha ha de ser pintada de pintura selleta farta de ouro e dourado tudo o *que* for talha e todos os rremates em forma *que* fique com toda a prefeisão e galhardia.

« Allem dos... seis çentos mil reis por cada caza satisfará a *universidade* aos sobreditos esta jornada á *universidade* e justo presso dos ditos tres riscos. »

António Simões Ribeiro concebeu *para a dita obra* três plantas (1). O primor da expressão arquitectural e decorativa dos tetos levou o Conde Atanásio Rackzynsky, diplomata polaco que esteve entre nós no séc. XIX e publicou *Les Arts en Portugal e Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, a escrever, no primeiro dos seus livros (2), que a Biblioteca da Universidade de Coimbra era: «...la plus belle, la plus richement ornée que j'aie jamais visitée.

« La peinture du plafond est une vaste composition, très riche comme plusieurs peintures de la même époque que j'ai vues à Lisbonne. Son exécution dénote beaucoup de savoir-faire, plus encore dans la partie architecturale que dans les figures ».

Estas palavras deviam intumescer o orgulho dos citados artistas, se tivessem chegado ao seu conhecimento...

A Biblioteca da Universidade de Coimbra é bem um índice da magnificência da época de D. João V, e tem sido apreciada a ponto de se estabelecer equiparação com a Biblioteca Imperial de Viena.

Simões de Castro considera-a uma das melhores da Europa pela magnificência do edifício, riqueza e luxo de ornamentação (3).

Na judiciosa opinião do Prof. Reinaldo Santos é uma jóia « maravilhosa pelo sentimento das proporções e riqueza

(1) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 36, etc.

(2) *Les Arts en Portugal* (Lettres adressées à la Société artistique et scientifique de Berlin, et accompagnées de documens; Paris, 1846, pág. 471.

(3) *Guia*, obr. cit., pág. 196.

sem par da harmonia das suas lacas, verdes, vermelhas e ouro » (1).

Ainda sôbre o mesmo assunto, escreveu Florêncio Feio (2):

« As cimalthas e os tectos de cada sala, têm risco differente e variadissimo de pintura em perspectiva, com figuras, emblemas e grinaldas de flôres, mais proprio para admirar-se do que de facil descripção; pois que tão vivas e finas até são as côres e as tintas, como aprimorado e incomparavel o desenho e o colorido. »

Em 1931 promoveu-se o restauro dos tetos da Bibliotheca (3). A Direcção dos Monumentos e Edifícios Nacionais, tendo como director geral o Eng.º Gomes da Silva, e, na superintendências dos serviços do Norte e Centro do País, o architecto Baltazar de Castro, incumbiu o mestre Joaquim Lopes, professor da Escola de Belas Artes do Pôrto, de dirigir os trabalhos.

Foi uma obra delicada exigindo a execução de inúmeros « croquis » (4), depois de pacientes estudos, pois as

(1) *Architectura em Portugal*, in *Portugal* (Exposição Portuguesa em Sevilha), vol. 1, pág. 40; e *Guia de Portugal*, de Raul Proença, vol. 1, pág. 94.

(2) Obr. cit., pág. 25.

(3) Informa-nos o Prof. Joaquim Lopes que as obras devem ter sido delineadas em Outubro de 1931, iniciando-se no ano immediato, e decorrendo ainda no primeiro semestre do ano de 1933.

O *Despertar*, n.º 1517, de 13 de Fevereiro de 1932, noticia o comêço, em breve, do restauro. Diversas alusões se encontram, ainda, nos números 1578, 1629, 1631, 1662, 1674, etc., respectivamente de 28 de Agôsto de 1932, 15 e 22 de Março de 1933, 8 de Julho e 19 de Agôsto do mesmo ano.

(4) Na Bibliotheca encontram-se, ainda, diversos desenhos compostos para esta magnífica obra.

pinturas decorativas encontravam-se destruídas, em parte. Segundo nos informa o professor Joaquim Lopes, « algumas figuras e grinaldas — para não falar dos restantes ornatos — foram totalmente reconstituídas ».

O Dr. José de Figueiredo, presidente da Academia Nacional de Belas Artes, emitiu, também, o seu parecer sobre êsto restauro pictural.

Cooperaram como ajudantes de mestre Joaquim Lopes, Saúl de Almeida (1) e Fabiano Bettencourt (2), mas cêdo foram dispensados os serviços do primeiro.

Desfez-se, nesta data, a *lenda* dos frêscos, identificando-se pinturas a óleo.

O remoçamento da decoração não perdeu o sentimento harmonioso que irradiava.

Tem havido o maior cuidado em evitar a acção da luz sobre o colorido suave e variado do teto. Esta obra mural ainda hoje apresenta uma frescura de côres que deslumbra, não se furtando o guia da Biblioteca a chamar a atenção dos visitantes para as sancas e molduras rectangulares, centrais, ornamentadas, enquadrando tipos mitológicos e alguns símbolos literários. É também interessante a perspectiva.

Dominando a composição, da parte central dos tetos (3), encontram-se matronas representando a Universidade. Estas figuras, da Sabedoria, correspondem afinal às insígnias da

(1) Artista conimbricense falecido em 1938.

(2) Actual gerente das oficinas de pintura, propriedade de José Lopes.

(3) Tributamos o nosso reconhecimento ao Prof. Ernesto Soares pelas preciosas elucidacões sobre diversos problemas iconográficos dêste trabalho.

Universidade usadas nos estatutos do séc. xvii mas afeições ao séc. xviii. Encontram-se sentadas sobre nuvens.

Na Sala I, o conjunto central parece traduzir a Universidade a receber os livros da ciência, para a sua biblioteca, conduzidos por gêniozinhos alados. Os livros fechados, patenteando a ciência (tirada de uma estante), são depois espalhados, abertos, por todo o orbe.

Observam-se duas legendas. À esquerda, numa fita: FELICES ORNENT HÆC INSTRUMENTA LIBELLOS (1); e à direita, num pergaminho desenrolado, votivo à Biblioteca, em capitais romanas: BIBLIOTECÆ (2) IMAGO (3).

Ladeando este interessante conjunto alegórico, fora do filete central, rectangular, na sanca, encontram-se figuras femininas personificando os quatro continentes. Na margem esquerda da gravura inserta no texto:

Europa, figura feminina, vestindo o peplo, apresentando parte do seio direito a nu. Na mão direita, ostenta a cornucópia da abundância.

América, figura feminil com um arco, e respectiva corda, na mão esquerda; e uma flecha investida na dextra. Na margem direita:

Africa, figura feminil com o seio direito a descoberto, o braço esquerdo arqueado e respectiva mão apoiada no quadril; empunha um facho incandescente na mão direita. Pela incidência da luz a figura dá-nos a idéia de estar pintada de escuro.

(1) Estes ornatos decoram felizes livrinhos.

— Agradecemos ao Prof. Doutor Rebelo Gonçalves o concurso prestado na interpretação dos versículos latinos.

(2) Com excepção do segundo *b*; e sem T H.

(3) Representação da Biblioteca.

Asia, representada por uma figura de mulher, empunhando na mão esquerda um facho donde emergem quatro



Teto da Sala 1

(Cl. A. Hipólito)

flamas. Os efeitos de luz dão a idéia de um rosto de cor amarela.

Na Sala II, a Sabedoria apresenta-se com a mão esquerda junto ao seio, e a direita empunhando uma lima « indicativa (1) do indispensável apuro e castigo crítico das pesquisas históricas ». Num gêniozinho elevado vê-se uma fita com a legenda: UNIVERSITAS; e na faixa de outros, sinistrados, o versículo: CLAUDITE IAM RIVOS PVERI SAT. PRATA BIBERVNT: (2).

Na sanca, divindades alegóricas, personificam:

Honra (HONOR) — figura feminil, sentada, de mãos estendidas, em sentido divergente, envergando uma saia amarela. Aos pés, nota-se a dignidade eclesiástica (mitra e cruz episcopal), a realeza (cetro), e as artes e as ciências.

Virtude (VIRTUS), — figura, sentada, revestida de uma túnica branca (símbolo da castidade).

Fortuna (FORTVNA) — figura feminil, sentada, com os seus atributos principais: além dos olhos cerrados, nota-se uma roda com cinco raios, dos quais um pouco perceptível; e uma cornucópia. É curiosa a cabeça, pois os cabelos representam um segundo rosto: boa e má fortuna. Divisa-se melhor, junto do gabinete 8.

Fama, (FAMA) figura de mulher, de cabeça alada, tocando a sua trombeta apoiada na mão direita, e segurando uma outra na mão esquerda.

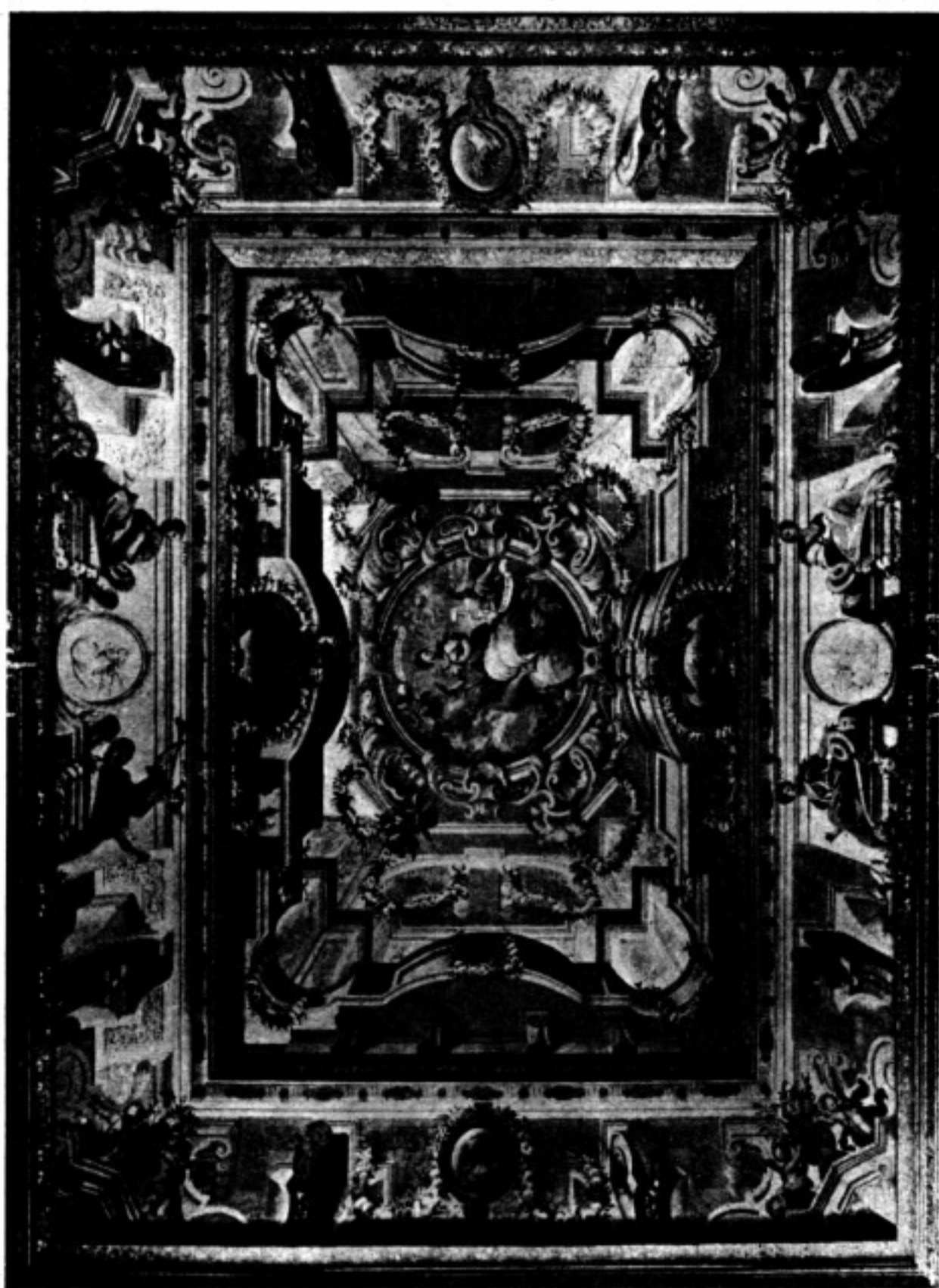
Nos medalhões ovais e circulares encontram-se figuras, certamente de poetas latinos — coroados de louros e ves-

(1) Prof. Ernesto Soares, *História da Gravura Artística em Portugal*, vol. 1, pág. 215.

(2) Fechai, meninos, as represas que os prados já beberam bastante (Vergílio, *Éclogas* III).

— A pontuação correcta é a seguinte: *Claudite jam rivos, pueri: sat prata biberunt.* Virgilli Maronis — *Opera*, Tom. 1, pág. 38. Venetiis, 1736.

tidos à romana: Vergílio, Ovidio, Seneca, e Marco Túlio



Teto da Sala 2

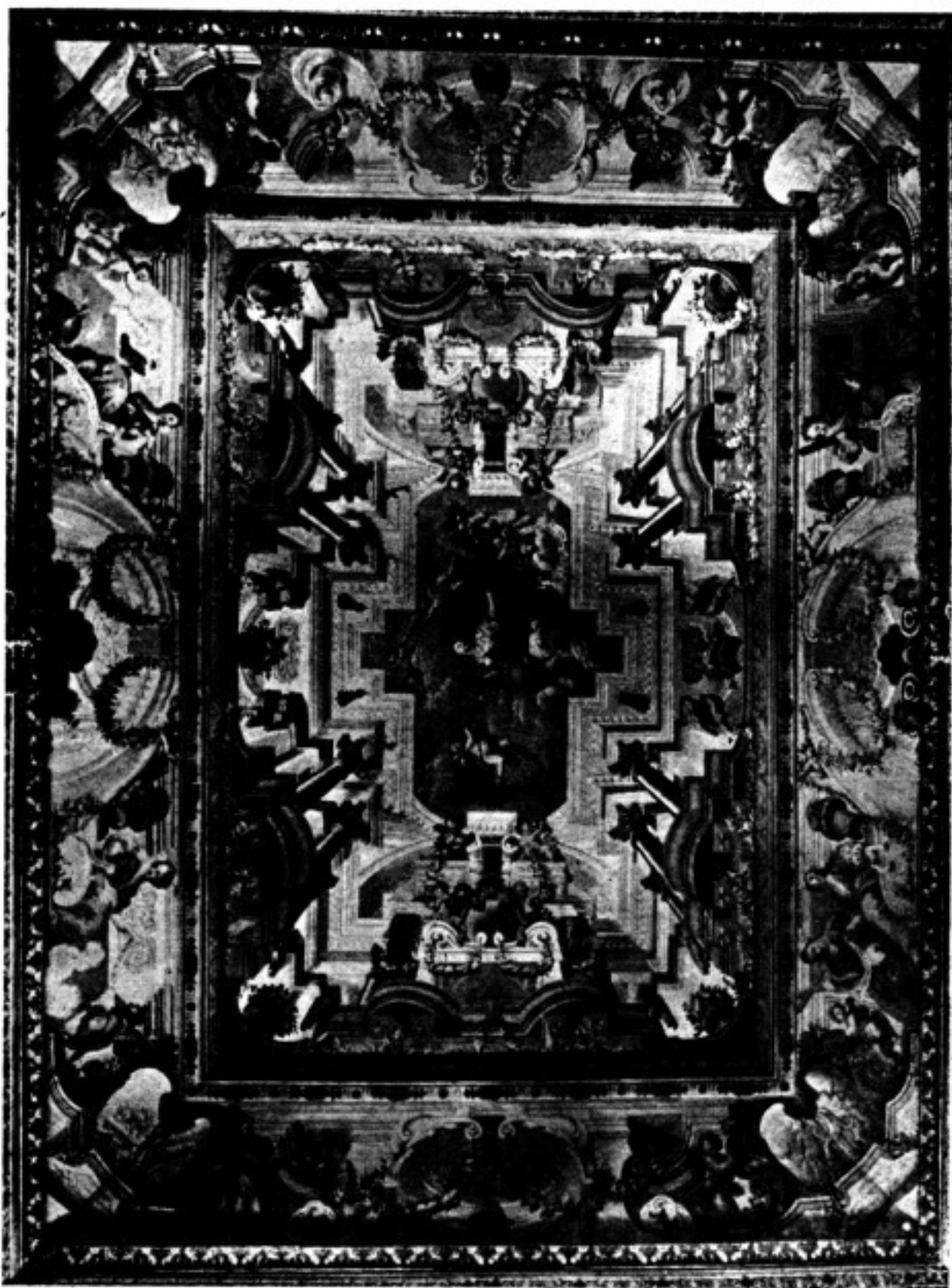
(Cl. A. Hipólito)

Cicero? Pelo menos são estes os nomes que figuram
nalgumas das legendas latinas da sala 3.

*Medalhões do teto da Sala 2*

(Cl. A. Hipólito)

Na Sala III, avulta a Sabedoria, segurando a túnica com a mão direita, e tendo a esquerda aberta e estendida



Teto da Sala n.º 3

(Cl. A. Hipólito)

para géniozinhos que abraçam ramos de loureiro (?). Numa fita, a circundar uma nuvem, vê-se a legenda: DABITVR

TELLVRIS OPERTA SUBIRE AVRICOMOS SIQVIS DECERCEPRIT (1) ARBORE
FCTUS VIRG ÆNED 6 (2).

Coroa a figura dominante da composição, um anjo, voando, com uma faixa onde se lê: ENCICLOPEDIA.

Na sanca, encontram-se musas, com os atributos das ciências a que presidiam, sobrepujadas das inscrições seguintes:

SACRA PAGINA (*Teologia e Cânones*), representada por duas figuras de mulher, ostentando: uma, a cruz latina, na mão direita, apoiada sobre as pernas, e aconchegando a túnica sobre o peito com a sinistra; a outra, com uma tiara na mão esquerda e uma fita na dextra, envolvendo a figura anterior, na qual se divisa o seguinte distico: EN NOBIS THEOLOGIAM ET CANNONES AD DOMUS (3).

ASTRÆA (*Justiça*), figura feminil, com um facho incandescente na mão esquerda, e um feixe de varas, atadas em diagonal, na mão direita; uma fita suspensa apresenta os dizeres: CÆLESTIUM TERRA ASTRÆA RELINQVIT SENECA OTAV. 7-10 (4).

(1) Deve ler-se, antes, *decerpserit*.

(2) Passo completo: *Sed non ante datur telluris operta, subire auricomos quam qui decerpserit arbore fetus* (Virgile, *Éneide*, livros I-VI, edição *Les Belles-Lettres*, pág. 169, n.º 140), podendo traduzir-se: é impossível penetrar nos segredos da Terra antes de colher da árvore (da ciência) os ramos com folhagem de ouro.

(3) Aqui temos na sua morada a Teologia e os Cânones.

(4) Esta legenda parece um resumo dos versos seguintes da Octávia (v. 397 e seg.):

*Tunc illa uirgo, numinis magni dea,
Iustitia, caelo missa cum sancta Fide,
terram regebat mitis humanum genus.,*

querendo significar que a Deusa da Justiça, de grande poder, foi enviada do Céu à Terra, com a Santa Fé, para governar o género humano com doçura.

Aos pés, do lado esquerdo, vêem-se: parte de uma espada e uma balança.

NATVRA (*Ciências da Natureza*), figura feminina segurando uma pomba na mão direita. Uma fita presa ao bico do animal apresenta a legenda: TEMPORIBVS MEDICINA VALET OVID. D. REMED. AMORIS 27 (1).

Na sinistra, apoiada sobre a anca, encontra-se uma faixa com o dístico: MATHEMATICÂ ET PHILOSOPHIÂ CÆLUM ET TERRAM CIRCVIVI SOLA (2). Ainda, aos pés, nota-se um compasso sobre um globo.

ARS (*Artes*), figura de mulher com uma esfera armilar e dístico latino na mão direita: OMNES GRAMMATICOS Q RHE TORAS Q MONEO (3). Observa-se também uma fôlha de música com diversas notas imperceptíveis.

Na mão esquerda uma fita com a legenda: MUSICA OBLETAT ET ALLICIT (4).

« Por cima da porta principal, e da volta de cada um dos arcos, que entre si communicam as salas, e no topo da terceira d'estas, se levantam d'um e d'outro lado, até juncto das cimalthas, armas com a corôa real, em ponto grande, douradas, e obras de talha, com apparatusos ornatos lateraes tambem dourados; e têm sobre o campo do escudo emblemas apropriados e analogos ás diversas faculdades academicas. Além d'isso, no topo da terceira

(1) Tal passo não se encontra textualmente nos *Remedia Amoris*. Cf., todavia, no v. 131: *Temporis ars medicinae fere est*.

(2) Abrangi o Céu e a Terra apenas com a Matemática e a Filosofia.

(3) « Advirto todos os Gramáticos e Retóricos ». — Parece ler-se ainda MARC EPIST. 57.

(4) A música deleita e seduz.

sala, em altura proporcionada, está, num painel com molduras douradas, o retrato do sr. D. João V, collocado dentro d'um cortinado, imitando brocado d'ouro com flores bordadas, com as sanefas douradas inteiramente, e com seis



*Retrato de D. João V
com uma inscrição latina*

(Cl. A. Hipólito)

anjos, trez de cada lado, nos apanhados das cortinas; e tendo por cima as armas reaes, tambem em ponto grande, e sustentadas por quatro anjos, dois d'estes com trombetas, e com emblemas de Minerva, a esphera e o mocho, cada um de seu lado, desenrolados; e por baixo do retrato, vários tropheos de guerra: tudo feito com tal arte, riqueza e mimo, que constitue um verdadeiro primor d'esculptura e de pintura.» (1)

Luis Xavier da Costa, num dos seus trabalhos, refere-se ao retrato a óleo, em corpo inteiro, de D. João V, considerando-o

(1) Florêncio Feio, obr. cit., pág. 27.

pomposo (1). Na base desta tela encontra-se uma inscrição latina (2):

REGIA, QUAM CERNIS, SPECULUM TIBI PRÆSTAT IMAGO:
 IN SPECULO TOTUM, QVOD CAPIT AVLA, VIDES.
 QVÆQVE AVGVSTA PATENT, IOANNES ORDINE QVINTVS
 CONDITIT, ÆTERNVM PRINCIPE VIVAT OPVS.



Emblema de Teologia e escudo de armas assente sôbre a moldura do retrato de D. João V

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

(1) Luís Xavier da Costa (*As Bellas artes plásticas em Portugal durante o século XVIII*, pág. 80) escreve: « Manuel Piolti e José Carlos Binhetti, também pintores retratistas, ao segundo dos quais, tradutor em português das *Regras das cinco ordens de arquitectura* de Vignola, publicadas em 1787, é atribuído o pomposo retrato a óleo de el-rei Dom João V que orna a Biblioteca da Universidade na lusa Atenas ».

(2) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 21.

A legenda pode ser assim traduzida (1):

Neste regio retrato, como em 'spelho,
Vêdes quanto este paço comprehende.
Tudo o que majestoso aqui se ostenta,
Feito é de João Quinto. Eterna seja,
Como o nome dõ príncipe, a obra sua.

A tela deve-se a José Carlos Binheti ou Binetti, célebre pintor lisbonense, mas oriundo de Itália (2).

Os emblemas, do campo dos escudos, em madeira dourada, são alusivos não só às Faculdades maiores da época: Teologia, Cânones, Leis e Medicina, como também ao ensino de Matemática e Retórica.

Na primeira sala, junto ao portal:

Medicina (3), — representada pela borla doutoral, apoiada sôbre livros, uma cegonha tendo uma serpente suspensa pelo bico, e um caduceu.

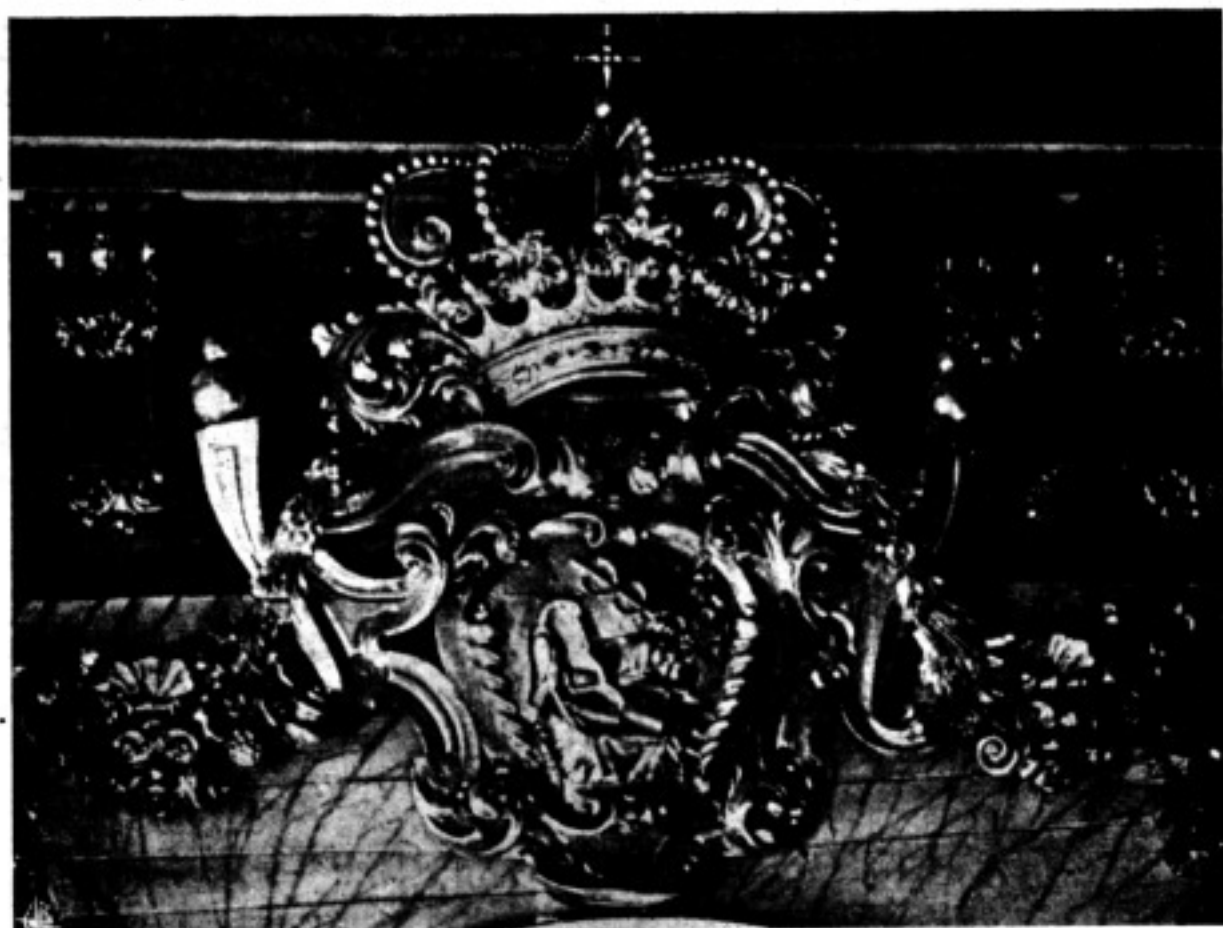
Matemática (4), — mão empunhando um compasso, com as pontas apoiadas num globo assente sôbre livros fechados.

(1) Borges de Figueiredo, obr. cit., pág. 177.

(2) Simões de Castro, *Guia*, obr. cit., pág. 199.

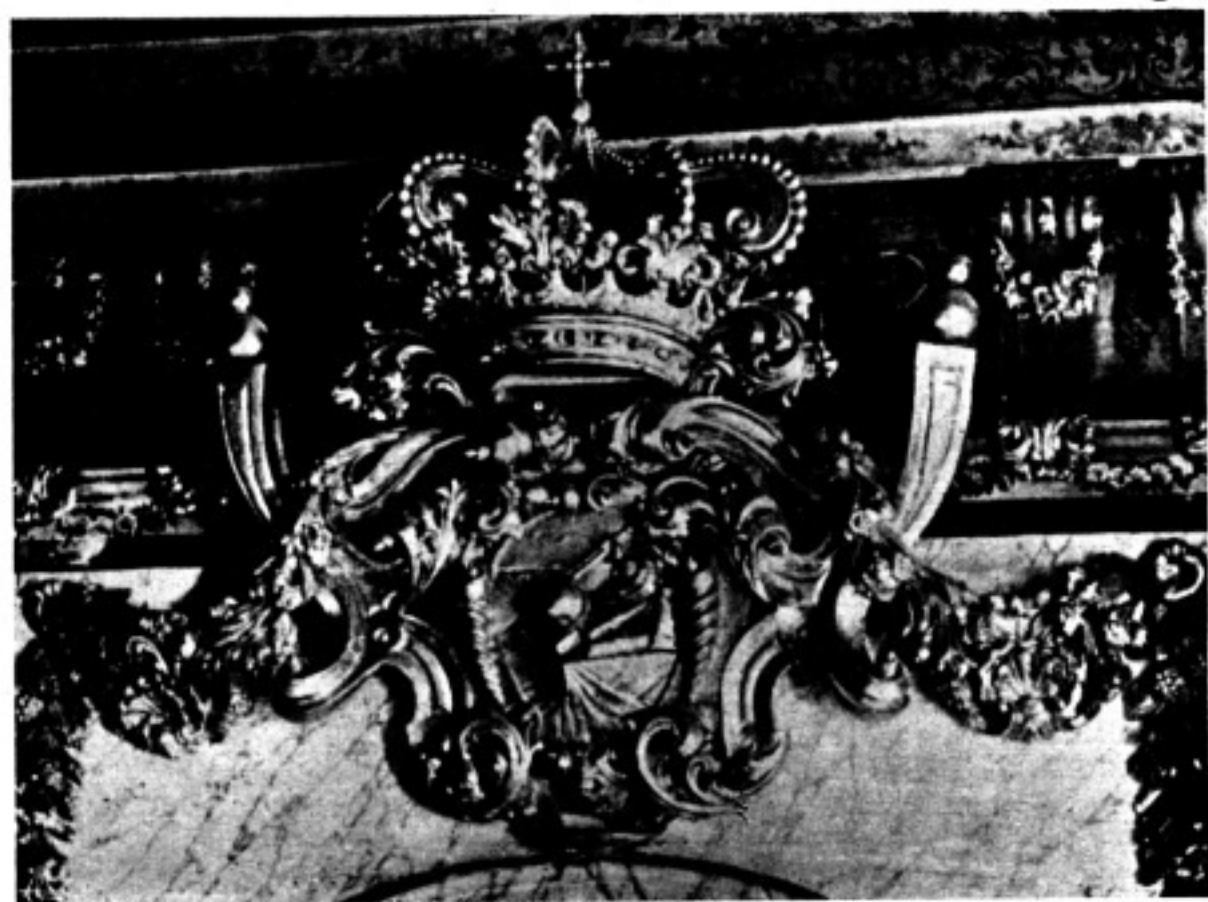
(3) Prof. Alberto Pessoa — *Emblèmes et figuration de la médecine à l'Université de Coimbra*, in *III Congrès International d'histoire des Sciences*, pág. 249.

(4) Devem ser os emblemas de Matemática e Retórica por analogia com a portada dos chamados *oitavos Estatutos* ou *Estatutos velhos* (Dr. António de Vasconcelos — *Escritos Vários*, pág. 124) confirmados por D. João IV, em 15 de Outubro de 1653, impressos em Coimbra em 1654 e em vigor até à Reforma do Marquês (1772).



Emblema de Medicina (Sala 1)

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

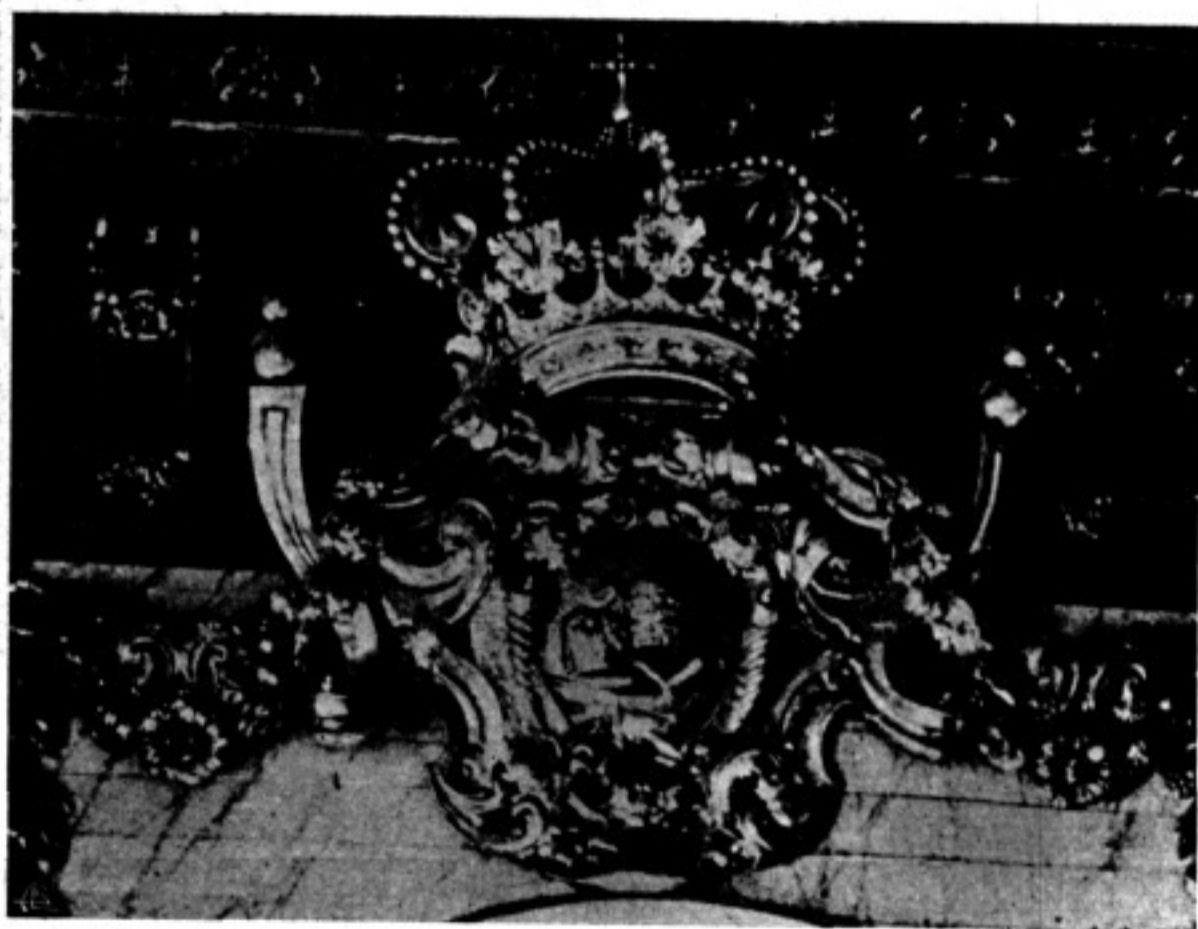


Emblema de Matemática (Sala n.º 1)

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

Na segunda sala, encontram-se alegorias a:

Cânones, — uma borla e uma tiara apoiadas respectivamente sôbre livros fechados, e livros abertos, com as competentes chaves.



Emblema' de Cânones (Sala 2)

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

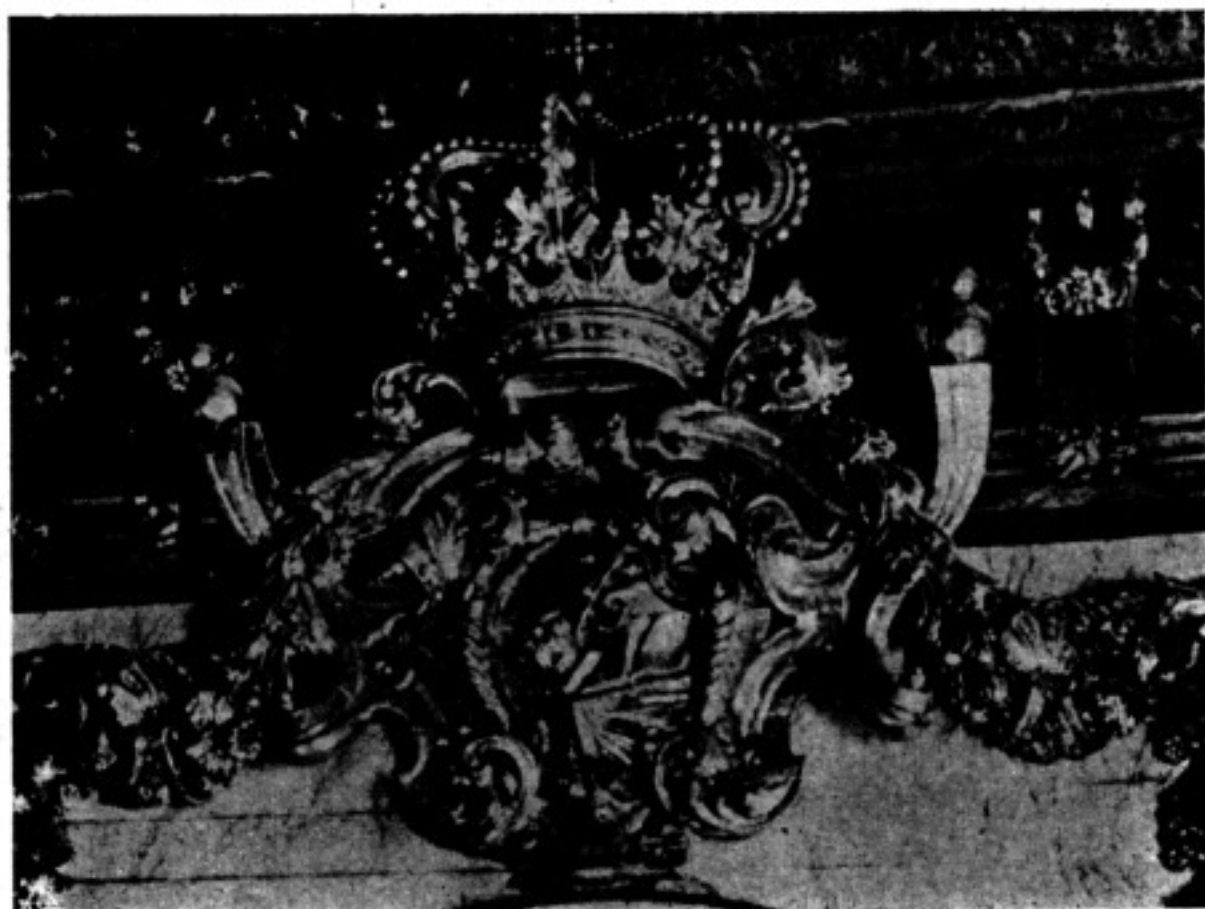
Leis, — uma borla sôbre livros, e espada empunhada.

Na sala onde se encontra a efigie do monarca, vêem-se os emblemas de:

Teologia, — uma borla sôbre livros, uma cruz, com o sol irradiando a meio, e Evangelhos; e

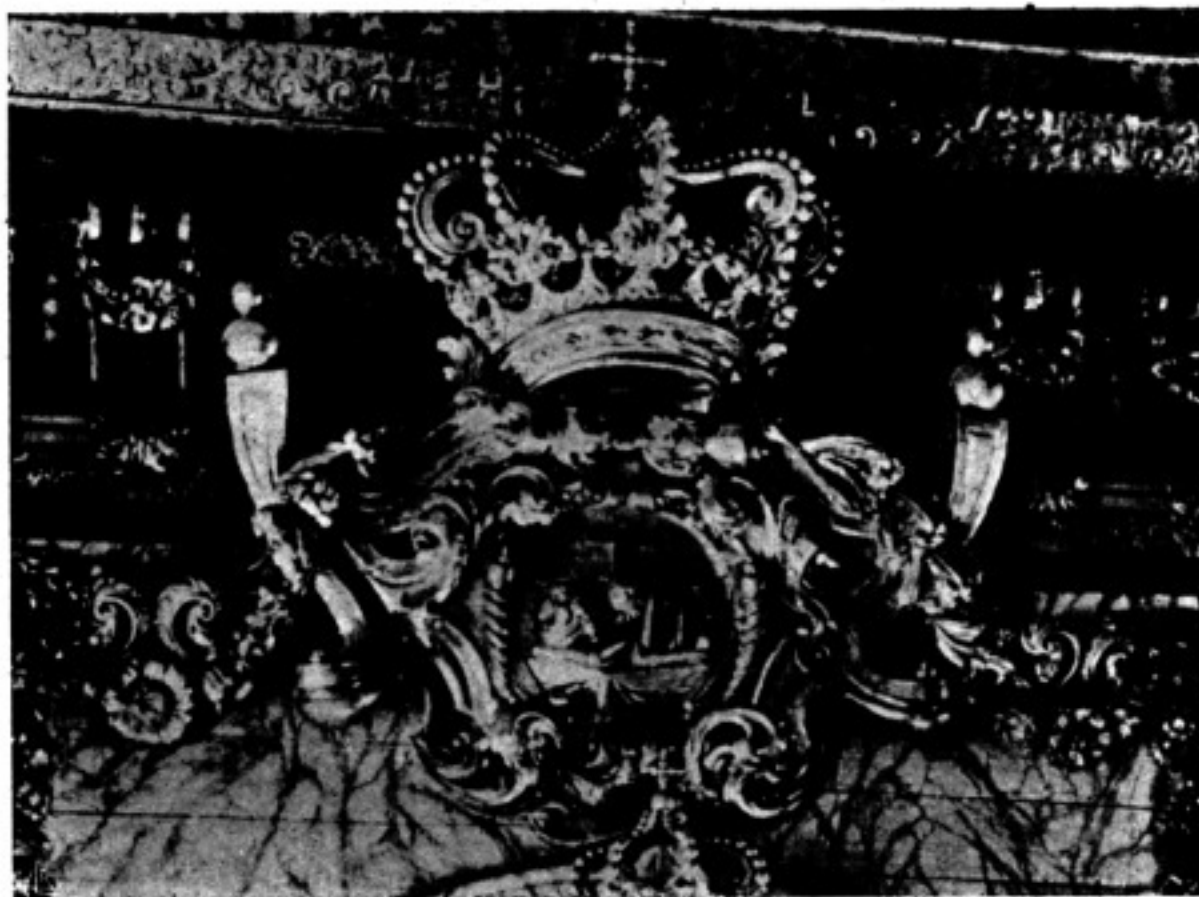
Retórica (Artes), — uma borla, sôbre livros fechados, e um caduceu empunhado, sôbre livros abertos.

Cada uma das salas é decorada com duas mesas, de madeiras preciosas (4 de ébano e 2 em gandarú) com belas talhas e embutidos e ornatos de petiá. Em redor das



Emblema de Leis (Sala 2)

(Cl. Dr. Albertino de Barros)



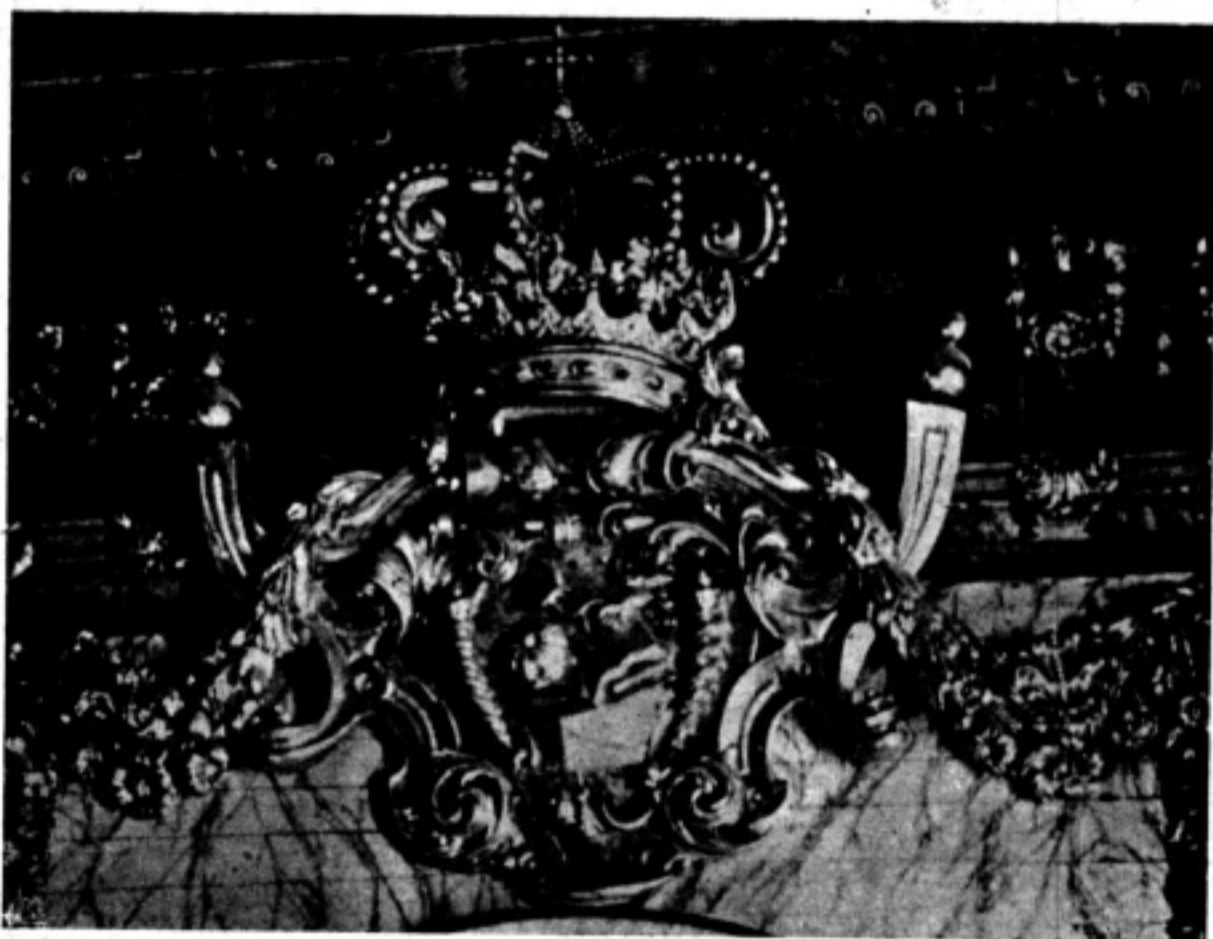
Emblema de Teologia (Sala 3)

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

mesas existem bancos ⁽¹⁾ de pau santo ⁽²⁾ destinados, antigamente ao comum dos leitores. -

Para sua comodidade, e dado que era a sede da antiga sala de leitura, as mesas estavam providas de pequenas estantes, em pau preto.

O montante das despesas ⁽³⁾ primitivas da imponente



Emblema de Retórica (Sala 3)

(Cl. Dr. Albertino de Barros)

(1) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 482.

(2) Os bancos de pau santo para os gabinetes foram pagos em 20 de Junho de 1816 (3.º livro de registo de fôlhas correntes de obras, pág. 73 verso).

(3) No *Anuário da Universidade*, 1877-78, pág. 255; e em Florêncio Foyo, obr. cit., pág. 36, discriminam-se assim, essas despesas:

Obras de alvenaria e cantaria, 55.915\$714; pintura dos tetos e cimalkas, 1.902\$100; pintura das estantes, varandas, etc., 4.245\$400; custo das seis mesas, 4.410\$115; letreiros de latão das portas, 28\$800; retrato de D. João V, 120\$000. Total: 66.622\$129.

Biblioteca da Universidade de Coimbra, atingiu cerca de 67 contos.

O número de volumes da Biblioteca Geral da Universidade (*depósito legal obrigatório*) deve orçar por cerca de 500.000 (1), ou talvez 700.000, segundo as previsões actuais. São apreciáveis as ofertas de publicações estrangeiras, sobretudo dissertações defendidas nas Universidades francesas. Recebe, também, teses, etc., das Universidades alemãs, e, em menor escala, inglesas e americanas; e algumas publicações das Academias Italianas, etc.

Nos reservados (2) existem uns 8.000 folhetos de cordel; vilancicos (3); 3.000 manuscritos (4); apostilas escolares, dos sécs. XVI a XVIII, manuscritos e impressos musicais (5), etc.

(1) A. Madahil, *Enciclopédia*, etc.

(2) *Boletim da Biblioteca da Universidade*, vol. XII, pág. 166; idem, vol. XIV, pág. 233; XI, pág. I.

(3) Prof. Mendes dos Remédios, in *Estudos*, ano II (1923-24), n.º 13 a 15, insere um estudo sobre os vilancicos da Biblioteca; bem como:

Ernesto Donato, *Boletim da Biblioteca da Universidade*, vol. IX.

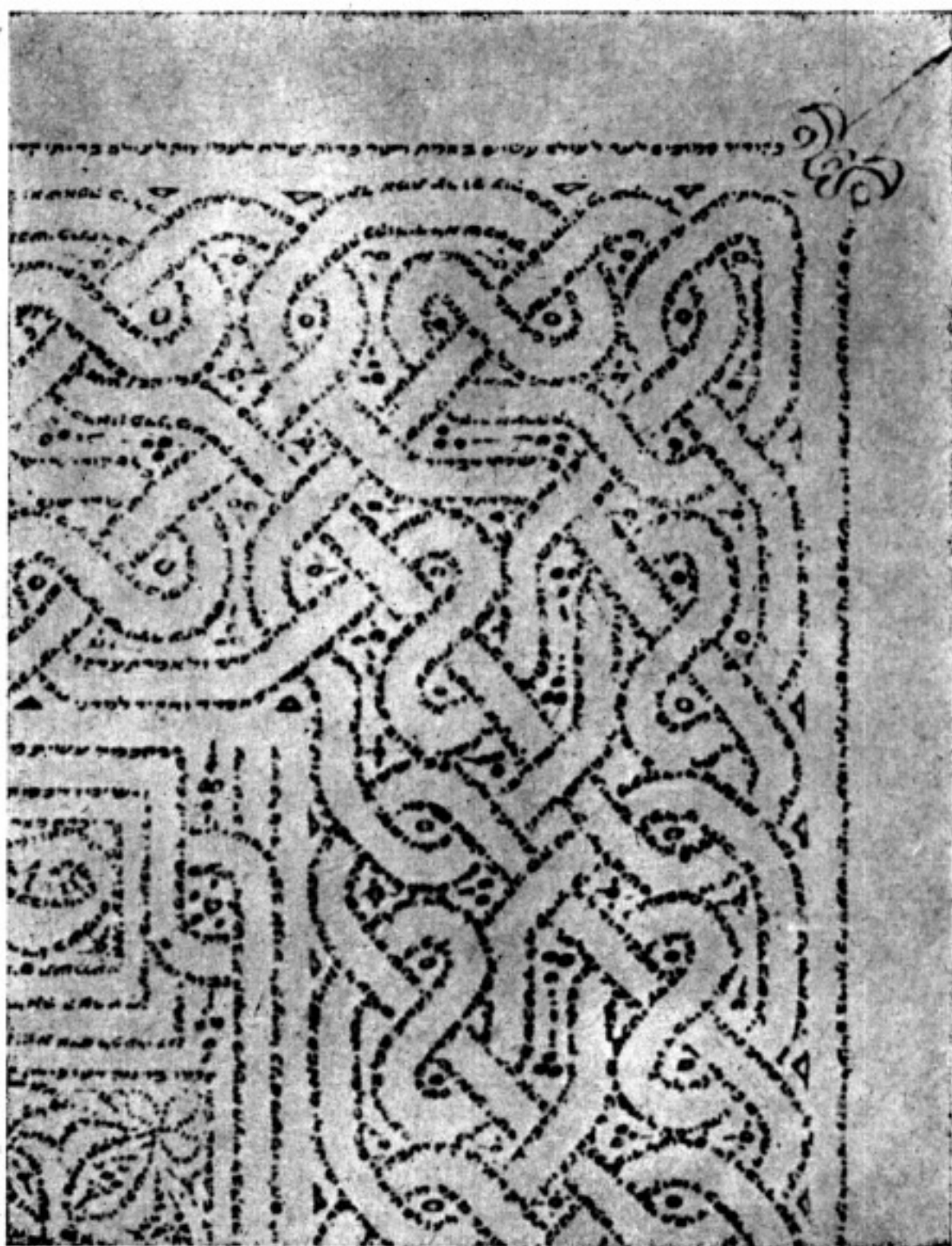
(4) Existe um valioso « *Catálogo dos manuscritos da restauração da Biblioteca da Universidade de Coimbra* », organizado por António Augusto Ferreira da Cruz e prefaciado pelo Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida.

— Curioso o « *Livro 2.º do Registo das Cartas dos Governadores das Armas, 1653-1657* » publicação do Prof. Doutor M. Lopes de Almeida e Dr. César Pegado.

(5) Os manuscritos VI e XII foram estudados por Mário Sampaio Ribeiro; intitula-se a obra: *Os manuscritos Musicais n.º 6 e 12 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* (contribuição para um catálogo definitivo).

— *Inventário dos inéditos e impressos musicais* (Subsídios para um catálogo) prefaciado por Santiago Kastner.

Possui cimélios (5) de grande valia: incunábulos, pergaminhos, etc. Em muitas das raridades bibliográficas destacam-se excelentes iluminuras.



Pormenor de uma página da Bíblia Hebraica
(Cl. José dos Santos)

(5) No volume VII do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade* encontra-se um catálogo de cimélios, elaborado pelo Prof. Alves dos Santos e Ernesto Donato; e vol. X, pág. 155.

É impossível, no âmbito deste trabalho mencionar tôdas as preciosidades.

Destacaremos, dos *códices: Biblia hebraica*, do séc. XIII (?) notável pelos seus caracteres micrográficos (1).

O Dr. Bernardo de Serpa Pimentel (2) descreveu-a nos seguintes termos: « um precioso codice mui apuradamente escripto em pergaminho, contendo livros do antigo testamento hebraico e com os competentes signaes massoreticos e tendo á margem, e no alto e no fundo das paginas muitas notas em hebraico, e algumas em rabbino, em letra microscopica, disposta por tal arte que á vista desarmada se representam como mero ornato das paginas do livro. Contém este codice tambem nas quatro paginas que antecedem o contexto da biblia e em outras quatro no fim d'ella, e bem assim, em volta das suas columnas de texto do primeiro e do ultimo livro, breves sentenças e escolhidos excerptos dos proverbios e psalmos, mas tudo isto em letra microscopica, parecendo apenas lindos desenhos de brincados arabescos ».

Biblia latina do séc. XII com iniciais a verde, azul e vermelho; 5 *Biblias latinas* do séc. XIII, com iniciais miniaturadas, coloridas, sobressaindo nalgumas a finura do pergaminho e beleza dos caracteres e ornamentações; uma *Biblia latina* do séc. XIV, valiosa pela delicadeza dos

(1) Parece que tal preciosidade foi adquirida na Holanda pelo lente de Matemática (Hidráulica) Manuel Pedro de Melo (Florencio Feyo, obr. cit., pág. 78) e custou 700\$000 reis.

— O Prof. Mendes dos Remédios (*Archivo Bibliographico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. III, pág. 15) considerou-a *uma verdadeira preciosidade bibliographica*.

(2) *Livro de registos*, etc., pág. 59; e Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 483.



Livro de Horas de Nossa Senhora

(*Extr. do Boletim da Bibliotéca da Universidade de Coimbra*).

caracteres coloridos e elegância das iniciais; *In libro sententiarum* de Pedro Lombardo, séc. XIII (?), notável pela finura do pergaminho e beleza dos caracteres; *In omnes psalmos*, do mesmo autor, com interessantes iniciais miniaturadas; *Vita Patrum Heremitarum*, séc. XIII (?); *Commentario às obras de S. Agostinho*, séc. XIV; *Horas de Nossa Senhora*, séc. XV, com caracteres góticos, e lindíssimas miniaturas, coloridas a ouro (1); *Virgilius M. cum comment.*, séc. XV; *Chronica d'el Rei D. Affonso Henriques*, por Duarte Galvão, séc. XVI, magnífica pelas ricas iluminuras (2); *Foral da Vila de Almada*, séc. XVI, com iniciais e títulos coloridos, e na terceira fôlha, na portada, encontra-se uma iluminura ostentando, no alto, as armas de D. Manuel, ladeadas por duas esferas armilares e a data de 1506 (3); *Leituras de*

(1) Continha 14 iluminuras, restando somente 8.

— Existe uma descrição do Prof. Mendes dos Remédios, in *Archivo Bibliographico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. IV, pág. 105.

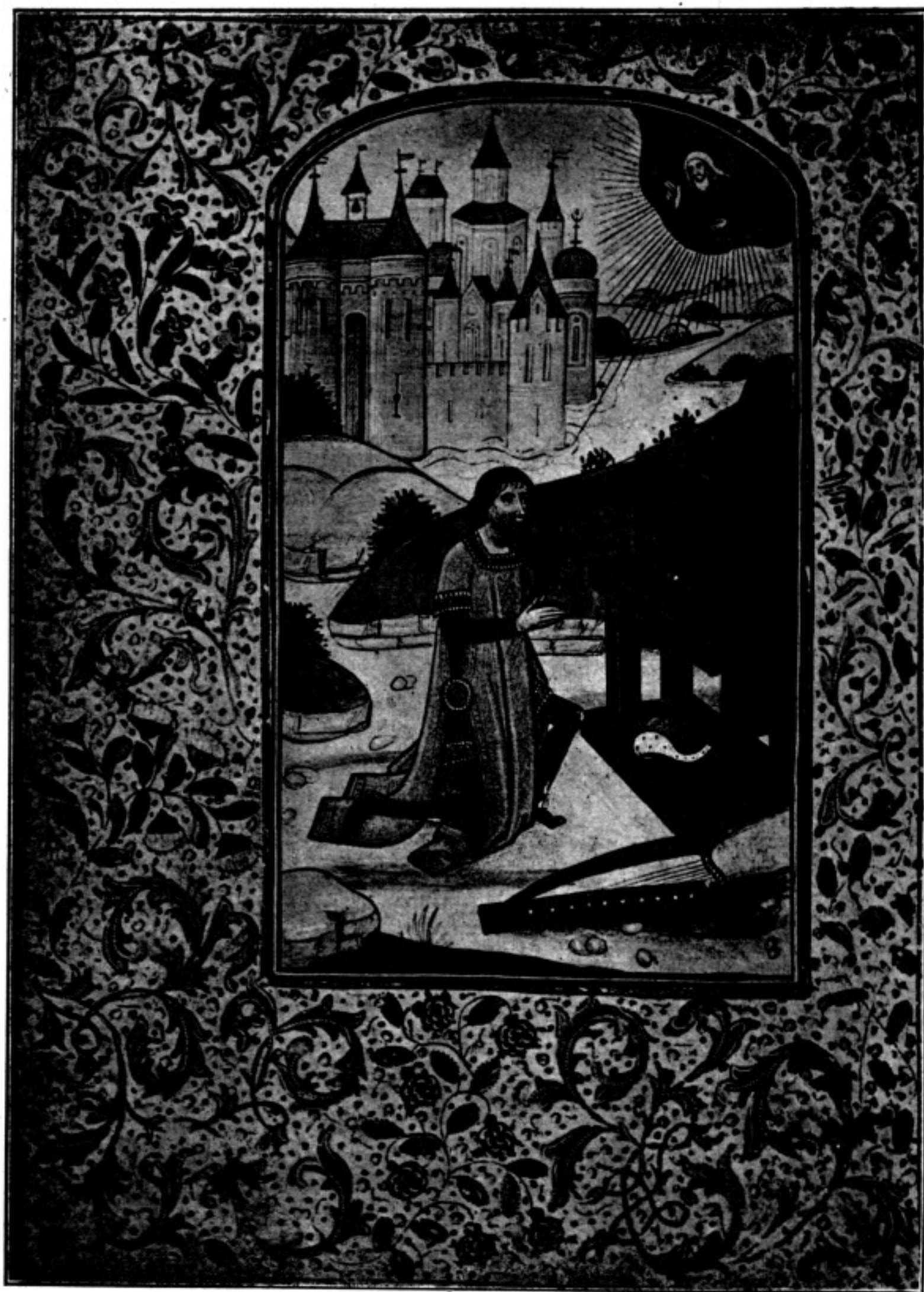
Queremos patentear, aqui, a nossa gratidão ao Prof. Doutor Damião Peres, ilustre director da Biblioteca da Universidade, pela cedência de diversas gravuras. E a este erudito Professor, ao Dr. César Pegado, primeiro Bibliotecário, e ao Dr. Almeida e Sousa a expressão bem sincera do nosso agradecimento pelas facilidades concedidas.

Aproveitamos o ensejo para testemunhar o nosso reconhecimento aos empregados da Biblioteca José Maria dos Santos e Francisco Carlos de Paiva pela valiosa colaboração prestada.

(2) As sete primeiras folhas em pergaminho, inumeradas, aludem à vida de Duarte Galvão, incluindo o retrato. Devem ter sido antepostas possivelmente nos sécs. XVIII ou XIX.

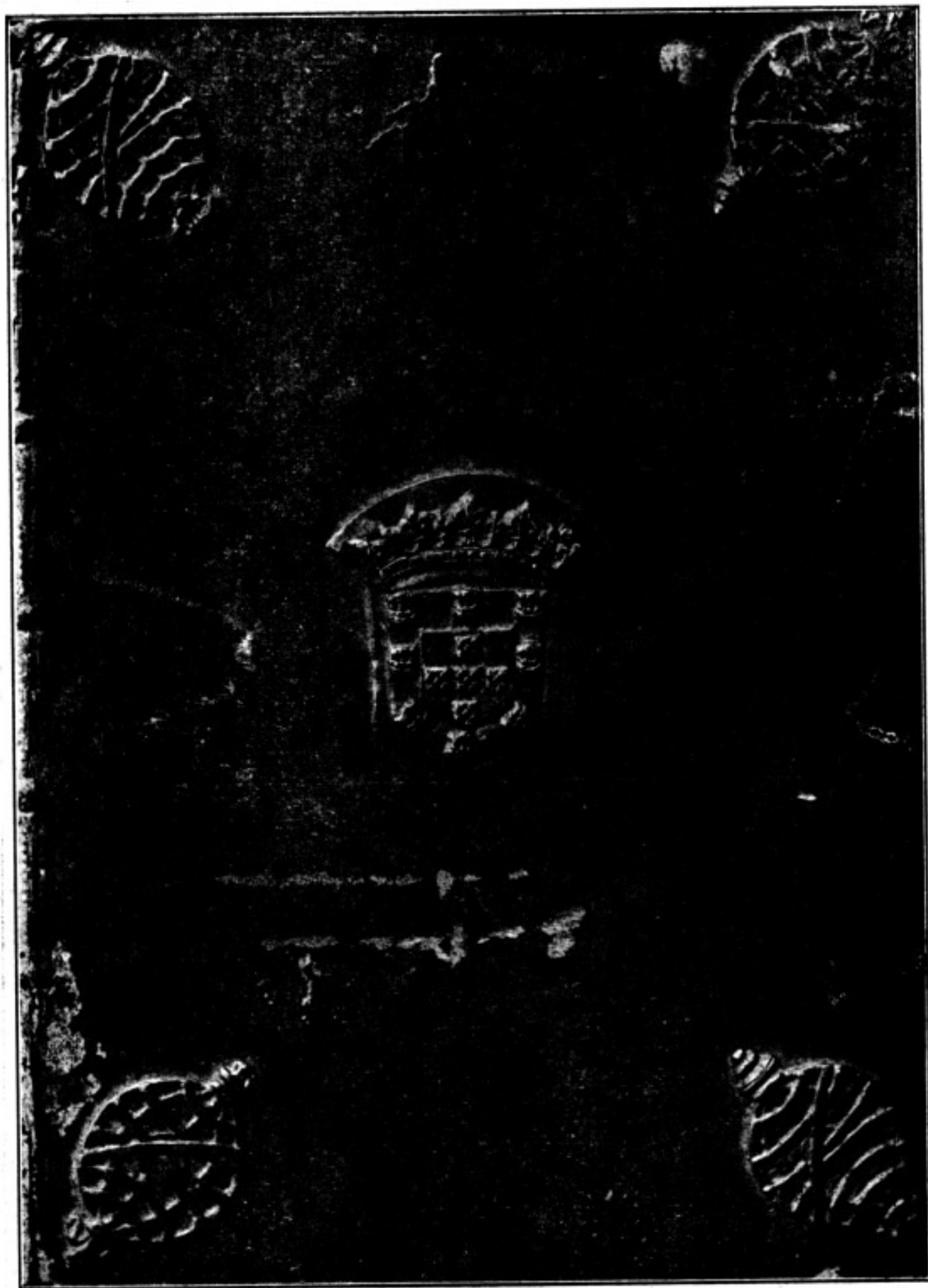
— Encontra-se descrita por Simões de Castro, in *Boletim Bibliographico*, obr. cit., vol. I, pág. 231.

(3) Citado pelo Prof. Caeiro da Mata, in *Boletim Bibliographico*, obr. cit., vol. II, pág. 81.



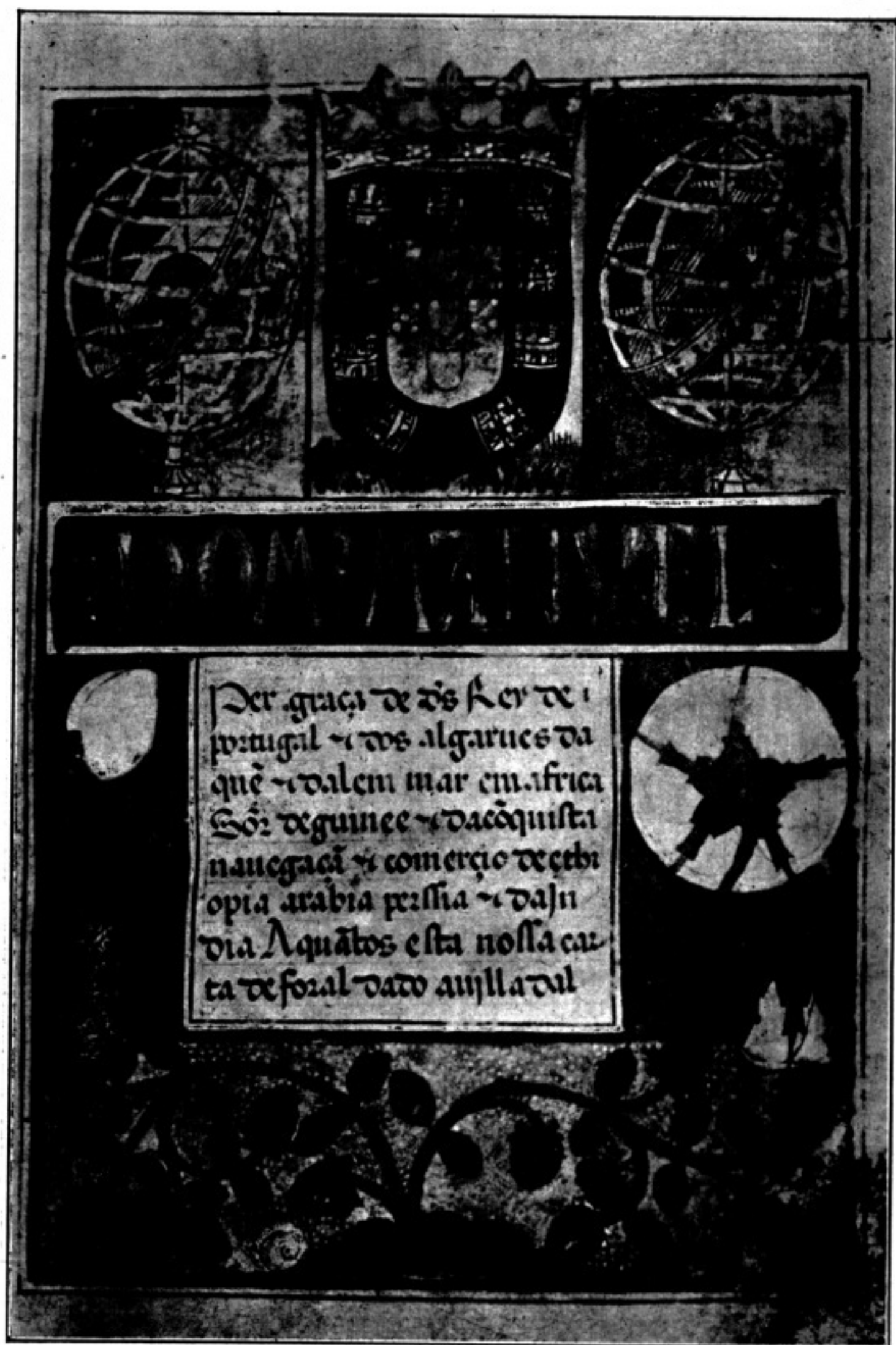
Livro de Horas de Nossa Senhora

(Extr. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*).



*Reprodução duma das capas do Foral d'Almada, ms. do século XVI,
existente na Biblioteca da Universidade
(Tamanho natural 268 × 200)*

(Extr. do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra).



Reprodução do frontispício do Foral d'Almada
 (Tamanho natural 183 × 153)

(Extr. do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra).

Domingos de S. Germano, sôbre os 31 livros das Decretais, séc. XVI, com iniciais coloridas e lindas iluminuras; *Leituras* do Dr. Imola sôbre as *Decretais* e sôbre as *Clementinas*, ambos do séc. XVI, com iniciais coloridas; *Leituras* de Francisco de Zabarello, cardial Florentino, sôbre as *Clementinas*, séc. XVI, com iniciais coloridas; *Livro vermelho do Senhor Rey D. Affonso V* ⁽¹⁾; *Estatutos do Real Colégio Pontifício de S. Pedro*, séc. XVII, com uma fôlha lindamente iluminada ⁽²⁾; *Statuta Sacri, nec non Regalis Collegii Divi Petri*, séc. XVII, apresentando a primeira fôlha ornamentada com um desenho colorido enquadrando o título, e encimada pelas armas pontificias; *Ritual para a administração do Baptismo*, com iniciais coloridas.

Dos seus 3.000 manuscritos ⁽³⁾, destacam-se ainda: *Historia de varios Reys de Castilla* por Afonso de Pare-

(1) Encontra-se transcrito em José Corrêa da Serra — *Collecção de livros ineditos de historia portuguesa dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II*, Tomo III, pág. 389.

— Foi fornecido em 13 de Setembro de 1939, pela livraria Moura Marques & Filho, custando 4.968\$00. Foi adquirido por indicação do Prof. Dr. Gonçalves Rodrigues.

(2) Êste exemplar está rubricado em cada fôlha pelo Cardial Decio Caraffa, Embaixador do Papa Clemente VIII, em 1606.

(3) Na collecção de manuscritos da Biblioteca da Universidade (Ms. 993, fls. 149 v.) existiu uma poesia de Duarte Sãde intitulada *Enigma « A universidade cõ o nosso collegio »*. Tal poesia foi sonogada, encontrando-se o seguinte resumo no respectivo « Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra », pág. 115:

« Estaua húa matrona reuerenda cõ hum bordaõ em a maõ diante della dous f^{as} hú de uerde outro de uermelho detras duas f^{as} húa com coroa. Da outra parte hú uelho honrrado cõ f^{as} detras desi e diante algús mançebos que se yaõ do uelho p^a a matrona. A matrona he a

des (1); *Manuscritos de D. Marcos da Cruz* (2); « *Tratado sobre a provincia d'antre Douro e Minho e suas avondanças, copilado por Mestre Antonio Fisiquo e çolorgiam morador na vila de Guimarães e natural della* » (3); *Manuscritos alusivos ao P.º Bartolomeu Lourenço de Gusmão* (4).

Das aquisições mais recentes devemos salientar:

Dez cartas do príncipe D. João (mais tarde D. Afonso VI) a Miguel Franzini, três do príncipe D. José, uma de António Domingos do Passo, outra de D. José António de Menezes, (endereçadas ao mesmo) e um autógrafo de Miguel Franzini (5);

Doze documentos dos séc. XVI e XVII (cartas do Cardial D. Henrique, Filipe II de Espanha, etc.) (6);

Cem peças manuscritas (7) da guerra peninsular (originais das proclamações de Wellington); cartas de D. Car-

universidade os f.º e f.º direito ciuil e canonico, medicina e theologia o uelho o collegio as f.º as scias que nelle se ensinaõ os mancebos estudantes que passaõ do collegio p.º a universidade. »

(1) Ms. n.º 726 — *Catálogo dos Manuscritos*, 1935, pág. 88.

— Descrito por Eugenio Fernández Almuja, *Boletim da Biblioteca*, obr. cit., vol. XII, pág. 149.

(2) Ms. n.º 632.

— Simões de Castro, *Boletim*, etc., vol. I, pág. 28.

(3) Prof. Dr. A. da Rocha Brito, *Boletim*, etc., vol. XII, pág. I.

(4) Dr. Augusto Filipe Simões, e *A invenção dos aerostatos reivindicados*, in *Boletim*, etc., vol. XII, pág. 138.

(5) *Catálogo de manuscritos* da Biblioteca da Universidade, Ms. 1511. (Primeira Parte). Adquiridos em 1 de Fevereiro de 1935 por 1.600\$00.

(6) *Catálogo de manuscritos*, obr. cit., Ms. 1511. (Segunda Parte). Adquiridos em 1 de Agosto de 1935 por 3.610\$00.

(7) Pagamento em 30 de Setembro de 1938 por 1.000\$00.

los II, de Inglaterra, para D. Catarina de Bragança e D. Luiza de Gusmão (1);

Annua De Japão de Jan.º de 1619 (2), por Cristóvão Ferreira; *Annua de Japam do anno de 1621* (3), Jerónimo Roiz Junior.

Na capa da crónica de D. Pedro de Menezes (manuscrito n.º 439 do catálogo de Monsenhor Hasse) encontra-se o super-libris (4) da casa dos Távoras, considerado « a mais rara marca bibliográfica portuguesa ».

É curiosa uma colecção de 29 *Tavoas* (5), sendo 14 de Goa-a-Velha até Dio, do Roteiro de Goa a Dio, de D. João de Castro (1538-39), e as restantes 15 de Çacotorá até Soez (1541).

(1) Adquiridas em 1939, na Direcção do Prof. Providência e Costa, pagas em 21 de Março (4.270\$00) e 16 de Julho (4.271\$60) ao livreiro Moura Marques e Filho.

Promoveu a aquisição o Prof. Gonçalves Rodrigues.

(2) Adquirido na direcção do Prof. Dr. Damião Peres, em 25 de Fevereiro de 1942, por 1.500\$00.

(3) Aquisição do Prof. Dr. Damião Peres, em 10 de Março de 1941, por 2.500\$00.

(4) Descrito por A. da Rocha Madahil sobre o aludido título, no *Arquivo Nacional de ex-libris*, vol. 1, pág. 212.

(5) Nas primeiras fôlhas falta a Tavoas de Goa-a-Nova; nas 15 restantes a de Adem.

Existiu também um exemplar do Roteiro da Carreira da Índia, tratado que escreveu Vicente Roiz, e acrescentado por Gaspar Ferreira Reimão (Roteiro da Carreira da India co' seus caminhos & derrotas signais & auguagés & diferenças dâgulha tirado dos q' escreveu Vicentt Roiz e Diogo af pillotos antigos, gora nouamente acrescentado á Viage' de Goa, pordentro de S. Lc.º e moçanbiq̃, e outras cousas, e aduirtenças por Gaspar Fr.ª Reimão, pelloto moor destes

A colecção de obras impressas é valiosa. Podem citar-se como incunábulos primorosos do séc. xv: *Biblia*



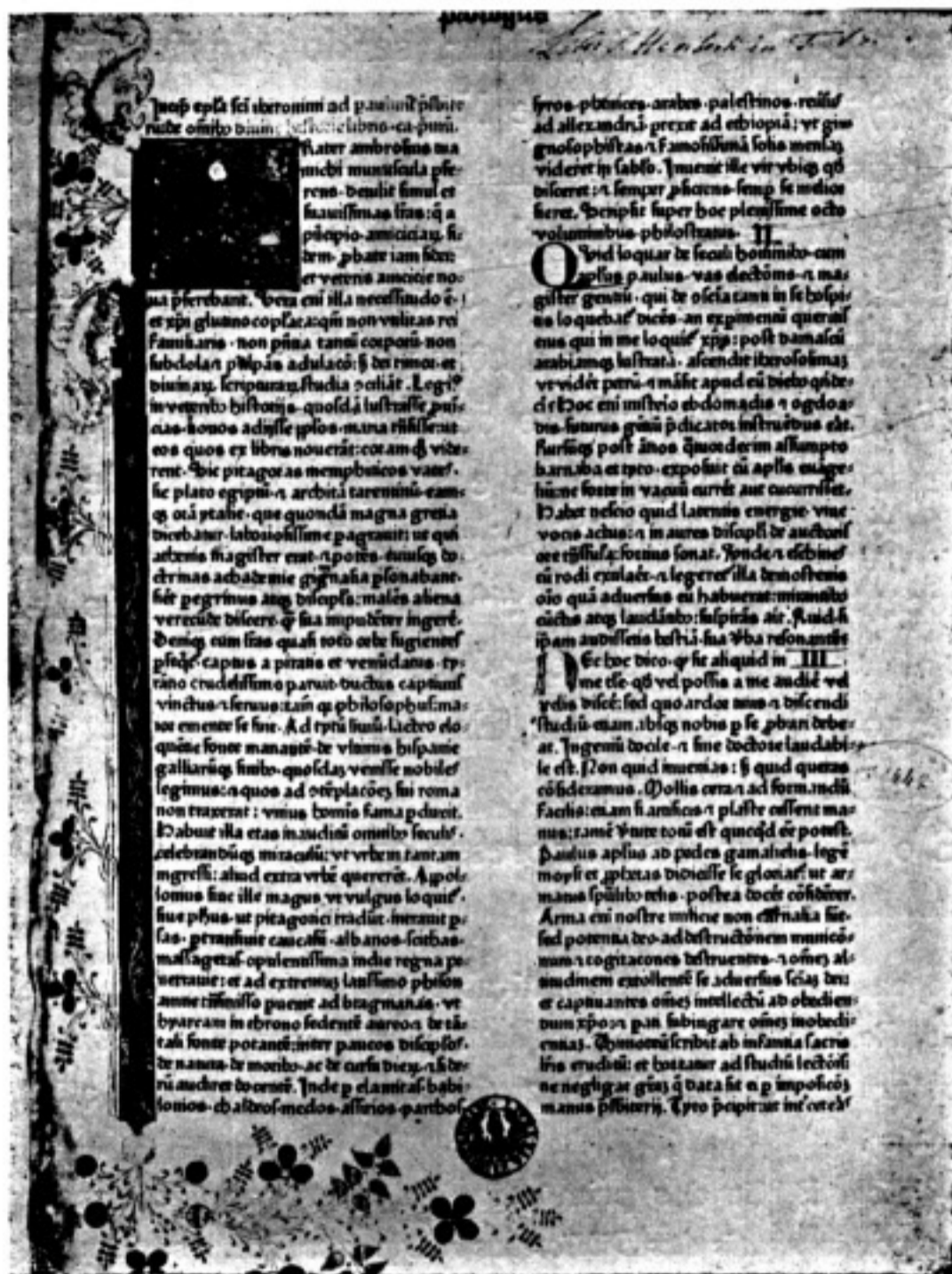
*Super-libris da casa dos Távoras
existente na capa da crónica de D. Pedro de Menezes*

(Cl. José dos Santos)

Reynos de Portugal por elRey Nosso snnõr). Continha diversos mapas manuscritos, em pergaminho dourado e colorido, com iluminuras alusivas às nossas províncias ultramarinas.

Segundo, Luís de Castro (in « Catálogo de Manuscritos », — códice 136, pág. 147), Simões de Castro apensou ao antigo catá-

latina, de Mogúncia, 1462, de caracteres góticos, impressa a duas colunas, de 48 linhas cada uma. Por isso, esta



Primeira página da Bíblia Latina (Mogúncia)

(Cl. José dos Santos)

logo manuscrito uma nota salientando a sua falta, — desde 2 de Novembro de 1892.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontra-se um exemplar com algumas razuras no frontispício, adquirido à Família Andrade Corvo em Agosto de 1898.

O Prof. Fontoura da Costa, apresenta um estudo sobre este

célebre bíblia é chamada das 48 linhas. As primeiras iniciais grandes dos volumes 1 e 2 são iluminadas, apresentando também pequenas iniciais coloridas. Saiu das oficinas de Fust e Schoiffher, sendo a primeira Bíblia datada (1); *Bíblia latina* de Nuremberg, 1470, com caracteres góticos, e 38 linhas nas colunas maiores — pequenas iniciais a vermelho e azul, grandes iniciais iluminadas, títulos correntes igualmente coloridos, e algumas páginas lindamente ornamentadas a côres e ouro (2).

Vita Christi. — Ludolfo de Saxonia. No fim: « E foy empresso em a muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa,... Em no anno do nascimento do dito salvador de mil quatrocentos e noventa e cinco. A. Hüij dias do mes de mayo ». 4 vols. Caracteres góticos. Impressão a duas colunas de 50 linhas cada uma. Encadernação em couro, muito deteriorada.

É o primeiro livro impresso em Portugal? (3)

Roteiro, nas Edições Comemorativas dos Centenários (Gaspar Ferreira Reimão, *Roteiro*, etc. — Edição da *Agência Geral das Colônias*, 1940, e Fontoura da Costa, « Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700 », pág. 59-61).

(1) Esta Bíblia dos primórdios da arte tipográfica, encontra-se descrita por in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. 1, série II, págs. 54, 90 e 192.

— Foi adquirida em 25 de Maio de 1796, custando 680\$000 réis.

(2) Existe também uma edição de 1478.

(3) Inocêncio Francisco da Silva, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. 1, pág. 369), referindo-se a um ilustre escritor que considera a *Vita Christi* dos primeiros tempos da tipografia, escreve: « é, e será sempre prova inconcussa e permanente de que Portugal possuía em 1495 em toda a perfeição possível esse invento maravilhoso, que devia conduzir a Europa a passos agigantados pela estrada da civilização e do progresso. »

Obra de grande raridade (1), considerada a mais antiga das impressas em Portugal. A tradução portuguesa dêste incunábulo valioso (2) de Ludolpho de Saxonia deve-se a fr. Bernardo de Alcobaça e foi encomendada pela infanta D. Isabel, mulher do infante D. Pedro, duque de Coimbra (3).

Embora concluída no primeiro quartel do séc. xv só se imprimiu no ano de 1495 ou mesmo 1496 (4), nas oficinas de Nicolau Saxonia e Valentim de Moravia, (5) em Lisboa. Utilizou-se o tipo mais grosso, até então usado entre nós (6).

A ilustração dêste precioso exemplar mereceu um estudo do Prof. Ernesto Soares (7):

« São bons espécimes da ilustração das obras portuguesas nos primeiros séculos da tipografia: uma *Vita Christi*, impressa em 1495, por Valentim Fernandes, onde o delineamento do assunto de carácter religioso e a sua

(1) Simões de Castro, *Boletim Bibliográfico*, etc., vol. 1, pág. 473-481.

— D. Manuel II, Catálogo dos *Livros antigos Portugueses*, dos séc. xv e xvi (1479-1600) da «Bibliotheca de Sua Magestade Fidelíssima, descriptos por M. El Rei D. Manuel» (em 3 volumes, Cambridge, 1932), vol. 1, pág. 45. Apenso ao primeiro volume da Biblioteca da Universidade, encontra-se uma carta, de um livreiro Londrino, informando que tal exemplar fôra rubricado horas antes da morte do ex-monarca.

(2) Conrado Haebler, *Tipografia Ibérica del Siglo xv*, pág. 72, e fl. LXXV e LXXVI.

(3) Vilhena Barbosa, *Estudos históricos e archeologicos*, pág. 115.

(4) Conrado Haebler, *Bibliografia Ibérica del Siglo xv*, pág. 176.

(5) A quem foi concedido o título de escudeiro da casa real (Norberto de Araujo e Artur Pereira, *Aspectos da Tipografia em Portugal*, pág. 13).

(6) Idem, pág. 16. No *Almanaque* de 3 de Agosto, o tipo mais meúdo.

(7) *História da Gravura Artística em Portugal*, vol. 1 pág. 9.

execução são tratados com todo o esmêro pelo debuxador e pelo abridor; a cena do Calvário tem qualquer coisa de belo que sobreleva as mais formosas estampas da *Ars moriendi* de Syber ou as do missal de Dupré; caracteriza-as a firmeza do traço, a flexibilidade e macieza das complicadas roupagens das figuras da Virgem e do Apóstolo e até a fidelidade anatómica do Crucificado; a dôr e a resignação estão perfeitamente interpretadas nas expressões fisiológicas da Mãe e do Filho; esta mesma gravura foi mais tarde aproveitada para o Missal Bracarense de 1498;»

Da colecção de mais de duzentos incunábulo, citaremos ainda:

Missale ad Sacrosancte Romane ecclesie usum a varijs mendis quibus scarebat emendatū...; Epistolas, de S. Jerónimo, Mogúncia, 1470; *Secretum*, de Gratianis, Basileia, 1476; *Elucidarium christianarum religionum, Regula S. Augustini e Eusebius Conradus*, de 1481; *Incipit anathomia*, 1482, *Elementos de Euclides*, Veneza, 1482; *De re militari*, de Valturius, Verona 1483; *Breviarium Decretalibus*, de Paulo Florentino, 1484; *Constituciones de Cataluña*, Barcelona, 1485; *Libro de los Santos Angeles*, de Ximenez, Burgos, 1490; *Registrum huius operis libri chronicarum cum figuris et imaginibus ab initio mundi*, Hartman Schedel, 1493, apresenta iniciais a vermelho, caracteres góticos, e numerosissimas gravuras de Wohlgemüth — incunábulo conhecido por crónica de Nurembergue (1).

Cronica de España abreviada, de Diego de Valera, Salamanca 1493; *Speculum morale* (1493), *Speculum naturale*, *Speculum historiale*, *Speculum doctrinale* de S. Vicente de Beauvais (1494); *Catholicon*, de Janua (1495); *Biblia*

(1) Existem 4 exemplares, sendo um com gravuras coloridas.

Sacra, com caracteres góticos (1497); *Décadas*, de Tito Lívio, Salamanca, 1498; *Expositio Ugonis senensis super primo canonis avicenne cum questionibus eiusdem*, 1498; *Legenda Sanctorum*, de Jacobus Voragine (1), etc.

Possui inúmeras obras impressas do século XVI (2); citaremos: *Epistolae e Opera*, de Cataldus Siculus, 1500 (3); *Consilia domini Joanis*, Imola, Veneza, 1502; *Os artigos das sysas*, impr. por Gusmão de Campos em 1512; *Ordenações manuelinas*, 1514 (4).

Egidius urinis pulsibus, 1514 (?); *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Rezende, edição princeps, 1516 (5); *Constituições do Bispado de Coimbra*, por D. Jorge de Almeida, Braga, 1521 (6) caracteres góticos, impressão a duas colunas

(1) Jacques Charles Brunet, *Manuel du Libraire*, Tom. 5.º, pág. 1366.

(2) Muitas das publicações portuguesas encontram-se citadas no trabalho de António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no séc. XVI*. Neste volume inserem-se valiosos elementos sobre bibliografia. No catálogo dos livros antigos portugueses da Biblioteca de D. Manuel igualmente se reúnem elementos preciosíssimos.

(3) Conrado Haebler, *Bibliographia*, pág. 60; Guido Battelli, in *O Instituto*, vol. LXXIX, pág.

(4) Encontram-se referências em *O Conimbricense* n.º 2.477 de 1870; na obra já referida de D. Manuel II (vol. 1, pág. 253), etc.

— As edições de 1514, 1521, 1539 e 1565 foram impressas respectivamente em: *Lisboa*, João Pedro Bonhomini de Cremona — citadas por D. Manuel II, obr. cit., vol. 1, pág. 253; *Évora e Lisboa*, Jacob Cronberguer, Idem, pág. 393; *Sevilha*, João Cronberg, Idem, pág. 601; *Lisboa*, Manoel João, Idem, vol. II, pág. 740.

(5) Impresso por Hermão de Campos.

— D. Manuel, obr. cit., vol. 1, pág. 323.

(6) Impressas por Pedro Gonçalves Alcoforado.



Reprodução, algum tanto reduzida, do frontispício das Constituições do bispado de Coimbra, impressas em Braga no ano de 1521

(Extr. do *Boletim da Biblioteca da Universidade*).

de quarenta e seis linhas, e iniciais gravadas; *Ordenação da Ordem do Juizo*, Lisboa 1526 (1); *Constituições de D. Miguel da Silva*, bispo de Viseu, 1527; *Bucolicas e Georgicas*, Vergilio (1529?); *Breviarium secundum usum insignis monasteri Sanctae Crucis colimbriensis*, etc., Coimbra, 1531 (2), com caracteres góticos pretos e vermelhos, copiosas gravuras, representando santos e motivos da História Sagrada; *Tractatus singularis de Iure primogeniture vel Maioricatus*, Joan Le Cirier, 1531; *Contēptus mūdi*, Lisboa 1542 (3); *Officia ordinis Cisterciensis*, etc., António Castanheira, Lisboa, 1544 (4); *Incipit Officiū Angeli custodis regni ciuitatis vellois secundū usum cisterciensis ordinis* (5); *Commento en romano a manera de repeticion latina y scholastica de Iuristas, sobre el capitulo Quando*, etc., do Dr. Martin de Azpilcueta Navarro, Coimbra, 1545 (6); *Breviario Bracarense*, Braga, 1549 (7); *Asia*, João de Barros, Lisboa, 1552-1533 (8); *Hystoria de Menina e Moça*, Bernardin Ribeyro,

(1) Impressas por Germão Galhardo. Adquiridas em 27 de Outubro de 1936, conjuntamente com as ordenações manuelinas de 1521, por 850\$00.

— D. Manuel, obr. cit., vol. I, pág. 417.

(2) Impresso em Coimbra, por Germão Galhardo. Um dos primeiros livros, senão o primeiro, impresso por Germão Galhardo.

(3) Impresso por Germão Galhardo.

(4) Idem.

(5) Idem.

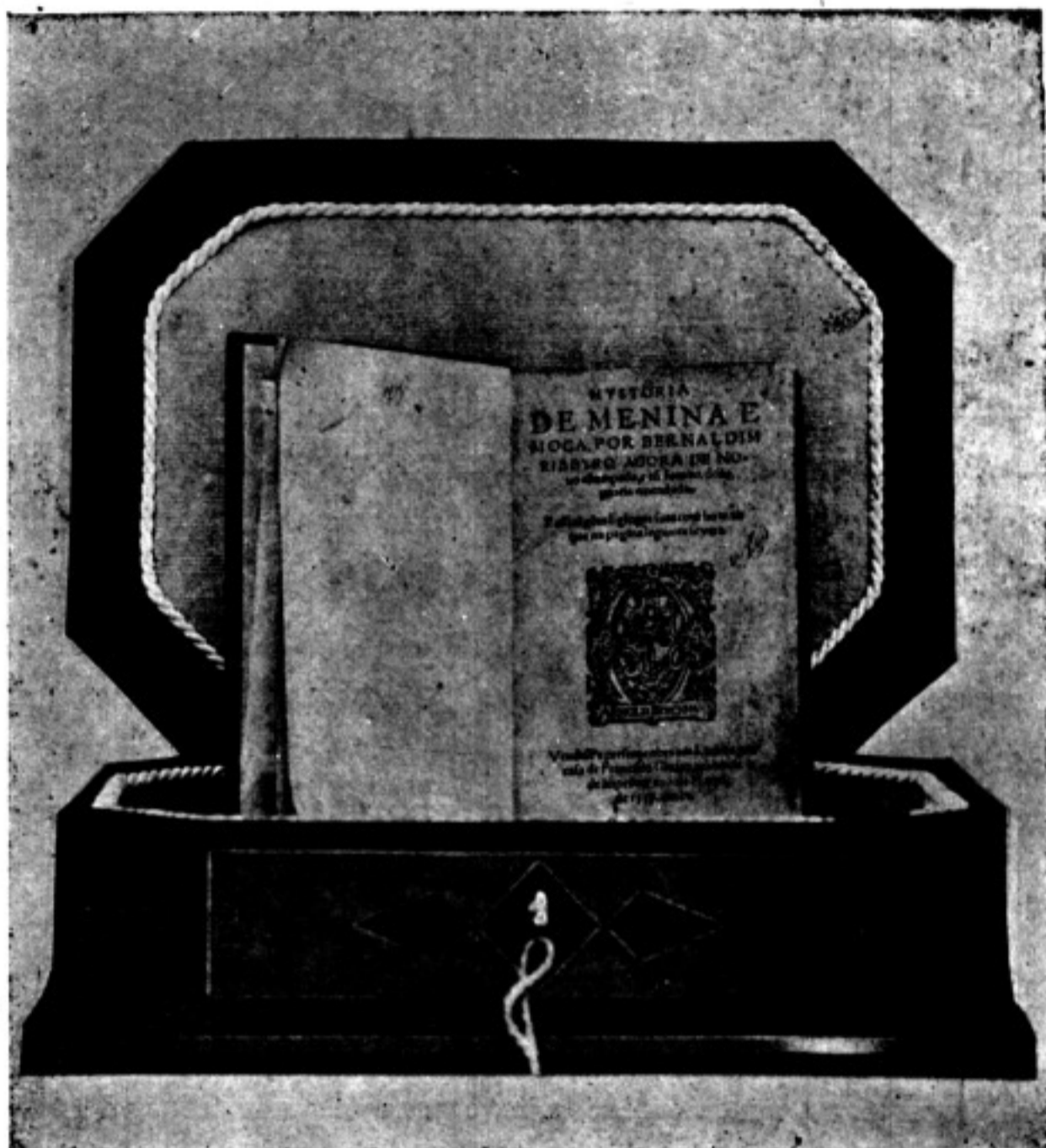
(6) Impresso por João de Barreira.

— Descrito por Teixeira de Carvalho, in *Boletim Bibliográfico*, obr. cit., vol. II, pág. 110; Sousa Viterbo, in *O Instituto*, vol. XLI, pág. 249; D. Manuel, obr. cit., vol. II, pág. 206.

(7) Impresso por João de Barreira e João Álvares.

— D. Manuel, obr. cit., vol. III, pág. 536.

(8) Germão Galhardo; D. Manuel, obr. cit., vol. II, pág. 286.



Cofre aberto, contendo o exemplar da « Menina e Moça », de Bernardim Ribeiro, oferecido pelo Sr. Joaquim Freire

(Grav. da Biblioteca da Universidade).

« O exemplar da edição de Colónia (1559) que o coleccionador Joaquim Freire possui está admiravelmente bem conservado, segundo a opinião de conhecedores como Martinho da Fonseca e Joaquim de Carvalho: encadernado em marroquim vermelho, com ornamentação a ouro, e fôlhas também douradas ».

(Prof. D. Carolina de Vasconcelos — *Nótulas relativas à « Menina e Moça » na edição de Colónia (1559)*, Coimbra, Impr. da Universidade, 1924).

Colónia 1559 ⁽¹⁾; *Los Lusíadas*, Alcalá de Henares, 1580; *Officia sanctorum ex praecepto*, S. D. N. Sixti Papae, etc., Lisboa, 1588 ⁽²⁾; *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1591 e 1653; *Dialogos de Vária Historia*, 2.^a edição, de Pedro de Maris, 1597-1599 ⁽³⁾; etc.

Numerosas são as obras do séc. xvii até ao presente. Salientaremos *Os Lusíadas*, edições de 1613 ⁽⁴⁾; *Testamento e ultima disposição com que faleceo o lecenceado Manoel Soares de Oliveira*, 1680 ⁽⁵⁾; *Obras de Molière*, sec. xviii ⁽⁶⁾; *Os Lusíadas*, mandados editar por Morgado Matheus, em Paris, 1817 ⁽⁷⁾; etc.

Diversas obras raras, de Astronomia, se encontram na Biblioteca da Universidade; porque tal ciência evoca um passado glorioso dos portugueses, não queremos deixar

(1) Impresso por Arnold Birckman.

— Prof. Agostinho de Campos, *Boletim Bibliográfico*, obr. cit., vol. xi, pág. 203; D. Manuel, obr. cit., vol. ii, pág. 536.

(2) Impresso por António Ribeiro.

(3) *Coimbra e Sernache dos Alhos*, António de Maris.

— D. Manuel, obr. cit., vol. iii, pág. 438; Simões de Castro, *Boletim Bibliográfico*, obr. cit., vol. i, pág. 347; Prof. A. de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*.

(4) Existem 2 exemplares com portada diferente.

(5) Simões de Castro, *Boletim*, obr. cit. vol. x, pág. 325.

(6) O jornal *a República*, n.º 760, de 12 de Dezembro de 1932, inseriu uma local informando que se vendera um exemplar igual por 154.000 francos, para a Biblioteca George Blumenthal, de Paris.

(7) A edição custou 51.152 francos (10.000\$000 réis), empregando-se tipo expressamente fundido para a obra (Simões de Castro, *Guia*, obr. cit., pág. 201; Florencio Fejo, obr. cit., pág. 104).

de citar sobretudo algumas das publicações referidas por Luciano Pereira da Silva na « Astronomia dos Lusíadas » :

Epytome Joānis De mōte regio In almagesto ptolomei (1496); *Uberrimum sphere mundi commentum*, de Sacro Busto (1498); *Almanach perpetuum*, de Abraham Zacuto, trad. de José Vizinho (1), edição de Veneza, 1502; *Margarita Philosophica totius Philosophiae Rationalis, Naturalis & Moralis principia dialogice duodecim libris complectens* (edições de 1504, 1517 e 1535), por Gregório Reisch (2); *Sphere textum vna cum additionibus non aspernandis Petri Ciruelli*, por Johannis de Sacro Busto (Parisiis, Jehan Petit), 1515 (3); *De nauigatione libri tres*, Parisiis, 1549; *Sphaera Joannis de Sacro Bosco Emendata Lutetiae*, 1557 (4); *De Arte atque ratione nauigandi libri duo*, Pedro Nunes, António de Mariz, Coimbra, 1573 (5); *In theoricas G. Purbachii annotationes aliquot*, Pedro Nunes (6); *Teatrum Orbis Terrarum*, Ortelius, Antuerpia, 1574; *Chronographia o reportorio de los tiempos*, compuesto por Hieronymo de Chaues, astrologo y cosmographo, Lisboa, Antonio Ribeiro, 1576 (7); *Du miroir de la navigation de la mer occidentale*, por Lucas, filho, Amsterdam, 1590; *Compendio del arte de nauegar*, por

(1) *A Astronomia dos Lusíadas*, pág. 77.

— *D. Manuel II*, obr. cit., vol. I, pág. 80, descreve a edição de 1496.

(2) *A Astronomia dos Lusíadas*, pág. 18.

(3) *Idem*, pág. 46.

(4) *Idem*, pág. 10.

(5) Luciano Pereira da Silva, *A Astronomia dos Lusíadas*, pág. 11 e 17; e Rodolfo Guimarães, *A edição de 1546 do Livro de Pedro Nunes*, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. III, pág. 28; *D. Manuel II*, obr. cit., vol. III, pág. 142.

(6) *Idem*, pág. 11.

(7) *Idem*, pág. 25 e 82.

Rodrigo Çamorano, Sevilha, 1591 (1); *Sphaerae utriusq̄ tabella*, etc., por André de Avelar, Coimbra — António Barreira (1593) (2); *La construction, l'usage et les proprietes du quadrant nouveau de mathématique*, 1631, Pedro Vernier (3).

O « *Regimento do estrolábio, e do quadrante. Tractado da spera do mundo* », reprodução *fac-simile* do editor Carl Kuhn de um incunábulo português, único — existente na Biblioteca de Munich (4).

Possui uma importante colecção de *Constituições Diocesanas* (5).

É interessante a colecção de Dissertações da Universidade de Coimbra, sendo a mais antiga de Cânones (27 de Março de 1778), apresentada por José Inácio Rocha Peniz (6).

(1) Idem, pág. 124.

(2) Idem, pág. 33; *D. Manuel*, obr. cit., vol. III, pág. 330.

(3) Existem sómente 4 exemplares, nas Bibliotecas das Universidades de Coimbra e Gotingue, Nacional de Paris e Saint Geneviève de Paris: Rodolfo Guimarães, *Boletim Bibliográfico*, etc., vol. IV, pág. 85 e 224.

— A. Cardoso Pereira, *Notas sobre Vernier*, in *Annaes da Academia Polytechnica do Pôrto*, tomo XI, 1916. (Existe separata).

(4) Luciano Pereira da Silva, *Boletim Bibliográfico*, etc., vol. I, pág. 527.

(5) Prof. Antonio de Vasconcelos, *Nota Chronológica Bibliographica das Constituições Diocesanas Portuguesas até hoje impressas*, 1911.

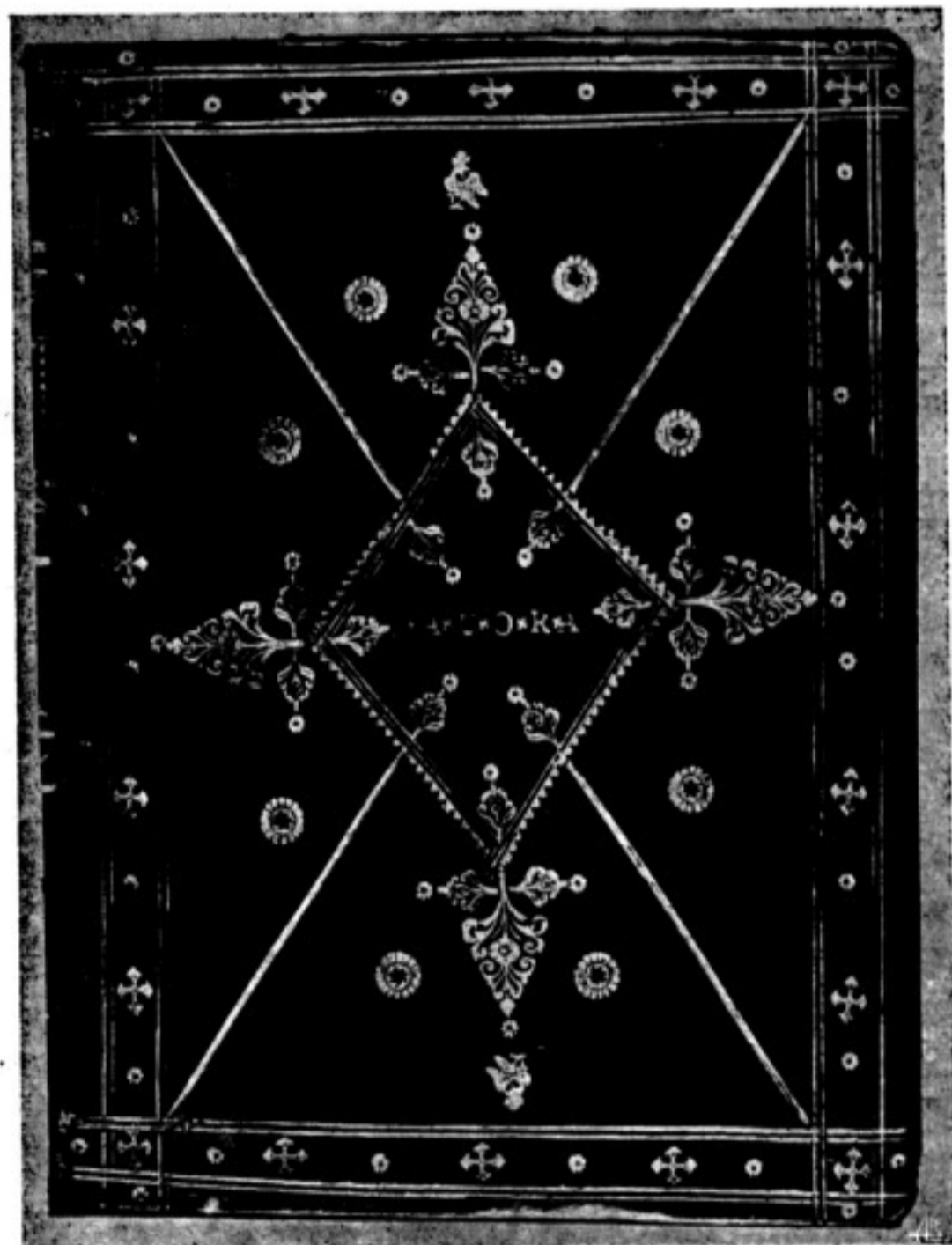
(6) Prof. Marnoco e Sousa, vol. I, pág. 184, etc.

— Ernesto Donato, *Boletim da Biblioteca da Universidade*, vol. IV, pág. 212.

— Francisco Augusto Martins de Carvalho, *Algumas horas na minha Livraria*, pág. 241.

— A primeira tese impressa, data de 1845, Idem, vol. V, pág. 83.

A Biblioteca da Universidade possui diversas encadernações de luxo, algumas coevas da instituição das primeiras oficinas, em Coimbra. Das mais curiosas, indi-

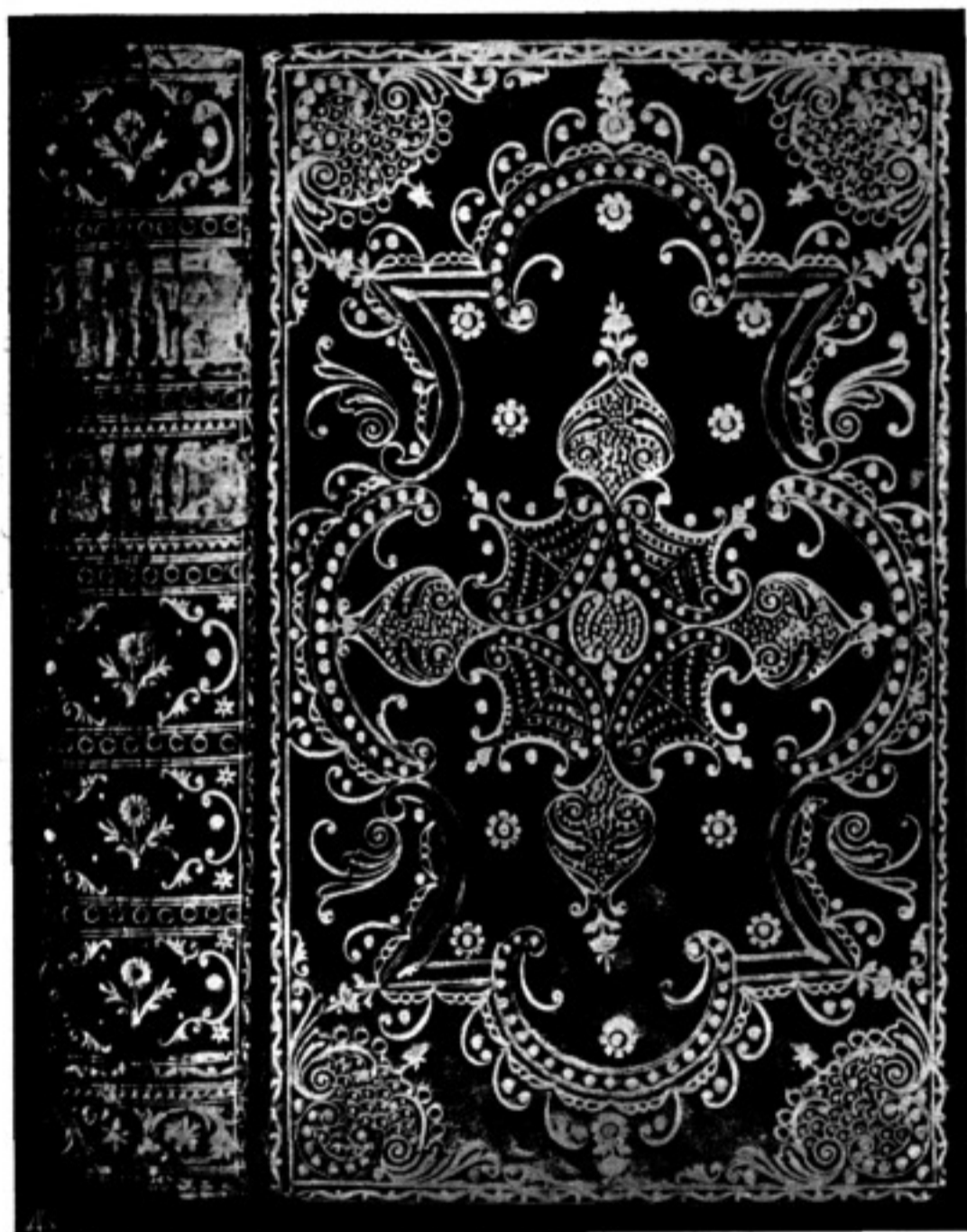


Encadernação de «Cursus Philosophicus», séc. XVIII

(Cl. José dos Santos)

caremos um exemplar hebraico (Prophetæ Posteriores), e outro de Manuscritos de apostillas, pertencente aos Távoras (Cursus Philosophicus), etc.

Em data recente adquiriram-se diversas gravuras ⁽¹⁾ e litografias ⁽²⁾ de Coimbra; *Scenery of Portugal & Spain* ⁽³⁾ por G. Viviany, Esq.^{re} on Stone by L. Haghe, London 1839, etc.



Encadernação de « Prophetæ Posteriores », séc. XVIII

(Cl. José dos Santos)

(1) Em 13 de Janeiro de 1938.

(2) Em 13 de Julho de 1938.

(3) Adquirido na direcção do Prof. Dr. Damião Peres, em 1942, por 1.500\$00.

Nos apetrechos da Biblioteca conta-se: um magnífico duplicador Gestetner, um epidiascópio Reichert, um aparelho Kontophot (máquina de fotocópias), etc.

Últimamente, adquiriram-se, para os Cimélios, diversas estantes (1937 e 1940), — uma delas desmontável (1941) —, ficheiros (1937 e 1938), etc.

Não devemos esquecer que uma rica colecção de numismática ⁽¹⁾ foi pertença da Biblioteca. As moedas, e respectivo medalheiro, encontram-se hoje na Faculdade de Letras ⁽²⁾, por cedência do Prof. Dr. Alves dos Santos. Parte foi oferta de João Pedro Ribeiro ⁽³⁾. Estiveram durante muito tempo numa caixa lacrada e com as iniciais do ofertante. Só em 20 de Dezembro de 1856 foi aberta, pelo Vice-Reitor Conselheiro José Ernesto de Carvalho e Rego ⁽⁴⁾, e depositada no gabinete reservado.

Existem também diversos objectos e medalhas ⁽⁵⁾.

(1) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 17; Simões de Castro, no seu *Guia*, (pág. 202) alude à existência de 3.400 moedas e medalhas.

(2) *Suplemento ao vol. XIV do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, pág. XII (Ernesto Donato, *Algumas palavras acerca*, etc.). Volume dedicado ao I Centenário da morte do Doutor João Pedro Ribeiro.

(3) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 17; Simões de Castro (*Guia*, pág. 202) diz que 884 peças foram oferecidas pelo sábio João Pedro Ribeiro.

— Nas folhas de pagamento de 1871 encontram-se diversas despesas com as mesas do medalheiro.

(4) Florencio Feyo, *idem*.

(5) Destacaremos do inventário:

N.º 42 — Anel em ouro com um rubi, doze diamantes pequenos e doze maiores — foi o anel de Capêlo do Dr. António Luiz de Sousa Henriques Sêco — oferta do mesmo; 43 — Medalha esmaltada, de familiar da Inquisição. — oferta do mesmo senhor; 44 — Medalha em

No Livro de Honra contam-se dezenas de assinaturas de altas personalidades. A primeira fôlha foi inaugurada

vermelhe, de D. Miguel, 1828 — oferta do mesmo senhor; 45 — Coroa em prata — oferecida à Academia de Coimbra, em 1888, pela primeira Tuna espanhola que visitou esta cidade. Depositária: Sociedade Filantrópica Académica; 46 — Coroa em prata — oferecida à Academia de Coimbra, pela Senhora D. Maria Pia, por ocasião das festas de Camões. Depositária, Sociedade Filantrópica Académica; 47 — Medalha em ouro e esmalte — oferecida pelos habitantes da comarca de Salsete ao seu juiz o Dr. José Maria da Costa. Depositário, Dr. Julio Dias da Costa; 48 — Comemorativa da inauguração da estátua equestre de D. José. — 1775, Prata. Diâmetro, 46^{mm}; 49 — Outra em cobre; 50 — Comemorativa da fundação da igreja do Santíssimo Coração de Jesus, Cobre. Diâm. 52^{mm} 1779; 51 — Dedicada pela Academia Real das Ciências à Rainha D. Maria I, 1783, Cobre. Diâm. 72^{mm}; 52 — No tempo feliz da Regência, 1802, Prata. Diâm. 50^{mm}; 53 — Comemorativa da Restauração do legítimo governo, no Porto; 54 — Outra, variante; 55 — Dedicada pela Academia Real das Ciências a D. Miguel, 1829, Cobre. Diâm. 57^{mm}; 56 — Dedicada a D. Pedro IV, 1833, cobre. Diâm. 42^{mm}; 57 — Comemorativa do nascimento de D. Pedro V, 1837, Cobre. Diâm. 54^{mm}; 58 — Medalha portátil por actos filantrópicos. D. Maria II, 1852, Prata. Diâm. 29^{mm}; 59 — Comemorativa da inauguração do Caminho de Ferro do Leste, 1856, cobre. Diâm. 49,5^{mm}; 60 — Comemorativa do casamento de D. Pedro V, 1858, cobre. Diam. 75^{mm}; 61 — Comemorativa da inauguração dos trabalhos para a construção do Palácio Cristal, 1861, Estanho. Diâm. 53^{mm} 2 exemp.; 62 — Comemorativa do casamento de D. Luiz com a Senhora D. Maria Pia de Saboia, 1862, Cobre. Diâm. 75^{mm}; 63 — Medalha militar. Comportamento exemplar. D. Luiz I, 1863, Prata. Diâm. 33^{mm}; 64 — Exposição agrícola de Braga, Prata. Diâm. 37^{mm} 1863; 65 — Comemorativa da primeira Exposição Internacional, Cobre. Diam. 30^{mm} (2 exempl.) 1865; 66 — Comemorativa da Exposição Internacional Portuguesa, Estanho. Diâm. 36^{mm}, 1865 (2 exempl.); 67 — Comemorativa da inauguração do monumento a D. Pedro IV, em Lisboa, 1870, Cobre. Diâm. 50^{mm}; 68 — Comemorativa do Centenário da Reforma da Universidade de

em 3 de Julho de 1868, por D. Augusto (Duque de Coimbra).

Coimbra, 1872, Prata. Diâm. 53,5^{mm}; 69 — Idem em cobre; 70 — Comemorativa do Monumento do Bussaco e dedicada ao Exército Luso-Britânico, 1873, Cobre. Diâm. 59^{mm}; 71 — Dedicada ao Dr. Augusto Filipe Simões pela Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueologia, 1876, Cobre. Diâm. 45^{mm}; 72 — Comemorativa do tri-centenário de Camões e dedicada à Imprensa por Marinho, 1880, Cobre. Diâm. 54^{mm}; 73 — Comemorativa do tri-centenário de Camões e do assentamento da Pedra Fundamental do novo edifício do Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, 1880, Cobre. Diâm. 61^{mm}; 74 — Comemorativa do tri-centenário de Camões mandada cunhar pela Sociedade de Geografia, 1880, Cobre. Diâm. 50^{mm}; 75 — Comemorativa do Centenário do Marquês de Pombal, mandada cunhar pelo Club de Regatas Guanabarenses, Rio de Janeiro, 1882, Prata. Diâm. 54,5^{mm} (2 exempl.); 76 — Outra sobre o mesmo assunto mandada cunhar pela Universidade de Coimbra, 1882, Prata. Diâm. 54,5^{mm}; 77 — Exposição Agrícola de Lisboa, na Real Tapada da Ajuda. D. Luiz I seu protector, 1884, Prata. Diâm. 58^{mm}; 78 — Comemorativa da fundação do Templo de Bom Jesus do Monte, 1884, Cobre. Diâm. 54,5^{mm}; 79 — Dedicada Capelo Ivens pelo Ateneu Commercial do Pôrto, 1885, Cobre. Diâm. 51^{mm}; 80 — Exposição promovida pela Associação Industrial Portuguesa, 1888, Cobre. Diâm. 50^{mm}; 81 — Dedicada a José Estevam. Modelo em gesso de 55^{mm}, 1889; 82 — Exposição de cães e utensílios de caça e pesca. Pôrto, 1889, Cobre. Diâm. 39^{mm}; 83 — Exposição Insular e Colonial. Pôrto, 1894, Cobre. Diâm. 51^{mm}; 84 — Comemorativa do quicentenário do Infante D. Henrique, 1894, Cobre. Diâm. 51^{mm}; 85 — Dedicada ao Dr. José Tomás de Sousa Martins. Bronze dourado. Diâm. 63,5^{mm}; 86 — Exposição Industrial do Palácio de Cristal, Pôrto, Bronze. Diâm. 52^{mm}, 1897; 87 — Outra em cobre; 88 — Comemorativa do quarto Centenário do Descobrimento da Índia — (Com os bustos de Luís de Camões e Vasco da Gama) 1898, Alumínio. Diâm. 28,5^{mm}, (2 exemplares); 89 — Comemorativa da Descoberta da Índia, 1898, Prata. Diâm. 17,5^{mm}; 90 — Outra sobre o mesmo assunto. Prata. Diâm. 15^{mm}; 91 — Comemorativa do Centenário da Sebenta, 1899,

A pasta foi adquirida na Casa Valente por ocasião da visita de D. Fernando (13 de Maio de 1873). O trabalho,

Prata. Diâm. 20,5; 93 — Celebração do Centenário de Garret, em Paris. Bronze dourado, Diâm. 68^{mm}; 94 — Outra em Bronze prateado; 95 — Outra em bronze, côr natural; 96 — Comemorativa do 4.º Centenário da Descoberta do Brasil. Dedicada ao Povo Luso-Brasileiro por J. Meili, 1900, Bronze prateado. Diâm. 57,5^{mm}; 97 — Exposição de Aves no Palácio de Cristal, Pôrto, 1902, Bronze. Diâm. 40^{mm}; 98 — Exposição das Rosas no Palácio de Cristal, Pôrto, 1902; 99 — Comemorativa da visita do Rei de Espanha D. Afonso XIII, a Portugal, Bronze, 1903. Diâm. 50^{mm}; 100 — Exposição de Rosas no Palácio de Cristal, Porto, 1903, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 101 — Exposição Agrícola no Palácio de Cristal, Pôrto, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 102 — Exposição de Dálias no Palácio de Cristal, Pôrto, 1904. Diâm. 60^{mm}; 103 — Exposição de Rosas no Palácio de Cristal, Pôrto, Bronze, 1904. Diâm. 45^{mm}; 104 — Comemorativa do 50.º Aniversário da Fundação da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria de Lisboa, 1904, Cobre dourado. Diâm. 35^{mm}; 105 — Exposição de Aves no Palácio de Cristal, Pôrto, Cobre. Diâm. 40^{mm}, 1904; 106 — Dedicada a Emilio Loubet, 1905, Cobre. Diâm. 34^{mm}; 107 — Dedicada a Emilio Loubet. Celulóide, uniface, fixa numa chapa metálica; 108 — Entêrro do Grau, 1905, Prata. Diâm. 21^{mm}; 109 — Outra em estanho; 110 — Exposição de Aves no Palácio de Cristal, Pôrto, Bronze. Diâm. 40^{mm}; 111 — Exposição de Crisântemos no Palácio de Cristal, Pôrto, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 112 — XV Congresso Internacional de Medicina em Lisboa, 1926, Cobre. Diâm. 39,31^{mm}; 113 — Comemorativa da visita de D. Carlos a Madrid, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 114 — Sociedade dos Architectos Portugueses. Numismática, 1907, Cobre. Diâm. 50^{mm}; 115 — Medalha portátil com o busto de D. Amélia. 6/10/907, Cobre. Diâm. 32^{mm}; 116 — Comemorativa da X Conferência Telegráfica Internacional, realizada em Lisboa, 1908, Bronze. Diâm. 45,5^{mm}; 117 — Dedicada a El-Rei D. Manuel II, 1908, Prata. Diâm. 28^{mm}; 118 — Exposição de Aves no Palácio de Cristal, Pôrto, Bronze. Diâm. 40^{mm}; 119 — 1.º Centenário da Guerra Peninsular, 1914, Bronze. Diâm. 70^{mm}; 120 — Comemorativa do 1.º Centenário da Faculdade de Medicina de

em laca com embutidos de madrepérola e guarnições douradas, representa o Castelo de Windsor (Condado de Berks)

Lisboa, 1925, Bronze. Diâm. 60,50^{mm}; 121 — Comemorativa do Centenário da Faculdade de Medicina do Pôrto, 1925, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 122 — Dedicada a Júlio Diniz, pela Maternidade do Pôrto, 1926, Bronze. Diâm. 29^{mm}; 123 — Nab. Art. Hispl., Schola, 1789, Bronze. Diâm. 42^{mm}; 124 — Victory of the Nile, 1798, Bronze. Diâm. 42^{mm}; 125 — God Save the King, 1800, Estanho. Diâm. 37^{mm} (em mau estado); 126 — They Shall Prosper Theat Love thee, 1801, Estanho. Diâm. 37^{mm}; 127 — Omnia Vincit Sapientia, 1826, Cobre. Diâm. 38^{mm}; 128 — Medalha portátil dedicada a Napoleão, 1832, Cobre. Diâm. 14^{mm}; 129 — Dedicada a D. Pedro II, Imp. do Brasil, Estanho. Diâm. 42^{mm}; 130 — Exhibition of the Works of industry of all nations, 1851, Cobre. Diâm. 45^{mm}; 131 — Presented by. E. Moses. & Son. 1852, Estanho. Diâm. 40^{mm}; 132 — Medalha portátil, comemorativa da inauguração do túmulo de Napoleão, 1853, Cobre. Diâm. 25^{mm}; 133 — Prémio Foret et Augit, 1854, Cobre. Diâm. 14^{mm}; 134 — Medalha portátil dedicada a Victor Manuel II, 1854, Cobre. Diâm. 16^{mm}; 135 — Medalha de lava do Vesúvio (?), tendo no anverso um busto voltado à direita e no reverso: F. 11/1829; 136 — Pius XI Pont. Max. An. xvi, 1861, Cobre. Diâm. 14^{mm}; 137 — Comemorativa da inauguração do Boulevard du Prince Eugene, 1862, Cobre. Diâm. 13^{mm}; 138 — Comemorativa do Centenário da Escola de Minas Schemnitz, 1870, Cobre. Diâm. 69^{mm}; 139 — Dedicada ao Governo Argentino de Sarmiento, 1871, Cobre. Diâm. 57^{mm}; 140 — Medalha portátil. Nova Lousã « Amor ao trabalho », 1875, Prata. Diâm. 30^{mm}; 141 — Outra com a legenda « Ao mérito e constância » e com a data 1867, Estanho; 142 — Comemorativa do quarto Centenário da Universidade de Upsala, 1877, Cobre. Diâm. 58^{mm}; 143 — Universitas Literarum Croática, 1874, Cobre. Diâm. 45^{mm}; 144 — Academia Amselodamensis, 1877, Cobre. Diâm. 45; 145 — Pio IX, Pontifice Maxime, 1878, Estanho. Diâm. 30^{mm}; 146 — Pius IX, Pont. Max., Cobre. Diâm. 25^{mm}; 147 — Reg. Lite. Univ. Ungar. a D. Maria Theresia, 1880, Cobre. Diâm. 67^{mm}; 148 — Comemorativa da Exposição Universal de Anvers, 1885, Bronze. Diâm. 60^{mm}; 149 — Ad Algas Protectus est Lavrum Deportiv, 1887, Cobre. Diâm. 50^{mm}; 150 — Exposição Uni-

mandado construir por três Reis: Henrique III, Eduardo III e Eduardo IV. Foi residência favorita de Eduardo III.

versal, França, 1889, Bronze. Diâm. 63^{mm}; 151 — Comemorativa do Centenário de Montpellier, 1890, Cobre. Diâm. 59^{mm}; 152 — Dedicada a Charles Hermite, 1892, Cobre. Diâm. 70^{mm}; 153 — Comemorativa do 4.º Centenário da Descoberta da América, 1892, Prata. Diâm. 70^{mm}; 154 — XI Congresso Médico Internacional de Roma, 1894, Cobre. Diâm. 35^{mm}; 155 — Dedicada a Marcelin Nerthelot, 1901, Bronze. Diâm. 70,56^{mm}; 156 — Comemorativa do Centenário de Victor Hugo, 1902, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 157 — Georgius, 1802, Cobre. Diâm. 47^{mm}; 158 — Comemorativa do Lançamento da pedra fundamental do novo edifício da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1905, Cobre. Diâm. 43^{mm}; 159 — Inauguração da Avenida Central, Rio de Janeiro, 1906, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 160 — Dedicada a Carolus Linnaeus, Prata, 1907. Diâm. 60^{mm}; 161 — Outra em Cobre com cunho diferente; 162 — Comemorativa do Centenário da Universidade de Oviedo, 1908, Cobre. Diâm. 60^{mm}; 163 — Dedicada a Oswaldo Cruz, 1909, Prata. Diâm. 50^{mm}; 164 — Inauguração do Novo Edifício da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1910, Bronze. Diâm. 50^{mm}; 165 — Comemorativa do Centenário da Universidade de Berlim, 1910, Bronze. Diâm. 108^{mm}; 166 — Outra com cunho diferente, Prata, Diâm. 34^{mm}; 167 — Congresso Científico Internacional Americano, Buenos Aires, 1910, Cobre. Diâm. 61^{mm}; 168 — Universitas Cameniana Bratislavensis, 1919, Bronze. Diâm. 80^{mm}; 169 — Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1922, Bronze. Diâm. 75^{mm}; 170 — Olimpíadas de Paris, 1942, Bronze. Diâm. 55^{mm}; 171 — Exposição Internacional de Anvers, 1930, Cobre. Diâm. 80^{mm}; 172 — Comemorativa do Centenário do Colégio de França, 1930, Bronze. Diâm. 67^{mm}; 173 — Virgilius IX — Centenário, Prata. Diâm. 43^{mm}; 174 — Rodolphus Vigchoro, Chapa de Bronze. Diâm. 175^{mm}.

Devem acrescentar-se: medalha de homenagem ao Presidente Paul Doumer, 1932, Bronze, diâm. 70^{mm}; medalha comemorativa do IV Centenário do estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra, Cobre. Diâm. 80^{mm}, 1937; medalha comemorativa dos centenários da Fundação e Restauração de Portugal, 1940, Bronze. Diâm. 90^{mm}.



*As duas faces da medalha comemorativa
do 1^o Centenário do estabelecimento definitivo
da Universidade em Coimbra*

A pintura decorativa da fôlha onde assinou o Rei D. Carlos (23 de Julho de 1892) deve-se a Eduardo Belo Ferraz, farmacêutico de 1.^a classe, estabelecido na Sé Velha (ângulo da Rua Borges Carneiro e Sé Velha), e desenhador de 1.^a classe da Hidráulica. Execução gratuita, a pedido do Sr. António Donato.

Na antiga Sala de Leitura da Biblioteca Geral da Universidade tem-se realizado diversas Exposições Bibliográficas, devendo citar-se a de 1925, no IV Centenário da morte de Vasco da Gama (1); e a de 1937, durante as imponentes festas do IV Centenário do estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra (2). Ai, algumas vezes, nos últimos anos, o «Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra», revivescido pelo Prof. Paulo Quintela, da Faculdade de Letras, tem interpretado obras de Gil Vicente — uma das glórias do Teatro clássico.

O primeiro sarau, na Sala Nobre da Biblioteca, realizou-se a 13 de Dezembro de 1939 (3), e o segundo em 16 de Outubro de 1940, na abertura solene da Universidade.

A Biblioteca da Universidade reúne, como dissemos, um número avultado de obras portuguesas, porque desde longa data era obrigatório enviar um exemplar das edições saídas da Imprensa da Universidade. Pelo artigo xxxi dos Estatutos da «Oficina tipográfica da Universidade» a Biblioteca recebia dois exemplares das obras publicadas. Em 9 de Janeiro de 1790 um alvará confirma os Estatutos, mas

(1) Ernesto Donato, *Exposição Bibliográfica*.

(2) Prof. Vergílio Correia, *Diário de Coimbra* (Dezembro de 1937).

(3) *Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra — Relatório e contas da direcção eleita para a gerência de 1939-1940*.

Rev. D. Fernando

D. Augusto Augusto de Coimbra
Marquês de Sá de Bandeira

Baron Elze von Belgard
geb von Bülow

Assinaturas do « Livro de Honra »

(Repr. Dr. Amílcar Patrício)

pelo artigo 7.º da Portaria de 16 de Janeiro de 1854 determina-se que só um exemplar lhe seja entregue (1). Hoje, a obrigatoriedade estendeu-se a tôdas as publicações saídas dos prelos portugueses (2).

No entanto, se muitos livros da Biblioteca se obtiveram pela imposição oficial aludida, e outros por compra (3), um grupo relativamente avultado resultou da extinção das ordens religiosas (4). Assim, por exemplo, em 1834 incorporaram-se diversos volumes pertencentes às Ordens Reli-

(1) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 98.

(2) Decreto n.º 19.952 de 27 de Julho de 1931.

(3) Já no limiar do século xvii, a Universidade despendeu verba apreciável na aquisição de livros para um Professor da Faculdade de Teologia: o Padre Francisco Suarez. O ilustre professor unicamente tinha o usufruto dos livros (Prof. Mário Brandão, *A Livraria do P.º Francisco Suarez*, in *Biblos*, vol. iii, 1927, pág. 325).

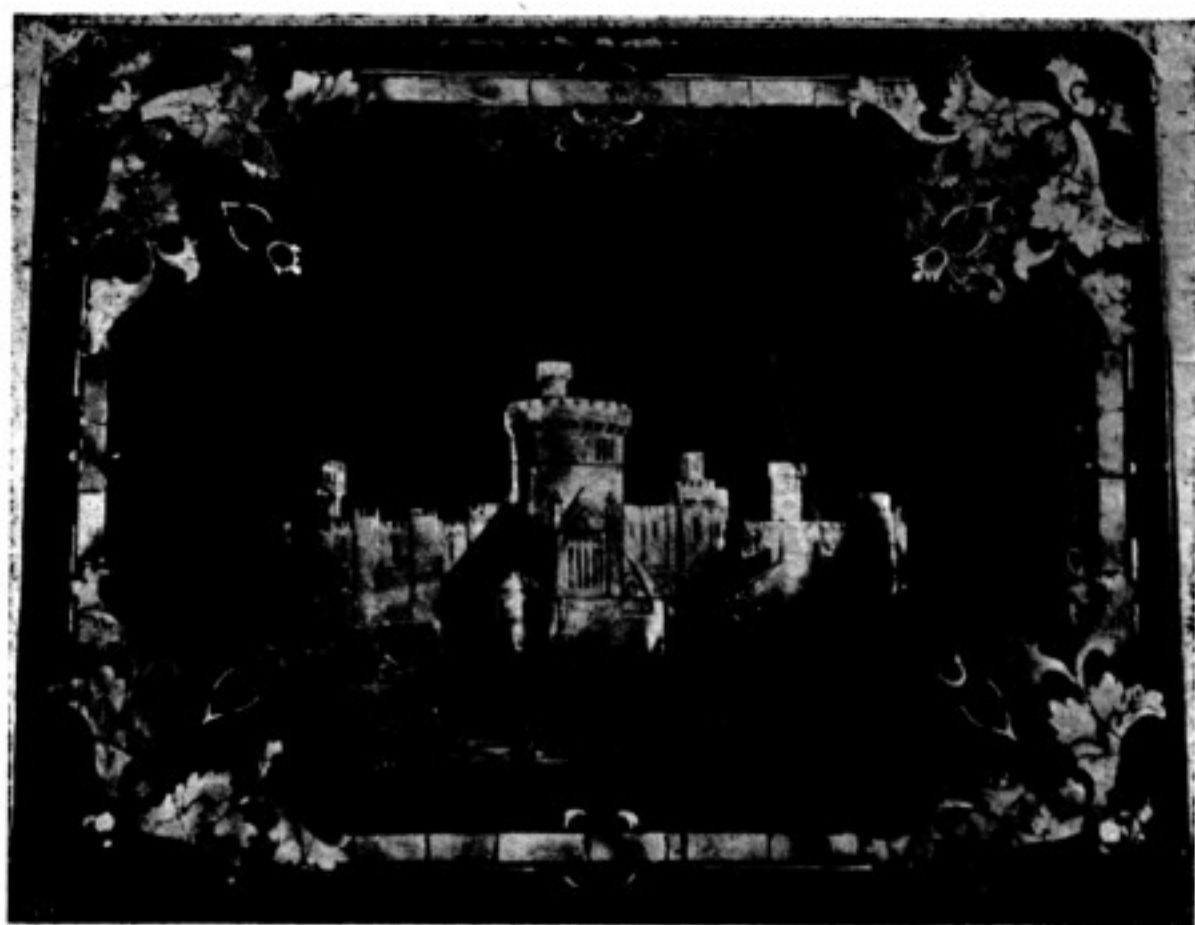
— Após a morte de Francisco Suarez, em 1617, a Universidade diligenciou entrar na posse dos 650 volumes, mas o Colégio da Companhia de Jesus recusou-se insistentemente. Tal atitude trouxe sérios dissabores aos Prelados e à instituição Universitária (A. da Rocha Madahil, *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, pág. 221).

Só com a Reforma Pombalina, por extinção da Companhia de Jesus, a Livraria de Francisco Suarez passou para as mãos do seu legítimo proprietário: a Universidade (Prof. Mário Brandão, *A Livraria do Padre Francisco Suarez*).

— O 2.º Reitor de nome Nuno da Silva Teles, alegando que seus antecessores não tinham adquirido livros no valor de cem cruzados, em cada triênio (40\$000), conforme dispunham os Estatutos de 1591 (Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 472), obteve autorização, em 31 de Outubro de 1716, de D. João V, para comprar uma livraria por 14.000 cruzados (5.600\$000 reis). Das suas diligências resultou, também, a dotação trienal de 100\$000 reis (Carneiro de Figueiroa, obr. cit., pág. 161; e Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 474).

(4) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 484.

giosas do sexo masculino, do colégio das ordens militares de Coimbra, etc., por interferência do Vice-Reitor José Alexandre de Campos. Mas, o grosso dessas livrarias conservou-se no andar superior do Colégio das Artes ⁽¹⁾



*Capa do « Livro de Honra » da Biblioteca
(Castelo de Windsor)*

(Cl. A. Hipólito)

só transitando para a actual biblioteca depois de assimilada a prisão ⁽²⁾: cêrca de 24.000 volumes.

Em 1886 venderam-se os livros que não interessavam à Biblioteca, revertendo o produto para obras ⁽³⁾, ou para aquisição de livros. Com esta verba se fêz a ligação para o andar inferior ⁽⁴⁾ — cadeia.

(1) Idem, pág. 485.

(2) Idem, pág. 486.

(3) Idem, pág. 489.

(4) Idem, pág. 489.

Parece que os primeiros livros custaram 9.585\$000 réis⁽¹⁾.
Em Lisboa comprou-se uma livraria, por 4.800\$000 réis⁽²⁾.



*Página decorada do « Livro de Honra »,
onde se vêem diversas assinaturas: D. Carlos, etc.*

(Cl. José dos Santos)

(1) Florencio Foyo, obr. cit., pág. 39.

(2) Idem, Idem.

A verba para aquisição dos livros, mandados vir de Veneza, em 1602, por Pedro Mariz, foi de 500\$000 réis (1). Alguns foram encadernados, gravando-se a ouro, na pele, a insígnia da Universidade.

Em 1716 ordenou-se a compra da Livraria de Francisco Barreto por 5.600\$000 (2). Comprou-se também, em Paris, parte da Livraria do Padre La Rue, falecido em 1725 (3).

Em 1743 João Francisco Lerzo vendeu diversas obras à Universidade (4).

De Lisboa vieram 16 « caixões » de livros, enviados por Lucas de Seabra da Silva (5).

Em 8 de Abril de 1750, no reinado de D. João V, autorizou-se uma compra no valor de 20.000\$000 réis. Nesta data determinou-se, ainda: « em quanto a fazer-se pública a livraria e crearem-se officios para ella, se tomaria a resolução que parecesse justa » (6).

Em Junho de 1779, *BartholomeoLoa* recebeu 215\$870 pelas edições vindas de Madrid: *Novo Testamento* em 12 linguas, 3 exemplares (1599) das *Pandectas* (2 volumes) e 33 volumes da *Enciclopédia de Paris* ((7).

Muitas outras aquisições (8) se efectuaram a Borel,

(1) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 42.

(2) Idem, pág. 42.

(3) Idem, pág. 42.

(4) Idem, pág. 43.

(5) Florencio Feyo, obr. cit., pág.

(6) Visconde da Villa Maior, obr. cit., pág. 476; e Florencio Feyo, obr. cit., pág. 46-48.

(7) *Livro de Receita e Despesa de 1778-79*, pág. 106.

(8) *Anuários da Universidade* desde 1872-73 (aquisições, ofertas, etc.)

J. R. H. Weaver
President of Trinity College, Oxford.
19 April 1941

J. F. Higham, Fellow of Trinity College Oxford
& Public Orator Oxford University

William Yntema, King Alfonso XIII Professor and Director of Portuguese
Studies in the University of Oxford.

Assinaturas do « Livro de Honra » (Delegação da Universidade de Oxford,
enviada a Portugal para impor as insígnias de Doutor « Honoris causa »
ao Prof. Oliveira Salazar)

Borel e C.^a: 4:428\$000 réis, em 1781 (1); João Pedro Aillaud (1789); Monsenhor Hasse (6.000\$000 réis, pagos

Andre Fulbourg ^{deputé}
 Envoyé Extraordinaire de France aux Isles de l'Inde Française

El Duque de Maeva

Eymeric d'Ors

Jose Ortega y Gasset H. Voronoff
 9 Mayo 1939 9 Junho 1939

A. Lammiman
 9 Junho 1940 Paul van Beurden
 22 Junho 1940

Stephen Gaselee Elaine Sanceau
 Librarian of the Foreign 26. 6. 41
 Office, London. 15 Feb 1936.

Assinaturas do « Livro de Honra »

(Rep. Dr. Amílcar Patrício).

(1) Encontra-se no respectivo livro de registo de despesas a verba do transporte: 4\$920 — « Que pagou ao Dr. Antonio Ribeiro dos Santos Bibliothecario desta Universidade importancia do custo do transporte de dous grandes caixoens que vieraõ para a mesma Bibliotheca remetidos de Lisboa por Borel e Comp.^a ese pagaõ por Despacho de 24 de Julho deste anno » (1781) — 4.^o Livro de Recéita e Despesa, de 1780-1781, pág. 134, no lançamento referente a 28 de Julho de 1781.

de 1806 a 1811), em Coimbra; a lentes jubilados, como Dr. João António Dallabella (619\$607 réis), Dr. Manoel António Sobral (134\$440 réis), etc. (1). Em 1796 o Principal de Castro adquiriu livros na importância de 1.448\$000 réis.

A Biblioteca tem-se enriquecido, também, à custa de diversos legados (2). Assim, em fins de Março e princípios de Abril de 1603 o Padre Francisco Soares Granatense ofereceu vários volumes (3); em 1836, o Dr. Domingos Reis Teixeira (4), 310 volumes; em 1839, regista-se a dádiva do Desembargador e Conselheiro João Pedro Ribeiro: impressos e manuscritos. Alguns dos livros deste investigador só passaram para a Universidade depois da morte de um sobrinho (em 1852) (5).

O Prof. Joaquim Inácio de Freitas fez uma doação de manuscritos e impressos (6).

O Governo inglês presenteou este utilíssimo estabelecimento público com quarenta obras, em cento e oito volumes, impressos de 1783 a 1841.

A 29 de Abril de 1853, a Universidade Central de Madrid enviou setenta e cinco obras em cento e treze volumes (7).

(1) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 57 e seg.

(2) Catálogo dos livros legados à Biblioteca da Universidade pelo Sr. António Augusto da Silva Ferreira, falecido em Coimbra, em Outubro de 1892 (*Anuários* de 1896-97, pág. 279; e de 1897-98, pág. 315).

(3) Florencio Feyo, obr. cit., pág. 42.

(4) Idem, pág. 101, etc.

(5) Idem, pág. 95.

(6) Idem, pág. 74.

(7) Idem, pág. 103.

Lu Teriche

ਸ਼੍ਰੀਮੰਤਰ ਸਰਸਵਤ
Maharaja of Cooh Beha

11.4.34.

ੳੳ

ੳੳ

ੳੳ

Chang Hom-tai

ੳੳ ੳੳ ੳੳ

Hau Sui-wei

D. Filippa de Bragança

20 de novembro 1940

Assinaturas do « Livro de Honra »

(Repr. Dr. Amílcar Patrício)

Alguns dos nossos Monarcas e muitas outras individualidades brindaram a Biblioteca com as suas oferendas (1):

D. Fernando II (duque de Saxonia-Coburgo-Gothe), casado com D. Maria II: *Bibliothek des Literarischen Vereins in Stuttgart* (obra publicada de 1843 a 1846), quinze volumes. D. Pedro II, imperador do Brasil: *Flora Fluminensis*, Parisus, 1827 (2); Governo inglês (1830); Dr. Vicente Ferrer Neto Paiva (1852); Universidade Central de Madrid (1853); António Augusto da Silva Ferreira (1892); e inúmeros sábios e literatos.

Vários livros estiveram encaixotados (em Fevereiro de 1809) quando da invasão francesa (3). Em 1810, desapareceu da Biblioteca (4): « *Le Voyage en Portugal*, par J. Murphuy, 4 volumes, Paris, 1797. Foi levado por officiaes francezes, que passaram recibo ».

* * *

Simultaneamente, com o franqueamento da Biblioteca da Universidade ao público, o Dr. António Ribeiro dos Santos, lente de Cânones, do « Collegio das Ordens Militares », foi empossado no lugar de bibliotecário, cumprindo-se, assim, o disposto na *Carta Régia*, de 9 de Outu-

(1) Florêncio Feio, obr. cit., pág. 102.

(2) Idem, pág. 102.

(3) Prof. Mário Brandão, *Um documento*, etc., pág. 42.

(4) *Anuário da Universidade*, 1876-77, pág. 210; e Prof. Mário Brandão, obr. cit., pág. 34.

bro de 1777⁽¹⁾. Nomearam-se, seguidamente, os subalternos: um porteiro e um contínuo⁽²⁾.

Ribeiro dos Santos foi depois catedrático, embora prosseguisse na direcção da Biblioteca até 1796, com excepção do período do seu afastamento forçado da Universidade, como se depreende da *Carta Régia* de 1785. Jubilado em 1795, manteve-se, no seu posto até à transferência para a Biblioteca da Côrte⁽³⁾, creada em fins de Fevereiro de 1796. Elaborou uma *Minuta para o regimento da Livraria da Universidade*⁽⁴⁾ onde se exigia certa actividade literária ao Bibliotecário. Assim, escrevia:

« O Bibliothecário será ao mesmo tempo *Chronista-mór da Universidade*, e terá a seu cargo o escrever na língua portuguesa a *Historia litterario-economica* d'ella, referindo a sua instituição e origem, os progressos da sua litteratura e as causas do seu adeantamento ou decadencia das Artes e Sciencias, os Reitores e Professores que mais se distinguiram, os Livros que n'ellas se têm composto, as Providencias que se têm dado, e o estado actual em que se acharem os seus estabelecimentos; para o que poderá requerer da Secretaria e Cartorio da Universidade e dos das Faculdades as noticias necessarias para a sua composição. »

(1) Prof. Manuel Lopes de Almeida, *Documentos*, obr., cit., pág. 260; e *Legislação académica*, coligida pelo Dr. José Maria de Abreu, coordenada, revista e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas, pág. 37.

(2) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 477.

(3) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 478.

(4) Teófilo Braga, obr. cit., vol. III, pág. 717 (Mss. vol. 94, fls. 2094).

Investiram-se, também, nas funções de director: Prof. Ricardo Raimundo de Nogueira (1), Prof. Joaquim dos Reis (2), Prof. António Honorato de Caria e Moura (3), Prof. Manuel de Serpa Machado (4), Prof. Bernardo de Serpa Pimentel (5), Prof. José Maria Rodrigues (6), Prof. Joaquim Mendes dos Remédios (7), Prof. José Ferreira Marnôco e Sousa (8), Prof. Augusto Joaquim Alves dos

(1) Lente de Leis. Nomeado em 13 de Março de 1798 (Florencio Feyo, obr. cit., pág. 67); em exercício até 1802 (Visconde de Vila Maior, obr. cit., pág. 478), data em que foi nomeado reitor do Colégio Real dos Nobres.

(2) Lente de Cânones. Nomeado em 4 de Junho de 1802 (Villa Maior, obr. cit., pág. 479; e Florencio Feyo, obr. cit., pág. 69).

(3) Lente de Matemática. Nomeado por Carta régia de 6 de Julho de 1815 (*Fólias de vencimentos de 1820*, pág. 188; e Florencio Feyo, obr. cit., pág. 72); exerceu até 1834 (Villa Maior, obr. cit., pág. 479).

(4) Lente de Leis. Nomeado por Carta-régia de 10 de Dezembro de 1834 (Portaria de 23 de Julho, e Aviso régio de 13 de Agosto de 1834 — *Fólias de vencimentos de 1835*, pág. 15; e Florencio Feyo, obr. cit., pág. 91). Em exercício até 1858 (Villa Maior, obr. cit., pág. 491).

(5) Lente de Direito. Nomeado em 1858, segundo o seu Relatório de 29 de Outubro de 1877 (Villa Maior, obr. cit., pág. 491). Nas fólias de vencimentos da Universidade aparece referência ao decreto de 28 de Maio de 1872. Exonerado a seu pedido em 17 de Fevereiro de 1894.

(6) Lente de Teologia. Nomeado em 9 de Março de 1894, tomou posse em 20 de abril do mesmo ano. Exonerado a seu pedido em 10 de Março de 1911 (*Fólias de vencimentos da Contabilidade*).

(7) Lente de Teologia, posteriormente de Letras. Nomeado em 10 de Março de 1911; exonerado por decreto de 8 de Setembro de 1913 (*Diário do Governo* n.º 210).

(8) Lente de Direito. Nomeado em 20 de Setembro de 1913, (*Diário do Governo* n.º 235 de 8 de Outubro de 1913), tomou posse em 17 de Outubro do mesmo ano. Em exercício até à data do seu falecimento: 17 de Março de 1916.

Santos (1), Prof. Joaquim de Carvalho (2), Prof. João da Providência e Costa (3) e Prof. Damião Peres (4).

Directores interinos ou em comissão de serviço: Prof. António Honorato de Caria e Moura (5), Prof. Basílio Alberto de Sousa Pinto (6), Prof. Bernardo de Serpa Pimentel (7), Prof. Bernardo António de Serra de Mira-beau (8), Prof. Augusto Filipe Simões (9), Dr. Augusto Mendes

(1) Lente de Letras. Nomeado em 25 de Março de 1916, tomou posse em 25 de Abril do mesmo ano. Exerceu até 17 de Janeiro de 1924, data do seu falecimento.

(2) Lente de Letras. Nomeado em 10 de Dezembro de 1926, tomou posse em 10 de Janeiro de 1927. Exerceu até 10 de Agosto de 1931, data em que o lugar de director efectivo (vitalício) foi extinto (Decreto n.º 20.180).

(3) Catedrático de Letras. Nomeado em 30 de Julho de 1934, tomou posse em 23 de Agosto de 1934. Abandonou as funções do cargo, por ter cessado o biénio, em 22 de Agosto de 1936. Novamente nomeado em 11 de Agosto de 1938, tomou posse em 8 de Setembro de 1938. Exonerado, a seu pedido, por portaria de 6 de Janeiro de 1940 (esteve em exercício até 19 do mesmo mês e ano).

(4) Catedrático de Letras. Nomeado em 25 de Janeiro de 1940, tomou posse em 16 de Fevereiro do mesmo ano. Encontra-se presentemente em exercício.

(5) Nomeado em 7 de Maio de 1814 (Florencio Foyo, obr. cit., pág. 71), exerceu até 5 de Julho de 1815 (Villa Maior, obr. cit., pág. 479), passando depois a efectivo.

(6) Lente de Direito (depois Visconde de S. Jerónimo). Nomeado em 1841 (Villa Maior, obr. cit., pág. 491); exerceu possivelmente até 1849.

(7) De 11 de Janeiro de 1849 até à nomeação efectiva, em 1858 (Villa Maior, obr. cit., pág. 491; e Florencio Foyo, obr. cit., pág. 95).

(8) Lente de Medicina. Referido no *Anuário da Universidade* de 1871-72.

(9) Lente de Medicina. Citado nos Anuários de 1872-73 a 1883-84.

Simões de Castro (1), Prof. José Maria Rodrigues (2), Prof. Francisco Martins (3), Prof. Joaquim Mendes dos Remédios (4), e Prof. João da Providência e Costa (5).

Os seus Regulamentos datam de 7 de Novembro de 1800 (6), 18 de Dezembro de 1873 (7) e 31 de Outubro de 1919 (8).

É curioso, aludir ao regimento dado por José Monteiro da Rocha, em 7 de Novembro de 1800 (9), que previa a

(1) Bacharel em Direito. Citado nos *Anuários da Universidade* de 1884-85 a 1893-94.

(2) Nomeado por portaria de 28 de Fevereiro de 1894, exerceu até 19 de Abril de 1894, tomando posse no dia imediato do lugar efectivo.

(3) Lente Teologia. Nomeado pela Reitoria em 29 de Outubro de 1895, exerceu até 30 de Setembro de 1900, e por Despacho Ministerial de 9 de Novembro de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 1 de 13 de Janeiro de 1912).

(4) Nomeado em 24 de Agosto de 1900, esteve em exercício desde 1 de Outubro do mesmo ano até 9 de Março de 1911, tomando posse do lugar efectivo no dia imediato.

(5) Em comissão de serviço, nos termos do decreto-lei n.º 20.180, de 6 de Julho de 1932, tomou posse em 30 do mesmo mês e ano. Exerceu até 10 de Novembro de 1933 (nesta data foi em missão de estudo ao estrangeiro). Regressando em 1 de Abril de 1934 exerceu o cargo até 24 de Maio de 1934, voltando de novo para o estrangeiro.

— Serviu de director de 20 de Outubro de 1923 a 1926; em 1931-32; em 1933-34 e de 1936 a 1938, etc., o 1.º Bibliotecário de então, José Ernesto Marques Donato. Anteriormente o conservador José Marques Perdigão Donato substituíra várias vezes o director, no seu impedimento.

(6) Abreu e Santos Viegas, *Legislação Académica*, pág. 89.

(7) Idem, pág. 499, no reitorado de Villa Maior.

(8) *Boletim da Biblioteca da Universidade*, Vol. vi, pág. 323.

(9) Visconde de Villa Maior, obr. cit., pág. 496; e *Legislação Académica*, obr. cit., pág. 108.

não admissão dos estudantes dos Colégios das Artes e dos estudantes do 1.º ano das Faculdades. Proibia-se, ainda, a entrada na biblioteca de alunos embuçados, ou com gorro na cabeça. Não era permitido passear, conversar, e à saída, como mandava a decência e civilidade era forçoso que se cumprimentasse o Bibliotecário.

Existem diversos catálogos. Junto à sala de leitura: os catálogos onomástico (nomes de autores) e ideográfico (alfabético do assunto); e no andar inferior catálogos por matérias (1):

Tanto os catálogos *onomástico* como o *sistemático* são simultaneamente topográficos.

(1) *Catálogo metódico* (Catálogo *sistemático* ou metódico das matérias), esquema de classificação:

A) Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Poligrafia.

B) LETRAS

1) *Linguas*

1 — Filologia geral; II — Filologia oriental e ocidental; III — Filologia clássica; IV — Filologia românica; V — Filologia anglo-saxónica; VI — Filologia germânica; VII — Revistas e jornais de filologia; VIII — Miscelânea de filologia.

2) *Literaturas*

1 — Literaturas orientais; II — Literaturas clássicas; III — Literaturas novi-latinas; IV — Literaturas eslavas e escandinavas; V — Literaturas anglo-saxónicas; VI — Literaturas germânicas; VII — Literatura portuguesa eloquência;

Há ainda outros catálogos, tendo-nos já referido a alguns: impressos dos manuscritos; especial dos Reser-

viii — Revistas e jornais literários; ix — Miscelânea literária e literatura geral.

3) *História*

- i — Dicionários históricos; ii — Tratados e obras de história geral; iii — Concepção e metodologia da história; iv — Prè-história e Pròto-história; v — História do Antigo Oriente; vi — História da Antiguidade Clássica e História Oriental do Próximo Oriente; vii — História Medieval; viii — História da Renascença; ix — História Moderna e Contemporânea; x — História da Civilização; xi — História de Portugal. Monografias de povoações; xii — História dos *povos latinos*; xiii — História dos *povos eslavos*; xiv — História dos *povos escandinavos*; xv — História dos *povos anglo-saxónicos*; xvi — História dos *povos germánicos*; xvii — História geral da Igreja; xviii — História da Igreja portuguesa; xix — História das religiões (no catálogo das Religiões); xx — História da filosofia (no catálogo de Filosofia); xxi — História das Artes (no catálogo das Artes); xxii — História da Pedagogia (no catálogo da Educação); xxiii — Viagens; xxiv — Biografias; agiologios; vidas de imperadores; de papas; etc.; xxv — Arqueologia; dicionários. Epigrafia. Paleografia. Diplomática. Numismática. Heráldica. Genealogia. Heurística; xxvi — Folclore. Etnografia e etnologia; xxvii — Jornais, e colecções literárias: 1) nacionais; 2) estrangeiros; xxviii — Miscelânea de história.

4) *Filosofia*

- i — Generalidades. Dicionários de Filosofia; ii — Filosofia geral; tratados; obras gerais; iii — Filosofia das ciências matemáticas e físicas; iv — Filosofia das ciências

vados; alfabético dos livros portugueses da livraria de Monsenhor Hasse, elaborado em 1811 por Francisco

cosmológicas; v — Filosofia das ciências biológicas; vi — Filosofia das ciências sociológicas; vii — Ciências psicológicas; viii — Moral; ix — Metafísica; x — Lógica; xi — Filosofia da história; xii — História geral da filosofia; xiii — História da filosofia antiga; xiv — História da filosofia greco-latina; xv — História da filosofia medieval; xvi — História da filosofia moderna e contemporânea; xvii — Revistas e jornais de filosofia; xviii — Miscelânea de filosofia.

5) Educação

i — Generalidades. Pedagogia geral; dicionários; obras gerais; ii — História da Pedagogia. Instrução Pública; iii — Pedagogia experimental; iv — Ciências pedológicas; v — Higiene escolar; vi — Ensino profissional e técnico; vii — Educação física; ginástica; esgrima; caça; equitação; natação; jogos; etc.; viii — Legislação escolar: 1) nacional; 2) estrangeira; ix — Revistas e jornais pedagógicos; x — Miscelânea de Pedagogia e Pedologia.

6) Artes

i — Generalidades. Dicionários; ii — História da Arte. Estética; iii — Poesia (no catálogo de Literaturas); iv — Pintura; v — Escultura; vi — Architectura; vii — Música. Dança. Teatro e Cinema; viii — Obras diversas. Desenho. Gravura; ix — Artes e ofícios; x — Revistas e jornais de Arte; xi — Miscelânea.

7) Religiões

i — Generalidades. Dicionários; ii — História das religiões; iii — Mitologias; iv — Filologia religiosa; v — Religiões primitivas e orientais; vi — Religiões dos povos clássicos; vii — Islamismo; viii — Protestantismo; ix — Catolicismo. Teosofismo; x — Teologia católica: a) escriturística;

d'Almeida e Silva; das diversas livrarias dos colégios incorporados, etc.

b) dogmática; *c)* moral + Pastorais; *d)* ascética e mística; *e)* apologética e polémica; *f)* litúrgica; xi — Concílios; xii — Patrologia greco-latina; xiii — Catecismos; xiv — Sermonários; xv — *Espiritismo*. Ocultismo; xvi — Revistas e jornais; xvii — Miscelânea religiosa.

C) DIREITO

i — Índices e reportórios. Generalidades. Dicionários; ii — Códigos e outros textos de leis. Coleções de Jurisprudência. Revistas e jornais de Direito; iii — Legislação estrangeira. Direito e legislação comparada; iv — Sociologia. Filosofia do Direito. Direito natural. Hermenêutica jurídica e lógica jurídica; v — História geral do Direito. Direito romano. Direito dos povos antigos. História do direito português; vi — Direito político e administrativo. Direito público e Constitucional; vii — Direito internacional público e privado; viii — Economia política. Questões sociais. Estatística. Finanças. Instituições de beneficência. Estatutos e relatórios de associações. Direito fiscal e História Económica; ix — Direito civil e Processo civil; x — Direito comercial e Processo comercial; xi — Direito criminal e Processo criminal. Causas célebres. Alegações. Articulados; xii — Questões coloniais e legislação colonial. Administração colonial; xiii — Direito eclesiástico e Direito canónico; xiv — Notariado; xv — Eloquência forense; xvi — Revistas e jornais; xvii — Miscelânea jurídica.

D) CIÊNCIAS

i) Ciências geográficas

i — Generalidades, Dicionários; ii — Geografia geral; iii — Cosmografia; iv — Geografia física e matemática; v — Geografia política, histórica e humana; vi — Geo-

O movimento da Biblioteca é hoje muito importante, podendo computar-se superior às suas possibilidades tanto

grafia económica; vii — Geografia de Portugal e colónias; viii — Cartografia; ix — Revistas e jornais; x — Miscelânea de geografia.

2) *Ciências Matemáticas*

- i — Generalidades, Dicionários; ii — Matemáticas *puras*: cálculo, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria; iii — Matemáticas *aplicadas*: mecânica, astronomia, hidrografia, tecnologia industrial, navegação e questões conexas, aerostação, construção, arte militar, ciências aplicadas às indústrias. Obras públicas. Correios. Telégrafos. Caminhos de ferro. Cálculo e contabilidade comercial; iv — Revistas e jornais; v — Miscelânea de ciências matemáticas.

3) *Ciências físico-químicas*

- i — Generalidades, Dicionários; ii — Física; iii — Química; iv — Físico-química; v — Cristalografia; vi — Revistas e jornais; vii — Miscelânea de ciências físico-químicas.

4) *Ciências histórico-naturais*

- i — Generalidades, Dicionários; ii — Mineralogia. Geologia. iii — Biologia. Bioquímica; iv — Botânica. Agricultura. v — Zoologia; vi — Antropologia; vii — Revistas e jornais; viii — Miscelânea de ciências histórico-naturais.

E) MEDICINA

- i — Generalidades. Dicionários; ii — História da Medicina e da Farmácia; iii — Anatomia. Fisiologia. Patologia geral; iv — Medicina experimental; doenças infecciosas. Bacteriologia. Parasitologia; v — Cirurgia. Clínica médica e cirúrgica; vi — Medicina legal. Toxicologia. Neurologia. Psiquiatria. Legislação médica e far-

em pessoal auxiliar como pela capacidade da Sala de Leitura. Não é raro encontrarem-se tomados todos os lugares de leitura, com prejuízo para diversos frequentadores da Biblioteca. Urge ampliar estas instalações para que tão meritório estabelecimento preste os seus incalculáveis serviços, na difusão da indispensável cultura aos estudantes universitários e a todos os portugueses em geral.

O movimento pode avaliar-se pelo:

MAPA ESTATÍSTICO
DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
ANO DE 1941 (1)

Publicações entradas:

Oferta.	}	Obras	4.557	
Depósito legal.		}	Volumes	4.801
Compras				
Revistas.			3.443	
Fascículos.			4.357	
Jornais.			17.182	
Números			24.321	

macêutica; vii — Diagnóstico. Urologia. Radiologia; viii — Dermatologia e sifilografia; ix — Obstetrícia e ginecologia. Pediatria; x — Rinologia. Otologia. Laringologia. Oftalmologia. Estomatologia e Odontologia; xi — Farmacologia e terapêutica. Crenoterapia e Hidrologia; xii — Higiene geral. Assistência; xiii — Veterinária; xiv — Jornais e Revistas de Medicina e Farmácia; xv — Miscelânea médica e farmacêutica.

F) INCUNÁBULOS

G) MANUSCRITOS

(1) Êstes dados foram obsequiosamente cedidos pelo Dr. Sousa Pegado.

Leitura:

Leitores:

		Diferença de 1940 para 1941
Leitura nocturna.	13.089	— 265 (1)
Leitura diurna — femininos. .	8.929	+ 1.580
» » — masculinos.	21.122	+ 2.306
<i>Total.</i>	43.140	+ 2.306
Leitura domiciliaria-Req. . . .	15.579	+ 5.480
<i>Total.</i>	58.719	

OBRAS CONSULTADAS

	Leitura diurna	Difer. de 1940 para 41	Leitur. nocturna	Difer. de 1940 para 41	Leitur. domicilia- ria	Difer. de 1940 para 41
Bibliog., enc. dic.	3.381	+ 237	1.163	— 735	257	— 106
Filologia.	3.165	+ 1.069	1.482	+ 237	345	— 98
Literatura	8.936	— 539	3.999	— 1.154	6.133	+ 2.409
História	5.591	+ 269	2.369	— 491	1.426	— 65
Filosofia	4.226	+ 1.469	2.015	+ 701	672	— 252
Pedagogia	392	— 151	195	— 205	485	— 281
Arte.	638	+ 403	105	— 14	266	+ 18
Religiões.	170	+ 50	60	— 15	196	— 241
Direito	7.090	— 836	3.396	— 775	1.473	+ 539
Geográficas	532	+ 167	312	+ 54	98	— 37
Matemáticas.	2.598	+ 886	1.105	+ 221	238	— 11
Fisico-Químicas	1.778	+ 648	926	+ 249	173	— 174
Hist.-Naturais	544	+ 225	372	+ 102	170	— 109
Medicina.	1.655	— 1.252	948	— 671	4.469	— 2.128
Revistas	4.167	+ 1.563	1.210	(2)	606	— 396
Jornais.	1.283	+ 406	174	(2)	120	— 35
Manuscritos.	552	— 360	60	— 6	1	— 11
Reservados	195	+ 64	51	+ 2		— 32
<i>Total.</i>	46.893	+ 4.318	19.942	— 1.088	17.128	— 908

(1) Nos meses de Agosto e Setembro não houve leitura nocturna.

(2) As revistas e jornais eram incluídos nas respectivas secções.

Catálogo:

Espécies catalogadas, 7.266 (1)	
Fichas para o catálogo geral	8.125
» » » » metódico	7.226
» » » » ideográfico	11.956
» » » boletim semanal	<u>3.639</u>
<i>Total</i>	30.946

Nota — Na leitura domiciliária verifica-se que aumentou o número de requisitantes e diminuiu o número de obras consultadas. Isto é devido ao facto de em 1940 existirem requisições com mais de uma obra. Cada requisitante pode ter as obras em seu poder durante 30 dias, mas estes números dizem respeito somente a uma consulta. Não houve, portanto, diminuição de leitura.

*
*
*

É incontestável que as instalações da *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* não satisfazem. Chega mesmo a admirar como um pessoal assás exíguo ocorre ao serviço de leitura sobremaneira importante — muito superior ao de outros estabelecimentos congéneres do País.

O actual Director, Prof. Doutor Damião Peres, da Faculdade de Letras, no elevado desejo de bem servir a sua Universidade, enviou um Relatório ao Ex.^{mo} Reitor, expondo as necessidades mais imperiosas da Biblioteca; na resposta ao inquérito da Comissão da Cidade Universitária perfilhou a construção de uma nova Biblioteca, modelada em sofríveis exigências de conforto.

(1) Não estão incluídas as espécies: Reservados, Manuscritos e Revistas.

São dois documentos preciosos para a história da *Livraria da Universidade*. Por amável aquiescência do seu autor enriquecemos o nosso trabalho com a primeira das exposições.

RELATÓRIO

1 — Da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, é geralmente conhecido o salão principal — a chamada *sala de D. João V*. Por êle se afere, geralmente também, o que serão as instalações de um estabelecimento que pode orgulhar-se daquela maravilha.

É, de facto, rico o referido salão; mas não correspondem, nem de longe, ao fausto daquele esplêndido museu de livros as restantes dependências e muitos dos serviços. A situação da Biblioteca da Universidade de Coimbra — sem instalações adequadas, sem dotações suficientes e sem o pessoal necessário — constitui mesmo um verdadeiro *problema nacional* que urge estudar e resolver.

2 — O edificio da Biblioteca abrange três pavimentos. O primeiro fica, pelo lado nascente, ao nível do terreiro da Universidade, com o qual comunica, pelo portão de honra, a magestosa «sala D. João V»; neste pavimento encontram-se também a sala dos manuscritos, a secretaria e o departamento de catálogos, a sala de leitura pública, o gabinete do Director e um vestibulo. No pavimento imediatamente inferior há dois grandes salões e algumas dependências menores, tudo utilizado como depósito de livros. No fundo do edificio fica, finalmente, a antiga prisão académica, já em parte desfigurada por obras de adaptação a depósito de livros. Por felicidade, algumas dependências da histórica cadeia universitária escaparam à adaptação. Merecem restauro e esvasiamento êsses res-

tos — lóbregos corredores e acanhadas prisões que estão servindo de miseráveis e perigosos depósitos de livros.

3 — O mobiliário reflecte a feição do edifício: rico na «sala D. João V»; sofrível em grande parte das instalações, mas tam variado em estilos, côres e medidas, que dir-se-ia constituir o recheio de um armazém de leilões; e verdadeiramente miserável nos compartimentos mais tristes do estabelecimento. Quási milagre é que tal miséria não tenha ocasionado ainda o aparecimento de alguma invencível praga de insectos bibliófagos; mas já algumas colónias aparecem e urge acudir ao perigo iminente.

4 — No quadro seguinte comparam-se as quantidades de leitores, obras consultadas e espécies entradas, relativamente à Biblioteca Nacional de Lisboa e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra:

QUADRO N.º 1

ANOS	LEITORES (1)		OBRAS CONSULTADAS		OBRAS ENTRADAS (2)	
	Biblioteca Nacional de Lisboa	Biblioteca da Univer. de Coimbra	Biblioteca Nacional de Lisboa	Biblioteca da Univer. de Coimbra	Biblioteca Nacional de Lisboa	Biblioteca da Univer. de Coimbra
1932	31.488	15.777	69.599	16.132	4.213	6.687
1933	37.248	16.995	71.359	18.906	3.983	4.296
1934	33.443	35.554	64.033	73.766	4.361	7.601
1935	31.191	60.230	60.909	157.426	7.405	43.471
1936	32.029	68.021	62.770	216.960	7.470	8.555
1937	37.672	68.883	76.663	185.475	2.953	10.943
1938	36.258	77.193	77.939	176.038	(3)	9.727
1939	(3)	72.977	(3)	169.545	(3)	8.855

(1) Segundo o *Anuario Estatístico de Portugal e Anais das Bibliotecas e Arquivos*.

(2) Não estão incluídas as publicações periódicas ou em curso.

(3) Não estão publicados estes dados estatísticos.

Os números respectivos indicam :

1.º — Que o movimento de leitores e obras consultadas é, na Biblioteca da Universidade, *mais de duas vezes* o da Biblioteca Nacional;

2.º — Que no sector de obras entradas, aquela desigualdade se manifesta também, embora mais atenuada.

Se, porém, se põem em paralelo os quadros de pessoal das mesmas Bibliotecas, chega-se a uma conclusão realmente paradoxal, pois o da Biblioteca da Universidade é inferior a metade do da Biblioteca Nacional:

QUADRO N.º 2

Pessoal	Biblioteca Nacional de Lisboa	Biblioteca da Universidade de Coimbra
<i>A) Técnico</i>		
Primeiros Bibliotecários	3	1
Segundos Bibliotecários	3	1
Terceiros Bibliotecários	5	2
<i>Total . . .</i>	11	4
<i>B) Administrativo</i>		
Tesoureiro	1	-
Segundos-Oficiais	1	-
Terceiros-Oficiais	2	-
Aspirantes	-	1
<i>Total . . .</i>	4	1
<i>C) Menor</i>		
Fiéis	5	-
Porteiro	1	-
Guarda	-	1
Contínuos	3	3
Serventes	-	1
<i>Total . . .</i>	9	5
<i>Total geral . . .</i>	24	10

E se se estende a comparação ao número de assalariados e contratados, a desigualdade mantém-se, em ritmo equivalente: 37 na Biblioteca Nacional, 12 na Biblioteca da Universidade.

A exiguidade de pessoal na Biblioteca da Universidade é evidente; e de tal exiguidade não podem deixar de ressentir-se, e gravemente, certos sectores. Ela não impede, é certo, que os serviços correntes se façam com a necessária regularidade: atendem-se convenientemente todos os consulentes, catalogam-se todas as obras que vão entrando, e publica-se periodicamente a respectiva relação. Mas ninguém imagina, ante a placidez aparente, quanto trabalho, quasi sôbre-humano, isso por vezes representa!

No entanto, por maior que seja a capacidade dos funcionários, o seu constante zêlo, e a sua grande vontade de bem servir, é óbvio que certos aspectos da vida de uma grande Biblioteca, como é a da Universidade de Coimbra, tem de ser forçosamente relegados para um segundo plano. E assim, se é certo que, concentrando os esforços, tem sido possível manter activamente a catalogação da secção de manuscritos, já o mesmo se não pode dizer da ordenação e catalogação do « fundo proveniente dos extintos conventos », como da elaboração de bons catálogos especiais — nomeadamente o ideográfico.

Os males que resultam de tal situação são evidentes; mas importa acentuá-los a respeito de certos sectores onde mais claramente se manifestam.

a) — *Publicações periódicas.*

Dispensável é acentuar a importância que na bibliografia moderna assumiram as revistas. O progresso da

ciência, a evolução das doutrinas filosóficas, a feição das literaturas, vivem nas suas páginas; é impossível dispensá-las. Mas, por isso mesmo, impõe-se às Bibliotecas públicas o dever de arrumá-las e catalogá-las com perfeição e rapidez; e ainda encaderná-las, como medida de elementar prudência.

Na Biblioteca da Universidade de Coimbra há uma riquíssima colecção de revistas; porém a sua utilidade é limitada, por não ter sido possível ainda dotá-la com os referidos benefícios: a catalogação é morosa, por deficiência de pessoal; a arrumação, em grande parte imprópria, obedece ao que as circunstâncias permitem, derramando-se já numerosos volumes por toda a parte onde haja disponíveis uma estante velha, um banco côxo ou uma improvisada prateleira; a encadernação, praticamente, não existe, pois milhares e milhares de volumes aguardam que a exigüidade da respectiva verba se torne menos aflitiva. A colecção de revistas da Biblioteca da Universidade merece, evidentemente, outro tratamento.

b) — *Catálogo ideográfico.*

A utilidade de um bom catálogo ideográfico está há muito claramente demonstrada. Porém o da Biblioteca da Universidade não passou ainda da infância; se conseguir crescer, é de crer viva inválido. Um bom catálogo ideográfico exclui toda a ideia de trabalho apressadamente feito; exige cuidadoso e persistente labor de Bibliotecários diversamente especializados — coisas incompatíveis com a escassez de pessoal.

c) — *Fundo proveniente dos extintos conventos.*

No pavimento médio do edificio encontra-se um vasto salão de paredes totalmente revestidas por livros, e ainda

pejado de várias fileiras de estantes centrais, igualmente repletas. Estão aqui — calculo eu — mais de cem mil volumes. Calculo eu, repito; ninguém o sabe ao certo. Há um século que estes livros entraram na Biblioteca, e a sua catalogação está pouco mais que principiada.

E contudo, que riquíssimo espólio, este dos extintos conventos ali armazenados. Há nele, em duplicado e em triplicado — quando não em maior número —, obras pouco vulgares, que, vendidos os excedentes, ajudariam a resolver alguns dos problemas do estabelecimento; até incunábulo já o acaso mostrou existirem! Porém, ano após ano, decénio após decénio, a mole, que podia ser duma enorme utilidade, permanece desaproveitada. Quantos consulentes terão requisitado debalde espécies que a Biblioteca realmente possui; e isto só porque tais espécies dormem, ignoradas no vasto salão, um sono que parece sem fim.

5 — As providências reclamadas pela situação da Biblioteca da Universidade devem abranger, tanto o edifício e o mobiliário, como o pessoal. Contudo, a amplitude e a urgência não são iguais em relação a todos os casos.

a) — *Edifício.*

Solução ideal seria a construção de um edifício próprio, deixando ao actual a feição e função de Museu Bibliográfico de espécies anteriores ao século XIX, harmonizando conteúdo e continente. Praticamente, porém, as maiores dificuldades de arrumação já desapareceriam com a execução imediata das obras de alargamento do edifício, que estão estudadas e planeadas. Enquanto uma ou outra das soluções apontadas se não adopta, impõe-se urgentemente a realização de algumas obras menores, que permitirão um melhor aproveitamento do espaço existente; esta solu-

ção só será verdadeiramente útil se fôr acompanhada da reforma, ao menos parcial, do mobiliário, na parte relativa à arrumação dos livros.

b) — *Mobiliário.*

A progressiva substituição das actuais estantes de madeira por outras de ferro e ardósia, de feição moderna, é uma necessidade clamorosa. Tal substituição tem de ser paulatina, começando imediatamente pelas miseráveis, vergonhosas e perigosas prateleiras de pinho, desniveladas e pôdres, que devem sem demora desaparecer. Urge, pois, que a verba respectiva sôfra o correspondente aumento.

c) — *Pessoal.*

É de tôda a evidência que o pessoal tem de ser convenientemente aumentado, se se pretende levar a cabo o trabalho profundo que se impõe. Basta a comparação numérica atrás feita para o demonstrar com iniludível clareza.

Entendo, porém, que tal aumento deve fazer-se, tanto no sector do pessoal menor, onde actualmente certas categorias muito necessárias, por exemplo a de fiel, nem sequer representação têm, como nas do pessoal técnico; e ainda um pouco na do administrativo, para que cada funcionário esteja adstricto à sua função própria. E, preferentemente, com carácter vitalício, dada a especial missão das Bibliotecas. Estas exigem dos servidores uma formação especial, que se traduz no amor dos livros e respeito pela sua aplicação, na constante dedicação ao estabelecimento e seu recheio, qualidades que só a diuturnidade do serviço consolida, ou mesmo gera.

Assim, o alargamento do quadro do pessoal — embora prudentemente feito — impõe-se. A título informativo, atrevo-me a propor o seguinte esquema, mais modesto que o da Biblioteca Nacional de Lisboa e até sensivelmente menor que o da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto:

I — PESSOAL DO QUADRO

A) — *Pessoal técnico*

Primeiros Bibliotecários	2
Segundos Bibliotecários	4
Terceiros Bibliotecários	4

B) — *Pessoal administrativo*

Terceiros oficiais	1
Aspirantes	2

C) — *Pessoal menor*

Fieis	4
Guarda	1
Contínuos de 2.ª classe	4

D) — *Pessoal contratado além do quadro*

Auxiliares de fiel	2
Auxiliares dos serviços gerais	4
Auxiliares de limpeza.	6

A Bem da Nação.

Biblioteca da Universidade de Coimbra, 15 de Novembro de 1940.

O Director,
(a) *Dr. Damião Peres*

* * *

Não desejaríamos rematar estas considerações sem aludir ao local e data da primitiva Livraria da Universidade. É um problema que tem despertado certa curiosidade, como é verosímil. Florêncio Feio admite que existiu, pelo menos desde 1597 (1). A Provisão de 17 de Junho de 1541 ordenava a execução de estantes para a Livraria (2), mas nada mais tem aparecido a lume, a não ser que em 1541 D. João III mandara escolher a casa mais apta dos seus Paços para a Livraria (3).

(1) Obr. cit., pág. 9 e 10.

— Considera-se que a primeira livraria de Portugal, em recinto não sagrado, existiu nos Paços reais, atribuindo-se a primazia dessa instituição a D. Duarte (J. de Vilhena Barbosa, *Estudos Historicos e Archeologicos*, tomo 1, pág. 88 e 91).

Depois, D. Afonso V gastou somas avultadas na sua livraria, dos Paços de Évora (idem, pág. 94), originando-se, assim, as primeiras livrarias particulares.

A criação da Real Biblioteca Pública de Lisboa data de 29 de Fevereiro de 1796 (Vilhena Barbosa, obr. cit., pág. 110), ulterior, portanto, à da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

(2) António José Teixeira, *O Instituto*, vol. 37.º, pág. 305.

(3) Idem, pág. 307.

— Vilhena Barbosa, escreve em *Estudos historicos e archeologicos* (pág. 96):

« No mesmo seculo (xvi) fundaram-se as livrarias das duas Universidades de Coimbra e de Evora. A primeira tivera principio, é certo, em tempos anteriores, mas tal era a sua pobreza, que bem se pôde chamar fundação ao augmento que lhe deu el-rei D. João III, quando fez a ultima mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra, correndo o anno de 1537. »

Bernardo de Serpa Pimentel (1) afirma que nenhum documento apareceu, anterior a 1573, tendente a *reparar a falta* da Livraria da Universidade, não tendo *por certo casa especial de bibliotheca, nem livraria propria, que fossem proporcionadas á importancia d'este instituto scientifico.*

Em 17 de Fevereiro de 1513 (2) reunia-se à *Livraria do Studo* (3), em Lisboa, um legado de 58 volumes de Diogo Lopes, lente de Cânones, procedendo-se à respectiva catalogação — o inventário (4) aparece nos livros da Universidade de Lisboa de 1506 a 1526. Nessa data havia mais 70 livros além dos citados (5). Por um conflito com o Recebedor, tomou a guarda dos livros (em 17-11-1513) o bedel Nicolau Lopes — mais tarde professor de Cânones (6).

Êstes volumes estiveram para ser enviados para Coimbra em 8 de Junho de 1536.

E, diz ainda Bernardo de Serpã Pimentel (7): « A fundação pois de uma livraria, publica e de alguma importancia, na Universidade de Coimbra, não foi anterior a 1573.

(1) Vila Maior, obr. cit., pág. 470; e Teófilo Braga, obr. cit., vol. 1, pág. 418.

(2) Teófilo Braga, obr. cit. pág. 418.

(3) Um interessante *Iventayro da Livraria do Studo* (de Lisboa), foi descoberto por Gabriel Pereira (Teófilo Braga, obr. cit., vol. 1, cap. iv, pág. 420; e *Boletim Bibliográfico*, etc., pág. 339, vol. 1, pág. 482).

(4) Idem, pág. 420.

(5) Idem, pág. 419.

(6) Dr. Teixeira de Carvalho, *Boletim Bibliográfico*, etc., vol 1, pág. 492.

(7) Visconde de Vila Maior, obr. cit., pág. 471.

Mas penso que seria talvez anterior ao anno de 1591, ou pelo menos, certamente, não muito depois d'elle.

« Determinavam os Estatutos da Universidade, decretados nesse anno de 1591 (e da mesma sorte o fizeram depois os de 1597...) que houvesse na Universidade uma *livraria publica*; e declarando, ser *uma das cousas mais importantes á Universidade, ter uma boa livraria*, estabeleciam uma dotação de cem cruzados (40\$000 reis) em cada triennio, *para a conservar e augmentar.* »

No seu valioso trabalho (não concluído) sôbre « A Biblioteca da Universidade de Coimbra e as suas marcas bibliográficas », inserto no « Boletim da Biblioteca da Universidade » (1), alude A. da Rocha Madahil a uma provisão de D. Pedro II, que confirma a solução proposta pelo autor sôbre a casa occupada pela Livraria da Universidade.

Admite-se neste trabalho *que a memória* (2) *do local onde a livraria esteve instalada se perdeu*, porque não possuía edificio próprio e porque outrora as bibliotecas eram limitadíssimas. Funcionou numa sala do Paço das Escolas, exactamente como qualquer aula, comparando o autor essa instalação com a das actuais bibliotecas privativas das Faculdades.

Só em 1541, no reinado de D. João III, se deve ter procurado acomodar, convenientemente, os livros vindos de Lisboa, — segundo se depreende de duas cartas do Rei: uma, de 17 de Junho de 1551, para o recebedor da Universidade Nicolau Leitão (3); e outra, de 4 de Julho, para o Rei-

(1) Vol. 10, de 1932, pág. 161.

(2) Idem, págs. 165 e 166.

(3) Idem, pág. 166; e Prof. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, Vol. II, pág. 16.

tor (1) sôbre a execução de estantes e transferência da Livraria de Lisboa para Coimbra e casa dos Paços mais conveniente. No entanto, já em 1534 havia um arrolamento (2) da livraria de Lisboa.

Em 1545, nomeava-se, por alvará (3), o estudante Fernão Lopes de Castanheda (mais tarde grande historiador), então bedel, para guarda do Cartório e da Livraria.

Castanheda deve ter desempenhado alguns serviços sem proventos, pelo que reclamou. A Universidade autorizou-lhe a posse (4) em 19 de Julho de 1547, prestando então juramento a 23 de Julho.

Uma carta do Rei, de 13 de Março de 1548, — deferindo-lhe o aumento de ordenado (5) por acumular as funções de bedel com a *guarda das cousas de impressão* —, dá preciosas indicações sôbre a livraria. Castanheda tinha de abrir a porta da livraria duas vezes ao dia; e mantê-la franqueada aos leitores durante duas horas, em cada um dos dois períodos. Era obrigado a vigiar, êle próprio, a leitura, ou a deixar alguém no seu impedimento, para evitar o arranque de fôlhas. A limpeza ficava também ao seu cuidado, para não envelhecerem os livros, nem serem « comidos pelo bicho ».

Em 20 de Julho de 1554 Fr. Diogo de Murça (6)

(1) A. Madahil, obr. cit., pág. 169; e Prof. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, Vol. II, pág. 25.

(2) A. Madahil, obr. cit., pág. 168.

(3) A. Madahil, obr. cit., pág. 171; e Prof. Mário Brandão, obr. cit., pág. 204.

(4) A. Madahil, obr. cit., etc., pág. 173.

(5) Idem, pág. 174; e Prof. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, Vol. III, pág. 138.

(6) A. Madahil, obr. cit., pág. 179.

escreve ao Rei, no sentido de se *comprar para a livraria da Universidade* o espólio de livros do Professor alemão, Fábio Arcas (Jurisconsulto), que lera em Coimbra.

Ulteriormente, em 20 de Junho de 1573, D. Aires da Silva informou o Claustro de que pedira ao Visitador e Reformador para advogar, junto de D. Sebastião, a construção de uma Livraria compatível com a *ilustre e insigne Universidade*, etc. (1).

Nos Estatutos de 1591 regulamenta-se já a Livraria da Universidade (libro II. Titulo XLXI), adoptando-se as mesmas disposições nos Estatutos de 1597 (2).

Rocha Madahil (3), baseado nestes informes, concebe a Livraria como uma sala de leitura contendo estantes, armários e prateleiras, com livros presos por cadeias (4) de ferro (a-fim-de evitar desvios) e abrochados (para defesa da encadernação); num dos extremos, existiria uma cátedra alta, donde se vigiasse tóda a casa, velando-se assim pela boa conservação dos livros; e naturalmente, à entrada da porta, bem patente e legível, estaria um aviso proibindo que se riscassem ou furtassem os livros e após a leitura, permanecessem abertos; recomendaria certamente silêncio.

Os mesmos Estatutos prescreviam que nos dias úteis, de cada ano lectivo, a Biblioteca estivesse aberta três horas de manhã e três de tarde. A higiene era também focada, mandando-se limpar os livros e varrer a casa duas vezes por semana.

(1) A. Madahil, obr. cit., pág. 180; Figueiroa, obr. cit., pág. 110; e Vila Maior, obr. cit., pág. 471.

(2) Vila Maior, obr. cit., pág. 471.

(3) *Boletim bibliográfico*, vol. 1, obr. cit., pág. 187.

(4) Idem, pág. 190.

Os volumes encontravam-se dispostos nas estantes por Faculdades (1), e alfabeticamente, havendo anotação do número, cota, encadernação, impressão, etc.

O Reitor, acompanhado de um lente de cada Faculdade, procedia à inspecção anual (2).

Por carta de 19 de Março de 1601 (3) foi nomeado o bacharel em cânones Pedro de Mariz (autor dos *Dialogos de Varia historia*) *corrector da impressão da Universidade e guarda da livraria*. A 19 de Maio (4) fêz-se um contrato com o citado bacharel para fornecimento (5) de livros (vindos de Veneza). Parece que os entregou fora do prazo — em Setembro ou Outubro de 1602, quando estava estipulada a data de 9 de Março de 1602. Por isso, Pedro de Mariz (6) só recebeu ordem para levantar a importância em débito, no mês de Janeiro de 1603. A 4 de Fevereiro do mesmo ano, foi autorizado a receber uma verba destinada à aquisição de peles (7) para as encadernações, citando-se, até, os nomes de três encadernadores (8) de Coimbra. As pastas das encadernações passaram a receber um cunho com a insígnia da Universidade, para o que se mandou executar uma *estampa* (9), em Setembro de 1603. Gravaram-se-lhes, também, armas e letras.

(1) *Boletim Bibliográfico*, obr. cit., pág. 188.

(2) *Idem*, pág. 189.

(3) *Idem*, pág. 194.

(4) *Idem*, pág. 196.

(5) Teófilo Braga, obr. cit., vol. II, pág. 242.

(6) *Boletim Bibliográfico*, obr. cit., pág. 197.

(7) *Idem*, pág. 200.

(8) *Idem*, pág. 201.

(9) *Idem*, pág. 206.

Nesta data, as instalações eram ainda insuficientes pois não chegou a melhorar-se a Livraria. A 14 de Novembro de 1604 Filipe II estipula (1) um subsídio para compra de livros, estantes, etc.; porém, a 31 de Janeiro de 1605 suspende-se a compra das estantes.

Surgem complicações financeiras por causa do acabamento do Colégio das Artes (2). Não se fizeram a Livraria e os Gerais pedidos.

Em 1609, o Reitor D. Francisco de Castro diligencia obter verba para as duas citadas obras. Pretendia-se que a livraria abandonasse uma casa particular da Universidade para se instalar em casa pública, (3) alvitrandose que ficaria bem acomodada no Geral de Teologia, se para as lições e actos desta aula se fizesse um Geral grande (4).

Em 1605 procura-se resolver o problema da instalação privativa em nova sala (5), aparecendo, nos livros de Receita e Despesa de 1619, uma verba, consignada a João Ramos, destinada a pagar os portais de pedra de Ançã e seus assentamentos na Livraria.

De-certo, não dispunha de muitos livros, mas, alguns de valor devia possuir, pois, em 20 de Julho de 1625, autorizava-se o Padre João Alves Troco a fazer uma *revisão da livraria para colher algumas curiosidades* (6).

Na documentação organizada por João Baptista (7),

(1) *Boletim Bibliográfico*, obr. cit. pág. 211.

(2) *Idem*, pág. 212-214.

(3) *Idem*, pág. 218.

(4) *Idem*, pág. 217.

(5) *Idem*, pág. 219.

(6) Visconde de Vila Maior, obr. cit., pág. 474.

(7) Rocha Madahil, obr. cit., pág. 219.

em 1638, fala-se da casa nova da Livraria; no entanto, já em 1626, o livro da *Agência* (1) se refere a obras.

A Provisão de 27 de Agosto de 1677 autoriza a despesa de 118\$000 reis na « Casa da Livraria » (2).

Mau grado tão porfiados esforços, durante tantos anos, o Reitor Nuno da Silva Teles, em 1695, impetrou, uma vez mais, ao Rei, a continuação das obras, pois as paredes estavam sòmente até ao primeiro lanço (3) — levantadas, segundo A. Madahil, por D. Francisco de Castro, em 1609, e autorizadas em 20 de Setembro (4).

Uma provisão do Rei autorizou as obras — certamente os dois gerais pedidos pelo Reitor Afonso Furtado de Mendonça (em exercício de 1597 a 1605, no reinado de Filipe 3.º), bem como a livraria (5). Figueiroa faz a respectiva citação mas A. da Rocha Madahil informa que as obras não se efectuaram, pois igual petição se fizera ao reformador D. Francisco de Bragança, na sua visita à Universidade (1604-1605); em 1695 reiterou-se a mesma pretensão a D. Pedro II.

A provisão de 1695, do Rei D. Pedro II, parece solucionar o problema da casa da Livraria. E, assim, embora A. Madahil não tivesse concluído o seu valioso estudo inserto no Boletim da Biblioteca da Universidade de Coim-

(1) A. Madahil, obr. cit., pág. 220.

(2) Visconde de Vila Maior, obr. cit. pág. 473.

(3) A. Madahil, obr. cit., pág. 218.

(4) Figueiroa, obr. cit., pág. 155; e Prof. Vergílio Correia, *Obras antigas*, etc. pág. 6.

(5) Figueiroa, obr. cit., pág. 125; e A. da Rocha Madahil, obr. cit., pág. 192.

bra, teve oportunidade de escrever noutra lugar (1): « é de 1695 uma provisão de D. Pedro para o Reitor Nuno da Silva Teles, segundo a qual a biblioteca se fixou nos Gerais; um frontão delicadamente esculpido, com livros por motivo ornamental, e colocado nessa ocasião sobre a porta da casa da livraria, ainda hoje permite identificar qual ela fôsse. »

Sendo assim, as obras não decorreram com grande solidez, visto em 1705 a livraria estar já arruinada, guardando-se os livros no cartório. A sala era pequena e escura.

O diploma que determinou a compra da livraria do Dr. Francisco Barreto em 1716, informava que devia haver no Pátio da Universidade, em lugar conveniente e de menor despesa, uma *fábrica adequada* (2). E, na verdade, veio a edificar-se um novo edifício, como vimos.

.....

JOSÉ RAMOS BANDEIRA

(1) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. iv, pág. 651 (Biblioteca da Universidade de Coimbra).

(2) *Idem*, pág. 625.

O DOUTOR TOMÁS RODRIGUES DA VEIGA,
LENTE DE MEDICINA,
AMEAÇADO DE PRISÃO PELA CÂMARA
NO CASTELO DE COIMBRA

Êste ilustre eborense, professor da nossa Universidade, nascido em 1513, tinha aos vinte e cinco anos tal fama que D. João III o chamara para reger em Coimbra, na Faculdade de Medicina, a cadeira de Véspera — a das seis horas vespertinas — na qual se ensinava a doutrina hipocrática.

Doutorara-se em Salamanca, onde conhecera e se relacionara com Amato Lusitano, que a êle se refere sempre em termos encomiásticos.

Justamente considerado como um dos primeiros clínicos do seu tempo, fôra médico de D. João III e de D. Sebastião, que o honrara com o hábito de S. Tiago. O padre António Vieira, referindo-se-lhe num dos seus sermões, se bem me lembro, dedicado ao médico evangelista S. Lucas, chama-lhe « Magnus Tomas ».

Pois, foi a êste grande Tomás Rodrigues da Veiga, então já lente da Cadeira de Prima — a das seis horas matinais — na qual se lia e comentava a doutrina galénica, que a Câmara, nem sempre amiga, nem sempre amável para com a nossa Universidade, quis meter em ferros do Castelo, como se vai ver com documentos à vista, nos quais o lente ofendido nos seus brios se queixa em termos

violentos ao seu Reitor — D. Jerónimo de Meneses — e aos vogais do Conselho, que, reunido em assembleia magna, resolve com dignidade e justiça.

Comecemos pela

« petição do doctor tomas Roíz » (1)

« muyto Ilustre sōr Reytor e sōres do cōselho, o doctor Thomas Roíz da veyga, faço queyxumes a vossas mçes do desaRezoado agravo e afronta q̄ me he feyta nesta cidade por algũas p^{as} porque, sendo eu jubylado casy duas vezes e por direyto Ilustre e tendo nesta Unyversidade corenta anos de leytura cō fruyto e nas outras Unyversidades mayor nome q̄ nesta, a Camara desta cidade me chamou os dias passados para saberem de m̄y o estado da saude da teRa e, Indo eu la, me mandarão asentar com os mesteres e hũ bāco q̄ tem em baxo no sobrado e eu não consenti, dizendo q̄ se non devya tall lugar por minha pesoa e callidades e q̄ as outras uezes sēpre me derão cad^{ra} ou lugar Junto cō o co^{or} e q̄ eu nã hia A negoçeo meu; q̄ e banco me não avya dasentar e, dizēdo eles q̄ nō davão cad^{ra} senão a algũ desembargador ou conego, lhe Respondi q̄ sua alteza me não fasia menos homRa nem querya q̄ no seu Reyno mo fezesē q̄ com esas pesoas e que em sua presença me mandara asentar por vezes e q̄ na Unyversidade A qualquer cidadão se dava cad^{ra}; emtão ma-mandarão dar; pasado ysto, por algum desgosto que lhe ficaria comygo, alem do gerall que sempre mostrarão aas cousas e pesoas da

(1) A pontuação é nossa.

Unyversidade, acordarão em me mandar a casa o seu meyrinho cõ este mandado q̄ aquy vay em q̄, nõ podendo eles, me mandavão que logo antes de me levantar da cad^{ra} homde estava, ãtregase em dinheiro de contado cem cruzados, e não os dando logo neste improviso, q̄ o seu meyrinho me leuase ao castelo preso e ysto sem mostrarẽ, como sam obrigados aas pessoas privilegiadas, o poder que de sua alteza tenham nem ao snr Reytor nem Am̃y para nos prender e, sendo o mandado tão Injusto e casy Impossivel de entregar na mesma ora çem cruzados em moeda e, sendo em tempo que a nenhũa outra pessoa nem da teRa nem m^{to} menos da Unyversidade pedião nada como nem ategora se pedio, nem sendo feyta finta algũa na cidade e, não se avendo de fazer aos lentes em seu tempo senão plo s̃or Reytor della e, mostrandome o dito meyrinho o mandado, lhe Respondi que, nas cousas boas e de serviço de sua alteza como esta, por m̃y nã avya detença nenhũa e que logo a avyaria e nõ tardarya mas, que na mesma o não tinha em casa e por Iso o não podia dar e, Respondendo eu estas palavras, tornou a segundar este mandado que ahy vay que, se na ora não dese o dito dinheiro, me levava ao Castelo sem outro Respeito algũu e, entregando eu prata he ouro Ao dito meyrinho que pesava mais daquella contia e que a mandasse, se ao outro dia lhe nõ mandasse o dinheiro, me tomou plo braço, jurando que me nõ avya dalevantar dally senão para o castello, se lhe nõ entregase logo o dinheiro Amoedado e que ho meu Reytor e conservador me vyessem tirar do seu poder e isto com palavras dessas e outras cousas fora de toda Rezão e como demente, que, a m̃y per

Idade e logar, se devem, dizendo q̄ so fasia o que lhe mandavão o juiz e vereadores fazer; pede a vossas merces como membro desta Vnyversidade antigo e util nella como sou e como sempre fui e que com tanto amor he lealdade a tenho servido corenta anos ha, q̄ esta Injuria, feita não a m̄y que não costume v̄ygar, mas a meus filhos e a esta, a ajão por propria como he e asy Acudão a ella como lho mereço, plo q̄ doutra maneira cada dia farão a m̄y e aos mais sōres Muitas outras cousas, como estas e que nysto farão ho que é proprio de pessoas de tanta calydade e tão agardecidos sōres, »

Pelo artigo já aqui mesmo publicado pelo infatigável e prestigioso Director da Biblioteca Municipal de Coimbra, Dr. José Pinto Loureiro, sabíamos que não morriam de amores, muito pelo contrário, a Câmara e a Universidade. Da sua leitura se depreende que nem sempre tinham razão os universitários. Desta vez, porém, havia sobejo motivo para se magoar o nosso remoto colega, perante cuja nobreza não podemos deixar de sentir uma pontinha de emoção e justificado orgulho.

A primeira ofensa era realmente grave, sobretudo se nos reportarmos àqueles tempos* da Renascença, em que se era tão cioso de regalias, privilégios e precedências. Sentar um lente nos bancos dos mesteres que ficavam abaixo da grade divisória da sala dos vereadores e demais a mais quando aquêle ia a convite da Câmara para lhe prestar um serviço profissional, ao qual não era obrigado — esclarecer a vereação sôbre o estado sanitário da terra — era ofensa grave, não falando já na indelicadeza do acto, à qual Rodrigues da Veiga, um dos mais reputados mestres

da Universidade e assim considerado no estrangeiro, não podia ficar indiferente. Ganhou a partida, porquanto lhe deram a cadeira a que tinha direito o lente, cuja modéstia não o impediu de dizer-se « Ilustre » e o médico de El-Rei (1), que tantas vezes mandara sentar-se na sua presença a êle, tão importante como um cónego ou um desembargador... pelo menos.

Vencidos os da cidade, ficou-lhes, todavia, certo ressentimento, que rebentou na primeira oportunidade. Esta surgiu pouco depois, quando a Câmara exigiu a Tomás Rodrigues a grande quantia de cem cruzados, enorme mesmo naquele tempo, imposta em serviço de El-Rei e que a edilidade, feito o rateio, entendeu dever tocar ao lente de prima.

O Mestre de Medicina, já então jubilado, mas reconduzido, estava decidido a pagar a sua parte, porém de momento não a tinha em casa.

O meirinho, forte com o apoio da Câmara, foi duma extrema ousadia, violência e incorrecção, chegando às vias de facto e ameaçando-o em nome da mesma com os ferros de El-Rei.

É disto que se queixa o doutor Tomás Rodrigues em termos *viris*.

Antes de averiguarmos qual fôra a reacção dos seus iguais no conselho adrede convocado pelo Reitor, vejamos « o mandado da câmara »:

« ElRey noso sôr quer muito copia de dinheiro de serviço desta cidade e Aconta do qual mandamos ao dctor thomas Roïz que entregue logo cõ efeyto Ao

(1) Primeiro D. João III, depois D. Sebastião.

meyrinho pero vyeyra çem cruzados perante o espvão da camara que sam necesayros para se entregarem a alvaro fernandez pinheiro que ho dito sôr envyrou a este negoço e guardara este com certidão do espvão da camara de como os pagou para dar em pagamento do que lhe coube no dito serviço e por este mandamos Ao dito meyrinho e espvão que se não sayão fora de sua casa ate com efeyto hos não pagar e mandarão desse Recado ao juiz de fora não pagando o que asy comprirão com deljgençia em cojmbra aos xbiiij dabryl pero cabrall o fez de 1577 — diogo danayha, d. cabaço, g^o lejtão, soverall. »

Êste Soveral que era juiz de fora e, como tal, presidente da Câmara deu o seguinte

« despacho do juiz neste mandado » :

« Não tenho que despensar nem Respeytar neste caso; não entregando o dinheiro, cõ efeyto seja preso no castello.

Soveral ».

E aqui está um documento, cheio de rancor, que por um fiozinho não levou o grande mestre aos ferros do Castelo. Valeram-lhe o reitor e James de Moraes, que naturalmente lhe emprestaram os cem cruzados:

« entrega do dinheiro »

« he verdade que o sôr d^{tor} thomas Roiz entregou perante m^y espvão hos çem cruzados conteudos no mandado atraz segundo forma dele Ao sôr pero

vyeyra como no dito mandado atraz se contem e por verdade fiz esta que asyney com o dito pero vyeyra, pero cabrall.

E tresladado tudo, eles sôres asynarão Aquj. antº da Silva ho espyy.

Dom Jeronimo de meneses, james de moraes ».

Agora vejamos o que se passou no claustro pleno da Universidade, reünido a 22, isto é, quatro dias depois do mandado de prisão e no qual compareceram quasi todos os conselheiros, a fina flor universitária e do burgo: o Reitor muito illustre D. Jerónimo de Meneses, os doutores Frei Luís de Souto Maior, lente de Escritura, Frei Agostinho da Trindade, lente de Escoto, Frei António de São Domingos, lente de prima de Teologia, António Mousinho, lente de Durando, James de Moraes, jubilado na Cadeira de prima de Cânones, Luís de Castro, lente de Véspera de Direito, Manuel Soares, de Decreto, Lourenço Mourão Homem, das Clementinas, Luís Correia de Castro, Cristóvão João e Álvaro de Andrade, lentes das Catedrillas de Cânones, António Vaz Cabaço, lente de Véspera de Leis, Rui Lopes da Veiga, filho do Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, do Digesto Velho, Luís Basto de Brito, dos Três Livros, Gonçalo Gil e Lopo de Bastos, lentes das Cadeiras do Código, o Doutor Inofre Francisco, síndico da Universidade, o Licenciado Jerónimo da Fonseca, substituto de Instituta, o Doutor Aires Pires Cabral, lente de uma Cadeira de Instituta, Gaspar Manso Leitão, lente de Medicina, Dom Manuel Coutinho, Deputado fidalgo, Frei Paulo Ferreiro, conselheiro teólogo, António Sebastião, de Medicina, Jerónimo de Souto, das Artes, Lopo de Albuquerque, conselheiro fidalgo.

Fechadas as portas e consultado o Estatuto dos Conselhos-mores, o Reitor disse que o Juiz de Fora desta cidade, isto é, o presidente da Câmara, lhe comunicara haver muitas doenças e muitos doentes na cidade a que acudir; que o Bispo tomara a seu cargo a protecção de certas freguesias; que a Câmara queria auxiliar no que pudesse, e vinha, por isso, pedir auxílio à Universidade; que para tanto os reunira. Resolveu-se « que primeiro se pagassem os lentes e officiaes e eles pagos, se a Universidade pudesse ajudar, ajudaria, e que os particulares teriam o cuidado de fazer cada um o que pudesse de sua casa para esmolas porque todos folgavam, nisso, de fazer o que podiam ».

Resolvido este primeiro assunto, por onde se vê que vem de longe a subscriçãozinha... pelas magras algibeiras universitárias, o conselho occupou-se do caso em questão, deliberando

« Sobre tomas Roíz da veiga.

E logo se levantou o d^{tor} Ruj lopez da veyga lēte da cad^{ra} do digesto velho, filho do do^{tor} tomas Roíz da veyga e disse que o dito seu pay se nō achava no cōselho porque nelle se avya de tratar cousa q̄ lhe tocava; q̄ elle é nome do dito seu pay apresentava hũa petição e cō ella huū mandado q̄ a camara desta cidade para ele pasara; e pedia q̄ todos vysem e se dese Remedio neste cōselho como lhes parecese Justiça; cō ysto se sayo para fora e Ido, eu secretayro ly o mandado da camara de que tudo Ao diante yra o treslado; por estarem presentes neste claustro o dctor ant^o Vaz cabaço, lente de vespora de leys que este

ano he vereador desta cidade do corpo desta Vnyversidade e o d^{tor} gaspar manso, filho de g^o leytão, procurador outrosy este ano desta cidade, que no dito mandado vynhão asynados no dito mamdado, pareceo ao claustro que erão partes para nã estarem presentes, per vyr asinado o dito d^{tor} no dito mamdado e o pay do dito gaspar mãso vyr outrosy asinado como procurador e cõ ysto votarão; e foy asentado que se saysem, e se forão para fora; e saydos eles sōres, votarão e foy asentado que logo a Vnyversidade envyase a sua A. hũ doctor ou dois dos grãdes da Unyversidade A darlhe cõta deste negoço por ser em m^{to} seruiço da Unyversidade e de seus privilegios e que era m^{to} certo sua alteza nã ser diso sabedor, porque ysto que se fizera ao d^{tor} thomas Roiz fora eyceso e afronta que se fezera a esta Unyversidade, visto a forma do mamdado da Câmara no qual nã avya provisão delReynoso sōr para tamanho Rigor, pelo que se (resolveu que) no mesmo mamdado se trasladaria a espta da dita provisão e, depois dasentado Isto, votarão em quem sera o dtor que fose a sua Alteza e foy por maes votos eleyto o dctor frey agostinho da trindade porque o dctor frey luis de souto maior, que para isso teve mais votos, deu sua Rezão descusa que se lhe Recebeo e foy asentado que o sindico fizesse Requecimento por espto a camara para tirar desto estromento dagravo e que contudo se se dilatase a Resposta delle por parte da cidade que ho dito dctor frey agostinho foçe cõ carta a sua Alteza e ao d^{tor} paulo A^o e p^o barbosa dando lhe conta deste negoço e que depois lhe mandarião ho estromento e que levase em publica forma e autentico o trelado da petição do

d^{tor} tomas Roiz e do mandado da camara para que se lhe fizesse execução.

E quanto ao d^{tor} ant^o cabaço, vereador do corpo da Unyversidade, se soubese certo a culpa que neste negoceo tevera e cometera e conforme a ella e como yso constase, a Unyversidade lhe podia dar Repreenção segundo achase que era deryto, porque m^{to} bem podia ser feyto negoceo ajnda que ho mamdado vyese asinado por ele, sem ele nyso ser cullpado ou sem ter tanta culpa com o agora pareceo que tinha; e segundo della constase asy se faria e de tudo o que nysto pasou fiz este auto e tresladey aquy a petição do dito d^{tor} tomas Roiz e o mamdado e despacho nelle para .que se lhe faca a execução que he o seguinte. Ant^o da sylva, secretayro, o espuy ».

Aqui terminam os documentos e por isso não sei que seguimento teve o caso. No entanto, a acta transcrita é bastante, para aquilatarmos da nobreza e ao mesmo tempo da prudência com que a Universidade se houve nesta testilha com os da Câmara.

Tomando a afronta feita ao Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, como se a ella mesmo ferisse nos seus brios e privilégios, defendeu o colega com energia perante o monarca e quanto ao professor Vaz Cabaço, que era ao mesmo tempo o seu representante na Câmara, como Vereador do Corpo da Universidade, não quis, prudentemente, condená-lo, a-pesar-de contra êle serem as aparências, pelo menos.

Como responderia o monarca? Condenaria a Câmara pelo seu *eyceso* ou tudo isto acabaria em bem?

Não sei responder.

Mas, sei para que exigia o monarca da cidade de Coimbra o sacrificio de três mil cruzados — 1.200\$000 — e porque se caíra sôbre o Doutor Tomás Rodrigues com a enorme soma de cem cruzados — 40\$000.

Os três mil cruzados era quanto Coimbra devia dar para ajuda da guerra contra os turcos, que ameaçavam o norte de África, e os cem cruzados exigidos ao Lente de Prima justificavam-se pela razão peregrina de que, estando êle presente, era para dar o exemplo. Lede a acta da sessão, mais interessante do que a minha prosa:

« Aos 17 dias do mes de abril 1577 anos... onde estavam juntos o L^{do} pero de soveral juiz de fora Dyogo danaiha vereador e o dtor ant^o vaaz cabaço vereador do corpo da Universidade, estando presentes Simão Roiz e J^{mo} fr^{co} procuradores dos 24 do povo, os quaes estando asi todos juntos na dita camara para o caso adiante declarado / para efeito do quall se ajuntarão por serviço delRei noso sôr na dita camara omde veu a ella allv^{ro} fêz pinheiro, cavaleiro fidalgo da casa delRei nosó sôr e lhes apresentou hũa carta do dito sôr, sarrada e asellada, q vinha derrigida para elles / a qual abrirão e antre as maes cousas em ella contheudas / se continha q per quanto o turquo se queria fazer poderoso nos lugares dafrica e se apersevia com armadas para tomar os portos destes lugares e se fazer senhor delles, o que seria grande dano e prejuizo destes Reynos e Christandade o que noso sôr não permitisse, e que pla obrigação q tinha s. A. de Rey Christãom e de acudir a semelhantes cousas de tanto serviço de noso sôr e bem e honra destes Reynos e quietação de seus povos e plo que a elle

cumpria e aos Reys de que decendia, lhe pareceo ser jaa tempo de se aperseber não soamente para se poder defender de taes inimigos mais ainda os offender e q̄ pela cunfiança que tinha desta cidade, lhe fasia saber o sobredito para q̄ para efeito de tam devida e necessaria resolução Mandava q̄ esta cidade ho seruisse conforme ao q̄ da sua parte o dito allv^{ro} fêz pinheiro lhes diria, ao quall darião todo credito em tudo o que ácerqua disso lhes dissesse como tũdo fizer e mais largamente hee contheudo e declarado na dita Carta q̄ fica no cartorio desta Camara / per bem da quall e do que convinha a tanto serviço de nosso s̄r e de S. A. e bem destes seus Reynos e quietação delles / com o zello e amor com q̄ esta cidade e cidadãos della e povo sempre mostrarão e servirão em semelhantes cousas comunicarão este negocio com o dito allv^{ro} fêz pinheiro, o quall disse da parte do dito S̄r aos sobreditos antre as mais cousas q̄ lhe Relatou que, por quanto os moradores desta cidade e povo della por Respeito dos amos esteriles estavam pobres, lhe não pedia mais de serviço q̄ três mill cruzados, nos quais pagarião todas as pessoas leigas sem aver exceção de privilegios algum, soamente as pessoas pobres q̄ era atensão de S. A. não pagassem cousa alguma e sem auer tomar c^{to} deste caso nenhum desembargador nem na execução deste negocio, appelação nem agravo / senão pagar cada hum aquellas contias q̄ por elles fossem lançados e repartidas e que estes 3000 cruzados avião de ser em paz e salvo para este serviço, afora os custos e despesas que na requadação delles se fizesse e asi visto per elles lhes responderão que praticuarião logo neste negoceo como em tal caso

convia. E mandarão chamar g^o Leitam o Vereador parceiro delles que era fora para procederem neste negoceo como convinha com a vontade e obrigação que tinham em tudo de servir S. A. quanto mais neste de tanto seu serviço e bem de todo seu Reyno ».

A 18 tornaram a reunir todos, pedindo a Álvaro Pinheiro, presente, que dissesse onde e em que tempo haviam de juntar o dinheiro.

Por todo o mês de Maio, respondeu — e que todos pagassem excetando apenas os pobres e os officiaes da Camara (!) « porquanto estes andarão occupados no entender deste negocio ». A Câmara assentou que quem não entregasse o dinheiro pedido tivesse prisão no castelo, sendo executor o Juiz de fora — « que assim o mandou da parte de S. A. e a execução se avia logo de fazer e o doutor thomas Roiz que ho mesmo enviado nomeou, se executasse logo per elle Juiz nesta forma emquanto elle estava presente, para exemplo de todos ».

Era forte! pela simples razão de estar presente e para exemplo, tinha de contribuir com 40\$000, ou seja um t^{er}ço do seu ordenado anual, ou seja metade do preço pelo qual nessa época se vendera uma das melhores casas da Calçada. Era forte!...

* * *

Pouco tempo sobreviveu a este lamentável conflito, pois faleceu em Coimbra aos 25 de Maio de 1579 e não de 1593, como diz a « Biblioteca Lusitana ». Vivera 66 anos completos duma vida fecunda e feliz que largamente o compensou daquele desgosto.

Eis o que conseguimos apurar sobre a sua carreira de médico e de professor.

Nascido em Évora no ano de 1513, estudara muito novo na Universidade de Salamanca, primeiro nas Faculdades das Artes, sem o que não poderia ser médico, depois na de Medicina, onde se doutorara.

É possível que tivesse escolhido a Universidade espanhola de preferência à nossa por lhe não ficar muito longe, mas é mais provável que a preferisse pela fama justificada daquela sobre a portuguesa, então em franco declínio.

Seja como fôr, logo que se doutorou, concorreu a uma cátedra de medicina, alcançando-a pelo seu saber e talento. Não tinha mais de 24 anos e o seu renome era já de tal ordem que D. João III, sempre em busca de celebridades para enriquecer o quadro da sua Universidade, então estabelecida em Coimbra há pouco mais dum ano, o trouxe para cá, dando-o por companheiro a Henrique de Coelhar e entregando-lhe a cátedra de véspera, a das seis da tarde, no ano lectivo de 1538-39.

Muito jovem, pois, ascendera ao professorado, já celebrado por condiscipulos e colegas. É sempre nos termos mais elogiosos que se lhe referem os discípulos como Peramato e os contemporâneos que com êle privaram de perto, tal um Zacuto Lusitano, que lhe chama *Professor Emeritus*, tal um Francisco Sanches, o grande filósofo e professor de Medicina em Tolosa, de nacionalidade portuguesa embora nascido em Tui, o qual o cita muitas vezes no seu tratado médico, tal um João Rodrigues de Castelo Branco, mais conhecido por Amato Lusitano. Nicolau António também a êle alude em termos encomiásticos:

« Artis Hippocraticae Summus Antistes, medicina Phoenix, cujus rara monumenta ostendunt raram eruditionem, in quibus vix scias an subtilitas ingenii sermonis puritatem

aut haec rerum abstrusarum scientiam antecellat: a Joanne Rege Conimbricensis Academiae authore vocatus eo ad professionem artis suae, usque ad emeritam senectutem docendo, et scribendo in eâ permansit...»

André Scotto na sua « Bibliotheca de Hespanha » e o Padre Francisco da Fonseca, da Companhia de Jesus, na sua « Evora Gloriosa » também se lhe referem e às suas obras. Nos « Dialogos de Varia Historia » de Pedro de Mariz há um elogio do mestre egrégio.

Ensinou ininterruptamente durante quarenta anos, tendo faltado poucas vezes às aulas, justificando sempre as suas faltas, ora porque fôra a Lisboa a chamamento do monarca, de quem era médico, outra vez para ver um irmão que estava muito doente na mesma cidade e outras vezes demorara menos tempo na lição porque... o relógio da Universidade andava adiantado sôbre o da Sé, quando pelo estatuto universitário devia andar « um pouco trazeiro », isto é, um pouco atrasado — assim se justificou perante o conselho, chamado das multas, porque dera só uma hora de aula em vez da hora e meia a que era obrigado.

Com a morte do Professor Rodrigo de Reinoso, catedrático da cadeira de prima, ascendeu a ela o Doutor Rodrigues da Veiga, e digo ascendeu, porque era a cátedra de prima a mais categorizada da faculdade e por todos muito apetecida. Foi nomeado por provisão do monarca a 23 de Novembro de 1557 e tomou posse dela a 3 de Janeiro de 1558.

Jubilado por exigência da lei, foi reconduzido por provisão régia de 29 de Setembro de 1559.

Outra prova do grande mérito dêste mestre é-nos fornecida pelos aumentos sucessivos dos seus ordenados.

Tendo principiado pelo de 20\$000 anuais, logo três anos passados — em 30 de Agôsto de 1541 — el-rei D. João III manda-lhe dar mais 20\$ ou seja ao todo 40\$ e que ensine durante mais dois anos; presenteia-o ao mesmo tempo « com certos quintaes de anil que manda trazer da India »; em 26 de Setembro de 1545 um alvará de El-Rei — ainda D. João III — acrescenta-lhe o ordenado de 40\$000 com mais 36\$620 réis, importância da sua *moradia* por ser fisico de El-Rei, o que prefaz a soma de 76\$620 réis; em 17 de Setembro de 1546, mais 10\$000; em 24 de Novembro de 1551, mais outros 10\$000. Finalmente a 23 de Novembro de 1557 a rainha viúva eleva o ordenado de Tomás Rodrigues para a invejável importância de 120\$000, esplêndido « salario » que depois de convertido em moeda actual, nenhum professor dos nossos dias se gaba de alcançar — uns oitenta contos!

Eis o Alvará da rainha que supponho inédito:

« Eu elRey faço saber a vos Rector e cōselheiros da Vnyversidade da çidade de Cojmbra q̄ por a Cadeyra de prima ora estar vaga por eu apousentar o doutor Rodrigo de Reinosso, meu fisico que della era provido, o quall a não pode ler por ser doente, e avendo Respeito aos serviços que o doutor thomas Roiz, meu fisico fes a elRey, meu Sôr e avo ⁽¹⁾, que santa gloria aja, no tempo que na dita Vniversidade leo medecina e polla confiança, que delle tenho e de suas letras e suficiençia tenho, e por lhe fazer merçe, ey por bem e me praz que o dito doutor thomas Roiz

(1) A rainha escreve em nome de D. Sebastião, rei-menino de 5 anos.

leya daqui em diante na dita Vnyversidade a dita cadeyra de prima de medeçina, emquãto eu o ouver por bem e não mandar o contrayro, com a quall avera cento e vinte mill rrs de salayro em cada hũ año. E, portanto, vos mando que lhe deis a pose da dita cadeyra e lha deixeis ler polla dita maneira, e avera os cento e vinte mill rrs de salayro cada año, os quaes lhe farejs pagar do primeiro dia doutubro deste Ano presente de b^c l^{ta} e sete em diante, em que começou de a ler, no Recebedor das Rendas da dita Vnyversidade, aas terças do año, segundo a ordenança, e ei por bem que este alvara valha e tenha força e vigor, como se fose carta feita em meu nome, por mim asinada e pasada pela minha chancelarya, e posto que este por ella nõ seja pasado, sem embargo da ordenação em contrayro. Andre Sardinha o fez, em Lex^a a vinte e tres dias de novembro de j^b l^{ta} e sete. Manoel da Costa o fez escrever »

« Raynha »

Documento honrosissimo, que ao mesmo tempo o faz ascender à cadeira de prima, a mais almejada por quantos seguiam a carreira do professorado e lhe eleva o ordenado para a soma notável de 120\$000, isto é... honra e proveito.

Outro documento, que também creio inédito, é a

« Carta de Jubilação do doutor thomas Roiz »

« Dõ Sebastião per graça de deos Rey de portugal e dos algarves daquē e dalē mar em africa, sōr de guine e da cōquista navegação e commercio de ethiopia arabia persia e da india etc ffaço saber aos q̄ esta

minha carta virẽ q̄, por fazer mçe ao doutor thomas Roiz meu fisico, lente da cadeira de pma de medecina na vniversidade da çidade de Coimbra, visto a prova q̄ deo de como leo na dita vniversidade por tempo de vinte anos cõprindo, q̄ cõforme aos estatutos della são necessarios p^a a Jubilação, ei por bem e me praz de o aver por Jubilado e q̄ posa daqui em diante gosar e vsar de todas as honras, preminências, graças e liberdades, q̄, segundo a forma dos ditos estatutos, tem e devem ter e aver os doutores e lentes Jubilados na dita Vniversidade. E avendo Respeito ao bom serviço do dito doutor thomas Roiz e ao fruto q̄ cõ sua lição e doctrina tem feito na dita faculdade de medeçina e asi a aver de proseguir e cõtinuar a leitura da dita cadeira de prima na dita Vniversidade por tempo de çinco años q̄ se começarão do primeiro dia do mes doctubro deste ano presente de bl^{ta} e nove em diante cõ sesenta e seis mil seisc^{tos} sesenta e seis rs de salairo cada año q̄ são dous terços dos çem mil rs q̄ plos estatutos em cada hũ ano são ordenados ao lente da dita cadeira seg^{do} se cõtem em outra minha provisão q̄ lhe diso mandei dar, ei por bem de lhe fazer mçe q̄ elle jubille e se aja por Jubilado cõ oitenta mil rs cada año em dias de sua vida q̄ são dous terços dos çento e vinte mil rs q̄ elle em cada hũ año tinha por hũa provisão por ler a dita cadeira e por tanto mando ao Reytor lentes deputados e coselheiros da dita Vniversidade de Coimbra que ora são e ao diante forem e a todas as Just^{cas} officiaes e pas de meus Reynos e srios q̄ o ajam daqui por diante Jubilado e lhe cumpram, guardem e façam inteira^{nte} cumprir e guardar todas as ditas honrras, preeminências, graças

e liberdades na maneira q̄ dito he porque asy he
minha mçe E asi mando ao dito Reytor e aos
deputados da fazenda da dita Universidade q̄ do
dito primeiro dia doutubro deste dito ano de bl^{ta} e
novê em diante lhe façam dar e pagar os ditos oitenta
mil rs cada ano de sua vida de seu jubilado no
Recebedor ou prebendeiro das Rendas da dita Vni-
versidade ou da arca do dinh^{ro} do Rendimento dellas,
quando hi não ouver R^{da} nê prebendeiro, as terças do
ano seg^{do} ordenança e de maneira q̄ lhe sejam sempre
bem pagos e não tenha razão de se agravar E plo
trelado desta carta que sera Rg^{da} no livro da despesa
das ditas Rendas plo escrivão a q̄ pertencer, cõ conhe-
cimento do dito doutor mamdo q̄ sejam levados e
cõta ao dito R^{or} ou prebendeiro q̄ lhos pagar ou na
despesa da dita arca quando se de della pagarẽ per
hi não aver R^{or} nê prebendeiro como dito he E asi
mando q̄ esta se Registe no livro do Registo do cõse-
lho da dita Vniversidade em que Registam as seme-
lhantes provisões pollo escrivão do dito cõselho p^a se
plo dito Registo e a todo tempo ver e saber como
ouve por Jubilado o dito doutor com a dita cõtia
doutenta mil rs na forma e maneira acima dita, dada
na cidade de lix^a aos vinte e nove dias do mes de
setembro Jorge da Costa a fez ano do naçim^{to} de
noso Sõr Jhũ xpto de jbc l^{ta} e nove M^{el} da Costa a
fez escrever

Raynha

E o dito thomas Roiz ade aver os sesenta e seis
mil seis centos e sesenta e seis rs de salairo cada ano
por cinco anos de q̄ na carta açima scrita faz men-

ção em que hade ler a dita cadeira, alem dos oitenta mil rs q̄ em cada ano hadaver de ser Jubilado pla dita Carta . q̄ M^{el} da Costa a fez em lix^a a sete dias de novēbro de j^bcl^{ta} e nove

Raynha »

A-pesar-da sua jubilação, era tal o prestígio do mestre, que foi convidado a continuar à frente da sua cadeira, que regeu ainda vinte anos. Por isso êle dizia ser duas vezes jubilado. Eis a

« Provisão p^a ler o doutor thomas Roiz a cadeira de prima de medeçina com 66666 rs mais, alem dos 80000 de Jubilado. »

« Eu elRey faço saber a vos Reytor e coselheiros da Vniversidade da çidade de coimbra q̄ eu ouve por bē fazer mçe ao doutor thomas Roiz, meu fisico lente da cadeira de p^{ma} de medeçina na dita Universidade o aver por Jubilado vista a prova que deu de como leo nella medeçina por tempo de vinte anos cõforme aos estatutos e q̄ tenha e aja de Jubilação em dias de sua vida oitenta mil rs que são dous terços dos çento e vinte mil rs q̄ por hũa provisão tinha em cada hũ ano por ler a dita cadeira, e isto avendo Respeito ao fruto q̄ em sua lição e doutrina tem ffeito na dita faculdade de mediçina e se aver de proseguir e cõtinuar a leitura da dita cadeira de prima na dita Universidade por tempo de çinquo anos q̄ se começarão do primeiro dia doutubro deste presente ano de b^c l^{ta} e nove em diante cõ seis^{tos} sesenta e seis rs de salairo cada ano q̄ são dous terços dos çem mil rs q̄ plos estatutos em

cada hũu ano / são ordenados ao lente da dita cadeira seg^{do} mais inteiram^{te} he cõteudo e declarado na carta q̄ lhe da dita Jubilação mandei dar . E, portanto vos mamdo q̄ o deixeis ler a dita cadeira de prima de medeçina polos ditos cinco anos cõ os ditos sesenta seis mil seis ctos sesenta e seis rs de salairo cada ano / os quaes lhe fareis dar E pagar acusta das Rendas da dita Universidade as terças seg^{do} ordenãça della alem dos ditos oitenta mil rs, q̄ pla dita carta em cada hũ ano hadaver de sua Jubilação como açima he dito e este não pasara pla chancelaria . Jorge da costa o fez em lixa a vinte e nove de setembro de jbc^{lta} e nove . M^{el} da costa o fez escrever

Raynha

A qual carta e provisão se apresentarão e conselho de cõselheiros e mandarão se cumprir como se nellas contem e eu dg^o daz^{do} as traladei na verdade ».

Escreveu o prefácio do livro de Coelhar, seu colega no professorado, e mais dois livros, existentes na Biblioteca Geral da Universidade :

Commentarii in libros Claud. Galeni / duos, de februm dif / ferentiis . /

Conimbricae . / Apud Joannem Barrerium, / Typographum Regium / [...] 1578 — 1 vol. (4 fols. prel. inum. + 156 + xi fls. num. post. no v.) — 192 × 96. Enc.

Opera omnia in Galeni libros edita & commentarijs in partes novem distinctis, expressa, quibus modi difficultatum in Medicina frequentes, soluntur, classicorumque medicorum controversiae, veritatis lima expendentur. Lugduni, apud Petrum Landry . /

1594 — 1 vol. (4 fls. + 568 págs. + 21 fls.)

— 288 × 152 — Enc.

No *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*, por Francisco de la Figanière — Lisboa, 1853, pág. 43, encontra-se um códice com o número 6889, onde se lê:

« In aphorismos Hyppocratis Coi medicorum Principis. Commentarii sapientissimi Doctoris Thoma Roiz da Veiga Eborensis ».

Pertenceu a Jorge Rodrigues de Castro.

O Professor Maximiano de Lemos pergunta se esta é a mesma obra publicada com o título de

« Commentarii in libros Hippocratis de victus ratione »

citada na *Biblioteca Lusitana*, tomo 3.º, pág. 748, não sabendo responder porque as não cotejou.

Naqueles dois primeiros livros revela-se um eminente comentador. Era então ainda o que em regra se fazia, no ensino oficial, nem sempre com o mesmo brilho e nem sempre em latim tão vernáculo, como os do mestre insigne.

Também foi um clínico de raras qualidades, nem de outro modo teria sido médico de D. João III e de D. Sebastião, que freqüentemente o chamavam a Lisboa. Uma vez foi mesmo em segredo a chamamento de D. Sebastião.

Foi médico dos dois irmãos jesuítas — os Gonçalves da Câmara; foi chamado muitas vezes a dar conselho aos da cidade sobre o estado sanitário da terra e era sempre o escolhido para as conferências clínicas.

Da sua interferência como clínico junto de D. Sebastião ainda criança, há a seguinte passagem do aludido sermão do padre António Vieira:

« Adoeceu de huma febre ElRey D. Sebastião, e sendo chamado de Coimbra aquele oraculo da Medicina, que nas cadeiras da mesma Universidade he allegado com nome de — *Magnus Thomas* —; e que remedio applicou ao Rey que era de pouca idade? — Ordenou que lhe fizessem huma Cama de Rôsas, e deitado nella ficou sam . » (Sermão do Evangelista S. Lucas.)

Não foi com esta terapêutica — porventura não tão ingénua como à primeira vista poderá parecer — que o sábio professor ganhou a posteridade...

Querido e respeitado pelos colegas, como se depreende das actas dos conselhos universitários, onde tantas vezes fôra deputado e conselheiro pela sua faculdade, parece que tinha um feitio alegre e comunicativo, o qual pode explicar o tom de simpatia misturado ao de respeito com que todos os contemporâneos falam dele. Isto também julgo eu poder deduzir da seguinte anedota contada por

Miguel Leitão de Andrade, na sua *Miscellanea* e referida por Maximiano de Lemos:

« Jogando em Coimbra a *laranjinha* Martim Gonçalves da Camara, que depois foi grande privado delRei D. Sebastião e Presidente do Desembargo do Paço, sendo clerigo, com o Doutor Thomaz Rodrigues, Lente de Prima de Medicina, por parceiro, contra Dom Jeronimo de Meneses, Reitor da Universidade, que depois foi Bispo do Porto, com outro. E o dito Doutor perdeu e ficou devendo um tostão ao Reitor. O qual dai a outro dia lhe mandou pedir uma certidão e elle lha mandou com um par de perdizes e esta trova:

« Das perdizes o singel
Co vintem da certidão,
Pagão mui bem o tostão
Pondo de casa o papel.
Não serei mais cascavel,
Que o parceiro que tomar
Mais olhos m'hade mostrar
Que o livro d'Aires Pinel »

Miguel Leitão explica:

« O parceiro de Tomás Rodrigues — Martim Gonçalves da Câmara — fê-lo perder por ser mui curto de vista e o não querer confessar. Quanto ao livro de Aires Pinel, acabado de sair, tudo nele eram abrolhos ».

Êste Aires Pinel era também Lente, de Leis.

Mas, a anedota ainda se presta a outros comentários. Um seria este: de que nem sempre os lentes são tão tristonhos e aborrecidos, tão graves e severos como os pintam, nem os bispos, nem os jesuítas. Outro seria de que o nosso biografado tinha certo estro poético jocoso. Outro ainda de que se jogava a laranjinha entre gente de tal categoria a... dinheiro e de que a vida corria plácida e... barata.

Na verdade um atestado médico, com o próprio papel e um par de perdizes, por um tostão, é um ovo por um real, a não ser que o Doutor Tomás Rodrigues tivesse querido pagar a sua dívida com juros.

Grande clínico, grande mestre, grande escritor, médico de reis, homem muito rico, Tomás Rodrigues legou o seu talento e qualidades peregrinas num filho e num neto.

Rui Lopes da Veiga (um dos filhos; um outro entregava-se ao comércio em Antuérpia) foi lente de Prima na Faculdade de Leis e o neto, filho deste, Tomé Pinheiro da Veiga, foi chanceler-mor do Reino, ambos personalidades de categoria.

O primeiro, Lente de *Instituta* por concurso em 1569, era Lente de prima, isto é, da cadeira mais importante da Faculdade de Direito, em 1590, na qual se jubilou em 1595, tendo sido reconduzido em 1598, em atenção aos seus merecimentos. Desembargador da *Casa da Supplicação*, morreu em 1600, após uma vida intensa e brilhante. Foi várias vezes Vereador do Corpo da Universidade na Câmara de Coimbra. Defendeu a causa da Rainha viuva, Dona Catarina, como pretendente ao trono após o desastre de Alcácer-Quebir. Os alunos recolheram várias *apostilas*, isto é, as *sebentas* das suas lições orais.

O discípulo termina assim a última das apostilas do Mestre:

«Non dictavit amplius insignis Praeceptor morte interemptus cum magna Reipublicae Litterariae jactura.»

O filho e o neto honraram a memória do Doutor Tomás Rodrigues da Veiga.

Com este escrito pretendo-o também, embora tão modestamente.

A. DA ROCHA BRITO

SESSÃO SOLENE DO INSTITUTO DE COIMBRA
REALIZADA NA SALA DOS CAPELOS,
EM 9 DE DEZEMBRO DE 1937, COM A
ASSISTÊNCIA DE SUA EX.^A O REITOR
DA UNIVERSIDADE, COMEMORATIVA DA
INSTALAÇÃO DEFINITIVA DA UNIVER-
SIDADE DE COIMBRA, EM 1537.

O Presidente, Professor F. M. da Costa Lôbo, principiou por manifestar a satisfação que o Instituto de Coimbra tinha com a assistência a esta sessão de Sua Excelência o Reitor da Universidade, Professor João Duarte de Oliveira, nesta ocasião em que se proporcionava a oportunidade de dirigir-lhe as mais vivas felicitações pelo sucesso que tinha tido a comemoração do quarto centenário da instalação da Universidade em Coimbra por El-Rei D. João III.

Nota que o facto que se comemora bastaria por si só para realçar a memória da administração deste monarca que preparou com inexcelsível cuidado o êxito da sua obra e aqui veio depois verificar, com grande interêsse, o resultado da sua iniciativa.

Para a colaboração do Instituto de Coimbra nesta comemoração ficara assente a publicação de um volume da revista *O Instituto*, com artigos referentes à Universidade,

e uma sessão solene, na qual seriam recordados alguns daqueles artigos, o que seguidamente se fez, pondo-se em evidência os íntimos laços que unem a Universidade e o *Instituto de Coimbra*, e que as recentes direcções, às quais tem tido a honra de presidir, teem procurado estreitar fortemente.

Mas agora, além das manifestações de gratidão dirigidas a sua Excelência o Reitor, ao Senado Universitário, e aos distintos colaboradores da publicação comemorativa já apresentada pelo *Instituto de Coimbra*, deseja testemunhar o grande aprêço em que esta Academia tem a presença, nesta sessão, do sábio professor Dr. Pedro Calmon, e dos nossos ilustres consócios e sábios professores: Le Gentil, da Universidade de Paris, e Hubert Gillot, da Universidade de Estrasburgo. Dêstes, ao primeiro deve já o *Instituto de Coimbra* preciosos artigos que muito teem enriquecido a sua revista; o Professor Gillot vai dar-nos a honra de falar sôbre a nossa instituição. Antecipadamente lhe tributa já a sua admiração e afirma a grande consideração em que os seus consócios teem o seu talento e distintas qualidades.

Em seguida o Professor Dr. Silva Carvalho expôs um resumo do seu profundo estudo sôbre *D. Francisco de Lemos e a Medicina*, o qual foi calorosamente aplaudido.

O Professor Dr. Hubert Gillot, muito aclamado, pronunciou a seguinte oração:

« J'arrive bon dernier, après que tout a été dit par des voix plus autorisées, et de notre admiration, et de notre enthousiasme, et de notre gratitude.

Mais comment, dans cet hommage d'une reconnaissance toute fraternelle, ne point faire une place — une place

éminente — à cet Institut au passé vieux de bientôt un siècle, dont nous sommes aujourd'hui les Hôtes et à celui qui depuis 1912 en est tout ensemble le cerveau inspirateur et l'âme agissante : notre très cher, notre très illustre Ami M. le Professeur da Costa Lôbo.

Un ami de toujours, un ami des mauvais jours, l'un de vos innombrables compatriotes, dont chacun pourrait dire, dont tant, et si souvent, ont dit au vieil et fidèle ami de leur pays que je m'enorgueillis d'être : Nous, Portugais, nous avons deux patries : le Portugal et la France. Vous êtes de ceux-là, mon cher Monsieur le Président, et illustre Ami.

Vous êtes de ces généreux, de ces bons serviteurs de l'amitié franco-portugaise toujours prêts à répondre « présent » quand retentit l'appel de la France.

À nos Universités, aux Instituts savants, cette fois Strasbourg, l'Académie des Sciences, de rendre hommage à vos travaux, à vos installations scientifiques, dont vous faites des modèles à votre labeur sans trêve — et puis encore à votre inépuisable amitié.

Elle est présente partout où retentit une parole française : dans les Congrès où toujours vous tenez à honneur d'affirmer votre parenté avec notre Science française ; dans vos Instituts dont vous êtes si volontiers l'hôte. Elle est ici, enfin, dans ce centre que vous avez voulu et su rendre si vivant. Dans cet Institut, dont votre patriotisme sans préjugés a fait une sorte de Société spirituelle des Nations amies.

Laissez-moi, en bon historien, en feuilleter d'une main trop rapide, les quelques 92 volumes.

Année 1923. Raymond Poincaré — La politique mondiale — Le Traité de Versailles.

Année 1924. Sous la signature de M. Le Gentil, lui aussi un ami de toujours, lui aussi un ami des mauvais jours qui, en pleine guerre, aux veilles de la victoire, préludait, en Sorbonne, devant une salle archi-comble et vibrante, dont je me flatte d'avoir partagé l'enthousiasme, préludait, dis-je, à sa tâche future d'historien attiré de votre littérature en en retraçant les fastes à travers les siècles.

Année 1931. De Mons. Baudrillart — *Science et Religion* — un article où, sous le signe du Labarum, l'Eminent Français, tout ensemble théologien et historien, réconcilie Foi et Science.

J'en passe, que je voudrais citer : Articles de *Science*, signés Picard, membre de l'Académie des Sciences, ou J. Carton ; de *Phonétique*, signés Chanoine Meunier. Articles de *Politique* du Vicomte de Guichen ; de *Littérature espagnole* de Marcel Bataillon, et tant d'autres dont la liste apparaît imposante dans cet impressionnant *Index* que vient d'ajouter aux 92 volumes parus une publication récente.

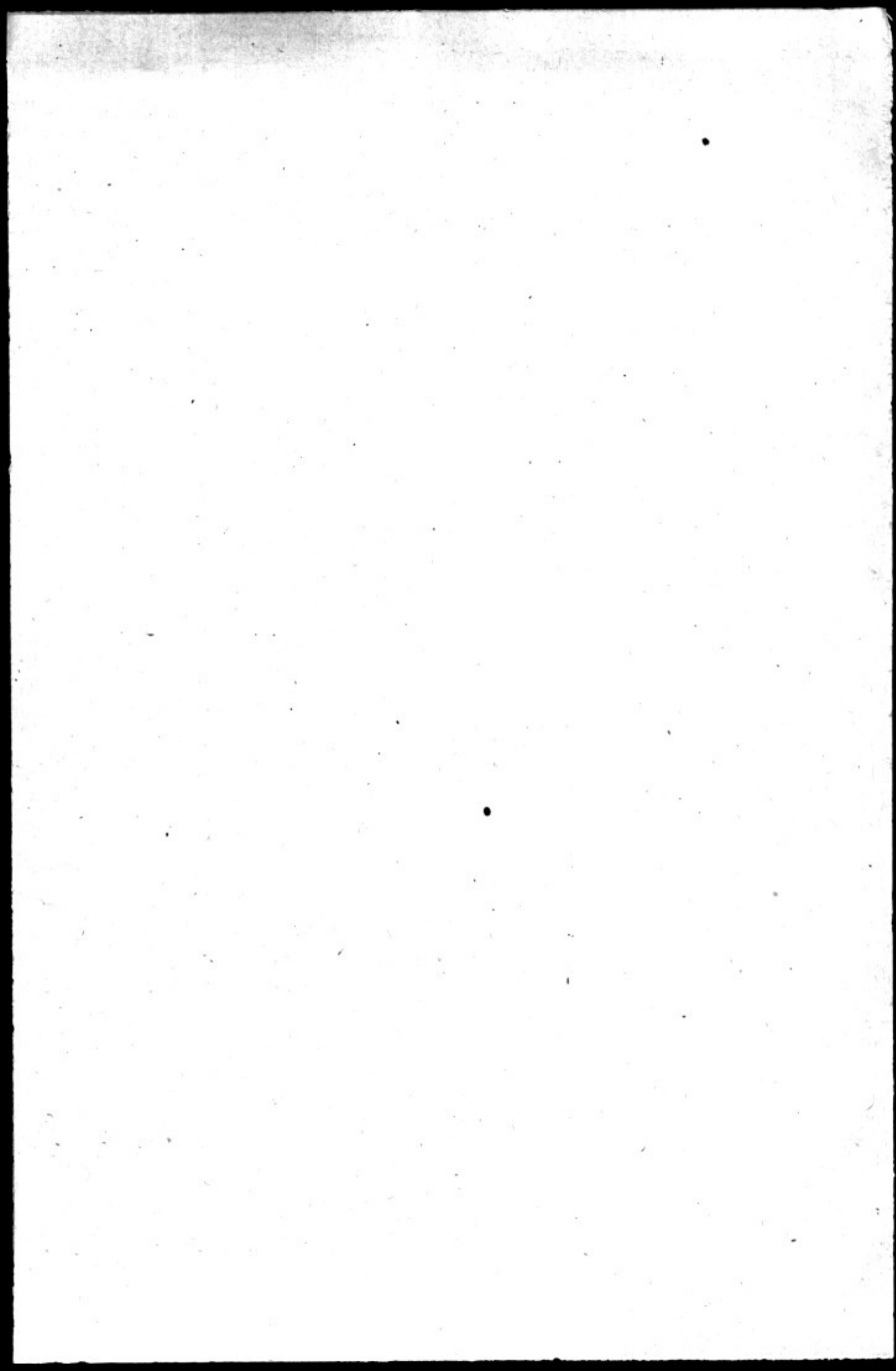
À feuilleter ce palmarès de l'amitié franco-portugaise, qui de nous n'éprouverait une légitime fierté ? Il n'est aucun des Instituts qui sont l'une des gloires de la France, non pas même l'Académie Française dont le représentant, M. Paul Valéry, hélas ! n'a pu partager nos honneurs et nos joies — il n'est guère de nos Universités, ou de nos Instituts scientifiques qui n'aient tenu à marquer par leur collaboration la part qu'ils prennent à l'activité intellectuelle de votre pays.

Mais pour vous dire, et notre amitié et notre gratitude et le souvenir que nous importons de notre séjour en ce haut lieu de l'Esprit, de ces heures inoubliables passées sur votre Acropole, dans le cadre fastueux, j'allais dire dans le

cadre... royal de votre Université, laissez-moi emprunter la voix de l'un des maîtres dont s'enorgueillit la Science française, l'historien Charles Diehl:

(O orador leu diversos períodos do estudo publicado no vol. 72 de *O Instituto*, de pág. 223 a 242, intitulado: *Impressions de Coïmbre*).

Antes de ser encerrada a sessão, Sua Excelência o Reitor apreciou largamente o alto significado desta sessão, e congratulou-se com o seu sucesso declarando que ficaria inscrita como um dos actos mais notáveis da comemoração Universitária.



ÍNDICE POR AUTORES

	Págs
COSTA LÔBO (F. M. DA) — A Universidade de Coimbra e o « Instituto de Coimbra	5
PINTO LOUREIRO (JOSÉ) — Coimbra e a Universidade	192
RAMOS BANDEIRA (JOSÉ) — Universidade de Coimbra (Paços das Escolas e Casa dos Mellos)	457
ROCHA BRITO (A. DA) — O Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, lente de Medicina, ameaçado de prisão pela Câmara no Castelo de Coimbra	701
ROCHA MADAHIL (A. G. DA) — A Insignia da Universidade de Coimbra	355
Sessão solene do Instituto de Coimbra, realizada na Sala dos Capelos, em 9 de Dezembro de 1937, com a assistência de Sua Ex. ^a o Reitor da Universidade, comemorativa da instalação definitiva da Universidade de Coimbra, em 1537	727
SILVA CARVALHO (AUGUSTO DA) — D. Francisco de Lemos e a Medicina	42

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
Coimbra e a Universidade, por J. PINTO LOUREIRO	192
Doutor (O) Tomás Rodrigues da Veiga, lente de Medicina, ameaçado de prisão pela Câmara no Castelo de Coimbra, por A. DA ROCHA BRITO	701
Francisco (D.) de Lemos e a Medicina, por AUGUSTO DA SILVA CARVALHO	42
Insígnia (A) da Universidade de Coimbra, por A. G. DA ROCHA MADAHIL.	355
Sessão solene do Instituto de Coimbra, realizada na Sala dos Capelos, em 9 de Dezembro de 1937, com a assistência de Sua Ex. ^a o Reitor da Universidade, comemorativa da insta- lação definitiva da Universidade de Coimbra, em 1537 . . .	727
Universidade de Coimbra (Paços das Escolas e Casa dos Mellos), por JOSÉ RAMOS BANDEIRA	457
Universidade (A) de Coimbra e o « Instituto de Coimbra », por F. M. DA CÔSTA LÔBO	5

ERRATAS MAIS IMPORTANTES

Página:	Linha:	Onde se lê:	Leia-se:
466	25	Mittelattens	Mittelalters
466	26	Unterarchivas	Unterarchivar
466	26	Sterhles	Stuhles
466	27	Entstelung	Entstehung
502	1	S. Pedro	Colégio de S. Pedro
503	7	Pórtico	Portal
512	3	os restos de	o
512	4	sòmente a coroa	e rematado por uma grande coroa
640	3	super-libris	super-libros

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in several vertical columns and is too light to transcribe accurately.

